



PUCRS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O Lugar dos Aventureiros:
*identidade, dinâmica de ocupação e sistema de trocas no
litoral do Rio de Janeiro há 3500 anos antes do presente***

VOLUME I

MARIA CRISTINA TENÓRIO DE OLIVEIRA

Porto Alegre, fevereiro de 2003.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Ipiranga, 6681 - Caixa Postal 1429
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
www.pucrs.br
CEP 90619-900 Porto Alegre - RS
Brasil

**Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

T
981.53
0481
n.1

*Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Faculdade de Filosofias e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Doutor em
Arqueologia*



**O Lugar dos Aventureiros:
identidade, dinâmica de ocupação e sistema de trocas no
litoral do Rio de Janeiro há 3500 anos antes do presente**

por

Maria Cristina Tenório de Oliveira

Orientador: Prof.º Dr. Klaus Hilbert

PUCRS/BCE



0.679.335-7

Porto Alegre – RS - Fevereiro - 2003

Aos caros colegas, aos bravos do presente, aos otimistas do futuro e, principalmente, aos saudosos que já partiram.

Agradecimentos

Agradeço à Maria Dulce Gaspar pela leitura dos originais, pelo incentivo, pelo apoio através de projetos sob sua coordenação e pela participação na pesquisa de campo.

Ao Klaus Hilbert pela confiança depositada, pela tranquilidade e segurança transmitida como orientador e pelo apoio nas horas de aflição;

Ao Arno Kern pelas sugestões, indicações de leituras e orientação;

À Angela Buarque, amiga, profissional, o meu agradecimento pelas inúmeras revisões, leituras e sugestões, além da participação na pesquisa de campo;

À Márcia Barbosa por todo apoio profissional, emocional e logístico em todas as fases da pesquisa;

À Paul e à Susan Fish pela oportunidade de freqüentar os cursos e a biblioteca da Universidade do Arizona;

À Bárbara Voorhies, a ao Michel Schiffer pelas sugestões;

Ao Museu Nacional, instituição de pesquisa que na qual me iniciei na arqueologia;

À Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente FEEMA, especialmente ao Carlos Alberto Amorim e ao Rogério de Oliveira por todo seu apoio;

A CAPES pela bolsa de doutorado;

Ao projeto "O Aproveitamento Ambiental das Populações Pré-Históricas do Estado do Rio de Janeiro" convênio FINEP/Museu Nacional/FUJB, que me ofereceu a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da pesquisa;

Ao projeto "Soberano da Costa" financiado pela FAPERJ pelo apoio financeiro na fase final da elaboração da tese;

A FURNAS pela cessão de Teresa Cristina Franco;

Ao Museu Emílio Goeldi pela cessão de Maura Imázio da Silveira para os trabalhos de em diversas etapas de pesquisa de campo;

Ao Jorge Marcello Filho pelo companheirismo em todas as fases da pesquisa;

À Débora B.da Rocha pela participação nos trabalhos de campo, pelo apoio e pela identificação da fauna;

Ao Newton de Miranda e ao Eduardo Elston pela participação no campo e pela triagem do material em laboratório;

À Teresa Cristina Franco, Maria Cristina Leal, Roberto De Nóia, Maura Imázio, Elisa Dalcin, Deise Velludo, Teresa Portella, Suzana Bulcão, Giovani Scaramella, Bárbara Sette, Vera Erthal, Carla Scofield, Márcia Bezerra, Iramar Venturini pela participação na pesquisa de campo; ao Diogo Cerqueira Pinto, à Daniela Cerdeira da Silva e à Júlia, pela triagem do material arqueológico; a Isabelle Pinto pelos desenhos;

À Elizabeth Christina da Silva, Sheila Ferraz, Claudia Carvalho de Oliveira e a Verônica Wesolosky pela análise preliminar dos esqueletos;

Ao Benedito Humberto Francisco pela análise de sedimento e a Loiva Antonielle pela análise pedológica. Ao Levi Figuti, a Martha Locks e ao André Jacobus pela identificação dos restos faunísticos;

À Rita Scheel-Ybert pelas sugestões na análise dos vestígios botânicos;

Aos funcionários técnicos administrativos do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, pelo auxílio na parte burocrática; especialmente a Carla e a Adriana pela presteza e pela gentileza;

Ao povo do Aventureiro pelo apoio, com agradecimento especial a Lúcia, ao "vovô", ao Luís, à Zuleika, à Neneca, ao Tataco, ao Mi e ao Roberto;

À Teresinha Franco pelo inesquecível auxílio;

Ao Luís Sérgio pelo fundamental apoio na Ilha Grande;

Ao Salvador da Pousada de Palmas pela ajuda na hospedagem;

Ao Beto Barcellos, a Teresa Cristina Franco, a Maria Dulce Gaspar, a Maura Imázio da Silveira pelas fotos;

À Bernadete pela inestimável ajuda e incentivo;

E às minhas queridas filhas Olívia e Isadora agradeço a paciência, a solidariedade e toda a felicidade que me deram nos dias difíceis.

APRESENTAÇÃO

No desenvolvimento de minhas pesquisas em sítios litorâneos, sempre me interessei por evidências que sugeriam comportamentos que envolviam mais custo do que benefício, por acreditar que, por trás de comportamentos em que o dispêndio de energia não é compensado pelo resultado obtido, podem ser inferidas as relações sociais.

O fato de carregar alimentos para serem consumidos e acumulados em locais altos e também a distribuição pontual dos amoladores polidores fixos no litoral brasileiro me pareceram manifestações culturais específicas a determinados grupos, cujo estudo poria contribuir para o entendimento de identidade social e de sistema de trocas.

A questão foi desenvolvida a partir de quatro capítulos:

No primeiro, capítulo introdutório, houve a preocupação de conceituar e mostrar como vem sendo abordado pela Arqueologia o objeto de estudo. De definir a problemática e de apresentar os pressupostos teóricos metodológicos e as hipóteses explanativas.

No segundo capítulo, a problemática é contextualizada, são apresentadas as propostas para explicar a origem e a dispersão dos sambaquis no litoral brasileiro com o objetivo de entender como e porque esses sítios teriam sido construídos. São caracterizados os sítios encontrados, sendo enfocados os

elementos marcantes da cultura material que possam ser considerados como símbolos de identidade social. É delimitado o período e a área enfocada como também é apresentado um quadro arqueológico da região. São discutidos os modelos interpretativos propostos para explicar a ocupação do litoral do Rio de Janeiro e contextualizada a ocupação da Ilha Grande.

No terceiro capítulo, é apresentada a arqueologia da Ilha Grande, área onde é testado o modelo interpretativo construído no primeiro capítulo. São mostrados os resultados e uma conclusão parcial.

No quarto capítulo, é apresentada a conclusão final.

RESUMO

No presente trabalho, são abordadas três questões principais: identidade sociocultural; mobilidade e dinâmica de ocupação e sistemas de trocas.

O enfoque principal está na Ilha Grande, no período de 3500 a 2500 anos AP. Como contorno, há a baía da Ilha Grande e de Sepetiba; como contexto, apresenta-se o litoral do estado do Rio de Janeiro e como pano de fundo, o litoral brasileiro do estado do Rio Grande do Sul ao estado do Espírito Santo.

A pesquisa estruturou-se nos conceitos de análise espacial e de ecologia humana, acrescida do estudo do processo de formação de sítios sendo levada em consideração a crítica da arqueologia pós-processual. Associada a essas abordagens foram também testados modelos etnográficos para estabelecer relações válidas entre fenômenos arqueologicamente observáveis e comportamentos humanos, impossíveis de serem observados em termos arqueológicos.

Parte-se do pressuposto de que, no caso do litoral, os problemas na reconstituição das províncias culturais, baseados no estudo da cultura material, podem ser minimizados se forem considerados os fatores de etnicidade e a possibilidade de ter havido intenso contato incentivado pelo transporte aquático e pelo tipo de atividades desenvolvidas para a subsistência.

Como ferramenta para a inferência de identidade cultural, contato e sistema de troca, utilizaram-se, como traço cultural, os amoladores polidores fixos encontrados no litoral brasileiro.

A grande incidência de amoladores polidores fixos encontrados na Ilha Grande estaria sugerindo a existência de centros de produção e de distribuição de lâminas de machados polidas e que o Holoceno tardio na costa do Rio de Janeiro poderia ter sido marcado pelo desenvolvimento de especialização tecnológica e intensificação dos sistemas de trocas. A reconstituição do processo de formação do sítio Ilhote do Leste, localizado na Ilha Grande, permitiu inferir a presença de eventos que envolviam uma concentração de um número maior de pessoas, corroborando esta hipótese.

PALAVRA CHAVE

ARQUEOLOGIA DO LITORAL – SAMBAQUI - ILHA GRANDE

ABSTRACT

Three questions were approached in this work: socialcultural identity, mobility and dynamic of occupation and systems of changing.

The main focus is in Ilha Grande between 3.500 and 2.500 BP. As outskirts there is Ilha Grande and Sepetiba bays; as context there is the coast of Rio de Janeiro state and as backdrop the brazilian coast since Rio Grande do Sul until Espírito Santo state.

The research was framed on the concepts of spatial analysis and human ecology besides the study of formation process of the sites, taking into account the review of the pos-processual archaeology. Associated to these approaches, ethnographic models were also tested to stablish valid relations among phenomenons remarkable archaeologically and human behavior, which are impossible to observe under archaeological way.

We believe that, in case of the coast, the problems to reconstitute the cultural province, based on the study of material culture, can be minimized if the factors of ethnicity and the possibility of intense contact by aquatic transportation and by the kind of developed activities for subsistence were considered.

The fixed grindstones, found on brazilian coast, were used as tools to infer cultural identity, contact and system of exchange.

ABSTRACT

Three questions were approached in this work: socialcultural identity, mobility and dynamic of occupation and systems of changing.

The main focus is in Ilha Grande between 3.500 and 2.500 BP. As outskirts there is Ilha Grande and Sepetiba bays; as context there is the coast of Rio de Janeiro state and as backdrop the brazilian coast since Rio Grande do Sul until Espírito Santo state.

The research was framed on the concepts of spatial analysis and human ecology besides the study of formation process of the sites, taking into account the review of the pos-processual archaeology. Associated to these approaches, ethnographic models were also tested to stablish valid relations among phenomenons remarkable archaeologically and human behavior, which are impossible to observe under archaeological way.

We believe that, in case of the coast, the problems to reconstitute the cultural province, based on the study of material culture, can be minimized if the factors of ethnicity and the possibility of intense contact by aquatic transportation and by the kind of developed activities for subsistence were considered.

The fixed grindstones, found on brazilian coast, were used as tools to infer cultural identity, contact and system of exchange.

The great abundance of fixed grindstones, found in Ilha Grande, will be suggesting the existence of ash blades production and distribution centers and the late Holocene on Rio de Janeiro coast could be marked by development of technologic specialization and intensification of exchange system.

The reconstitution of the formation process of the site Ilhote do Leste, situated in Ilha Grande, permitted to infer the presence of events which have involved a concentration with a great number of people, confirming this hypothesis.

KEYWORDS

COASTAL ARCHAEOLOGY - SHELLMOUNDS – ILHA GRANDE

Agradecimentos	iii
Apresentação	vi
Resumo	viii
Abstract	x

ÍNDICE

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1. Problemática	1
2. Pressupostos teóricos-metodológicos	42
3. Hipóteses explicativas	66
4. Conceituação do problema – Os sambaquis	69
5. Os amoladores	82

CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

1. Povoamento do litoral brasileiro	138
2. Quadro arqueológico do litoral do estado Rio de Janeiro.	177
3. Delimitação e caracterização da área de estudo.	208
4. Dinâmica de ocupação da Ilha Grande	223

5. Quadro arqueológico da região	261
----------------------------------	-----

CAPÍTULO III – ARQUEOLOGIA DA ILHA GRANDE

1. Metodologia de abordagem	301
2. Os amoladores polidores fixos	320
3. O Sítio Ilhote do Leste	359
4. O Sítio da Ponta do Leste	474

CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO

1. Considerações finais	482
2. Conclusão	504

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ANEXOS

Índice das Figuras

Figura 1. Amolador portátil. Sítio da Ponta da Cabaça, Arraial do Cabo.	84
Figura 2. Amoladores portáteis (Extraído de Prous 1992 231).	84
Figura 3. Canoa.	91
Figura 4. Friso.	91
Figura 5. Forma côncava convexa (Foto extraída de Amaral 1995:122).	94
Figura 6. Friso longo (Foto extraída de Dias 1959).	94
Figura 7. Amoladores-Polidores fixos da Amazônia (Foto Extraída de Hilbert 1959).	95
Figura 8. Proximidade dos Amoladores-polidores fixos com vários tipos de sítios.	95
Figura 9. Associação dos amoladores-polidores fixos com vários tipos de Sítios.	101
Figura 10. Distribuição das formas dos sulcos dos amoladores-polidores Fixos.	101
Figura 11. Matéria prima do suporte.	103
Figura 12. Forma inicial identificada no sítio Forte Marechal Luz (Foto extraída de Bryan 1993).	103
Figura 13. Distribuição das formas- Forma 1- prato.	109
Figura 14. Distribuição das Formas – Forma 2 – canoa.	110
Figura 15. Distribuição das formas – forma 3 – oval.	111
Figura 16. Distribuição das formas – forma 4 – Friso.	111
Figura 17. Distribuição das formas – forma 5 – bacia.	112
Figura 18. Distribuição das formas – forma 6 – bacia côncava-convexa.	113
Figura 19. Distribuição das formas – forma 7 – inicial.	113
Figura 20. Frisos com orientação.	115
Figura 21. Elaboração de machados com auxílio de polidor manual (Foto extraída de Kozak et al 1979).	117
Figura 22. Forma da canoa feita na areia.	125
Figura 23. Canoa com friso feita na areia	125
Figura 24. Frisos feitos na areia	126
Figura 25. Seixo friccionados para correção de irregularidades de bordo	127

Figura 26. Afiando o gume	127
Figura 27. Suporte utilizado na experimentação	128
Figura 28. Ficha de experimentação	129
Figura 29. Datações dos estados de Santa Catarina e Paraná	155
Figura 30. Distribuições das datações dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro	156
Figura 31. Distribuição das áreas de concentração dos sítios no litoral do Brasil	161
Figura 32. Distribuição das datações de sítios pra o litoral do Brasil	174
Figura 33. Área 1 e 2.	180
Figura 34. Área 3.	182
Figura 35. Área 4.	184
Figura 36. Área 5.	186
Figura 37. Área 6.	188
Figura 38. Mapa Geológico .	214
Figura 39 Mapa com distribuição de praias.	220
Figura 40. Mapa com pesqueiros.	222
Figura 41. Refugio da família de D. Angelina.	252
Figura 42. Acúmulo de lixo próximo à casa do Purungo.	252
Figura 43. Valvas de moluscos dispensados pelo sr. Eráclio.	253
Figura. 44 Distribuição dos sítios na área de pesquisa	269
Figura 45. Localização dos sítios	270
Figura 47. Distribuição dos sambaquis.	275
Figura 48. Ponta de esporão de raia. (Extraído de Kneip:1987)	288
Figura 49. Pingente em concha do sítio Guaíba (Extraído de Heredia et al 1984)	290
Figura 50. Pingente lítico. (Extraído de Heredia et al 1984).	291
Figura 51. Ficha de Prospecção.	303
Figura 52. Distribuição dos sítios na Ilha Grande	310
Figura 53 Ficha do sítio Toca do Índio.	312
Figura 54. Sítio da estrada	314
Figura 55. Sítio do Mero	315
Figura 56 Sítio da Longa	317

Figura 57 Sítio Provetá.	318
Figura 58 Sítio Ponta do Leste.	319
Figura 59. Amoladores-polidores fixos.	322
Figura 60. Localização dos suportes.	323
Figura 61. Canoa.	326
Figura 62. Canoa com friso.	326
Figura 63. Friso .	327
Figura 64. Canoa redonda.	327
Figura 65. Canoa com mais de um friso.	328
Figura 66. Panela.	329
Figura 67. Frisos paralelos.	329
Figura 68. Canoa funda.	330
Figura 69. Friso gigante.	330
Figura 70. Canoa com bordo saliente.	331
Figura 71. Forma de gota.	331
Figura 72. Distribuição dos tipos de sulcos.	332
Figura 73. Distribuição dos tipos de sulcos na Ilha Grande.	333
Figura 74. Proximidade com sítios.	336
Figura 75 . Gráficos de incidências dos tipos 1 e 3.	338
Figura 76. Mapa do Rio de Janeiro com distribuição de amoladores-polidores fixos.	340
Figura 77. Relação dos amoladores-polidores fixos com os sítios identificados na Praia de Massambaba, Arraial do Cabo.	343
Figura 78. Comparação com os sulcos encontrados: (a) Restinga de Marambaia; (b) Ilha Grande.	345
Figura 79. Sulcos encontrados na Praia de Massambaba (a) e em Lopes Mendes (b).	347
Figura 80. Sulcos com forma de canaleta encontrados na Ilha Grande.	349
Figura 81. Sulcos com forma acanalada encontrados em Arraial do Cabo.	350
Figura 82. Ilhote do Leste, Ilha Grande, RJ.	360
Figura 83. Geologia da Planície Costeira da Praia do Sul, Ilha Grande (extraído de Amador 1987/88).	364
Figura 84. Reserva Biológica da Praia do Sul, segundo FEEMA.	366

Figura 85. Manguezal.	370
Figura 86. Sítio Ilhote do Leste.	375
Figura 83. Vista do sítio Ilhote do Leste para o manguezal.	376
Figura 87. Rochas na área central do sítio.	377
Figura 88. Piso partido.	378
Figura 89. Curva de variação de nível do mar de acordo com Martin et al (1987).	379
Figura 90. Amolador-polidor enterrado no canto da praia do Sul.	380
Figura 91. Ponta grande de osso encontrada fora do sítio.	381
Figura 92. Perfil mostrando a inclinação da camada de concha.	383
Figura 93. Levantamento topográfico com as áreas escavadas.	384
Figura 94. Denominação das áreas escavadas.	386
Figura 95. Acúmulo de refugo deixado como bloco testemunho.	388
Figura 96. Camadas estratigráficas.	389
Figura 97. Distribuição espacial da camada óssea.	392
Figura 98. Dinâmica de formação do setor T.1.1	394
Figura 99 – inclinação da camada óssea.	395
Figura 100. Amontoados de concha no setor F0.	396
Figura 101. Localização das amostras datadas.	402
Figura 102. Ilustração do processo de desmoronamento de parte do piso de argila do setor P.1.5	403
Figura 103. Relação do material ósseo e malacológico na camada malacológica.	416
Figura 104. Relação do material ósseo e malacológico na camada óssea.	417
Figura 105. Relação do material ósseo e malacológico nos bolsões mistos.	417
Figura 106. Relação do material ósseo e malacológico na camada malacológica com sedimento e sem sedimento.	418
Figura 107. Relação do material ósseo e malacológico na camada de material esparso.	419
Figura 108. Peixes identificados na camada óssea.	420
Figura 109. Peixes identificados na camada malacológica.	422

Figura 110. Distribuição do material malacológico no setor D4.	424
Figura 111. Tipologia da indústria óssea. 1 - Tipo 1; 2 - Tipo 2; 3 - Tipo 3. a - vista anterior; b - vista posterior; c- vista lateral. Tamanho natural.	429
Figura 112. Tipologia da indústria óssea. 4 - Tipo 4; 5 - Tipo 5; 6 - Tipo 6. a - vista anterior; b - vista posterior; c- vista lateral. Tamanho natural.	430
Figura 113. Tipologia da indústria óssea. 7 - Tipo 7; 8 - Tipo 8; 9 - Tipo 9. a - vista anterior; b - vista posterior; c - vista lateral. Tamanho natural.	431
Figura 114. Tipologia da indústria óssea. 10 - Tipo 11; 11 - Tipo 11; 12 - Tipo 12. a - vista anterior; b- vista posterior; c- vista lateral. Tamanho natural.	432
Figura 115. Tipologia da indústria óssea. 13 - Tipo 13; 14 - Tipo 14. a - vista anterior; b - vista posterior; c- vista lateral. Tamanho natural.	433
Figura 116. Tipologia da indústria óssea. 15 - Tipo 15; 16 - Tipo 16. a - vista anterior; b - vista posterior; c- vista lateral. Tamanho natural.	434
Figura 118. Tipologia da indústria óssea. 17 - Tipo 17; 2 - Tipo 18. a – vista anterior; b - vista posterior; c - vista lateral. Tamanho natural.	435
Figura 119. Tipologia da indústria óssea. 19 - Tipo 19; 20 - Tipo 20; 21 - Tipo 21. a - vista anterior; b- vista posterior; c- vista lateral. Tamanho natural.	436
Figura 120. Tipologia da indústria óssea. 22- Tipo 22; 23 - Tipo 23 a - vista anterior; b - vista posterior; c- vista lateral.	437
Figura 121. Tipologia da indústria óssea. 24A - Subtipo 24A; 24B -Subtipo 24B. a - vista anterior; b - vista posterior; c- vista lateral. Tamanho natural.	438
Figura 122. Tipologia da indústria óssea. 25 - Tipo 25; - Tipo 26 - Tipo 26. A - vista anterior; b - vista posterior; c- vista lateral. Tamanho natural.	439
Figura 123. Tipologia da indústria óssea. 27A - Subtipo 27A; 27B - Subtipo 27B; 27C - Subtipo 27C. a - vista anterior; b - vista posterior; c- vista lateral. Tamanho natural.	440

Figura 123. Tipologia da indústria óssea. 27A - Subtipo 27A; 27B - Subtipo 27B; 27C - Subtipo 27C. a - vista anterior; b - vista posterior; c- vista lateral. Tamanho natural.	441
Figura 125. Tipologia da indústria óssea. 27 G – Sub-tipo 27G. a – vista anterior; b- vista posterior; c- vista lateral. Tamanho natural.	442
Figura 126. Distribuição espacial da industria óssea.	444
Figura 127. Distribuição espacial da industria óssea.	445
Figura 128. Distribuição, por camada, dos artefatos ósseos.	446
Figura 129. Distribuição dos dentes trabalhados por famílias.	450
Figura 130. Lâmina de machado achada fora do sítio.	453
Figura 131. Lâminas de machados associadas a sepultamentos.	454
Figura 132. Artefatos líticos possivelmente utilizados para escavar canoas: a e b.	455
Figura 133. Enterramento com artefatos líticos como acompanhamento. O monte de refugio do setor H4 foi cortado para deposição do corpo.	462
Figura 134. É uma constante a presença de seixos e lâminas de machado relacionados aos enterramentos.	463
Figura 135. Enterramento com lâmina de machado.	463
Figura 136. Enterramento com acompanhamento de pingentes ósseos.	464
Figura 137. Concreção e concha com dois buracos de estaca.	472
Figura 138. Sítio da Ponta do Leste.	475
Figura 139. Escavação do sítio da Ponta do Leste.	475
Figura 140. Do sítio da Ponta do Leste avista-se o sítio Ilhote do Leste.	476
Figura 141. Sepultamento do sítio da Ponta do Leste.	479
Figura 142. Sepultamento do sítio da Ponta do Leste.	480
Figura 143. Enterramento com membros superiores cobertos com areia tingida de vermelho.	480

Índice das Tabelas

Tabela 1 Ocorrência de artefatos líticos localizados em sítios do Rio de Janeiro.	23
Tabela 2 Ocorrência de artefatos ósseos localizados em sítios do Rio de Janeiro.	24
Tabela 3. Ocorrência de artefatos malacológicos localizados em sítios do Rio de Janeiro.	25
Tabela 4	
Tabela 5 Distribuição qualitativa dos artefatos líticos no estado do Rio de Janeiro.	157
Tabela 6 Distribuição qualitativa dos artefatos ósseos no estado do Rio de Janeiro.	158
Tabela 7. Distribuição qualitativa dos artefatos malacológicos no estado do Rio de Janeiro.	158
Tabela 8. Concentração de sítios em Paratimirim.	262
Tabela 9. Concentração 1.	267
Tabela 10. Concentração 2.	268
Tabela 11 Concentração 3.	271
Tabela 12 Concentração 4.	273
Tabela 13 Concentração 5.	274
Tabela 14. Material resgatado nos sítios pesquisados.	277
Tabela 15. Espécies malacológicas presentes nos sítios.	280
Tabela 16 Peixes- espécies mais consumidas.	283
Tabela 17. Artefatos líticos encontrados nos sítios.	285
Tabela 18. Artefatos ósseos encontrados nos sítios.	287
Tabela 19. Artefatos malacológicos encontrados nos sítios.	304
Tabela 20. Ficha de campo	305
Tabela 21. Ficha utilizada no campo	306

Tabela 22. Fauna e flora da RBEPS, Ilha Grande de acordo com o Plano Diretor (1985).	367
Tabela 23. Identificação dos Espécimes coletados na Ilha Grande.	373
Tabela 22. PMARA - Material Malacológico.	407
Tabela 23. Programa Mínimo de Restos Alimentares - PMARA - material Ósseo.	408
Tabela 24. sistemática e habitat das espécies identificadas no sítio Ilhote do Leste (Ilha Grande, RJ).	421
Tabela 25. Descrição dos tipos de pontas ósseas.	426

Índice dos Quadros

Quadro 1- Datações obtidas em sítios próximos à amoladores-polidores
fixos.

354

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. PROBLEMÁTICA

Um dos maiores interesses do estudo dos sítios litorâneos reside justamente nas melhores possibilidades de se discriminar a influência dos fatores ambientais que homogeneízam a cultura material da margem de "liberdade cultural", expressa pelas diferenças de estilo em grupos de mesmo nível tecnológico (Prous 1992 : 199)

No presente trabalho, são abordadas três questões principais: identidade sociocultural; mobilidade e dinâmica de ocupação; e sistemas de trocas. O enfoque principal está na Ilha Grande, no período de 3300 a 2500 anos AP. Como contorno, há a baía da Ilha Grande e de Sepetiba; como contexto, apresenta-se o litoral do estado do Rio de Janeiro e como pano de fundo, o litoral brasileiro do estado do Rio Grande do Sul ao estado do Espírito Santo.

Tem-se por preocupação a caracterização das unidades mínimas, sua articulação e seu sistema de trocas. Estas questões são focadas e inseridas num contexto maior, que é o povoamento do litoral brasileiro, os sistemas socioculturais envolvidos e a articulação entre eles.

Para a reconstituição da dinâmica de ocupação da baía da Ilha Grande, antes de tudo, é necessário definir as unidades culturais envolvidas. Sendo este

um dos maiores problemas da arqueologia e, embora o assunto já tenha sido introduzido na parte relacionada à delimitação do objeto do estudo, cabe aqui, no estabelecimento da problemática, retomar e aprofundar a questão, fazendo com isso, também, uma reflexão sobre o desenvolvimento teórico metodológico da arqueologia de litoral no Brasil.

A questão sobre identidade cultural no litoral

A questão sobre identidade cultural dos grupos responsáveis pela formação dos sambaquis teve início logo após a finalização do debate sobre o caráter artificial desses sítios. Esse debate durou quase 60 anos e só arrefeceu quando Clerot (1928) estabeleceu as características que distinguem os concheiros naturais dos artificiais.

A reformulação do conceito de tipo, nos anos 40, atribuindo-lhe um caráter quantitativo, no lugar de qualitativo, como era usado pelos colecionadores, permitiu que passasse a ser utilizado como um importante instrumento de pesquisa cultural (Ford 1954) e passou a ser uma questão mundial o estabelecimento das origens e movimentos de dispersão dos grupos pré-históricos.

No Brasil, entre as décadas de 50 e 80, houve inúmeras tentativas de agrupamentos regionais, apoiadas na sistematização das diferenças e das semelhanças encontradas na cultura material dos sambaquis. Dentre esses, destacam-se os trabalhos de Loureiro Fernandes, Paulo Duarte, Adam Orssich,

Ondemar Blasi, Wesley Hurt, José Wilson Rauth, João Alfredo Rohr, Guilherme Tiburtius, Valentin Calderon, Alan Bryan, Clifford e Betty Meggers, Margarida Andreatta, Maria José Menezes, Niéde Guidon, Luciana Palestrini, Ondemar Dias, Ana Maria Beck e Serrano, autores cujo objetivo principal de seus trabalhos era evidenciar os grupos afins e reconstituir os movimentos migratórios ocorridos na costa brasileira.

Origem da cultura sambaquiana

Embora houvesse uma preocupação no estabelecimento das unidades culturais e sua dispersão, não existia, inicialmente para o litoral, um questionamento sobre a origem de seu povoamento, se se tratava de uma só filiação cultural ou se os sambaquis haviam sido formados por diferentes levas de grupos vindos de lugares distintos. Apenas Annette Laming Emperaire (mimeógrafo inédito), que desejava testar a proposta de Paul Rivet sobre a existência de uma rota alternativa por mar usada por grupos que, há muito tempo, já estariam adaptados à vida marinha, sugere, em trabalho ainda inédito, a possibilidade de uma origem única, vinda de fora.

Devido à morte prematura de Emperaire, seu projeto foi interrompido, mas outros retomaram a questão da origem dos grupos responsáveis pela formação dos sambaquis, passando-se a discutir se abrangia uma ou várias culturas sambaquianas.

Segundo Prous (*op.cit.*:259), Serrano foi o primeiro a abordar o problema da identidade do “sambaquiano”, identificando a “fácies meridional”, com zoólitos, mais ao sul, e a “fácies setentrional”, a partir de São Paulo, sem zoólitos. Posteriormente, Beck (*apud Id.Ibid*) criou subdivisões para essas fácies e, depois, Piazza (*apud Id.Ibid*) definiu fases a partir de sítios englobados em uma dessas subdivisões, começando por critérios exclusivamente malacológicos, em função da predominância dos tipos de moluscos coletados. A classificação, a partir dos restos malacológicos, dentre outros aspectos, foi também utilizada, no Rio de Janeiro, para definir fases, por Mendonça de Sousa (1981), e unidades culturais, por Heredia et al (1989).

Segundo Prous, “o que poderíamos chamar de fácies meridional corresponde, a *grosso modo*, geograficamente, ao que para sambaqui corresponde ao mesmo nome” (*op.cit.*:273). Este autor cita, como área de incidência dos sambaquis, o litoral entre “os domínios dos cerritos e o limite setentrional entre Ubatuba e Parati” (*id*), não englobando o resto do estado do Rio de Janeiro, evitando entrar na questão da fase Itaipu.

Embora não seja colocada de forma explícita, Prous considera a existência de uma cultura sambaquiana. Tem em conta, também, que haveria diferentes tipos de vestígios, além dos sambaquis, pertencentes a essa cultura, assim como a presença de outros grupos culturais no litoral. Ou seja, para Prous, existiriam sambaquis formados por diversos grupos, além de haver também outros tipos de sítios formados por sambaquianos.

Apesar de os sambaquis formarem a grande maioria dos sítios conhecidos no litoral, eles não são os únicos e algumas outras formas podem ser relacionadas, seja à cultura sambaquiana, seja a outras comunidades” grifo nosso (Prous op.cit.267).

Para Prous (*ibid*), estão relacionados à cultura sambaquiana os esconderijos e os sambaquis fluviais. Os esconderijos, locais onde eram enterradas as esculturas, provavelmente seriam sítios rituais. São encontrados em Cananéia, no estado de Santa Catarina, e há informações a seu respeito no estado do Rio Grande do Sul. Os sambaquis fluviais podem ser divididos em sambaquis *stricto sensu* e acampamentos. Para Prous, os acampamentos podem estar relacionados tanto a grupos interioranos, como, também, a grupos responsáveis pelos acampamentos marinhos, uma outra modalidade cultural da ocupação litorânea.

Prous separa sítios estáveis e acampamentos como unidades funcionais e não culturais, provavelmente, baseado no modelo de Binford (1996) para mobilidade de caçador-coletor.

Segundo Binford (*id*), grupos caçadores-coletores ocupariam, simultaneamente, sítios residenciais estáveis de maior visibilidade e sítios menores para acampamentos de curta duração. Dependendo da oferta de alimentos, a exploração se faria de duas maneiras: caça e coleta generalizada e caça e coleta especializada. Os dois casos resultam em sítios menores associados a maiores, localizados em áreas centrais. No caso do caçador-coletor

generalizado, há sítios de curta duração próximos às áreas de exploração. Já o caçador-coletor especializado, relacionado a situações onde a oferta de alimentos é menor, implica a existência de sítios para processamento de alimentos estocáveis. De acordo com esse modelo, acampamentos e sambaquis fariam parte de um mesmo sistema de assentamento.

No entanto, o fato de que existiam sítios formados predominantemente por moluscos e outros formados apenas por lentes de conchas serviu para ser utilizado como uma diferenciação que até então não havia sido sistematizada na cultura material. Com exceção da presença de zoólitos, o estudo de artefatos, segundo a abordagem do Histórico Culturalismo, não permitiu a delimitação das unidades culturais.

Numa análise da arqueografia brasileira, pode-se verificar a dificuldade de delimitação das províncias culturais, a partir do estudo da distribuição da cultura material. Sua delimitação em fácies foi importante para uma primeira sistematização mas, numa abordagem mais detalhada, pode-se constatar a ineficácia das classificações. Isto fica evidenciado pelo fato de que são comumente encontrados sítios distantes entre si portando uma mesma cultura material e, ao mesmo tempo, sítios próximos e contemporâneos apresentando cultura material com diferenças marcantes.

Sambaquis e acampamentos

Denominam-se acampamentos litorâneos os sítios arqueológicos onde a presença de moluscos, representada por lentes ou bolsões, está restrita a uma parte mínima do volume do sítio, enquanto o sedimento arenoso restante contém uma grande quantidade de peixes.

A oposição cultural entre sambaquis x acampamentos foi inicialmente proposta por Beltrão e Kneip (1969), embora essa diferenciação já tivesse sido esboçada na utilização de outras palavras, como “paradeiro” (Serrano in Prous *op.cit.*: 205) e como sítio paleoetnográfico (Tiburtius e Rohr in Prous *idit*). Muitas vezes, esta diferenciação refere-se a distinções ceramistas e não-ceramistas, mas também é usada para distinguir sambaquis de sítios litorâneos “não-sambaquis”.

Dos 12 sítios analisados por Prous para a caracterização dos acampamentos litorâneos, seis estavam sobre sambaquis, dividindo as jazidas, sem evidências de abandono. No entanto, Prous não apresenta outras características que possam diferenciar esses sítios dos sambaquis, seja na cultura material, seja na estratigrafia; a única diferenciação está no fato de apresentar menor ou maior quantidade de conchas e parece se dar conta disso quando revela que, em alguns casos, como no exemplo do Pântano do Sul:

*Um caso inverso, por enquanto único, é o de Pântano do Sul, onde a lente de concha se sobrepõe à terra escura, indicando, talvez, a volta de um alimento, ou a um sistema de procura alimentar, abandonado momentaneamente por razões ecológicas. Este problema pode levar a se questionar a validade de se opor culturalmente sambaquis e acampamentos... (Prous *op.cit.* :274)*

Prous também considera a possibilidade do encontro de maior ou menor quantidade de molusco se dever a uma distribuição espacial nos sítios, embora informe que “pesquisas recentes questionam a colocação que os acampamentos seriam posteriores aos sambaquis” (Prous *op.cit.*:261).

Pouco se sabe sobre os “acampamentos”, principalmente os representados sobre sítios em duna, a grande maioria. Sua associação com sambaquis pode ser constantemente verificada. Embora esta associação não seja contemplada nas publicações, com exceção da relacionada ao sítio do Pântano do Sul¹ (Rohr 1977), ela pode ser percebida a partir de visitas aos locais, em concentrações de sítios no litoral de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. É bem provável que também ocorram em todo o litoral brasileiro com incidência de sambaquis.

Em Santa Catarina, além do caso do sítio Pântano do Sul, são encontrados tanto ao lado, como sob os sambaquis, como nos casos do sambaqui Jabuticabeira II e Guaropava do Sul.

No litoral do Estado do Rio de Janeiro, a associação de sítios em duna com sambaquis pode ser exemplificada pelos sambaquis do Forte (Kneip 1980), próximo à duna da Boa Vista; de Camboinhas (Kneip 1981), vizinho à Duna Grande e à Duna Pequena; pelos sítios de Geribá II (Tenório *et alii* 1990),

¹ Rohr (1977) constatou que a ocupação do sítio do Pântano do Sul se estendia também às dunas adjacentes, tendo inclusive obtido datações que atestaram sua contemporaneidade.

contíguo aos sítios em duna Casa do Sr. Abel e Gravatá; Ponta da Cabeça (Tenório 1992), próximo aos sítios sobre dunas Colônia de Pesca e Massambaba I,II e III e Ilhote do Leste, também a cerca de 150m do sítio "Da estrada" e 1.500m do sítio Ponta do Leste, ambos localizados sobre dunas.

A proposta de Neves (1988) contribuiu para a diferenciação cultural entre os sambaquis e os acampamentos, a partir de "estudo paleogenético intergrupar em contraponto às informações oriundas dos estudos arqueológicos efetuados na mesma área". Neves (*id*:136) propõe que outro grupo, biologicamente diferenciado dos construtores dos sambaquis encontrados no litoral sul e norte do estado de Santa Catarina, teria povoado o litoral central deste estado. Seriam populações com grande dependência da pesca, vindas do interior, as que teriam produzido os sítios rasos encontrados no litoral central de Santa Catarina. No entanto, Neves apresenta este dado apenas para o litoral central de Santa Catarina, não devendo ser usado para todo o litoral brasileiro.

Também pressupondo uma diferenciação cultural, a partir da oposição entre sítios com predomínio de moluscos e sítios com maior evidência de pesca, Dias (1967) identificou a fase Itaipu, em sítios em dunas no estado do Rio de Janeiro. No ano de 1976, foi criado o termo *tradição Itaipu* (Dias Jr 1992:162) e, posteriormente, as subdivisões Itaipu A, B e a Fase Potiri, no Espírito Santo. Inicialmente, as fases Itaipu A e B, segundo Dias (*id*), distinguiam-se da cultura sambaquiana por representarem uma mudança adaptativa às alterações ambientais ocorridas há cerca de 4500 anos AP. Mais tarde, a afirmativa foi

revista e, atualmente, trabalha-se também com a hipótese de origens diferentes, mais próxima da proposta de Neves para o litoral central de Santa Catarina.

Segundo Dias (1992:162), "algumas populações que possuíam ainda boas condições adaptativas puderam permanecer nos antigos locais de coleta e, sistematicamente, foram ampliando seus recursos". As populações definidas como pertencentes à fase Itaipu A introduziram novas técnicas, inclusive a da interferência nos processos reprodutivos de plantas.

Posteriormente, com as escavações do Corondó, foi feita uma reformulação sobre as origens da tradição. A constatação de que o sítio do Corondó teria sido construído por populações já perfeitamente caracterizadas e portando o conhecimento dos processos de reprodução de plantas, que provavelmente não ocorreu *in situ* Dias Jr & Carvalho (1990: 161), serviu para elaborar a hipótese de uma origem diferente dos sambaquis, embora fosse deixado em aberto "quais os caminhos percorridos pela difusão entre um ponto desconhecido no interior do país e esta região costeira". (Dias *op.cit.*:172).

Uma origem diferente pressupõe uma unidade sociocultural distinta da sambaquiana. Segundo Dias:

"podemos supor que a origem da Tradição não se prenderia, necessariamente, a sambaquianos adaptados. Ela poderia resultar, então, de caçadores, coletores & pescadores diversificados que desenvolveram uma sociedade complexa, paralela aos coletores especializados. (id:160)

No entanto, “essas populações (Itaipu A) fizeram transformações lentas no sentido inverso daquele considerado como “normal” pelos evolucionistas ... cada vez mais se dedicaram à caça e à pesca” (Dias Jr & Carvalho: *op.cit* 161); dando origem à fase Itaipu B “, elas (comunidades pertencentes à fase Itaipu A) puderam, ao redor de 2000 anos passados, mais uma vez, alterar seus padrões, caracterizando a fase Itaipu “B” (Dias *op.cit.* 172).

Dias (*ibid*:172) caracteriza a fase Itaipu “B” pelo incremento da pesca e pela reocupação de “antigos sambaquis à beira-mar” (*id*). Ainda, segundo este autor, a persistência de artefatos líticos, que poderiam ter sido utilizados para o preparo de alimentos vegetais, permite supor que estes continuaram sendo consumidos.

Embora ressalte muito a diferenciação cultural entre sambaquis e a tradição Itaipu, a ponto de constituírem duas tradições culturais e também prestes a levantar, em outro momento, a hipótese de terem origens diferentes, Dias (*ibid*) afirma que apresentam vínculos culturais:

*“O vínculo entre as antigas comunidades (sambaquianas) e as novas (economia diversificada – Itaipu) manteve-se tanto na tecnologia de fabrico, quanto na persistência dos padrões tipológicos dos artefatos líticos. Sem dúvida, esta classe de material ... constitui-se numa espécie de “espinha dorsal” unindo as Tradições locais.” (Dias, *ibid*:172)*

A partir do apresentado, observa-se que não está claro para seus autores se a tradição Itaipu teria surgido como uma readaptação de grupos litorâneos a uma nova paisagem, ou se seria o resultado da chegada de grupos interioranos

ao litoral. No entanto, com os dados fornecidos, torna-se possível uma outra interpretação que oferece alguma coerência às contradições encontradas, ou seja, a tradição Itaipu pode estar evidenciando grupos do interior que, chegando ao litoral, mantiveram contato com populações sambaquianas, sendo posteriormente aculturados, passando a constituir uma nova fase, a fase Itaipu B que, ao que tudo indica, trata-se de uma reafirmação da cultura sambaquiana, acrescida de uma intensificação da atividade pesqueira, mas mantendo todas as suas principais características culturais.

Andrade Lima (1991), embora concordando com a existência de uma mudança econômica, tema de sua tese de doutoramento, discorda que as fases Itaipu A e B possam fazer parte de uma mesma Tradição. Segundo esta autora, a incrementação da pesca para grupos coletores/pescadores, observada na fase Itaipu B, correspondeu “a um mecanismo de desvio-contracção (feedback negativo), enquanto a Itaipu A, no caso de ser uma população coletora especializada em molusco, significou uma expansão de sistema, transformando, substancialmente, a sua primitiva configuração”. Ainda, segundo Andrade Lima, se for considerada a hipótese de uma origem interiorana para a fase Itaipu A, “o distanciamento das proposições da Tradição ainda é maior. Trata-se de dois processos culturais totalmente distintos”. (Andrade Lima *op.cit.* 53). Esta autora também chama a atenção para a grande persistência temporal dessa fase, o que transcende os limites de uma fase.

Prous (1992) atentou para a diversidade dos acampamentos litorâneos e optou por limitar a fase Itaipu aos limites físicos do Rio de Janeiro, área que até

então apresentava muito poucos dados para que pudesse ser inserida nas subdivisões de Beck.

Em relação à diferenciação entre sambaqui e acampamento, embora a criação da Tradição Itaipu seja consequência da constatação da existência de sítios que apresentavam menor quantidade de conchas, Dias Jr (*id.*: 166), posteriormente, passa a ver esses sítios como fazendo parte de um mesmo padrão de assentamento, como já fora proposto por Gaspar (1991) para sambaquis.

Gaspar (*ibid*) propôs e mais tarde provou com datações radiocarbônicas (Gaspar, 1998:124) que, no litoral, a unidade mínima com significado sociológico é o conjunto de sítios e não o sítio isolado.

Tânia Andrade Lima (1991: 40) e André Prous (1992: 205) também reconheceram a existência de sítios próximos contemporâneos formando agrupamentos. Concordando com Gaspar, propuseram que os sítios maiores teriam um *status* superior aos outros. Gaspar fez esta proposta baseada na constatação de que nos conjuntos estudados havia sempre alguns sítios bem maiores do que outros (Gaspar *op.cit.*: 143). Já Andrade Lima (*op.cit.*: 503) baseou-se no fato de que alguns sítios, no caso o sítio do Peri, apresentava maior quantidade de restos de moluscos o que, segundo a autora, indicaria uma fixação em território privilegiado, oferecendo a seus habitantes um *status* superior.

Ao afirmar que os sítios menores seriam satélites de sítios maiores centrais e ao relacionar os conjuntos de dunas e sambaquis à fase Itaipu "B", Dias (*id.* 165-166) concorda com a constante associação de sambaquis e sítios em duna observada por Tenório & Gaspar (1990). A diferença é que, apoiado na datação de 2030 ± 155 BP, obtida por Kneip et al (1981) para a Duna Pequena, Dias relaciona os sítios em duna a sambaquis abandonados ou reocupados por grupos pertencentes à fase Itaipu "B". Ao propor esse padrão de assentamento como um indício da presença da fase Itaipu "B", que teria surgido no estado do Rio de Janeiro por volta de 2000 anos AP, Dias não leva em consideração a associação verificada em Santa Catarina há cerca de 4000 anos antes do presente (Rohr *op.cit.*).

O que pode ser percebido a partir do exposto é que não há evidências que permitam associar sítios que apresentem menor quantidade de restos de moluscos a outras "culturas" não-sambaquianas. O que parece claro é que os sítios menores fazem parte do sistema de assentamento sambaquiano: sítios grandes centrais associados a outros sítios menores, seus satélites, como já foi observado por Gaspar (1991:401).

Talvez fosse também o caso de procurar explicar a presença dos sítios maiores. A partir de análise do material ictiológico nos sítio COSIPA-3, Figuti (1989) pôde constatar que a maior visibilidade do molusco induz a uma superestimação de seu peso na dieta alimentar, ofuscando a estimativa do consumo de peixes. Associada a esta constatação, outros trabalhos (Fish et al 1997) têm oferecido evidências que apontam para o fato de que apresentar mais

carapaças de moluscos, muitas vezes, pode estar associado a sua utilização como material construtivo.

No entanto, mesmo quando, em determinados casos, se possa inferir uma mudança na economia com aumento de determinada atividade, até que ponto esta observação permite a constatação da existência de uma outra unidade sociocultural, se forem mantidas as mesmas características expressas na cultura material?

Cultura e adaptação

A discussão sobre origem e unidade cultural se misturou às questões sobre mudança temporal, ambiental e adaptação e, como consequência, houve uma interdição ao uso do termo sambaqui para definir genericamente ocupação litorânea. Passando a ser o foco dos debates, o que seria ou não sambaqui, sendo substituída a delimitação dos sistemas sócio-culturais envolvidos no povoamento do litoral brasileiro, pelo questionamento das mudanças adaptativas observadas nos sítios. (Terceiro Seminário Goiano de Arqueologia, março de 1980; 3º Reunião do Sudeste, abril de 1995).

O reconhecimento de que existem sítios litorâneos contendo maior ou menor quantidade de molusco não está presente apenas na arqueologia brasileira, só não é consenso a atribuição de uma conotação cultural a essa diferenciação. A explicação que prevalece, a exemplo do que Erlandson (1994:277) observa na costa da Califórnia, é que os sítios mais antigos

apresentam maior quantidade de moluscos; nos mais recentes, é possível observar que o molusco deixa o papel de elemento básico da dieta para passar a ser apenas um artigo suplementar, o que é explicado por crescimento demográfico e pela exaustão dos bancos de moluscos. Essa explicação é compartilhada por Andrade Lima que observa a mudança do conteúdo faunístico em sítios localizados no litoral do estado do Rio de Janeiro, atribuindo o fato a uma exploração predatória dos bancos de moluscos e a um crescimento demográfico, e não a uma opção cultural.

Considera-se que não há por que criar uma tradição em oposição a sambaqui, já que a distinção está apoiada apenas numa opção que é acompanhada de uma tendência econômica mundial, ou seja, que os grupos adaptados ao litoral tendem, em momentos mais recentes, a diversificar sua dieta baseada em moluscos, intensificando atividades como a pesca e introduzindo novos itens. Essa tendência pode vir a constituir uma fase, mas existe um longo percurso a ser percorrido até que seja configurada uma outra tradição cultural.

Andrade Lima (1991), apoiada nos pressupostos da Ecologia Humana, propôs que o fato de existirem sítios com maior ou menor quantidade de restos de moluscos pode ser explicado como uma resposta à escassez desse recurso, devido a uma coleta predatória e a um aumento demográfico. Segundo ela, a falta de tal alimento, recurso estruturador da identidade social desses grupos, teria incentivado a exploração de novos ambientes e uma maior diversificação das

espécies consumidas. Conclui que a diferenciação no conteúdo dos sítios estaria relacionada a uma mudança adaptativa e não a uma característica cultural ².

Embora a Nova Arqueologia tenda a confundir cultura com adaptação, pelo que foi exposto, considera-se incorreta a utilização de mudanças observadas na dieta alimentar para inferência de diversificação cultural.

No entanto, mesmo não considerando a diferenciação feita a partir da quantidade de moluscos encontrada nos sítios como um diferenciador cultural, Andrade Lima (1991: 33) propõe que o litoral teria sido ocupado por diferentes sistemas socioculturais vindos do interior:

*“Produzidos por sistemas socioculturais distintos, regidos por lógica própria interna, esses montes precisam ser analisados sob a ótica da diversidade, respeitando-se seus particularismos, na medida em que perspectivas generalizantes e homogeneizadoras são de todo equivocadas para explicá-los”
(Andrade Lima 1999-2000: 314).*

Partindo dessa premissa, mesmo não sendo clara no estudo da cultura material, haveria diversidade cultural na costa, em função das diferentes origens dos grupos que a teriam povoado.

A variabilidade cultural como consequência de diferentes origens

² A mudança na economia de coletores para pescadores também é constatada nos sítios localizados na costa da América do Norte. Segundo Erlandson (1994: 277), no golfo da Califórnia, nos sítios mais antigos, predominam os restos de moluscos, enquanto que nos mais recentes há o predomínio de restos de pescado.

Citando Abreu e Imbeloni, para mostrar que a unidade cultural sambaquiana já vem sendo questionada há muito, Andrade Lima retoma a discussão sobre origem do sambaqui, argumentando sobre a utilização do ato de construir montes, como traço cultural, proposta por Gaspar (1998). Para Lima, tal atividade pode estar relacionada a inúmeras funções, “uma resposta constante da espécie a determinados estímulos” (*Id*: 315).

Quanto à persistência de certos itens da cultura material, verificada nas adaptações aos ambientes litorâneos, Andrade Lima (*Id*) a atribui a uma conjunção de fatores, como limitação de matéria prima e difusão de técnicas, acompanhando os movimentos migratórios ao longo da costa.

Embora questione a validade da utilização das similaridades encontradas na cultura material, Andrade Lima (1991:513) utiliza outras, apontadas na cultura material como indicio de que os sítios abordados na baía da Ribeira foram construídos por grupos pertencentes a um único sistema sociocultural. Tudo indica que o parâmetro usado pela autora é o da proximidade geográfica, pois apenas em sítios à pouca distância uns dos outros considera válida a utilização de tais similaridades.

Andrade Lima considera que concentrações de sítios devam corresponder a grupos de mesma filiação cultural:

“Concentrações de sítios resultantes do estabelecimento desses coletores no âmbito de uma localidade ou mesmo de uma região podem ser assumidas como contemporâneas e corresponder à partilha de um território por bandos com uma mesma filiação cultural”. (Andrade Lima 1991: 40)

Ao concordar com a utilização das similaridades encontradas na cultura material apenas para sítios próximos, Andrade Lima parece aceitar também que as concentrações sempre teriam sido formadas por sítios contemporâneos e que a ocupação do litoral possa ser explicada por conjuntos regionais isolados, contradizendo sua afirmativa de uma grande mobilidade na costa.

Embora concordando com Barreto (1988 *apud* Andrade Lima *ibid.*) sobre a escassez dos dados disponíveis para discutir em maior profundidade a origem das populações que alcançaram o litoral durante o holoceno, Andrade Lima propõe, hipoteticamente, um modelo para o povoamento da costa brasileira, baseado no de Osborn, no que se refere à pressão demográfica, e no de Perlman, ao tratar de aproveitamento oportunista. De acordo com o modelo de Andrade Lima:

“Grupos provenientes do interior teriam alcançado o litoral empurrados por stress populacional em algum ponto do planalto e alcançaram a costa; ao encontrarem ambientes extremamente favoráveis ao seu estabelecimento, teriam se especializado na exploração dos abundantes recursos disponíveis em determinados ecossistemas não só por opção oportunista, mas ainda pela dificuldade de transpor a barreira montanhosa da Serra do Mar, já anteriormente considerada por vários autores.” Andrade Lima (1991:33).

No entanto, não existem evidências desse *stress* populacional e, quanto à riqueza do litoral, a questão tem sido muito discutida (Osborn 1977, Binford 1983, Sauer 1962, Bailey 1975, Cohen 1981), parecendo claro que a oposição não seria tanto litoral *versus* interior e sim áreas de concentração de ambientes e áreas sem concentração, que podem ocorrer tanto no litoral como no interior. (Tenório 1991).

O que é consenso é o alto grau de previsibilidade do molusco que, por sua vez, também é encontrado em regiões interioranas. Mesmo o molusco tendo o atrativo de ser fixo, previsível, podendo ser coletado por qualquer membro da sociedade ele só irá constituir a base da alimentação se a dieta for também complementada por grande percentual de produtos vegetais (Tenório 1991 *passim*; Elandson 1994:276) e, embora existam evidências do consumo de vegetais nos sambaquis brasileiros (Tenório *ibid*), sua participação na dieta parece ser pequena para que possa constituir de fato uma complementação ao molusco.

Também não existem evidências que comprovem a ocorrência de um êxodo do interior para o litoral, nem que diferentes grupos interioranos seriam os responsáveis pela diversidade apontada por Andrade Lima. Esta questão será aprofundada no capítulo II. Porém, em relação ao problema da identidade cultural, a argumentação de uma grande diversidade no litoral, baseada apenas na possibilidade de ele ter sido ocupado por diferentes grupos interioranos, carece de respaldo científico.

Ao mesmo tempo, Andrade Lima (*op.cit*:315), ao alertar que a ocupação do litoral deve ser abordada à luz do reconhecimento da diversidade, não atenta para a possível existência de miscigenação. Embora mencione "difusão de técnicas" acompanhando movimentos migratórios, indiretamente sugere que levadas populacionais oriundas do interior chegariam com seus costumes e, logo, adaptar-se-iam ao litoral, abandonando totalmente quaisquer elementos de sua cultura, passando, então, a produzir, imediatamente, elementos similares encontrados em toda a costa – desde artigos funcionais, utilizados na obtenção de alimentos, até

elementos rituais – sem que houvesse contato com alguma “cultura” que já possuísse esses costumes, ou que tivesse pleno domínio da tecnologia necessária para a exploração dos recursos litorâneos.

Embora pouco provável, caso os grupos interioranos tivessem chegado ao litoral e rapidamente se adaptado, perdendo, inclusive, seus traços mais marcantes, é bem possível que fossem absorvidos culturalmente por populações já bem adaptadas ao ambiente aquático. Schmitz et al (1992) também constata esse fato no litoral de Santa Catarina.

A aculturação de grupos interioranos, que teriam chegado ao litoral, favoreceria a manutenção e a continuidade de uma “cultura sambaquina”, constituída de muita miscigenação, devido à constante introdução de elementos novos. No modelo de Gaspar (*op.cit*), elementos estruturais manteriam a coesão do grupo, protegendo sua desestabilização cultural que poderia ficar ameaçada pela constante introdução de elementos novos.

Cultura material : similaridades e diferenças

Para ilustrar as similaridades e diferenças encontradas na cultura material proveniente do litoral compreendido entre o Rio de Janeiro e Torres, foram elaboradas três tabelas (tabelas 1,2 e 3), contemplando a distribuição das indústrias lítica, óssea e malacológica. Foram utilizadas as informações fornecidas por Prous (*op.cit.*), acrescidas das informações obtidas através do

desenvolvimento do projeto “O aproveitamento ambiental das populações pré-históricas no estado do Rio de Janeiro”.

A falta de uniformização e a escassez de dados diminuíram a qualidade da sistematização das informações. No entanto, embora aquém do almejado, ela se faz necessária, porque é parte da problemática colocar em discussão propostas que estejam apoiadas nas similaridades e diferenças encontradas na cultura material proveniente do litoral brasileiro, muito embora a bibliografia existente não permita qualquer aprofundamento sobre esta questão.

Na elaboração das tabelas, foram usadas subdivisões a partir de estados e não a partir das concentrações de sítios. Esta opção se fez necessária porque, muitas vezes, o nome do estado foi a única informação obtida sobre a localização dos sítios de onde foram resgatados os materiais, postura que não afeta os resultados, porque as concentrações ocorrem dentro de cada um deles e não mesclam fronteiras estaduais.

A partir das tabelas 1,2,3, pode-se observar a similaridade da cultura material proveniente do litoral, embora haja indiscutíveis elementos destoantes, como a ausência de zoólitos no Rio de Janeiro. Deve-se levar em consideração a escassez desse elemento no estado de São Paulo e sua abundância no sul, o que parece indicar um elemento introduzido nesta região e que perde sua popularidade, à medida que há uma dispersão de pessoas ou de idéias para o norte.

Tabela 1 - Ocorrência de artefatos líticos em sítios localizados no litoral brasileiro

Material/Estados	Rio G. do Sul	Santa Catarina	Paraná	São Paulo	Rio de Janeiro
Recipientes					
Prismas naturais					
Seixos batedores					
Pesos de rede					
Bigornas					
Alisadores					
Grosa					
Corantes					
amoladores polidores fixos					
amoladores polidores portáteis					
Lascas de quartzo					
Lascas de seixos de r. básicas					
Pedras de queijo					
Lâminas de machados de seixos ou plaquetas com só o aume polido					
Pingentes zoomórfos					
Zoólitos					
Pingentes					
Pedras furadas					
Pratos					
Pedras com depressões					
Tigelas ,pilões e pratos					
Objetos geométricos					
Pedras c/ covinhas					
Rodas dentadas					
Bola de boleadeira					

Tabela 2 - Ocorrência de artefatos ósseos em sítios localizados no litoral brasileiro

Material/estados	Rio G. do Sul	Santa Catarina	Paraná	São Paulo	Rio de Janeiro
Facas					
Dentes de tubarão trabalhado					
Espátulas					
Instrumentos de ossos de cetáceos					
Recipientes					
Discos com furos					
Flauta					
Apito					
Tábuas de ossos de cetáceos					
Vértebras perfuradas					
Dardos					
Pontas de esporão de raia					
Espinhos trabalhados					
Furadores					
Pontas de diáfises peixes					
Pontas de diáfises mamíferos e aves					
Anzóis					
Buril feito de dente					
Propulsores					
Peça com gume de osso de cetáceo					
Pássaro					
Aguihas					

Tabela 3 - Ocorrência de artefatos malacológicos em sítios localizados no litoral brasileiro

Material/Estados	Rio G. do Sul	Santa Catarina	Paraná	São Paulo	Rio de Janeiro
Valvas recipientes					
Valvas com bordo cortante					
Valvas raspadores					
Braceletes					
Pingentes					

Por outro lado, os elementos semelhantes encontrados na indústria sugerem a mesma tradição cultural, com acréscimos e perdas regionais que podem ter sido provocados por aprimoramento tecnológico/adaptativo ou por contato e incorporação de outros grupos.

A distribuição do material lítico indica que, no estado de Santa Catarina, ocorre uma grande diversidade de tipos que se expande para os litorais norte e sul.

Retirando o Paraná da tabela, observa-se que a difusão dos elementos até o Rio de Janeiro é bem maior. O estado do Paraná fomenta a ilusão de uma ruptura cultural, o que pode ser apenas resultante da escassez de pesquisas.

Embora o estado de Santa Catarina não apresente datações muito antigas, sua indústria lítica sugere que teria se constituído num centro de dispersão. Já o estado do Rio Grande do Sul parece ter recebido a influência de elementos externos, responsáveis pela introdução das pedras com covinhas e os objetos geométricos. No entanto, estes elementos são numericamente poucos e só chegam até Santa Catarina.

Este último estado pode também ser visto como lugar de ponto de dispersão, como um divisor de águas em relação ao material lítico. Alguns elementos chegam do norte ou do sul e o alcançam, mas não o ultrapassam, fato que pode ser interpretado como a introdução de itens de fora obtidos através de contato ou da entrada de outros grupos por Santa Catarina (Neves 1984) ou,

alternadamente, pelos dois estados, depois se misturando a grupos sambaquianos.

Em relação à indústria óssea, sua distribuição é muito mais homogênea e, não considerando o estado do Paraná, observa-se uma continuidade, com o estado de São Paulo no centro de dispersão.

Em relação à indústria malacológica, constata-se que o Rio de Janeiro apresenta a maior variabilidade de itens, tendo sido, provavelmente, o centro de dispersão desse implemento tecnológico (Dias 1992:162).

Pelo que foi exposto, a cultura material registrada no litoral brasileiro não apresenta evidências de que seja resultante de adaptações independentes. A variabilidade observada, provavelmente, está mais relacionada à absorção de novos elementos culturais do que a uma grande diversidade cultural.

As repetições observadas nos rituais de enterramentos corroboram a hipótese da existência de uma cultura sambaquiana, ao mesmo tempo que a diversidade de elementos, que fazem parte desse ritual dentro de um mesmo contexto arqueológico, sugere a constante incorporação de outros grupos ainda não adaptados ao litoral.

Hipóteses para explicar similaridades e diferenças observadas na cultura material

Três grandes hipóteses, baseadas em filiação cultural, adaptação e contato, foram levantadas para explicar semelhanças e diferenças encontradas na cultura material proveniente de sítios litorâneos, a saber:

1. Esses sítios foram construídos por grupos culturais relacionados a grupos pleistocênicos, já adaptados à economia costeira. As diferenças regionais são consequência de fusões com grupos oriundos do interior que, em épocas mais recentes, chegaram ao litoral visando, como rota, aos grandes cursos d'água;

Essa hipótese está baseada nas datações recuadas que têm sido obtidas para adaptações litorâneas, sugerindo que, diferente do que se pensava, grupos paleoíndios teriam chegado ao litoral em épocas muito recuadas. Hipótese que questiona o modelo "Gates of the Hell" (Erlandson 1994:276), o qual propõe que o uso intensivo de recursos marinhos foi desenvolvido relativamente tarde, apenas quando o crescimento populacional ultrapassou a capacidade de obtenção de alimentos no ambiente terrestre (Cohen 1981:281). Segundo essa hipótese, tais populações, há muito adaptadas ao litoral, mesclaram-se, posteriormente, a grupos oriundos do interior.

2. A exploração dos recursos marinhos pode favorecer a existência de um arsenal tecnológico muito parecido, daí as semelhanças encontradas, mesmo não havendo contato cultural. As diferenças observadas se devem às distintas filiações culturais relacionadas a vários grupos que vieram do interior em diversos momentos, quando as pressões ambientais ou populacionais tornaram o litoral mais atrativo do que os territórios interioranos.

Segundo essa hipótese, as similaridades são decorrentes apenas do tipo de exploração. Apoiada nas propostas de Cohen (1978) e de Binford (op.cit), volta-se para aquela em que a ocupação litorânea teria se dado num momento mais recente, como uma segunda opção para a falta de recursos nos territórios interioranos, decorrente de aumento demográfico.

De acordo com ela, os grupos que teriam chegado ao litoral não tinham contato entre si, apresentavam traços culturais distintos que, com o tempo, devido às exigências da exploração marinha, passariam a apresentar semelhanças, embora não houvesse contato.

3. A grande mobilidade permitida pela utilização de vias aquáticas, aliada à própria característica agregadora da exploração de recursos marinhos, teria propiciado um intenso contato, o que incentivaria, ao mesmo tempo, a presença de elementos similares na cultura material, como também uma grande diversidade estilística utilizada como fator de etnicidade, garantindo a territorialidade e a

manutenção da identidade cultural. O intenso contato também incentivaria a miscigenação que estaria evidenciada pela presença da grande diversidade de elementos simbólicos encontrada nos sítios.

Um trajeto por água seria a melhor opção para cruzar a exuberante mata fechada encontrada na costa brasileira; ao mesmo tempo, essa escolha permitiria uma grande mobilidade que incentivaria um intenso fluxo de pessoas e de informações.

Para que esse contato não interferisse na manutenção dos territórios e da identidade cultural, é provável que fosse necessária a criação de fatores de etnicidade (Hodder 1982) que reforçassem a identidade, na medida em que eram criados como elementos de diferenciação. Segundo Hodder (ibid: 12), quanto mais próximos os sítios, mais elementos de etnicidade haveria.

A partir do que foi apresentado, pode-se observar, nas três hipóteses, a presença de “escolas de pensamento” que condicionaram os tipos de abordagens que não são excludentes. Constata-se que tanto a filiação cultural, como o arsenal tecnológico adaptativo e o intenso contato podem ser os responsáveis pelas semelhanças existentes na cultura material encontrada no litoral.

O maior problema estaria relacionado ao desenvolvimento da terceira hipótese, pois tanto o estreito contato, como também a sua ausência podem oferecer diferenças e semelhanças na cultura material. Assim, é importante definir

quais os traços culturais que devem ser escolhidos para o entendimento da dinâmica social. Traços nos quais se percebem estilos e sejam descartadas as respostas funcionais ou de disponibilidade de matéria-prima.

Formação dos sambaquis

O processo de construção dos sambaquis tem sido abordado a partir de três vertentes teóricas: a primeira embasada na adequação do modelo de Binford (op.cit) para explicar mobilidade de forrageira e de coletor especializado; a segunda apoiada na proposta do Histórico Culturalismo; a terceira baseada na interpretação estruturalista. As duas primeiras abordagens estão relacionadas à Nova Arqueologia e são caracterizadas por seu aspecto funcional, sendo o sítio aquele que resulta das atividades nele desenvolvidas. A última considera o sítio como objeto construído intencionalmente, observando também o seu caráter simbólico.

Em função da quantidade e da diversidade do material arqueológico encontrado nesses sítios, muitos autores utilizam o modelo de Binford para a tipologização dos sítios, de acordo com sua função e duração da ocupação; no caso, o divisor de águas estaria na distinção entre acampamentos e sítios-base-residência. Nessa linha, temos Beltrão e Kneip (1968), Rohr (1984); MacManamon (1984), Widmer (1989) In Claassen (1991). Schmitz e Bitencourt (1995) também abordaram a questão, utilizando número de indivíduos enterrados como mais uma evidência para a verificação do tempo de ocupação desses sítios.

Outra abordagem se baseia na análise da estratigrafia, na composição do sítio e no estado de queima dos restos alimentares para identificar a sua função. Temos, por exemplo, Voorhies et al (1991:22) que, também apoiada no modelo de Binford para coletor especializado, propôs que a formação das camadas arqueológicas no sítio Chantuto, no litoral do México, teria sido resultado da atividade de processar alimentos.

Apoiada na proposta do Histórico Culturalismo, a análise taxonômica dos recursos alimentares responsáveis pela formação das camadas também foi utilizada para propor processos de mudanças socioeconômicas, por vezes influenciada pelo materialismo histórico (Ver Dias e Carvalho 1990, Mendonça de Souza 1981).

E, finalmente, a partir de uma abordagem estruturalista, o sítio passou a ser estudado como artefato e seus componentes como peças de uma construção que podem ser desde uma plataforma seca até um monumento.

A análise malacológica proveniente do Sambaqui Espinheiros (Figuti e Klöber 1996) permitiu que fosse constatada a presença de moluscos fechados que, segundo os autores, não teriam sido consumidos. Em função dessa observação, foi retomada a proposta de Wiener (1876) quanto à construção intencional dos sítios.

Posteriormente, a constatação de uma estratigrafia repetitiva, associada aos enterramentos, no sítio Jabuticabeira II, localizado no litoral sul de Santa

Catarina, permitiu a elaboração da hipótese de que alguns desses sítios tinham sido construídos a partir de uma repetição de rituais funerários (Fish, et al 1997).

Andrade Lima (2000) retoma a questão, propondo o surgimento de uma nova realidade baseada nesses grandes sambaquis encontrados no litoral sul de Santa Catarina e também na presença de esculturas zoomorfas .

Andrade Lima (id ibid) aponta como fortes indicadores de um fenômeno de complexidade emergente nos sambaquis do litoral sul/sudeste brasileiro: a abundância de recursos marinhos estáveis, no caso, os moluscos; no processo de sedentarização; no aumento demográfico; na alta densidade de sambaquis nos circunscritos ambientes lagunares; na construção dos grandes montes e na suposta existência de extensas redes de trocas e difusão ideológica.

Pode parecer coerente destacar os grandes sambaquis do restante encontrado no litoral brasileiro, distinção que poderia também ser feita por um recorte geográfico ou temporal, como foi o realizado por Lima (ibid). Os grandes sambaquis de Santa Catarina seriam os elementos destoantes, e não os acampamento – teria havido uma inversão na interpretação dos dados. No entanto, uma abordagem mais aprofundada pode evidenciar que, no estado do Rio de Janeiro, onde mais se falou sobre a não-existência de grandes sambaquis, também são encontrados, num momento anterior, os mesmos elementos utilizados por Andrade Lima como evidência de complexidade emergente.

Os sambaquis do Tambor, de Sernambetiba, Gravatá, da Marinha podem servir como exemplos de grandes sambaquis identificados no Rio de Janeiro. A dificuldade da constatação está no fato de que estão praticamente destruídos; o do Tambor, o único mais preservado, apresenta atualmente mais de 6m de altura; o de Sernambetiba também se sabe que foi desmontado para a construção de uma auto-estrada; o do Gravatá e o da Marinha estão completamente destruídos. O material retirado do primeiro serviu para a cobertura de dois quilômetros de estrada e a base destruída do segundo, atualmente, é um campo de futebol. Quanto ao processo de sedentarização, o aumento demográfico, a alta densidade de sambaquis nos circunscritos ambientes lagunares também foi percebida para o Rio de Janeiro. (Tenório 1991, Tenório 1998).

Por trás da reconstituição do processo de formação dos sítios está um grande problema que sempre chamou a atenção dos pesquisadores. Quais seriam os motivos que levariam pessoas a carregar alimentos para serem consumidos distantes de sua fonte de obtenção e para locais que muitas vezes envolveriam alto dispêndio de energia?

Das explicações que existem para responder por que os moluscos eram carregados para os sítios, destacam-se:

1. Melhora das condições de habitabilidade, pois tornava o sítio mais ventilado, livrando-o dos mosquitos (Schmitz 1984);
2. Obtenção de visibilidade, pois do alto seria permitido identificar o sítio à distância (Schmitz 1984);

3. Construção de marco territorial, na medida em que poderia ser considerado um demarcador da posse do banco de moluscos explorado primordialmente (Tenório 1996);
4. Como parte de um ritual, o refugo do alimento consumido era utilizado para cobrir os enterramentos e marcar as áreas de sepultamento (Tenório 1995); nesse caso, difere da interpretação sítio-monumento, porque não haveria esse tipo de intenção;
5. Utilização do refugo ou do próprio alimento para a construção de estruturas de drenagem ou de plataformas secas (Onat 1985, Figuti & Klöber op.cit) ;
6. Como resultado de superposição de estruturas rituais (Fish et al 1997).
7. Como um projeto ideologicamente determinado, envolvendo hierarquia, prestígio e não-igualitarismo (Andrade Lima 1999-2000; 2000)
8. Como local de destaque na paisagem (Gaspar & De Blasis1992), envolvendo concentração de pessoas, provavelmente para desenvolvimento de rituais. (Tenório 2001a ; 2001 b,

Consideradas as dificuldades envolvidas no transporte de alimento para locais com elevações, que podem chegar a mais de 60m de altura, e na provável carência do instrumental necessário para carregar moluscos de pequeno porte ou de peixes de grande porte (como os que são encontrados nos sítios, excluindo a construção de plataformas, válida apenas para sítios à mercê das marés), apenas

explicações ideológicas podem responder, porque alimentos foram carregados para serem consumidos em locais de difícil acesso.

Condições de habitabilidade e de visibilidade não fariam com que os alimentos fossem carregados morro acima; poderiam ter sido, predominantemente, consumidos nas praias. Como estratégia de defesa, sim, os alimentos seriam processados e armazenados morro acima, no entanto, como inexistem evidências de situações de conflitos, essa hipótese deve ser deixada de lado.

Andrade Lima (op.cit.:300) também considera que o ato de carregar moluscos para locais elevados pode estar relacionado a um projeto ideologicamente determinado, marcador de diferenciações sociais que estariam revestidas de caráter cerimonial. Tal afirmativa não se distancia muito da formulada por Gaspar (op.cit passim), quando propôs que a constante associação de restos de alimentos com mortos parece indicar a existência de um ritual funerário comum a um único sistema sociocultural.

Hurt (Inédito) ordenou os sambaquis em três tipos, de acordo com seu processo de formação: os que seriam plataformas construídas para fugir de áreas inundáveis; os resultantes de atividades domésticas e funerais e os monumentos rituais. Embora afirme que teriam origens diferentes, Hurt engloba no estudo todos os montes encontrados nas Américas, deixando pairar a dúvida se se trata de uma tradição que tem como principal característica a construção de monumentos funerários, ou se enterrar os mortos em locais que se destacam na

paisagem seria uma característica do comportamento humano. Hurt chega a sugerir a mesma associação proposta por Hibbs (1983 apud Luby & Gruber 1999) e por Tilley (1996 apud id) em relação aos megalíticos europeus. Para o Brasil, Hurt conclui, ainda na linha de pensamento de Hibbs e Tilley, que os grandes sambaquis, os monumentos funerários, no caso, teriam sido construídos inicialmente como resultado da ocupação e do acendimento de fogueiras, sempre em locais altos, sobre montes de refúgio, onde também eram enterrados os mortos. Depois de algum tempo, quando esses montes ficassem muito elevados, passariam a ser monumentos.

O modelo interpretativo para o litoral do estado do Rio de Janeiro tem permanecido sob as influências do pensamento científico, sempre atrelado aos paradigmas. Inicialmente, procurava-se reconstituir os centros e os caminhos de dispersão (Ford op.cit. 1954). As mudanças observadas eram respondidas por uma passagem natural por estágios evolutivos (Service 1971), pelo contato com outros grupos, por processos adaptativos a novas paisagens ou alterações ambientais (Boas 1965, White 1959, Harris 1968, Steward 1955).

A proposta da multilinearidade evolutiva (Boas 1965) foi utilizada de maneira tão avassaladora contra o Evolucionismo linear que sufocou interpretações que envolvessem dispersão, contato, evolução tecnológica etc.

A alteração teórica acarretou mudança de abordagem e o objeto de estudo da arqueologia, principalmente no caso do litoral, pela capacidade de preservação da cultura material, passou a ser o sítio isolado (Gaspar op.cit 245). O enfoque

também mudou, tornando-se microscópico para se chegar aos menores detalhes. Graças à intervenção da interdisciplinaridade, a questão deixou de ser “quem são esses grupos e por que mudaram seus hábitos no tempo e no espaço?” e passou a ser “como se deu a interação desse grupo com o ambiente?”.

Partindo do princípio de que a arqueologia é uma ciência acumulativa (Triegger 1995), procurou-se responder as duas perguntas apresentadas acima, motivo pelo qual foi dada tanta ênfase à questão da identidade cultural do sambaquieiro na apresentação da problemática do trabalho.

Discorda-se da idéia de que as “culturas” se multiplicam *ad eternum*, acompanhando as alterações ambientais, abrindo mão de sua identidade social. Parte-se do princípio de que o homem é um ser inexoravelmente social e que enfocá-lo destituído de cultura é destituí-lo de sua humanidade e que a dificuldade de resgatar os signos sociais não pode negar sua existência nas interpretações. A interpretação arqueológica não deve esquecer a influência do ambiente social, nem também destituir de significado seus vestígios, ou banalizar as ações humanas.

A construção do contorno da identidade sociocultural é imprescindível para o entendimento de mobilidade e dinâmica de ocupação, questões enfocadas também no presente trabalho. Para tanto, torna-se necessário distinguir os traços culturais dos funcionais/adaptativos; se isso não acontece, incorre-se no erro tanto de generalizações, como também de inferência de uma enorme diversidade cultural.

A oposição sambaquis x acampamentos é um exemplo de interpretação de multiplicidade cultural, em detrimento de dinâmica de ocupação e de padrão de assentamento. No entanto, a reconsideração de Dias Jr. (1992), um dos principais defensores da distinção cultural entre sambaquis e acampamentos, aceitando que poderiam fazer parte de um mesmo sistema de assentamento, exemplifica o quanto esta questão ainda não está esclarecida.

Não se discorda totalmente de que pode haver sítios que foram acampamentos, ou melhor, moradias sazonais, principalmente em locais onde o inverno é muito rigoroso, como no caso do Pântano do Sul (Schmitz & Bittencourt 1996:122). Essa vinda ao litoral, em determinadas épocas do ano, também foi verificada entre grupos ceramistas (Schmitz 1998:207). No entanto, sambaquis e acampamentos não se prestam para identificar categorias culturais.

Outro problema apresentado é quanto às origens, questão que será retomada no capítulo II. É necessário que se saiba se existia uma diversidade no interior capaz de provocar a diversidade cultural proposta para o litoral.

Uma análise inicial dos dados disponíveis sobre a cultura material encontrada no litoral brasileiro sugere a existência de pelo menos três rotas de entrada, semelhante à proposta para grupos ceramistas. Pelo norte, através do norte do estado do Rio de Janeiro; outra por São Paulo e, talvez, mais de uma pelo sul, por caminhos onde também são encontrados os Cerritos, percorridos por populações associadas aos zoólitos, que também poderiam ter vindo do Uruguai.

No sul, parece ter ocorrido um fluxo maior de pessoas relacionadas a diferentes tradições culturais, o que se percebe na diversidade da indústria lítica encontrada em Santa Catarina.

Associado a esse fato parece não haver dúvidas quanto à presença da Tradição Umbu no litoral e quanto à entrada de grupos pescadores-coletores-caçadores proposta por Neves (1984).

No entanto, a grande similaridade nos elementos mais expressivos em termos quantitativos, fato também constatado por Gaspar (1991) e parece indicar a existência de uma cultura sambaquiana agregadora de populações ainda não adaptadas ao litoral.

Para explicar os elementos distintos, deve-se levar em consideração a presença de fatores de etnicidade. Sítios identificados no canal de Itajuru podem servir como exemplo. Embora localizados muito próximos e sendo contemporâneos, apresentam elementos muito diferentes na cultura material, inclusive relacionados à dieta alimentar (Tenório 1995), diferenciações que são percebidas como tendo sido criadas em oposição ao outro para reforço de identidade e manutenção de territórios (Hodder op.cit 1982).

Emoldurada pela problemática apresentada, temos como questão central as causas de sua formação e o papel do sítio Ilhote do Leste na dinâmica do povoamento do litoral meridional do Rio de Janeiro, no período de 2500 a 3500 anos antes do presente.

No desenvolvimento dessa questão central, foram abordados os seguintes tópicos:

Quais seriam os motivos para a ocupação da Ilha Grande?

Por que o sítio Ilhote do Leste foi construído?

Quem foram os responsáveis por sua construção?

De onde vieram?

Qual a sua relação com os outros grupos ocupantes da região?

Qual a função desse sítio na dinâmica de ocupação regional?

Que *status* teria o sítio Ilhote do Leste em relação aos sítios próximos?

Os diversos tipos de sítios encontrados na Ilha Grande estariam relacionados a diferentes grupos culturais, outras atividades, ou estariam relacionados a variadas respostas adaptativas, decorrentes de mudanças ambientais e/ou socioculturais?

A partir do desenvolvimento destas questões, foi elaborada a problemática específica à tese:

Levando-se em consideração a localização, o arsenal tecnológico e o tipo de construção, o sítio Ilhote do Leste pode ser caracterizado como um centro de congregação de pessoas, com intensa troca de bens e de informações, sugerindo que, no período estudado, já existiria um sistema de trocas organizado, com especialização, apresentando um ambiente propício para o surgimento de figuras preeminentes, vislumbrando um período de pequenas lideranças.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

Foco da abordagem

São utilizados quatro enfoques, do geral ao específico,: o primeiro, mais amplo, abrange toda a área de ocorrência de sambaqui no litoral brasileiro; o segundo, o litoral do estado do Rio de Janeiro; o terceiro, o entorno da Ilha Grande e o quarto, o sítio Ilhote do leste.

O primeiro enfoque foi desenvolvido a partir da bibliografia existente; no segundo, o levantamento bibliográfico foi acrescido dos resultados obtidos no projeto "O aproveitamento ambiental das populações pré-históricas no estado do Rio de Janeiro"¹; no terceiro e no quarto também foram desenvolvidos trabalhos de campo.

¹ Projeto "O aproveitamento ambiental das populações pré-históricas no Estado do Rio de Janeiro", financiado pelo convênio FUJB/FINEP/Museu Nacional, coordenado inicialmente pelo Prof. Osvaldo Heredia e, após seu falecimento, pela Dra. Maria Dulce Gaspar e pela autora, como subcoordenadora.

Abordagem teórica

Considerando a arqueologia como ciência acumulativa, o objetivo do trabalho é produzir conhecimento a partir de modelos interpretativos já construídos pela própria arqueologia.

Parte-se do princípio de que a utilização de modelos interpretativos, que têm como base para o seu desdobramento teorias de média e alta amplitudes, estipuladas por Trigger (1992:31-32), é mais produtiva do que a testagem direta dessas teorias na interpretação dos dados empíricos, por dois motivos: essas teorias já foram adequadas à problemática arqueológica e sua utilização aumenta a produtividade de conhecimento, já que se parte de um outro patamar.

A escolha da abordagem se deu por se considerar que a arqueologia, embora ciência nova, já dispõe de instrumental teórico-metodológico capaz de entender e prever seus fenômenos, dentro do possível, para as ciências sociais, prescindindo do emprego direto das teorias de amplo alcance, proposto por Trigger (*op.cit*), na interpretação arqueológica .

Assim sendo, os trabalhos foram desenvolvidos à luz da intersecção de pontos concordantes presentes nos modelos para explicar o povoamento do litoral brasileiro, enfocando, principalmente, os existentes para o estado do Rio de Janeiro.

Aos modelos testados foram acrescentadas abordagens teóricas essencialmente arqueológicas: a arqueologia interpretativa (Hodder 1995) e a comportamental (Schiffer 1976).

A arqueologia interpretativa, proposta por Hodder, foi empregada por se compartilhar com esse autor da idéia de que a interpretação mais próxima da verdade é a baseada em resultados coincidentes de diferentes abordagens.

A abordagem, segundo pressupostos da arqueologia comportamental (Schiffer 1976), foi empregada na interpretação do dado empírico, no caso a evidência arqueológica. Tendo como ponto de partida essa proposta, foram feitas as inferências necessárias para a reconstituição das atividades desenvolvidas nos sítios arqueológicos estudados.

Considerando-se o embasamento teórico dos modelos utilizados, a pesquisa se estruturou nos conceitos da análise espacial (Vita Finzi & Higgs 1970, Longrace & Reid 1971, Gaspar 1991), da ecologia humana (Butzer 1982, Heredia e Beltrão 1986, Andrade Lima 1991), acrescentada do estudo do processo de formação de sítios (Schiffer 1997) e da proposta de Hodder *et al* (1995) para a crítica do processo de formação do registro arqueológico.

Associada a essas abordagens, foram também testados modelos etnográficos (Meghan 1982; Luby & Gruber 1999), elaborados a partir da ótica *binfordiana* (Binford 1980), no sentido proposto por Trigger, com "a utilização de parâmetros fornecidos por dados etnográficos para estabelecer relações válidas

entre fenômenos arqueologicamente observáveis e comportamentos humanos, impossíveis de serem observados arqueologicamente”. (Trigger 1992: 33)

Para a reconstituição ambiental da área de captação de recursos foram utilizados resultados de análises embasados por outras ciências, tais como: a geomorfologia, a ecologia, a zoologia, a paleobotânica, a traceologia, a antracologia e a malacologia. Na sua maior parte, esses resultados foram obtidos na pesquisa, através do envolvimento de profissionais ligados a essas áreas; quando isso não foi possível, procurou-se empregar os dados de pesquisas e teses mais recentes sobre a área estudada.

Tendo o trabalho como premissa o fato de que a arqueologia é uma Ciência Social, o homem como ser social constituiu o foco principal, percebido em suas opções culturais e em seu relacionamento social.

O estudo da cultura material objetivou resgatar a idéia que cada sociedade faz de si e também as diferenciações que são criadas para se opor ao outro. Consideraram-se essas diferenças como fatores estruturadores de identidade, ou seja, o paradigma seria “eu sou em relação ao outro”. Acredita-se que seja possível a utilização do conceito de etnicidade para o estabelecimento de espaços de identidade e, a partir daí, compreender e reconstituir regras estruturais de relações sociais.

Os fatores de etnicidade podem ser definidos como elementos culturais criados por populações para servirem como pontos de diferenciação entre grupos

estabelecidos próximos geograficamente, não importando que sejam de uma mesma etnia ou de um mesmo sistema cultural.

O estudo sobre a incidência de espécies de moluscos em sítios contemporâneos localizados no Canal de Itajuru, em Cabo Frio, RJ, permitiu que fosse elaborada a hipótese de que existiriam fatores de etnicidade distinguindo grupos de uma mesma cultura, funcionando como demarcadores de territórios (Tenório 1993). Nesse estudo, foi possível constatar que os assentamentos possuíam áreas específicas de coleta de molusco, onde predominavam determinadas espécies que, ao que tudo indica, deveriam ser trocadas pelos habitantes dos diferentes sítios. A importância diferenciada das espécies, dependendo do assentamento, está evidenciada nos acompanhamentos funerários.

Considerando a existência de fatores de etnicidade, objetiva-se resgatar, no estudo da cultura material, valores próprios a cada grupo, criados muitas vezes visando à diferenciação. Procura-se caracterizar esses grupos, tendo-se em vista a interação pelo contato, recuperando-se os elementos estruturantes da cultura que extrapolam razões funcionais.

Parte-se do pressuposto de que, no caso do litoral, os problemas na reconstituição das províncias culturais, baseados no estudo da cultura material, podem ser minimizados se forem considerados os fatores de etnicidade e a possibilidade de ter havido intenso contato incentivado pelo transporte aquático e pelo tipo de atividades desenvolvidas para a subsistência.

A presença recorrente de elementos da cultura material – extremamente semelhantes em sítios distantes e, ao mesmo tempo, a diversidade do material resgatado em sítios próximos e contemporâneos – permite que seja levantada a hipótese da alta incidência de miscigenação e de fatores de etnicidade. Estes últimos seriam os responsáveis pelas diferenças verificadas na cultura material; a miscigenação responderia pela grande variedade de rituais funerários observados, muitas vezes, até dentro de um mesmo sítio, ou seja, haveria escolhas marcantes relacionadas a estilo, matéria prima, *modus* que seriam refletidos na cultura material encontrada num mesmo sistema de assentamento.

Essa idéia pode ser sintetizada por Childe :

Talvez possamos chamar membros de uma cultura um povo, mas jamais temos o direito de presumir que este povo como todo falou uma única língua ou agiu como uma única unidade política, e muito menos que todos os seus membros pertenceram a uma unidade genética (Childe, 1951:49).

Segundo Hodder (1982:passim), a interação social nem sempre provoca homogeneidade estilística, já que a relação da sociedade com a cultura material está associada a estruturas ideológicas e com códigos simbólicos, pois a cultura material desempenha um papel ativo como símbolo nas relações sociais e econômicas entre grupos étnicos, grupos de idade, sexo, status e família.

Para Hodder (*op.cit*), diferentes itens da cultura material são manipulados por segmentos sociais diversos para reforçar, legitimar ou rejeitar identidades ou

poder. Distinção na cultura material, mesmo entre membros de comunidades locais, pode estar relacionada a fatores de etnicidade gerados para reforçar oposições.

No presente trabalho, parte-se do pressuposto de que essas fronteiras poderiam ser percebidas na diferenciação dos elementos estilísticos, funcionais e de etnicidade, observados na cultura material. Dada a dificuldade dessa diferenciação, quando não se pode utilizar o discurso, temos como melhor estratégia a identificação de elementos que caracterizam estilos, segundo definição de Binford (1965:199-203) e resíduo cultural, independente de variações funcionais e tecnológicas, comparando-os.

Presume-se que os “amoladores polidores fixos”, marcas resultantes da confecção de objetos polidos (Gaspar e Tenório 1990), cuja distribuição no litoral brasileiro é muito nítida, ocorrendo predominantemente em Ilhas ou em antigas ilhas isoladas por períodos de transgressão marinha, podem ser usados como traço cultural e como um bom indicador para evidenciar sistemas de troca.

A grande incidência de amoladores polidores fixos encontrados na Ilha Grande estaria sugerindo a existência de centros de produção e de distribuição de lâminas de machados polidos e que o Holoceno tardio na costa do Rio de Janeiro poderia ter sido marcado pelo desenvolvimento de especialização tecnológica e intensificação dos sistemas de trocas.

O Contato

A afirmativa de Gaspar (1991:417) de que a ocupação se daria através de conjuntos de sítios articulados implica a existência de locais de concentração de pessoas que funcionariam como pontos de atração, onde seriam desenvolvidas atividades, como trocas de bens e de informações, envolvendo a realização de rituais comuns, cuja existência já foi aventada por Prous 1992: 263.

Provavelmente os locais, onde se realizavam essas atividades que aglutinavam pessoas, possuíam um status diferenciado. Eles poderiam ser representados pelos sítios maiores, melhor localizados e hierarquicamente superiores (Gaspar *op.cit*, Lima 1991,1999-2000). É possível que a existência desses locais tenha incentivado o surgimento de figuras de destaque, com influência sobre os demais habitantes de outros sítios. Tal suposição permite que seja testado o modelo proposto por Luby e Gruber (1999) para entender o significado cultural dos *shellmounds* da América do Norte. A partir de estudo desenvolvido em sítios da baía de São Francisco, Luby e Gruber (1999), deixando de ver os assentamentos como um simples agregado acidental de refugio de conchas e de artefatos, começaram a examinar seu contexto social, elaborando análises simbólicas e cosmológicas, tendo como base o modelo de Hayden (1995) para sociedades “transigualitárias”.

Luby e Gruber (*op.cit*) sugerem que os indivíduos “elevados”, denominados por Hayden de *aggrandizes*, exploravam rituais mortuários e banquetes nos *shellmounds* para aumentar seu prestígio e redistribuir bens. Nesse caso, o

alimento não é visto apenas como comida, mas também como um elemento para garantir a sua continuidade.

Ainda, segundo Luby e Gruber, os *shellmounds* foram comumente locais de freqüentes festividades rituais, como muitos outros espalhados no mundo.

A questão da complexidade entre grupos pescadores, coletores, caçadores

Estipular o grau de complexidade para grupos pescadores, coletores, caçadores tem sido foco de muitos debates não só no Brasil (Andrade Lima 1999-2000: 316), mas também nos Estados Unidos (cf. Flinman e Price 1995; Lighfoot 1993, Hayden 1995, entre outros). Cada vez mais se tem aceitado que grupos caçadores-coletores não podem mais ser genericamente rotulados de “bandos igualitários”, de maneira especial, os que teriam habitado ambientes ricos e complexos.

Outros trabalhos chamam a atenção para o grau de complexidade dos pescadores e coletores. Shallins (1979), Service (1971) concordam que na costa noroeste americana são encontrados grupos caçadores-coletores que, mesmo sem agricultura, transcendem em muito o nível de bando. Murdock (1968) também informa sobre grupos que subsistem basicamente da pesca e têm uma cultura tão complexa quanto grupos agricultores vizinhos, citando, como exemplo, os índios da Costa Norte do Pacífico, os Calusa, na Flórida, e numerosas

sociedades ao longo dos rios Negro e Congo, na África. Este autor também relata que, no norte da Ásia, os Ainu, os Chukchee marinhos, os Gilyak, os Kamchadal e os Koryac marinhos provavelmente também estejam na mesma categoria.

O que fica claro na maior parte dos trabalhos que enfatizam a complexidade de grupos pescadores-caçadores-coletores é que se baseiam em parâmetros utilizados para caçadores, coletores ou horticultores, nos quais o aspecto pescador não é realçado, o que pode ser uma aproximação equivocada, já que a atividade da pesca pode implicar um padrão de mobilidade e um contato social completamente diferentes daqueles encontrados ou estabelecidos para caçador-coletor.

Uma das propostas metodológicas do presente trabalho é entender os grupos construtores dos sambaquis, tendo como ponto de partida o seu aspecto pescador-coletor. Para tanto, serão utilizados modelos de mobilidade e de organização social obtidos de estudos etnográficos entre pescadores não-horticultores, em detrimento daqueles usados para caçador-coletor.

Parte-se do pressuposto de que os grupos pescadores, coletores, caçadores construtores de sambaquis estão relacionados ao modelo de grupos "transigualitários" o que, segundo Lighfoot (1997 in Luby & Gruber *op.cit.*:99), pode ser usado para tipos de sociedades que extrapolam uma categorização antropológica baseada em estágios.

O modelo elaborado por Hayden (1995 in Luby & Gruber *op.cit* :99) propõe uma organização social para caçadores-coletores que foge da definição tradicional e pode explicar um pouco a complexidade por vezes identificada (Andrade Lima 1999-2000: 312). Segundo este autor, tais grupos não são nem igualitários nem estratificados; politicamente, seriam “transigualitários”, ou seja, sociedades de diferentes tamanhos e graus de complexidade, num contínuo de comunidades, nas quais famílias independentes controlam os mecanismos de obtenção dos recursos alimentares. Nesse tipo de organização social pode existir tanto o trabalho cooperativo, como também os donos corporativistas de recursos – modelo em que é possível haver figuras que se destaquem por seu caráter ambicioso, empreendedor e agressivo, passando a controlar os mecanismos de exploração dos recursos, figura que Hayden denomina “aggrandizer”.

Luby e Gruber (*op.cit.* 100), postulando uma posição com influência pós-processual, colocam a emergência da desigualdade social também na motivação individual e não apenas na dinâmica do grupo. Nesse caso, o “aggrandizer” emergiria num papel principal, personagem central das festas, para onde seriam atraídas pessoas. Nas festas, que envolvem rituais com alimentação, seriam criadas situações de débito para com o “aggrandizer”. Segundo estes autores(*op.cit.* 100), os shelmounds americanos apresentam evidências que sugerem terem sido os locais onde eram realizadas essas festas. Ao mesmo tempo, a grande quantidade de enterramentos encontrados nos sítios também indica que grande parte dessas festas estaria relacionada a rituais funerários.

A Associação de mortos com alimentos

Para Lévi-Strauss (1962 *apud* Luby & Gruber *op.cit.*:102), membros de sociedades não-estratificadas são conduzidos pelo impulso de classificar, exaustivamente, os elementos do ambiente explorado para garantir a sua sobrevivência, o que fornece a cada elemento um lugar em sua cosmologia. Com isso, muitos grupos de caçadores-coletores estariam conectados com o reino sagrado em seu ambiente explorado. Nesse contexto, para Luby & Gruber (*ibid*), segundo uma abordagem estruturalista, os "shellmounds" deveriam ter significado simbólico envolvido por ampla cosmologia; o conteúdo simbólico desse centro doméstico, com certeza, estaria imbuído pelo lado sagrado do alimento.

As pessoas utilizam o ato de comer como o momento para reforçar e simbolizar relações sociais. Indivíduos, famílias ou grupos trocam comida ou repartem refeições para criar e cimentar relações sociais. A comida ingerida, as convenções para produzi-la, cozinhar, servir e consumir são "chaves" para a identidade étnica, status social e poder.

Conforme a circunstância social em que se come e com quem se come, utilizam-se recipientes distintos. No contexto cotidiano familiar, tendem a ser simples e no contexto de relações sociais formais, mais vistosos.

Festas públicas reforçam laços sociais dentro e entre comunidades para afirmar e reforçar posição social e poder daqueles que oferecem e recebem.

Oferecer comida pode estar relacionado a status elevado, mas pode expressar apenas maior generosidade.

No contexto de sociedades estratificadas, a elite pode dispor de mais comida, redistribuí-la a mais pessoas, de forma, inclusive, mais luxuosa, e veicular, por meio dos códigos simbólicos dos recipientes, aspectos ideológicos.

Na arqueologia se discute, freqüentemente, dieta e aspectos econômicos relativos à comida, mas pouco se fala sobre os aspectos sociais e simbólicos relacionados a essa forma de consumo.

Existem inúmeros trabalhos, desenvolvidos a partir de relatos etnográficos, que estudam a relação alimento e ritual funerário (Van Gennep 1960; Lévi Staruss 1962; Margolin 1978; Huntington & Metcalf 1979) e evidenciam que alimento e morte são categorias carregadas de grande grau de simbolização e ritualismo. São também comuns situações onde a morte é relacionada a circunstâncias onde o alimento é distribuído para reafirmar laços pessoais. Huntington (*apud* Luby & Gruber:102) desenvolveu um estudo sobre o significado da morte em diversas sociedades. Em um dos grupos enfocados, os Berawan, seu chefe poderia ser identificado com a categoria do "aggrandizer", definido por Hayden, e usava a oportunidade da morte e do funeral para fazer grandes festins, onde suprimentos eram distribuídos e relações de obrigação e de débito eram reforçadas.

Luby & Gruber (*id ibid*) chamam a atenção para a interpretação de Lévi-Strauss (1962:10 *apud id ibidem*) que confere à parte não digerível dos alimentos

um grau especial de interpretação simbólica e lembra que esses elementos – conchas, ossos, dentes – constituem as camadas formadoras dos *shellmounds* o que, segundo os autores, deveria impedir que continuassem a ser vistos apenas como montes de lixo.

Essas duas categorias, casa e comida, estão entre os mais poderosos símbolos de qualquer sistema cultural. A adição de enterramentos dedica aos sambaquis uma terceira poderosa associação sagrada. Gaspar (1991: 260) já havia atentado para ela nos sambaquis brasileiros e propôs que a constante associação de moradia, alimento e enterramento configuraria uma cosmologia própria a uma única cultura sambaquiana.

Hurt (in), como já foi dito na página 36, também propôs que os sambaquis teriam sido construídos para fins rituais.

Luby & Gruber (*ibid*:105) sugerem que a interpretação do "shellmound" como monumento funerário possa servir para outras partes do mundo. Como exemplo, cita que os megalitos europeus foram precedidos por montes de conchas contendo enterramentos. Ainda segundo estes autores, Hibbs (1983) e Tilley (1996) ressaltaram a possível conexão entre montes de conchas e os tardios megalitos neolíticos e propuseram que a tradição ritual estabelecida durante as ocupações dos montes de conchas pelos caçadores-coletores deve ter sido incorporada às estruturas dos monumentos neolíticos.

Sistematizando a bibliografia disponível para o tema, pode-se observar que os sambaquis brasileiros, durante muito tempo, foram tidos como resultado de lento acúmulo de restos de alimentos e de refugo de material resultante de atividades domésticas. Só a partir dos trabalhos de Blasis & Gaspar (1992), Barbosa & Gaspar et al (1994), Gaspar (1995) , Fish et al (1997) é que passam também a ser vistos como sítios construídos, no sentido literal da palavra.

Evidências, como formação rápida das camadas (Hurt in), presença de carapaças de moluscos fechadas (Figuti & Klökler 1996) e sucessão de camadas colocadas como estruturas rituais de enterramentos (Fish & Fish 1997) têm chamado a atenção para o aspecto arquitetônico e monumental dos sambaquis.

A análise das seqüências de datações obtidas em sítios localizados no litoral do Rio de Janeiro permite que seja constatada a rapidez na formação das camadas (Tenório 1998:237). Em Santa Catarina, a formação rápida das camadas também pode ser exemplificada no sambaqui da Carniça, onde uma seqüência de datações mostra que camadas, totalizando 5m de espessura, foram formadas em cerca de 100 anos (Hurt in).²

Figuti & Klökler (*ibid*: 185) serviram-se da grande quantidade de conchas fechadas encontradas no sítio Espinheiro para elaborar a hipótese de que estas

² Hurt (in) demonstrou a formação rápida do sambaqui Carniça I através da bateria de datações obtidas. Uma amostra de conchas, retirada de uma camada a 60cm sobre a base do sítio, apresentou uma antigüidade de $3\ 310 \pm 150$ AP, enquanto que uma outra, coletada no mesmo setor a 3,4m acima, obteve uma datação de $3\ 370 \pm 100$ AP; uma outra amostra de carvão, associada ao mesmo local, foi datada em $3\ 370 \pm 100$ e uma outra, coletada a 1,5m acima desta, foi datada em $3\ 210 \pm 150$.

foram utilizadas não para consumo, mas para construir uma plataforma que livrasse o sítio do alcance das águas que até hoje inundam o local.

A repetição de enterramentos, apresentando finas camadas de ossos de peixes intercaladas por camadas malacológicas, foi observada por Fish et al (1997,2001) que, levando também em consideração a escassez de artefatos ou de outros elementos relacionados a atividades domésticas, levantaram a hipótese de que o sítio Jabuticabeira II, que mede atualmente 9 de altura, teria sido formado a partir de uma sucessão de rituais de enterramentos.

A formação rápida dos sítios tem sido respondida de três maneiras: seriam plataformas para fugirem das águas, marcos na paisagem com maior visibilidade, ou monumentos funerários. Pouco se trabalhou na possibilidade de terem se formado rapidamente em função da aglomeração de pessoas em determinadas situações, embora a possibilidade de que os habitantes dos conjuntos afins se encontrassem em certas ocasiões já tivesse sido aventada em inúmeros trabalhos (Prous 1992, Gaspar 1991, Andrade Lima 1991, entre outros).

O fato de existirem conjuntos de sítios articulados de tamanhos diferenciados remete à proposta de Luby e Grube, já detalhada na página 8, e ao exemplo de Meghan, observado na Austrália.

Meghan relata que, no norte da Austrália, um grupo de pescadores, coletores, caçadores, a comunidade Gidjingali, que engloba quatro subgrupos – os Anbarra, Matai, Marawuraba e Gulala – tem o molusco como a base de sua

alimentação. Embora tenham a mesma filiação cultural, apresentam diferenças na cultura material, porque habitam ambientes distintos (*id ibd*: 40). Os Gullala percorrem a costa de canoa, chegando ao mar alto; eles seriam, segundo o informante de Meghan, os soberanos do mar.

Os Matai tinham medo do mar aberto e gastavam mais tempo nas florestas, manguezais, terra preta e planícies lodosas; seriam o povo da floresta.

Os Anbarra se estabeleciam no estuário do rio, ambiente de muita fartura, vivendo com maior abundância de recursos; seriam também mais sedentários, dando grande importância à coleta de moluscos, valorizando o seu sabor e orgulhando-se de ter disponíveis algumas espécies que também utilizavam para presentear seus parentes do interior.

Além de se visitarem constantemente, em determinadas épocas, são feitas cerimônias que concentram mais de 100 pessoas acampadas.

No final de um *Kunapipi*, cerimônia de iniciação, época em que a população cresce consideravelmente, os homens ficam ocupados nos rituais e cabe às mulheres a tarefa de obter alimento, aumentando ainda mais a exploração dos bancos de moluscos. Nessa ocasião, as mulheres fazem excepcional esforço para coletar comida para os filhos confinados na terra sagrada. Tal fato também ocorre nas cerimônias relacionadas a atividades mortuárias de circuncisão e na chegada de parentes.

Nesses momentos de concentração de pessoas, o molusco é processado de maneira diferente. É feita uma grande fogueira de $\pm 100\text{cm}^2$ de área e sobre ela são colocadas conchas vazias coletadas na praia. O fogo é aceso e, depois de 30 minutos, os galhos não-queimados são retirados; o carvão resultante é misturado com as conchas, com a ajuda de uma vara. Feito isso, os moluscos com carapaças são jogados sobre a mistura e cobertos por galhos verdes e casca de árvore para impedir que o vapor escape.

A existência de momentos de concentração entre grupos pescadores, caçadores, coletores também é registrado por Sharp (1970:390) entre aborígenes sem agricultura, denominados Yir Yoront. Segundo Sharp, a grande troca ocorria anualmente na estação seca, época da grande celebração aborígene, centrada em rituais de iniciação ou outras cerimônias totêmicas. Nessas ocasiões, obtinha-se estoque de machados e de esporões de raia e deles eram elaborados arpões para o ano todo.

Ainda, segundo Sharp (*op.cit* 392), o comércio de lâminas de machado era muito importante nas relações sociais, visto que no território Yir Yoront não havia matéria prima para elaborar a lâmina. A rocha usada vinha de uma fonte a 400 milhas e chegava graças a uma longa linha de tradicionais parceiros. Todo homem velho tinha o seu parceiro tradicional de troca regular. Havia um circuito de trocas, onde os elementos principais eram os esporões de raia e as lâminas de machados, instrumentos estritamente masculinos.

Com os esporões de raia, obtidos no litoral, eram apontadas lanças de combate, cuja ponta se partia em numerosos fragmentos quando entrava na carne humana.

Nessa rota de trocas, havia o parceiro do norte que fornecia as lâminas de machados, o parceiro do meio que intermediava a troca e o parceiro do sul que produzia as lanças com o esporão de raia.

Os casos dos Anbarra e dos Yir Yoront servem como ilustração de como poderiam ser os contatos entre grupos construtores de sambaquis e de como esses contextos costumavam ser resgatados nos sítios.

Partindo-se da constatação de que o padrão de ocupação do litoral se deu através de conjuntos de sítios articulados e que isso implicaria a existência de trocas de bens e de informações e, também, a realização de rituais comuns, pode-se deduzir que o local onde se realizavam essas atividades deve apresentar certas peculiaridades que permitam identificá-lo como tal.

Prous (*op.cit.* 264), procurando fornecer uma imagem mais humana, propôs, com base nas informações bibliográficas, que os sítios maiores poderiam ter sido locais que funcionaram como centros de reunião e rituais:

*... local de reunião onde são resolvidos os problemas da comunidade regional; iniciação dos jovens, projetos matrimoniais, rituais numerosos, que só podem ser realizados neste local onde ficam guardados os instrumentos culturais, as imagens dos entes protetores. O sambaqui-mãe, nunca totalmente abandonado, toma com o tempo dimensões majestosas. Planeta maior no rio, cercado por modestos satélites” Prous (*op.cit.*:264).*

O estudo dos sítios que se sobressaem nesses conjuntos é imprescindível para o entendimento das relações sociais, cuja estruturação, provavelmente, está nos rituais desenvolvidos nesses locais.

Parte-se do pressuposto de que, a partir da reconstituição do processo de formação dos sítios, é possível recuperar as atividades responsáveis pela configuração das camadas dos assentamentos, reconstituindo os diferentes contextos em que os restos alimentares foram amontoados e, conseqüentemente, explicar o papel do sítio na dinâmica de ocupação.

Além do enfoque social, ressalta-se a necessidade de uma abordagem em que seja levada em consideração os aspectos relacionados ao simbólico.

O fato de a arqueologia não se sentir no direito de resgatar cenas do imaginário, já que não tem acesso ao discurso, faz com que sejam retirados de

qualquer interpretação aspectos sociais e simbólicos, ressaltando-se sempre as explicações funcionais, respostas a fenômenos observáveis, destes sobressaindo-se os ambientais. Tal reducionismo pode ser tão equivocado quanto a excessiva atribuição de cosmologia na elaboração de modelos interpretativos.

A tendência da arqueologia em evitar atribuir respostas a fatores relacionados ao simbólico tem dificultado a compreensão de evidências cuja interpretação vai contra as leis da teoria da forrageira ótima, tais como: o gesto de se carregar alimento para ser consumido muitos metros acima da origem do recurso.

Compartilha-se da proposta de Hodder (1979:450), ao enfatizar a cultura material em termos de um indicador simbólico para os desejos e necessidades de indivíduos, que a meta dos sistemas e as razões das mudanças passam a ser passíveis de estudo.

Ao se trabalhar, considerando a existência de intenso contato e de fatores de etnicidade, torna-se necessária uma visão mais ampla de cultura em detrimento da definida por Tylor (1958), delimitada por costumes, ou por Steward (1955), delineada por escolhas adaptativas. Assim sendo, optou-se por uma visão de cultura menos purista, com fronteiras menos marcadas, embora seja ressaltada a importância dos elementos unificadores expressos na cultura material.

Na utilização de uma unidade cultural mais “mestiça”, no lugar da hipótese da existência de muitas culturas isoladas, considera-se a possibilidade da existência de uma única cultura, com muita afluência de costumes, o que resultaria na presença de elementos que podem indicar diversidade dentro do próprio sistema sociocultural. Isto se observa na grande multiplicidade de traços culturais manifestada na cultura material encontrada nos sítios. Esse modelo já foi proposto por Rouse (1968) que cita como exemplo a sociedade americana, onde várias etnias constituem uma sociedade e que, embora cada um mantenha suas peculiaridades, todos se consideram pertencendo a um mesmo sistema social.

Metodologia

Diferentes abordagens teóricas foram utilizadas em função de cada fase da pesquisa.

O trabalho de campo foi norteado pela propostas de Schiffer (1987) para o processo de formação dos sítios e pelas interpretações criadas pela Arqueologia Comportamental (Schiffer 1976). No estudo da cultura material, foram elaboradas tipologias com o objetivo de estabelecer traços culturais (Ford 1954), embora se tenha optado pelo conceito de unidades sociais fornecido por Rouse (*op.cit*), em lugar de unidade cultural (Laraia,1989:25), numa abordagem mais próxima da antropologia social inglesa do que da cultural americana. Nesse sentido, houve uma aproximação com a arqueologia pós-processual e um afastamento da processual, embora houvesse a utilização teórica do Middle Range em relação ao modelo usado para entender dinâmica de ocupação e exploração do ambiente por grupos caçadores-coletores (Binford 1968).

Nas prospecções e no levantamento da área, optou-se por uma abordagem sistêmica, seguindo a proposta de análise do padrão de assentamento, a partir do estudo que tem como base a premissa da existência da articulação dos assentamentos (Chank 1968).

Além desses autores, foi desenvolvido um levantamento etnográfico com a comunidade da Praia do Aventureiro com o objetivo de resgatar padrões comportamentais que pudessem auxiliar na interpretação dos dados recuperados nas escavações. Foram também desenvolvidos trabalhos de experimentação no campo que serviram de suporte para a construção de hipóteses.

Além das prospecções, o trabalho de campo se apoiou nas escavações de 15% da área total de um sítio (sítio Ilhote do Leste), na abertura de um perfil de 5m e em uma trincheira de 2m² para a retirada de um enterramento, em outro sítio (Ponta do Leste). Foram priorizadas a identificação da distribuição espacial, a delimitação dos eventos e a evidenciação dos contextos comportamentais formadores do sítio.

Como ferramenta para a inferência de identidade cultural, contato e sistema de troca, utilizaram-se, como traço cultural, os amoladores polidores fixos encontrados no litoral brasileiro.

3. Hipótese explanativa

A partir de modelos teóricos antropológicos, da Ecologia Cultural, de modelos arqueológicos e do estudo da bibliografia arqueológica referente ao litoral brasileiro, foi elaborada hipótese de que a costa brasileira era habitada por grupos estruturados por uma cultura marítima, denominada “cultura sambaquiana”, definida por Gaspar (1991) como um único sistema sociocultural que tinha por característica principal o hábito de enterrar seus mortos, em locais que se destacam na paisagem, associados a restos alimentares. Outra característica dominante desse sistema sociocultural é a intensa adaptação ao meio aquático, representada por um profundo conhecimento de tecnologia específica para obtenção do alimento daí proveniente.

Parte-se do pressuposto de que a essa “cultura sambaquiana” grupos caçadores-coletores, oriundos do interior, já dispondendo de tecnologia rudimentar de pesca ribeirinha, aglutinavam-se ou mantinham contato, que poderia ser por trocas, casamentos ou disputas, fazendo com que novos costumes fossem absorvidos.

Embora com a mesma filiação cultural e sempre apresentando iguais características marcantes, grupos aparentados reforçavam tanto sua identidade como suas diferenças. A identidade pode ser percebida no tempo – atitudes relacionadas a mitos e antepassados comuns estruturariam a “cultura

sambaquiana”. Já as diferenças estariam relacionadas ao espaço – seriam os fatores de etnicidade, usados como demarcadores territoriais (Hodder 1982).

Com o passar do tempo, novos elementos, que haviam sido agregados, entram, por inúmeras razões, em desuso, tais como alterações ambientais, transmissão cultural, entre outras, ao mesmo tempo em que novas formas e tecnologias apresentam evolução própria.

Para a manutenção desse sistema seriam necessários, além de uma estrutura ideológica, vetor da “cultura sambaquiana”, pontos de concentração para troca de itens e de idéias e, principalmente, para reforço do aspecto ideológico. Para a localização dos pontos, parte-se do pressuposto de que a distribuição espacial e a velocidade aferida na construção das estruturas podem servir de indicadores para a verificação dos motivos predominantes que resultaram na construção dos sítios, podendo, assim, ser detectadas como, por exemplo: se suas camadas são consequência de um lento somatório de atividades cotidianas desenvolvidas por membros de unidades familiares; se foram formadas rapidamente com o intuito construtivo arquitetônico como monumentos ou plataformas, ou se seriam resultantes de formação rápida, como banquetes envolvendo concentração de pessoas e de alimentos, ou como a mistura de todos estes itens.

Em relação à dinâmica de ocupação e à mobilidade, estas se efetuariam através de sítios articulados formando conjuntos (Gaspar 1991) que, por sua vez, também se articulariam, mantendo intenso contato, sem que, no entanto,

houvesse aculturação, muito pelo contrário, embora ocorresse transmissão cultural, relacionada à absorção de novas técnicas exploratórias. Haveria também o constante desenvolvimento de elementos de etnicidade demarcadores de identidade e territórios. assim como de traços culturais relacionados a diferenciações culturais regionais que, mesmo com o intenso contato, seriam mantidas e estariam presentes nos rituais, não obstante as trocas e até a miscigenação através de casamentos. Isso ofereceria a imagem de uma sociedade, proposta por Rouse (1968), única, mas composta de várias etnias.

4. CONCEITUAÇÃO DO PROBLEMA

Os Sambaquis

Montes formados por camadas de valvas malacológicas, ossos de fauna e enterramentos são encontrados em muitos pontos do mundo, tais como: Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Egito, Senegal, Japão, França, Inglaterra, Escandinávia, Portugal, México, Chile, Argentina, Peru e na América do Norte, principalmente na costa da Flórida e da Califórnia.

No Brasil, denominados sambaquis, esses amontoados de conchas são definidos como sítios arqueológicos relacionados ao litoral, construídos por grupos que tinham como principais atividades a pesca e a coleta de moluscos, cujas carapaças eram acumuladas, formando montes de diferentes alturas, onde eram descartados artefatos, outros restos de alimentos e, também, enterrados os mortos.

Embora exista uma longa discussão sobre o que seria ou não sambaqui e se este termo pode ou não ser utilizado para toda a ocupação pré-cerâmica do litoral brasileiro, decidiu-se pela utilização genérica do termo sambaqui, acatando-se outros, quando empregados pelos autores citados.

Em levantamento realizado no ano de 1993, foram registradas informações sobre 958 sambaquis no litoral brasileiro (Gaspar 1999). São encontrados em pontos de intersecção, caracterizados pela concentração de ecossistemas. Seu período de ocorrência é de 7500 BP a 1800 BP. Sua dispersão é do litoral sul até o norte brasileiro, perfazendo um total de 2.800km de costa, sendo que aparecem concentrados em 1.400km, entre o norte do estado do Rio de Janeiro e o litoral sul de Santa Catarina e dispersos em mais 1.400km de litoral, pouco estudados em termos arqueológicos. No estado de Santa Catarina, são encontrados os maiores, alguns com 50 metros de altura, como o da Cabeçuda (Castro Faria 1952).

A pesquisa em sambaquis pode ser sistematizada a partir de quatro enfoques, cada um de acordo com sua problemática: a primeira, relacionada à resolução quanto ao caráter artificial ou natural desses sítios; a segunda, que tem por questão a identidade cultural e a dispersão dos grupos que os construíram; a terceira, que parte do estudo interdisciplinar dos sítios ou de conjuntos de sítios, para fazer inferências sobre o cotidiano dos grupos que os ocuparam; e a quarta, que aborda esses sítios como resultantes de opções culturais relacionadas à moradia e à sobrevivência, ou como “construído” intencionalmente, com finalidade arquitetônica.

A primeira abordagem: Distinção entre cocheiros naturais e sítios arqueológicos.

Essa abordagem teve início logo que foram registrados no Brasil montes semelhantes aos encontrados na Dinamarca (Hartt 1871) e pode-se dizer que foi concluída quando foram estabelecidos os parâmetros para distinção entre os cocheiros naturais e os artificiais construídos pelo homem (Clerot 1928; Leonardos 1938).

Tal resultado só foi alcançado após muitas décadas de discussão, graças às contribuições de Weiner (1876), Capanema (1876), Ladislau Neto (1882), Krone (1902), Loefgreen (1903), Von Lhering (1907), Backheuser (1918), Leão (1919) e Fróes Abreu (1928), dentre outros.

Associam-se também a essa primeira abordagem os trabalhos de Bigarella (1949) e de Teixeira Guerra (1950) que, com uma aproximação geomorfológica, procuram responder sobre a validade do estudo dos sambaquis na reconstituição das oscilações marinhas.¹

¹ Este enfoque foi retomado posteriormente, com sucesso, por Martim & Suguio (1989) que, entre outras evidências, serviram-se de datações radiocarbônicas obtidas em sambaquis para estabelecer alterações do nível do mar.

A segunda abordagem: A questão da identidade

A questão da identidade dos grupos responsáveis pelo aparecimento dos sambaquis começou a ser esboçada nos trabalhos de Koseritz (1884) Lhering (1904), Leão (1919), Roquete Pinto (1925), Serrano (1938), que exemplificaram a preocupação da Antropologia Biológica em caracterizar o homem que teria habitado os sambaquis. No entanto, é na década de 50 que surge a preocupação com a reconstituição de sua cultura, nos trabalhos de Orssich (1954) e Ondemar Blasi (1963), inicialmente, aparece o interesse em identificar a variação cultural observada nos sambaquis, que acaba sendo explicada como fases de uma mesma cultura.

Posteriormente, já nos anos 60, influenciada pelo fortalecimento de uma arqueologia americana, graças à reformulação do conceito de tipo, atribuindo-lhe um caráter quantitativo no lugar de qualitativo, como era usado pelos colecionadores, aumenta, na arqueologia brasileira, a preocupação com a identificação das unidades culturais e sua mudança no tempo.

Embora calcada em pressupostos da antropologia, a arqueologia americana se apropria do conceito de cultura com uma visão muito particular, na medida em que destitui a humanidade do conceito básico de unidade cultural formulado por Tylor como: “ todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Tylor *apud* Laraia 1989).

Percebendo a cultura como um conjunto de objetos e não de crenças e costumes expressos no discurso, a arqueologia passa a trabalhar com “culturas arqueológicas”, evidenciadas, segundo Childe, por: “uma pluralidade de bens definidos, tipos, diagnósticos, que são repetidamente e exclusivamente associados com outros, e que, quando plotados nos mapas, exibem um reconhecido padrão de distribuição”. (Childe 1981:112)

Entre essas duas definições apresentadas acima, existe uma grande distância entre o conceito de cultura e o que pode ser revelado através do estudo da cultura material. Pontos referentes à ideologia, estruturadores de cultura, passaram a ser evitados, devido à dificuldade de serem recuperados a partir do estudo da cultura material.

Nesse contexto, baseados nos princípios da Escola do Histórico Culturalismo americano, elementos da cultura material, encontrados nos sítios litorâneos brasileiros, foram tipologizados, com o objetivo da identificação das unidades culturais, sua evolução e dispersão.

Posteriormente, princípios da Ecologia Cultural foram acrescentados às interpretações para explicar mudanças observadas na cultura material, que passaram a ser entendidas como evidências de adaptações funcionais às alterações ambientais.

A multilinearidade evolutiva, proposta por Boas (1965), colocada por Steward (1955) e White (1943) como resposta a pressões ambientais, passou a

ser a principal responsável pelas mudanças culturais, apresentando à arqueologia a possibilidade de testar modelos que explicariam alterações culturais. Assim sendo, o Histórico Culturalismo passou a influenciar decididamente a interpretação arqueológica.

Para a antropologia, a visão da cultura como um instrumento adaptativo foi muito usada até ser colocada em discussão, quando Sahlins (1979) demonstrou, através de resultados de estudos etnográficos que, no comportamento humano, a ideologia pode prevalecer sobre as causas ambientais. A posição de Sahlins vem reforçar a proposta de Lévi-Strauss (1955) que já postulava um homem muito mais influenciável por um ambiente/natureza de percepção mentalista do que um ser delineado por fatores ambientais, mostrando que o "ambiente" social pode exercer tanta influência como o "natural" e que o social deve ser visto como suporte e modelador de ações humanas.

O peso do fator ambiental, para a antropologia, pode ser minimizado, já que conta a presença do discurso; como para a arqueologia isto não ocorre, ela acaba desenvolvendo um conceito de cultura próprio, moldado por respostas ambientais.

Com a crítica estruturalista, arqueólogos, que tinham seu trabalho baseado na Ecologia Cultural Neofuncionalista, passam a ser criticados como reducionistas e deterministas. Tentam fugir a essa rotulação, procurando outras abordagens, mas acabam, como a maior parte, utilizando causas ambientais para explicar o que não conseguem responder a partir somente da tipologização da cultura

material. Tal fato se dá principalmente porque a Ecologia Humana tem uma grande capacidade de fornecer modelos testáveis pela Arqueologia.

Na nova arqueologia, duas vertentes interpretativas: a evolucionista (Clark (1975), Childe 1981), preocupada ainda com a história da cultura; e a funcionalista, voltada para os mecanismos adaptativos criados pelo homem (Butzer xx). A evolucionista, dos anos 70, centra sua atenção nas mudanças econômicas no tempo; a funcionalista não está tão preocupada com a identificação de mudanças, mas sim com o entendimento da capacidade de adequação funcional da cultura em relação ao meio.

No Brasil, a interpretação evolucionista se expressa através do materialismo histórico, combinando a evolução de formas na cultura material com mudanças na economia. Nessa linha, aparecem trabalhos, como os de Mendonça de Souza (1981) e Dias (1983/84), que caracterizam a cultura e a mudança a partir do "modus" econômico de extração.

Já a funcionalista, mais relacionada à Ecologia Cultural, procura associar os mecanismos elaborados para adaptação com as escolhas culturais. Essa abordagem é encontrada nos trabalhos de Heredia (1980,1981/82, 1989), Carvalho (1984) Dias Jr (1972), Kern (1989,1995), Schimtz (1984), Kneip (1980,1985,1994). Schimtz e Kneip, embora tenham uma preocupação com as respostas ambientais, estão mais voltados para detalhar exaustivamente o "modus vivendi" do grupo estudado, enquanto Kern também se preocupa com a história da paisagem, observando o homem a partir de sua interação com um

ambiente mutável no tempo. Nesse aspecto, difere de Heredia que não tem como enfoque a contextualização do objeto de estudo no tempo; os sítios são analisados como se fossem estáticos, atemporais, o que exemplifica uma abordagem mais próxima da Antropologia do que da História. Essa tendência de focalizar o sítio isoladamente dá origem a um outro tipo de abordagem na arqueologia do litoral desenvolvida no Brasil, os estudos isolados. Segundo Fausto (2000), esse procedimento também irá ocorrer na Antropologia. Com o predomínio da tradição britânica nos anos 1930-50, há um impulso do estrutural-funcionalismo de Radcliffe-Brown, resultando em um estreitamento do foco analítico. Poucos foram os antropólogos que não privilegiaram os estudos sistêmicos e sincrônicos de uma única sociedade, não se tratando mais de organizar similaridades e diferenças culturais em grande escala, mas de compreender o padrão cultural de um povo.

Terceira abordagem - estudos isolados

Motivados pelas dificuldades encontradas em delimitar as unidades culturais envolvidas na ocupação da costa brasileira, muitos pesquisadores passaram a adotar abordagens interdisciplinares, tendo por objetivo entender o sítio através da reconstituição de elementos como: dieta alimentar, área de captação de recursos e padrão de assentamento. Essa postura representa um certo retorno à abordagem metodológica francesa, na medida em que se aprofunda o conhecimento em um sítio em detrimento do enfoque regional, acrescida por uma abordagem tecnológica americana. Trata-se de uma influência da Arqueologia Processual americana que vem sendo desenvolvida desde a

década de 70 e que é bastante criticada por impregnar a arqueologia de uma postura demasiado positivista (Hodder 1995:5; Preucel & Hodder 1996: 12) e normativa (Claisson 1991:249) para uma Ciência Social.

Com isso, a partir da década de 90, pesquisas interdisciplinares foram intensificadas, abarcando princípios da biologia para a reconstituição da dieta alimentar: Tania Andrade Lima (1991), Levi Figuti (1992), Dione Bandeira (1992) Débora Barbosa (1999), Marco N. De Masi (2001), Daniela Kloker (2001), Paula Nishiba (2001); da botânica: Rita Scheel-Ybert (1998) e da geomorfologia: Perez 1999, para entender mobilidade e reconstituir o meio ambiente explorado.

Essa abordagem caracteriza um momento em que a questão do povoamento do litoral brasileiro é trocada por outras de menor amplitude, mas de maior profundidade. Chega-se a detalhes da dieta, porém fala-se pouco de províncias culturais. Provavelmente, isso é decorrente de estar a ciência influenciada também pelo pensamento pós-moderno que ressalta a importância em se considerar o fator diversidade e que mostra a fragilidade do conceito de cultura e a artificialidade na criação de fronteiras culturais. Ao mesmo tempo, essa postura constitui um impasse no desenvolvimento da pesquisa arqueológica, na medida em que a arqueologia tem como principal preocupação a identificação, a caracterização de culturas e o entendimento das mudanças.

Destoando desse contexto, numa reaproximação com as Ciências Sociais, aparecem os trabalhos de Wust, De Blasis, Gaspar que utilizam pressupostos da geografia, para o estabelecimento das áreas de captação de recursos e os

padrões de assentamento; da antropologia social, para entender a organização e a identidade social. Dentre eles, apenas Gaspar (1991) desenvolve esse tipo de pesquisa no litoral .

Desde o início da década de 90, as idéias de Chang (1968) e da Arqueologia Locacional passam a fazer parte da pesquisa dos autores citados acima, que se desviam da abordagem de sítios isolados.

Embora a análise da distribuição espacial dos sítios tenha começado a ser empregada desde o início da década de 60, essa abordagem demorou a se efetivar no Brasil, devido à escassez de datações e, também, à grande influência da Nova Arqueologia, baseada na antropologia cultural que, distante da antropologia social inglesa, sempre priorizou o cultural em detrimento do aspecto social.

Rouse (1968: 27) exemplifica bem o pensamento da arqueologia tradicional, quando fala que os traços culturais, que por sua vez são relacionados aos povos, ficariam nos sítios, enquanto a sociedade, expressa nas relações sociais, não sobreviveria. Segundo Rouse (op.cit:27) “Os sítios contêm evidência direta de povos, não de sociedades” .

Mesmo sem datações radiocarbônicas disponíveis para a afirmativa, Gaspar (1991) propôs, em sua tese de doutoramento, que os sítios estudados faziam parte de conjuntos que, por sua vez, constituíam sistemas de assentamentos e que não poderiam ser estudados isolados, como vinha sendo feito até então. Posteriormente, com as datações obtidas para sítios localizados

no distrito de Tamoios, no estado do Rio de Janeiro, Gaspar (1998) pôde comprovar sua proposta, iniciando um novo tipo de abordagem para “sambaquis”.

Com a passagem para a quarta abordagem, pela visão dos sítios articulados formando conjuntos, questões relacionadas à mobilidade, contatos e sistemas de trocas começam a surgir e uma das propostas para recuperar esse tipo de informação é a reconstituição dos contextos sociais neles ocorridos. Com essa questão, inicia-se a quarta etapa da pesquisa em sambaquis.

Quarta abordagem: Reconstituição do processo de construção dos sítios

Essa abordagem, que será a empregada no presente trabalho, tem constituído uma forte tendência de pesquisa na arqueologia de litoral no Brasil, passando a ser a reconstituição do processo de construção dos sítios uma das questões mais abordadas no momento por autores como: Gaspar & De Blasis (1992), Afonso & De Blasis (1994), Barbosa (1993; 1999), Barbosa, Gaspar & Barbosa (1994), Gaspar, Barbosa & Barbosa (1994), Gaspar (1995), Tenório (1995, 1999, 2001), De Blasis & Afonso (1996), Figuti & Klökler (1996), Barbosa & Gaspar (2000), Klökler & Figuti (2000) Klökler (2001) e Barbosa (2001).

Ela parte do princípio de que é possível reconstituir as atividades desenvolvidas nos sítios, a partir do estabelecimento do processo de formação de suas camadas.

Nela existem duas vertentes: a que considera o sítio como um artefato; e a outra, que o considera como resultante de atividades especiais que implicam a formação de locais de destaque na paisagem.

A que considera o sítio um artefato (Gaspar & De Blasis 1992) parte do pressuposto de que o sítio foi construído por opções culturais e não apenas como resultado indireto de atividades que nele foram desenvolvidas. Em determinados casos, é proposto que o sítio foi realmente construído no sentido arquitetônico. (Gaspar 1998, Fish et al 1999, Klökler *op.cit*)

A outra vertente, que é a relacionada ao presente trabalho, tem por objetivo elucidar os motivos que fizeram com que alimentos fossem carregados e acumulados e considera que, dependendo da inserção do sítio no sistema de assentamento, ele apresenta contextos diferenciados e que, a partir de repetições sistematizadas pela Arqueologia Comportamental, podem-se inferir diferentes contextos atuantes na sua construção (Schiffer 1996: 3).

A Arqueologia Comportamental (Shiffer 1978), criada no final dos anos 70 , resgata, a partir de estudos etnográficos com sociedades atuais, comportamentos gerais observáveis em quaisquer sociedades e que deixam marcas perceptíveis na cultura material. A identificação dessas evidências permite inferir os diferentes contextos comportamentais responsáveis pela formação do sítio, embora Schiffer também considere a influência dos fatores naturais nas camadas resultantes.

A grande diferença interpretativa da Arqueologia Comportamental em relação à Nova Arqueologia é a substituição do uso de associações de elementos da cultura material na identificação dos contextos, pelas leis gerais de comportamento.

Essa vertente tem como premissa que a resolução dos motivos específicos a cada sítio – que ordenou a disposição do refugio (Tenório 1999), a distribuição espacial das áreas de atividades (Tenório 95, Barbosa 2002), a construção de plataformas, de pisos (Tenório 2001), de monumentos e de estruturas rituais – permitirá a reconstituição da dinâmica de ocupação pertinente a cada unidade sociocultural.

O termo “unidade” foi adotado porque é menos abrangente do que filiação cultural ou grupo étnico e, ao mesmo tempo, permite considerar a existência de miscigenação e de diversidade. Essas unidades, no caso, seriam criadas pelo próprio grupo, em oposição ao outro, cujas fronteiras culturais seriam demarcadas por elementos construídos como fatores de etnicidade².

No presente trabalho, será utilizado um conceito de cultura um pouco distinto do que vem sendo empregado pela arqueologia, mais relacionado a grupos étnicos (Beattie 1977, Rouse *op.cit*). É usado o conceito de cultura mais ideológico, mais próximo da antropologia (Carlos Fausto 2000), partindo-se do pressuposto de que a cultura material pode expressar significados traduzidos pelo arqueólogo (Shanks & Hodder 1995:17).

² A palavra etnicidade normalmente é definida como o conjunto de fatores de identidade social criado por grupos étnicos distintos para reforçar diferenciações culturais . No caso, utiliza-se a palavra etnicidade para estabelecer diferenças criadas por grupos que podem pertencer a uma mesma etnia ou filiação cultural .

5 OS AMOLADORES POLIDORES FIXOS

Segundo Prous (1992: 202), no litoral, a falta de matéria prima frágil e boa para lascamento, aliada à presença de rochas magmáticas, teria incentivado o desenvolvimento das técnicas de picoteamento e o polimento, fazendo com que, durante muito tempo, essas técnicas estivessem associadas a ocupações litorâneas.

No interior, ainda segundo este autor, o polido só irá aparecer em períodos mais tardios, já relacionados aos ceramistas, sugerindo inclusive que, só a partir desses grupos, iniciou-se uma alternância de idas e vindas ao litoral. Anteriormente, quando grupos pré-ceramistas chegavam ao litoral, lá permaneciam em contato com populações já estabelecidas, não retornando ao interior, como será apresentado no capítulo II.

A técnica de polimento é relativamente simples; segundo Amaral (1995), consiste, basicamente, em submeter um objeto a um processo de abrasão através de areia e água. Para a abrasão, é necessário o atrito com outra rocha.

A disponibilidade da matéria prima, a forma desejada e a função prevista certamente irão influenciar na escolha do material a ser polido. No entanto, a maneira como será polido, ou o "modus", segundo conceito de Ford (*op.cit.*), é determinado por uma cosmologia própria a cada grupo. As rochas de abrasão

usadas para polir exemplificam bem essa escolha; elas podem ser “pedras de polir”, amoladores-polidores portáteis ou amoladores-polidores fixos.

As “pedras de polir”, embora difíceis de serem identificadas, aparecem muito nos registros arqueológicos. Kozak *et al* (1981:74) fornecem informações etnográficas sobre a sua utilização. Segundo estes autores, os Héta, no estado do Paraná, esmerilhavam a peça, na qual desejavam dar uma forma com uma pedra de amolar dentro de uma vasilha com argila branca, areia e água.

Já os amoladores portáteis não são tão comuns de serem encontrados em contexto; são seixos grandes e pesados que apresentam grandes sulcos produzidos pelo desgaste do polimento. Por chamarem a atenção, muitos são alvo de colecionadores. Foram registrados no sítio Ponta da Cabeça, em Arraial do Cabo (Tenório *et al* 1992) (Figura 1), no sambaqui de Bogaçu, na Ilha Comprida (Uchoa 1977/78/79/80:17) e por Tiburtius, no sambaqui da Conquista (Figura 2).

Prous (*op. Cit*:226) propõe uma relação entre a maior proximidade de suportes rochosos naturais e a raridade de polidores nos sítios. No entanto, tal fato não foi observado nas pesquisas, pelo contrário, um dos poucos sítios onde são encontrados amoladores portáteis também apresenta amoladores-polidores fixos próximos.

Os amoladores-polidores fixos são conjuntos de marcas resultantes da confecção de objetos polidos (Laming-Emperaire 1967:86, Gaspar e Tenório 1990:

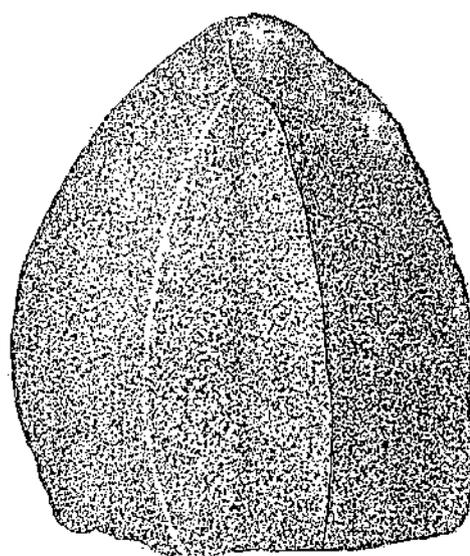


Figura 1. Amolador Portátil. Sítio Ponta da Cabeça, Arraial do Cabo.



Figura 2. Amoladores portáteis. (Extraído de Prous:1992:231) .

181); sua distribuição e associação com sítios próximos permitem que sejam associados a grupos pré-cerâmicos do litoral (Gaspar e Tenório *op.cit.* 184). Eles se diferenciam dos amoladores-polidores portáteis encontrados nos sítios, principalmente por terem como suporte grandes blocos rochosos fixos, separados dos locais de habitação.

Grandes blocos, apresentando sulcos semelhantes, também são registrados em outras partes do mundo, como na Austrália (Smith 1985 *passim*), na Tanzânia (O'Connell et al 1991), na Guiana Francesa (Rostain & Wack (1987 *passim*), sendo, no entanto, interpretados como resultantes do processamento de vegetais. No Brasil, apenas Rohr (1950) chegou a propor que poderiam ter sido utilizados para moer farinha, hipótese que não retomou em publicações posteriores, provavelmente devido à inclinação observada nos amoladores-polidores fixos encontrados em Santa Catarina, pouco funcional para a contenção dos vegetais (Amaral *op.cit.*:11).

Rostain & Wack (1987 *passim*) registram concentrações de amoladores-polidores fixos no litoral da Guiana Francesa e em ilhas das Antilhas e os relacionam à elaboração de lâminas de machado. Apresentam formas semelhantes às encontradas nos amoladores-polidores fixos registrados no litoral brasileiro.

Gaspar e Tenório (*op.cit.* 182) fizeram a mesma associação, pelo fato de, entre os artefatos polidos, estes serem os mais recorrentes no Rio de Janeiro, área onde foram encontrados os amoladores-polidores fixos abordados na

publicação. Já Amaral (*op.cit.*: 11) levanta a hipótese de que outros artefatos, como tembetás, zoólitos poderiam ter sido também elaborados nos amoladores-polidores fixos, propondo, inclusive, a predominância de determinadas etapas de elaboração em alguns sítios (Amaral *op.cit.*: 81). No entanto, a hipótese é apenas esboçada, já que os dados levantados pela autora não permitem o desenvolvimento da questão.

Os registros mais antigos sobre os amoladores-polidores fixos no Brasil foram feitos por Nóbrega 1549/1988:91, Rocha Pita 1730/1976:36, Thevet 1556/1978:90, Knivet 1906:45, a partir de relatos indígenas que os associavam com pegadas de seres mitológicos.

Posteriormente, foram identificados como “pedras de polir” (Tiburtius 1953 in Amaral *op.cit.*), “moinhos de bugre” (Rohr 1959 in Amaral *op.cit.*), “amoladores-polidores fixos” (Gaspar e Tenório *op.cit.*), “estações líticas” (Beck 1992 in Amaral *op.cit.*), “oficinas líticas” (Amaral *op.cit.*) e “amoladores-polidores líticos fixos” (Kneip e Oliveira in.).

Neste trabalho, optou-se pela utilização do termo “amoladores-polidores fixos” que já é bem difundido. Os termos “estações líticas” e “oficinas líticas” podem ser confundidos com “sítios líticos”, caracterizados por apresentarem grande quantidade de resíduos de lascamentos.

Segundo Amaral (*op.cit.*:13), os amoladores-polidores fixos seriam, ao mesmo tempo, instrumentos para polir e artefatos. Mas ao optar pela adaptação

do conceito de “facilities” (Schiffer 1975:192), traduzida como “meios para a realização de uma tarefa específica”, para focar os amoladores-polidores fixos, a autora (*op.cit*), embora leve em consideração que as opções envolvidas, como a escolha da matéria prima, a morfologia e a maneira de polir que implicam as opções culturais, aborda esses instrumentos como objetos passivos, resultantes e não construídos com um objetivo final, idéia também compartilhada por Prous (1992:198).

A partir da análise dos registros de amoladores-polidores fixos, pode-se constatar que a posição de Amaral e de Prous é compartilhada pela arqueologia brasileira, ou seja, os amoladores-polidores fixos não constituem traço cultural capaz de identificar grupos socioculturais. “...tanto grupos não ceramistas, como grupos ceramistas possam ter utilizado os mesmos locais para confecção de artefatos polidos, em diferentes momentos.” (Oliveira e Ayrosa 1992:759). Seriam instrumentos passivos resultantes, na maior parte das vezes, da elaboração de lâminas de machado e, assim como estes artefatos, não possuem atributos específicos, cuja ocorrência geográfica permita que sejam abordados como traços diagnósticos capazes de distinguir unidades culturais.

A multiplicidade das formas apresentadas pelas lâminas de machado e a dificuldade de zoneamento de sua ocorrência desestimularam as tentativas para definir províncias culturais a partir do estudo da distribuição de suas formas. O fato de as várias formas aparecerem juntas em diversos contextos fez com que Prous propusesse que muitas diferenças observadas estivessem mais relacionadas a aspectos funcionais do que a culturais. (Prous *op.cit* :226) .

Chama a atenção o fato de que as lâminas de machado polidas, capazes de uma plasticidade cultural tão grande, não auxiliem na delimitação de províncias culturais. Como a cerâmica, a lâmina de machado polida é confeccionada tendo em vista um grande número de opções e não é tão susceptível à disponibilidade da matéria prima ou ao aspecto funcional, como ocorre a outras classes de artefato como, por exemplo, a indústria óssea. Embora exista uma certa tendência em se considerar que machados mais rudimentares, caracterizados apenas pela presença de um gume polido em um seixo, estejam relacionados a sambaquis, diferentemente dos encontrados no interior, muito mais elaborados (Prous *ibid*:229), outras formas mais sofisticadas também são achadas nos sambaquis associadas aos rudimentares.

Sempre chamou a atenção a amplitude de dispersão dos artefatos polidos, o zoólito, por exemplo (Prous *op.cit* 222, Andrade Lima 2000), o que parece indicar a existência de uma grande rede de troca de bens e informações no litoral. Por outro lado, destaca-se o fato de que, embora muitos dos sítios pré-cerâmicos registrados no litoral brasileiro apresentem lâminas de machados polidos, os amoladores-polidores fixos estejam concentrados em apenas duas áreas. Isto permite a elaboração de três hipóteses: existiria uma forma específica de elaboração de lâminas de machado relacionada a uma tradição cultural; determinadas lâminas eram elaboradas em locais especiais distantes da moradia; existiria um centro de distribuição de lâminas de machado.

O modelo interpretativo, apresentado por Gaspar e Tenório (1989), abarca as três hipóteses e pode ser utilizado como a questão a ser desenvolvida no

presente trabalho. Segundo estas autoras, a distribuição geográfica dos amoladores-polidores fixos, acrescida da grande visibilidade desse registro arqueológico, permite que se proponha que:

...tais marcas, além de instrumentos de trabalho, são sinais que caracterizam a paisagem... é certo que são eventos numericamente inferiores em relação à quantidade de sítios de habitação já cadastrados e, por isso mesmo, devem ter tido especial importância no sistema que os criou. Pode-se dizer que são locais de produção e se supor mesmo que sejam pontos de dispersão de artefatos polidos. (Gaspar & Tenório 1989:186)

Os amoladores-polidores fixos são encontrados em ilhas, em antigas ilhas isoladas por períodos de transgressão marinha e em pontas, localizando-se próximos a cursos d'água doce que desembocam nas praias, embora haja raríssimos casos de seu registro (Tenório 2001) dentro de rios, a uma distância máxima de 300m da maré atual.

No litoral brasileiro, os amoladores-polidores fixos foram registrados no estado de Santa Catarina, na Ilha de Florianópolis e em ilhas adjacentes, por Tiburtius (1953), Rohr (1950, 1959, 1961, 1969, 1977, 1984), Beck (1971), Fossari et al (1987, 1988, 1989), Amaral (1995); na ponta das Laranjeiras, por Rüttschilling et al (1990). No estado de São Paulo, na Ilha Comprida, por Uchoa (1976/77/78). No estado do Rio de Janeiro, no promontório de Cabo Frio, por Dias Jr (1959); na Ilha Grande, por Magnanini (1982), Gaspar e Tenório (1990) e Tenório (1992); na Ilha de Marambaia, por Menezes et al (1999) Kneip e Oliveira (s/d) e na ponta de Arraial do Cabo, por Tenório (1999). No estado da Bahia, foi registrado na Ilha de Cajaíba por Calderon 1969, 1974).

Destoando em relação à localização, por não estarem situados em ilhas, foram registrados no continente, próximo à Ilha Grande (Oliveira 1991), no litoral do Espírito Santo (Perota 1969), no interior do Paraná (Chmys 1971) e na Amazônia (Hilbert 1968), como foi mencionado anteriormente.

Os registrados no continente, nas imediações da Ilha Grande, por sua proximidade e pela semelhança das formas encontradas, podem ser entendidos como um elemento residual da concentração da Ilha Grande.

As informações sobre os que foram achados no litoral do Espírito Santo estão limitadas apenas a raros registros de ocorrência, sem que permitam qualquer tipo de sistematização. Quanto aos amoladores-polidores fixos, identificados por Chmys (*op. Cit.*) no estado do Paraná, estão muito distantes do litoral, na região oeste do estado, no vale do Rio Piquiri, afluente do rio Paraná. Segundo o autor, esse sítio faz parte do conjunto associado à cultura Itararé (Chmys *op. Cit.*: 20), localizado ao longo de um Peabiru, antigo caminho indígena. Embora não haja fotos dos amoladores, a descrição das formas de seus sulcos sobre blocos de diabásio – “sulcos agudos, outros largos e depressões alongadas” – assemelha-se às existentes para o litoral.

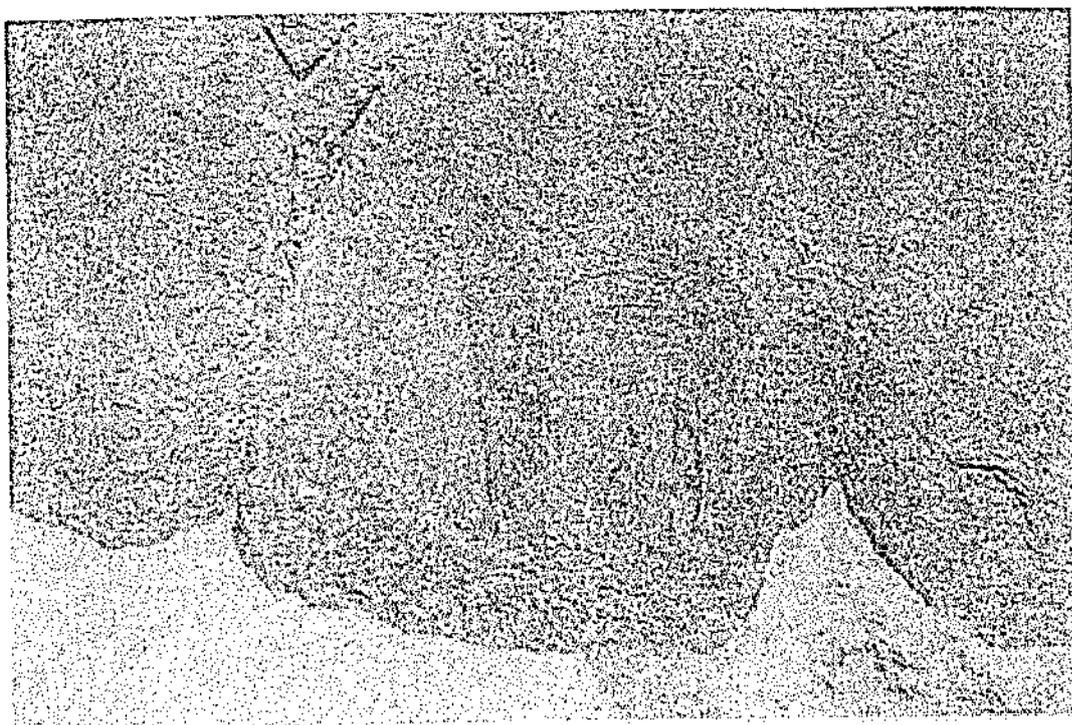


Figura 3. Canoa

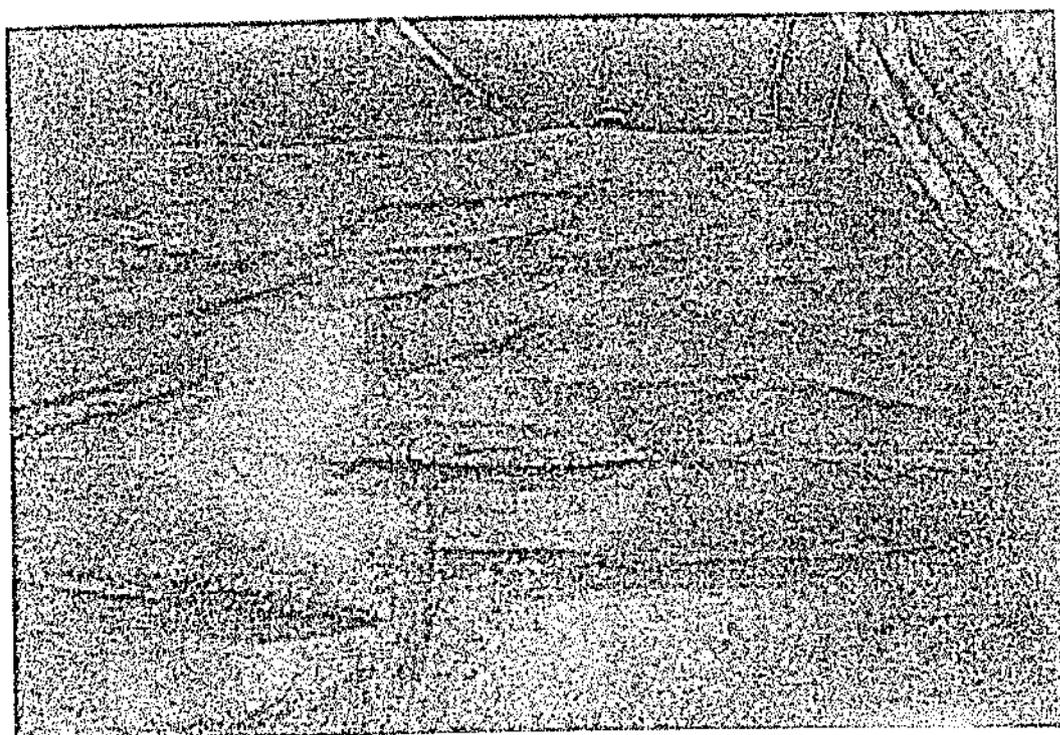


Figura 4. Friso

Embora haja pouquíssimas informações, tem-se conhecimento da existência de amoladores-polidores fixos em rios da Amazônia (Hilbert *op. cit. passim*, Costa e Caldarelli 1988:39). No entanto, a partir das informações existentes, não se pode afirmar que constitui uma outra dispersão ou concentração daquela encontrada na Guiana Francesa. Os poucos dados disponíveis não permitem que se investigue sua relação com os do litoral de Santa Catarina e com os do Rio de Janeiro. Essa questão vem ao encontro do problema da filiação cultural dos sambaquis amazônicos e daqueles no litoral meridional e setentrional brasileiro (Gaspar & Imázio 1999: 251; Andrade Lima 1999-2000: 314). Por constituir um tema de debate extenso e polêmico, de escasso registro, será contornado no presente trabalho, embora seja apresentado neste capítulo o pouco existente sobre os amoladores-polidores fixos encontrados na Amazônia.

As duas maiores concentrações de amoladores-polidores fixos estão na Ilha de Santa Catarina, Santa Catarina, e na Ilha Grande, Rio de Janeiro. Comparando-se a estas, as outras ocorrências são bem menores e mais esparsas.

As formas dos sulcos registradas são as canaletas paralelas ou frisos, as acanaladas com forma de canoa, as duplas com canaletas dentro dos sulcos em forma de canoa, as circulares com a forma de bacias, as circulares rasas e as circulares rasas com uma protuberância no centro.

As formas sempre presentes são a canoa (Figura 3) e o friso (Figura 4). As variações observadas estão relacionadas à presença e à ausência de duas das formas registradas: a bacia côncavo-convexa (Figura 5) e o friso longo (Figura 6).

A primeira, forma bastante recorrente no estado de Santa Catarina e ausente no estado do Rio de Janeiro; a segunda, apenas presente em Cabo Frio (Dias 1959).

A bacia côncavo-convexa, além de presente na Ilha de Santa Catarina, é encontrada em rios da região amazônica (Costa e Caldarelli *op.cit*), onde também ocorrem sulcos com forma de canoa (Hilbert *op.cit*) (Figura 7).

Do total dos sítios registrados na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes (Fossari et al 1987,1988,1989), 25% apresentavam amoladores-polidores fixos (Amaral 1995:1); na Ilha Grande, em oposição, é encontrado um número muito maior de amoladores do que de sítios e estes, em sua maioria, caracterizam-se por acampamentos de baixa visibilidade. Em relação ao número de sítios arqueológicos registrados no litoral brasileiro, a ocorrência de amoladores-polidores fixos é baixíssima.

Numa tentativa de comparar os amoladores-polidores fixos encontrados no litoral do Brasil com os identificados na Ilha Grande, procurou-se fazer uma sistematização dos registros, embora a escassez de detalhamento tenha dificultado esse tipo de empreitada.

Na maior parte das publicações, os amoladores-polidores fixos são apenas citados; em poucos casos, suas formas são descritas e, mais raro ainda, suas dimensões são explicitadas.

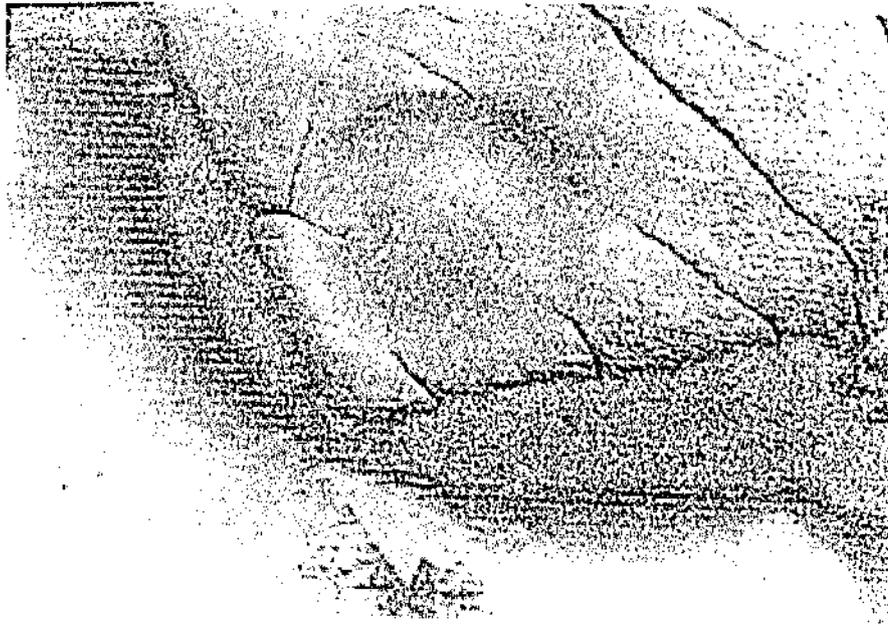


Figura 5. Forma côncavo-convexa. (Foto extraída de Amaral 1995:122).

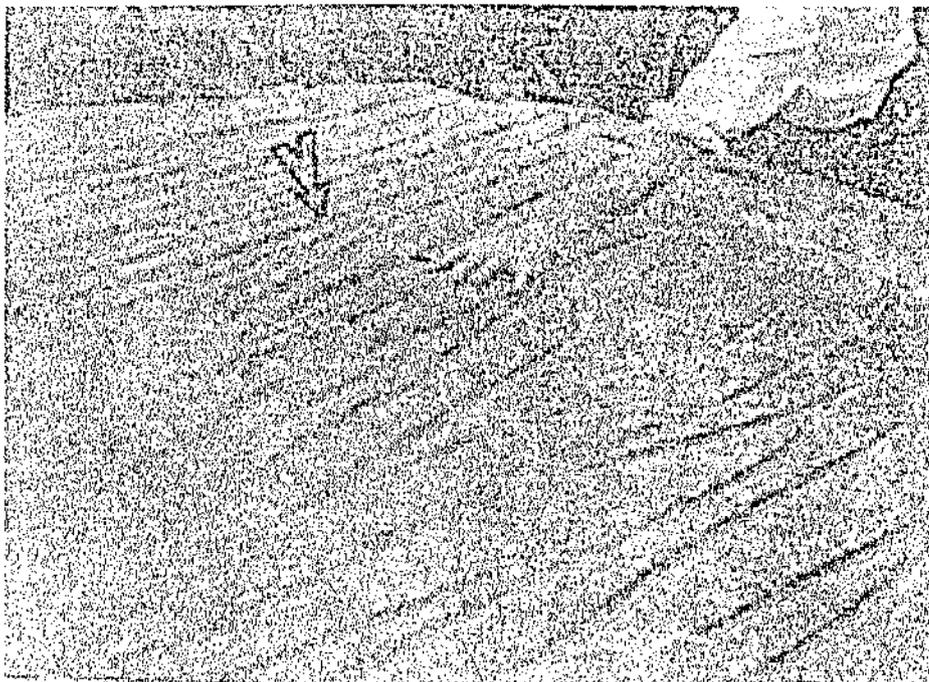


Figura 6. Friso longo. (Foto extraída de Dias 1959).



Figura 7. (Foto Extraída de Hilbert 1959)

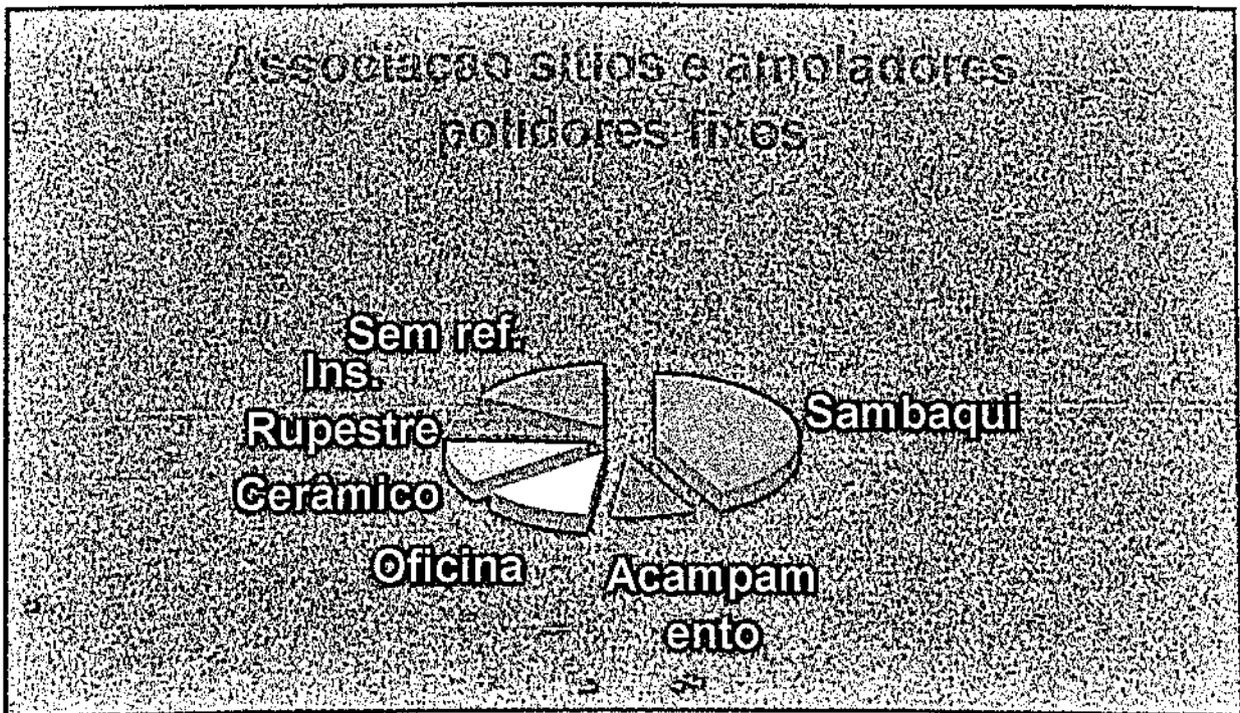


Figura 8. Proximidade dos amoladores polidores fixos com tipos de sítios.

Para o sul, o trabalho mais detalhado é o de Maria Madalena Velho do Amaral (*op.cit*), em sua dissertação de mestrado. No estado do Rio de Janeiro, informações relacionadas à forma e às dimensões podem ser obtidas nas publicações de Dias (*op.cit*), Magnanini (1982). Levantamentos mais minuciosos são encontrados nas publicações de Gaspar e Tenório (*op.cit*), de Oliveira e Ayrosa (1991) e de Kneip e Oliveira, ainda inédito.

Embora apresente um bom quadro de referência, o trabalho de Amaral não esgota o tema na Ilha de Santa Catarina, por apresentar enfoque diferenciado, em determinados casos muito aprofundado, mas em outros apenas citando registros superficiais.

Sistematização dos dados

Os dados sobre amoladores-polidores fixos registrados em todo o litoral brasileiro foram sistematizados a partir de levantamento bibliográfico, comunicações pessoais, relatórios e, em alguns casos, de visitação ao local. Os amoladores-polidores fixos encontrados no estado do Rio de Janeiro serão abordados separadamente, de maneira mais detalhada no capítulo III.

Embora as informa es referentes   Ilha Grande sejam utilizadas em algumas compara es, a abordagem em separado foi feita com o objetivo de melhorar a compreensão, pois existe uma grande diferença na que se refere aos amoladores-polidores fixos de Santa Catarina e naquela voltada para os

encontrados no Rio de Janeiro, levando-se em conta a profundidade do enfoque. Assim sendo, embora algumas respostas tenham sido obtidas nas pesquisas no Rio de Janeiro, neste capítulo são comparados apenas os dados comuns às duas concentrações.

Mesmo contando com informações pouco detalhadas, procurou-se criar um quadro de referência que permitisse relacionar as concentrações de amoladores-polidores fixos no estado de Santa Catarina com a que ocorre no litoral do Rio de Janeiro, partindo-se da questão sobre poder ser esse tipo de registro arqueológico abordado como um traço cultural compartilhado por grupos que ocuparam ilhas nesses dois estados.

Foram enfocados os seguintes aspectos: associação com tipos de sítios; matéria prima procurada, localização e formas dos sulcos. Tabela 4,

Tabela 4 - Amoladores - Polidores fixos de santa Catarina

Sítio	Sambaqui Associado	Acompanhamento Associado	Cidade Unida Associada	Cerâmico Associado	Inscrições Rupestres	Distâncias (m)	Situação 1	Situação 2	Altura Nivel mar. (m)	Associação ambiente 1	Associação ambiente 3	Tipo de Praia	Suporte amoladores 1	Suporte amoladores 2	Amoladores forma 1	Amoladores forma 2	
Imbituba	x						barra de lagoa costão praia	costão	1	praia rio	rio		basalto diabásio diabásio granito			canoa	
CF Praia Brava	x					30/700/20											
Lagoinha de Ponta das Canas III	x																
CF Rio da Lagoa II	x																
Bliguacu	x																
Cabo de Santa Maria	x																
Praia da Guarda																	
Fimheira	x																
Enseada	x					30	pontão rochoso barra de lagoa praia praia	encosta praia praia pé de morro	15	duna rio	lagoa	protegida	diabásio diabásio diabásio diabásio diabásio diabásio granito diabásio diabásio diabásio diabásio diabásio	prato prato		canoa	
CF Praia da Barra II	x		x			Junto / 350											
CF Praia da Barra III	x		x			30/100/300	praia praia		1								
CF Ponta do Caçador IV	x		x		x		praia	praia	1	costão							
CF Ponta do Caçador V			x		x				1								
CF Praia Mole																	
CFP Gravêth I	x					300/500		base de sítio costão	3	costão							
CF Joaquina III	x						dique de diabásio dique de diabásio		2	costão							
CF Rio Lessa II	x																
CF Base aérea																	
Calanga - Apu II	x																
Laranjeiras	x																
CF Neutragados II																	
Ponta da Armação III	x					20/60	praia	beira de canal e lagoa		canal							
CF Metadeiro							praia praia praia										
Pantano do sul II	x					50/100/300											
Pantano do sul III	x																
Lagoinha de Pontas das Canas	x					500/900/1000/2	for de tacho canal costão praia praia	supê de morro praia costão	0	morro praia praia	riacho córregos rio						
Fonte Marechal Luz	x					30											
CF Ingleses I	x					8			1								
CF Rio da lagoa III	x																
Ponta das Canas	x																
São Bento do Sul																	
Laguna	x																
Ibraquera	x																
Garopaba	x																
Ponta da Penhol	x																
Estreito																	
Praia do Miller																	
Santinho III																	
Arvoredo																	
Campeche																	
Ponta das canas II	x																
CF Morro das aranhas II																	
CF Rio da Lagoa I	x																
CF Praia da barra II	x																

Tabela 4 - Amoladores - Polidores fixos de Santa Catarina (continuação)

Sítio	Amoladores forma 3	Amoladores forma 4	Amoladores forma 5	Amoladores forma 6	Amoladores forma 7	Machados	Fusiformes	Cerâmica Superfície	Conservação	Fonte
Imbituba										Rohr cacoado IPH
O.F. Praia Brava			bacia	bacia c/c					15 frisos irreg	Fossari 1989
Lagoinha de Ponta das Canas III			bacia							Amaral 1995
OF Rio da Lagoa II		friso								Amaral 1995
Biguaçu										Amaral 1995
Cabo de Santa Marta										Rohr 1994 in Amaral 1995
Praia da Guarda										Rodolfo Lavina in Amaral 1995
Pirineira	oval c/ovil									Rodolfo Lavina in Amaral 1995
Enseada			bacia	bacia c/c				Itararé		Becker 1973, Schmitz et al 1983
OF Praia da Barra II			bacia							Amaral 1995
OF Praia da Barra III			bacia							Amaral 1995
OF Praia da Barra IV										Rohr 1984
OF Ponta do Caçador IV		friso								Amaral 1995
OF Ponta do Caçador V										Amaral 1995
OF Praia Mole						1				Amaral 1995
OF Gravata I										Rohr 1989
OF Joazeira III										Fossari 1989
OF Rio Leão II						sim	tombeta	Itararé	obs no local	Rohr 1984 Fossari et al 1989
Of Base aérea						8		Itararé	obs no local	Beck 1969
Caanga - Agu II						30		Itararé	pres canoa portatil	Rohr 1984 Fossari et al 1989
Laranjeiras		friso								Amaral 1995
OF Naufragados II										Rohr 1984, Rustrising e Schmitz 1989
Ponta da Armação III										Amaral 1995
OF Matadouro		friso								Amaral 1995
Pantano do sul II		friso								Fossari 1989, Amaral 1995
Pantano do sul III			bacia			187	sim e tombeta e zoolitos		obs no local	Amaral 1995, Schmitz e Bilenecourt 1996
Lagoinha de Pontas das Canas		friso								Amaral 1995
Forte Marechal Luz										Amaral 1995
OF Ingleses I		friso								Amaral 1995
OF Rio da lagoa III			bacia							Bryan 1993
Ponta das Canas										Fossari 1989
São Bento do Sul										Amaral 1995
Laguna		friso								Amaral 1995
Ibraquera										Amaral 1995
Garopaba										Rohr 1976 in Amaral 1995
Ponta do Perniz										Rodolfo Lavina in Amaral 1995
Estreito	oval c/ovil									Rodolfo Lavina in Amaral 1995
Praia do Miller		friso								Rohr in Amaral 1995
Santinho III										Rohr in Amaral 1995
Anoredo						sim	sim			Rohr 1969 e Fossari 1988
Campeche										Rohr in Amaral 1995
Ponta das canas II		friso	bacia	bacia c/c						Rohr in Amaral 1995
OF Morro das aranhas II										Fossari 1988
OF Rio da Lagoa I										Rohr 1961, Fossari et al 1987, Amaral 1995,
OF Praia da Barra II										Amaral 1995

Associação com outros tipos de sítios

O fato de serem apenas citados na literatura arqueológica parece corresponder a uma idéia de que a localização dos amoladores-polidores fixos está relacionada à presença de blocos de determinadas matérias primas que se prestariam para a elaboração de artefatos polidos por vários sistemas socioculturais. Somente Gaspar e Tenório (*op.cit.*: 170) propõem uma associação desse tipo de vestígio arqueológico com os sambaquis.

Dos 43 registros, nove não fazem referência quanto à proximidade com outros sítios. Dos sítios associados (Figura 8), 67,6% dos amoladores-polidores fixos registrados estão a pouca distância de sambaquis; 20,5% juntos a outros conjuntos de amoladores-polidores fixos; 17,6% estão próximos a sítios cerâmicos (destes, 57% apresentam cerâmica Itararé na superfície); 14,7% a acampamentos e 11,7% nas cercanias de sítios com inscrições rupestres; 11,7% estão próximos de sambaquis e de acampamentos; 11,7% de sambaquis e de outras oficinas líticas e 2,9% a sambaquis e a sítios cerâmicos (Figura 9).

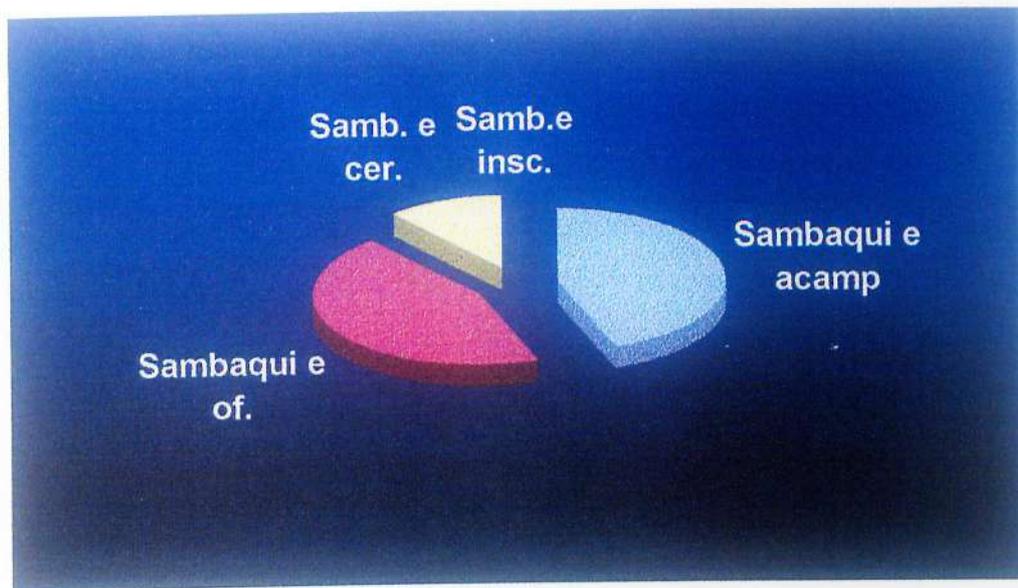


Figura 9 – Associações de amoladores polidores fixos vários tipos mistos de sítios.

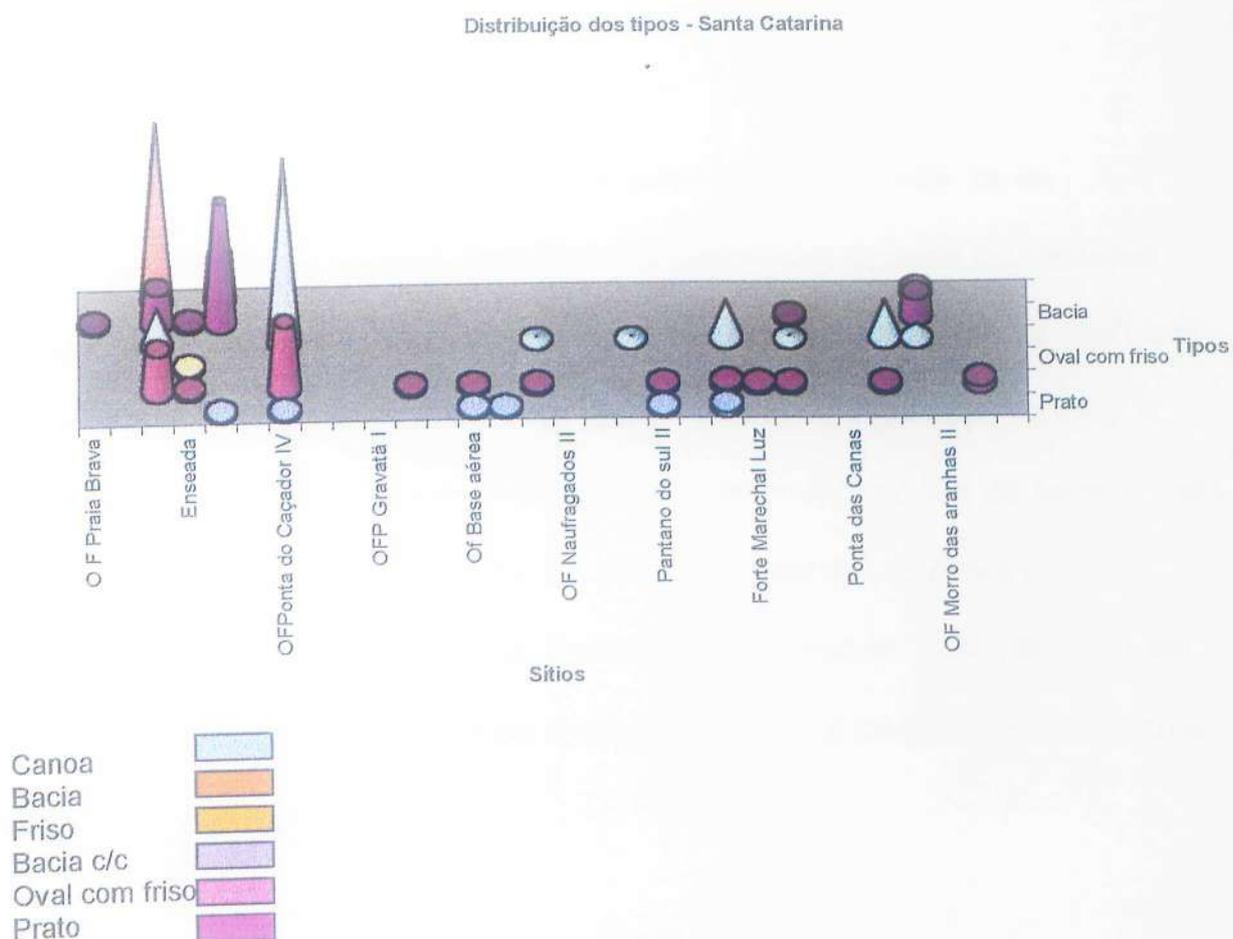


Figura 10. Distribuição das formas dos sulcos dos amoladores polidores fixos .

Estes dados permitem que seja reforçada a proposta de que os amoladores-polidores fixos estão associados a sambaquis. Outra evidência que reforça essa associação é que, além dos 67,6%, podem ser acrescentados os 14,7% relacionados associados a acampamentos, já que esses sítios também costumam ser associados a sambaquis.

Quanto à antiguidade, só três sítios dos que podem estar relacionados aos amoladores foram datados; são eles: Forte Marechal Luz, de $4\ 290 \pm 130$ AP a 620 ± 10 AP (Bryan 1993); Pântano do Sul, 4515 ± 100 (Schmitz e Bitencourt 1996); Laranjeiras, $3\ 815 \pm 145$ (Schmitz e Bitencourt 1996). A escassez desses dados não permite nenhuma interpretação.

Na distribuição das formas pode-se constatar que, apesar de os amoladores-polidores estarem predominantemente relacionados a sambaquis (Figura 10), as formas estão distribuídas de maneira uniforme. Não foi verificada, praticamente, qualquer forma de sulco restrita apenas a algum tipo de sítio. A única exceção refere-se à forma "inicial", muito recorrente no Rio de Janeiro, mas que só foi registrada em um único sítio, o Forte Marechal Luz (Bryan 1993). (Figura 11). Porém, devido à precariedade das informações, principalmente em relação às ilustrações, não se pode afirmar que também não ocorram em outros sítios.

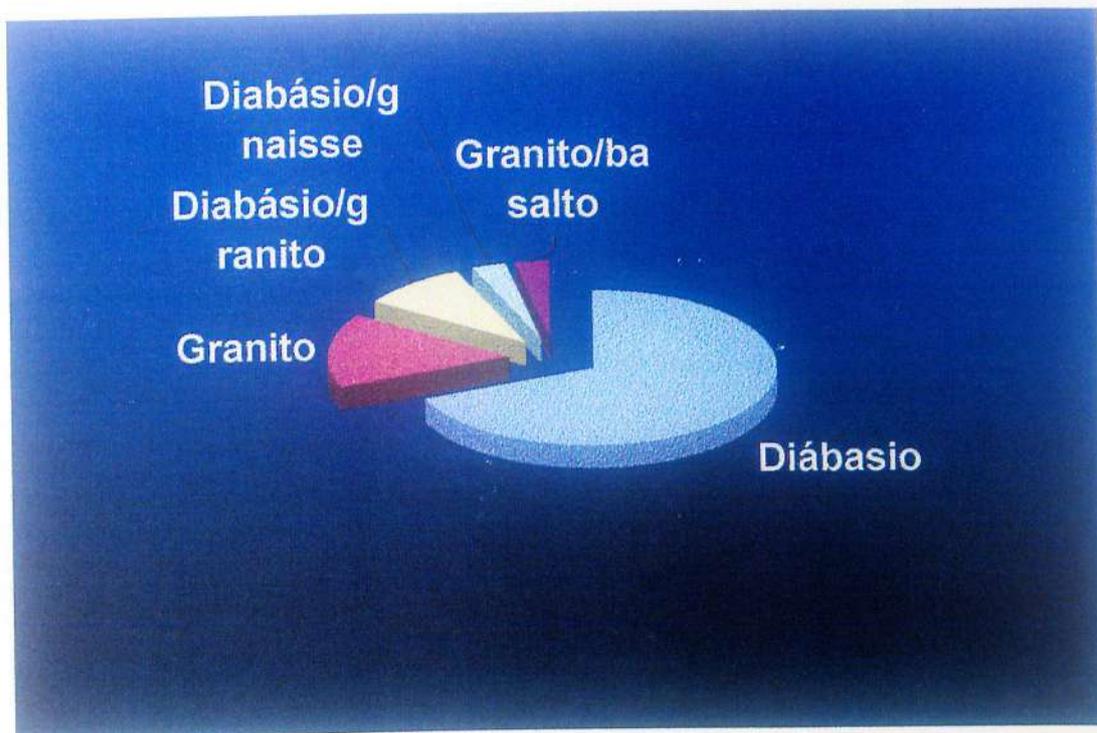


Figura 11. Matéria prima dos suportes.

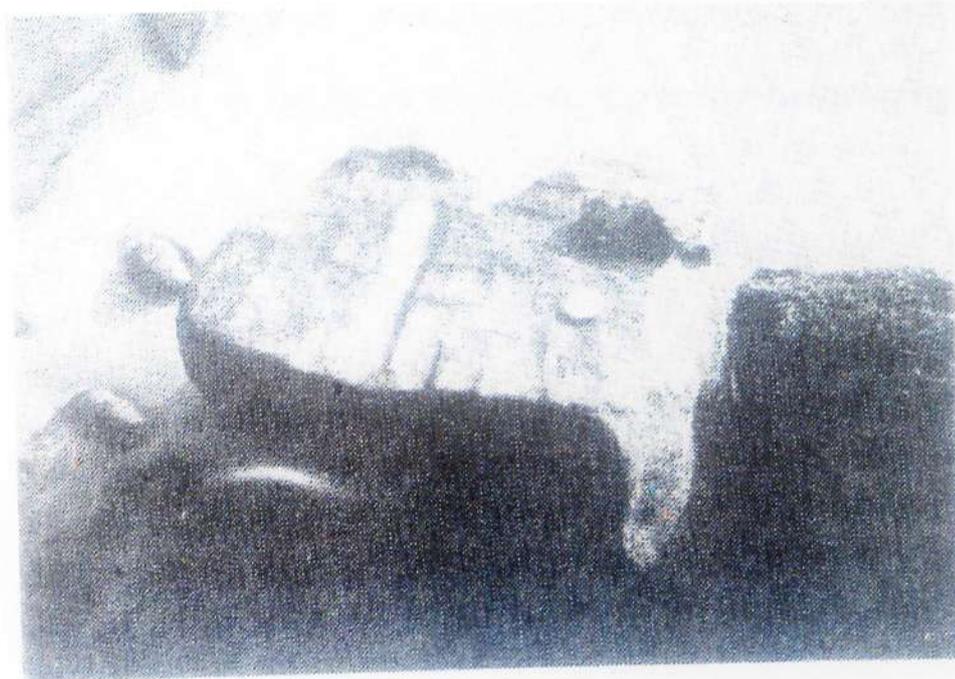


Figura 12. Foto inicial identificada no sítio Forte Marechal, Luz, SC. (Foto extraída de Bryan 1993:23).

Localização

Embora o registro de amoladores-polidores fixos junto a cursos d'água doce seja uma constante (Tenório 2001, Rostain & Wack 1987), na bibliografia disponível para Santa Catarina não há uma preocupação com a sua localização, não sendo possível sistematizar e interpretar tais informações.

Matéria prima

Em 16 citações de sítios, não foi mencionada a matéria prima dos amoladores-polidores fixos. Dos sítios com a matéria prima identificada, 68,7% dos suportes são de diabásio; em 15,6% são de granito; em 9,3% aparecem suportes de diabásio e de granito; tem-se registro também de 3,1% de conjuntos constituídos de suportes de diabásio e gnaiss e de granito e basalto. (Figura 12)

Não parece haver relação entre o tipo de rocha e a forma do sulco, o que pode ser exemplificado no sítio Rio da Lagoa II (Amaral 1995), onde a rocha dos suportes é o granito e são encontradas todas as formas de sulcos.

Também não é possível a verificação de nenhuma tendência que indique qualquer relação entre matéria prima e tipo de sítios.

Roustain e Wack (1987:16) destacam a densidade e a homogeneidade, depois a dureza, como propriedades necessárias para a pedra de amolar, propriedades, segundo os autores, encontradas nos dioritos, nos gnaisses e nos granitos. Laming-Emperaire cita também a utilização do arenito e do basalto (1967:86) para os amoladores portáteis. Ainda, segundo Roustain e Wack (1987 :16), os cristais duros do granito permitem um aplainamento vigoroso do objeto em formação. Na Ilha Grande, 90% dos suportes são de Charnokito e 10% são de granito e foi observada uma certa tendência dos granitos apresentarem conjuntos de frisos paralelos com orientações definidas. (Figura 11).

Prous (*op.cit.*: 226) também confere ao granito uma maior produtividade para abrasão, embora cite a disponibilidade do diabásio.

Formas dos sulcos e associações

Nos trabalhos consultados, são citadas as formas de pratos, bacias, bacias ovais,, bacias côncavo-convexas e frisos. Pratos tanto podem se referir a pratos de orquestras (Rohr 1950), como a superfícies arredondadas pouco gastas e, portanto, sua diferenciação não é muito clara e seu relacionamento com outros tipos de sítios é pouco precisa. O mesmo acontece com as bacias ovais – pela sua descrição, nos desenhos e fotos apresentados por Amaral (1995), e também a partir da observação *in loco* nos sítios Pântano do Sul, Ingleses e Joaquina – em que se pode constatar a existência dos mesmos sulcos, identificados como “canoas”, na Ilha Grande.

A forma bacia está relacionada aos sulcos redondos e é mais profunda do que os pratos. A forma bacia côncava, que pode ser confundida nos registros com a dos pratos, é caracterizada por apresentar um pequeno monte no meio do sulco circular.

A forma denominada “inicial” é pouco profunda, retangular e plana, por vezes pouco perceptível a olho nu (Figura 12).

Finalmente, o friso é caracterizado por sulcos, formando linhas retas ou irregulares (Figura 13)

Em 20 registros não são mencionadas as formas dos sulcos. Naqueles que contemplam este dado pode-se concluir que:

As formas mais recorrentes de amoladores-polidores fixos, em Santa Catarina, são as formas de prato e de canoa; as duas representam 48% das formas encontradas, seguidas pelo friso (43,4%), pela bacia (30,4%), pelas bacias côncavo-convexas (13%) e pela forma inicial que só aparece em um sítio.

Em relação à associação dos sulcos dos amoladores-polidores fixos com outros tipos de sítios, pode-se concluir que:

A forma 1 – caracterizada pelo prato, está mais relacionada a sambaquis, seguidos pelas outras oficinas líticas e dos sítios cerâmicos (Figura 13);

A forma 2 – caracterizada pela canoa, ocorre mais relacionada aos sambaquis, seguida dos acampamentos (Figura 14);

A forma 3 – caracterizada pela forma oval com friso, aparece em apenas dois sítios – um deles, sambaqui; o outro, não especificado, não são apresentadas fotos nas descrições. (Figura 15)

A forma 4 – caracterizada pelo friso, apresenta grande incidência, estando mais relacionada a sambaquis (Figura 16);

A forma 5 – caracterizada pela bacia, também pode ser relacionada a sambaquis. (Figura 17);

A forma 6 – caracterizada pela bacia côncava-convexa, também pode ser relacionada a sambaquis. (Figura 18);

A forma 7 – caracterizada pela forma inicial, só aparece no sítio Marechal Luz que pode ser associado a sambaqui (Figura 19).

Sítio	Sambaqui associado	Acampamento assoc	Oficina lítica assoc	Cerâmico assoc	Inscrições rupestre	Amoladores forma 1
OF Prainha da Barra II	Sim	Não	Sim	Não	Não	prato
OF Ponta do Caçador IV	Não	Não	Sim	Sim	Sim	prato
Of Base aérea	Não	Não	Não	Sim	Não	prato
Laranjeiras	Sim	Não	Não	Sim	Não	prato
Pantano do sul II	Sim	Sim	Não	Não	Não	prato
Lagoinha de Pontas das Canas	Sim	Não	Não	Não	Não	prato
Laguna	Sim	Não	Não	Não	Não	prato
Ibiraquera	Sim	Não	Não	Não	Não	prato
Santinho III	Não	Não	Sim	Não	Sim	prato
Arvoredo	Não	Não	Não	Não	Não	prato
Campeche	Não	Não	Não	Não	Não	prato

Prato

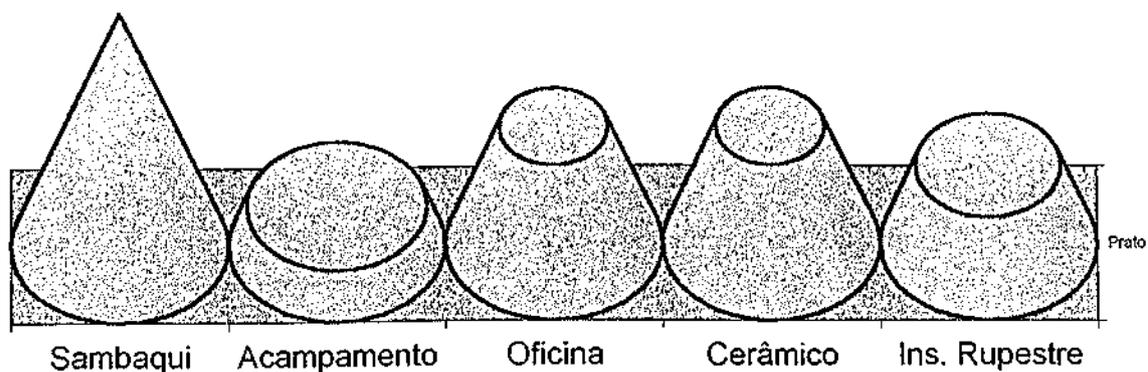


Figura 13. Distribuição das formas - Forma 1 – prato.

Sítio	Sambaqui associado	Acampamento assoc	Oficina lítica assoc	Cerâmico assoc	Inscrições rupestre	Amoladores forma2
OF Rio da Lagoa II	Sim					canoa
Enseada	Sim					canoa
OF Joaquina III	Sim	Sim				canoa
Of Base aérea				Sim		canoa
Laranjeiras	Sim			Sim		canoa
Pantano do sul II	Sim	Sim				canoa
Lagoinha de Pontas das Canas	Sim					canoa
Forte Marechal Luz	Sim					canoa
OF Ingleses I		Sim				canoa
Santinho III			Sim		Sim	canoa
OF Rio da Lagoas I	Sim					canoa

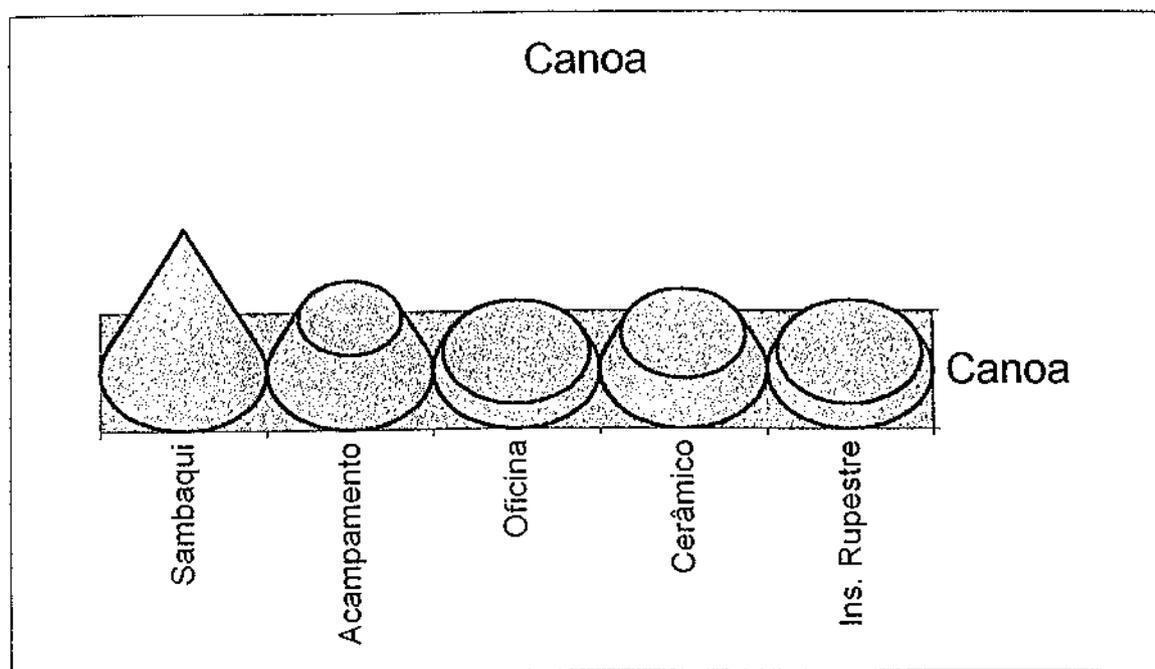


Figura 14. Distribuição das formas - Forma 2 – canoa.

Sítio	Sambaqui associado	Acampamento assoc	Oficina lítica assoc	Cerâmico assoc	Inscrições rupestre	Amoladores forma3
Enseada	Sim					oval com friso
Praia do Miller						oval com friso

Figura 15. Distribuição das formas - Forma 3 – oval com friso

Sítio	Sambaqui associado	Acampamento assoc	Oficina lítica assoc	Cerâmico assoc	Inscrições rupestre	Amoladores forma4
OF Rio da Lagoa II	Sim	Não	Não	Não	Não	friso
OFFPonta do Caçador IV	Não	Não	Sim	Sim	Sim	friso
Laranjeiras	Sim	Não	Não	Sim	Não	friso
OF Matadeiro	Não	Não	Não	Não	Não	friso
Pantano do sul II	Sim	Sim	Não	Não	Não	friso
Lagoinha de Pontas das Canas	Sim	Não	Não	Não	Não	friso
OF Ingleses I	Não	Sim	Não	Não	Não	friso
Laguna	Sim	Não	Não	Não	Não	friso
Santinho III	Não	Não	Sim	Não	Sim	friso
Ponta das canas II	Sim	Não	Não	Não	Não	friso

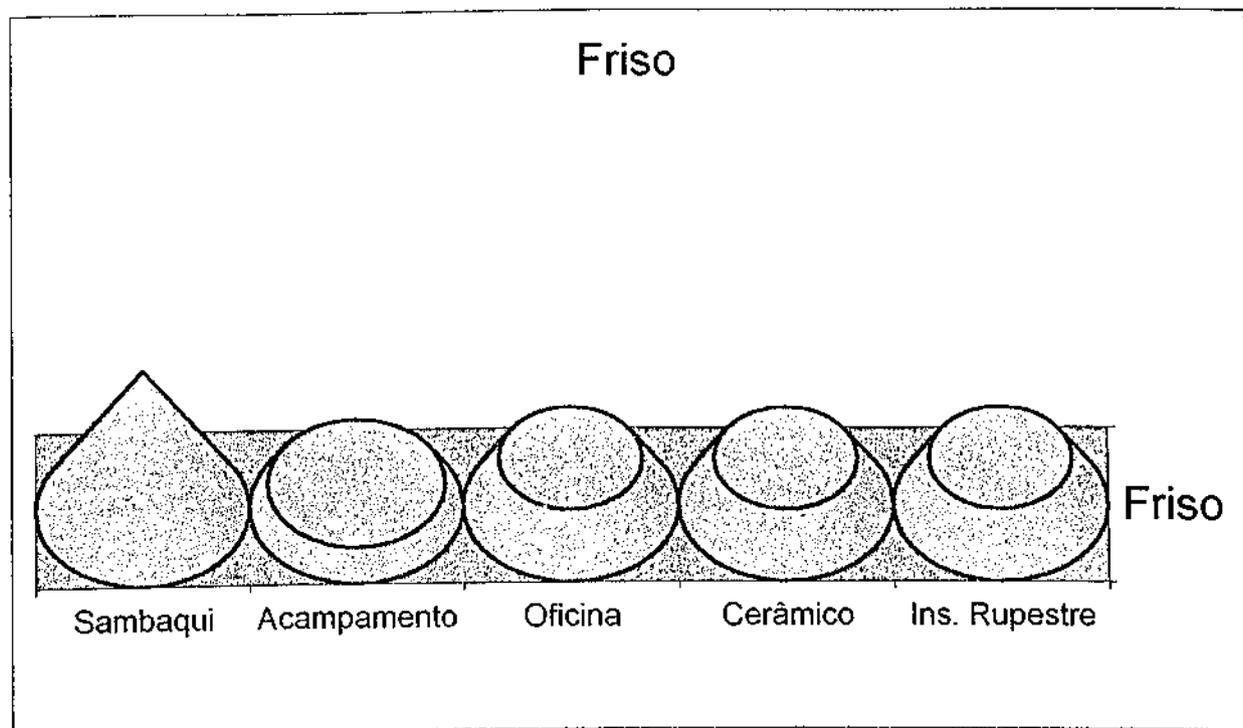


Figura 16. Distribuição das formas - Forma 4 – friso.

Sítio	Sambaqui associado	Acampamento assoc	Oficina litica assoc	Cerâmico assoc	Inscrições rupestre	Amoladores forma5
O F Praia Brava	Não	Não	Não	Não	Não	bacia
OF Rio da Lagoa II	Sim	Não	Não	Não	Não	bacia
Enseada	Sim	Não	Não	Não	Não	bacia
OF Prainha da Barra II	Sim	Não	Sim	Não	Não	bacia
Pantano do sul III	Sim	Sim	Sim	Não	Não	bacia
OF Ingleses I	Não	Não	Não	Não	Não	bacia
Ponta das canas II	Sim	Não	Não	Não	Não	bacia

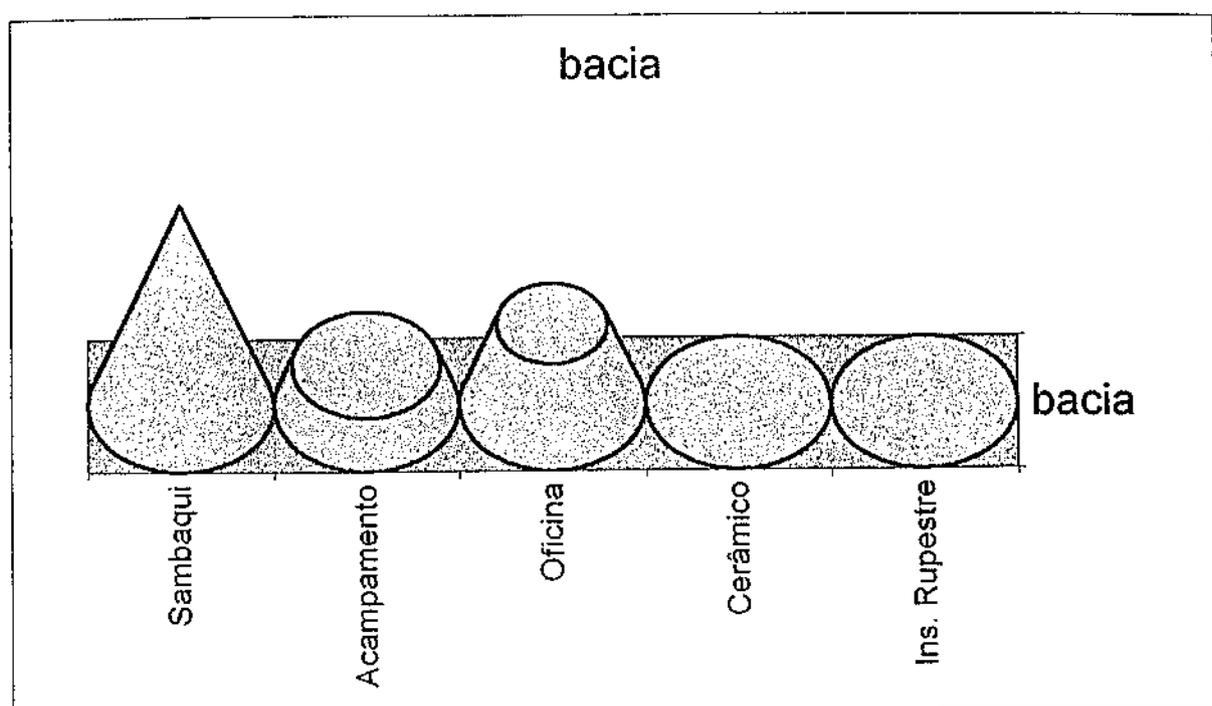


Figura 17. Distribuição das formas - Forma 5 – bacia.

Sítio	Sambaqui associado	Acampamento assoc.	Oficina lítica assoc.	Cerâmico assoc.	Inscrições rupestre	Amoladores forma 6
OF Rio da Lagoa II	Sim					bacia c/c
OF Prainha da Barra II	Sim		Sim			bacia c/c
Ponta das canas II	Sim					bacia c/c

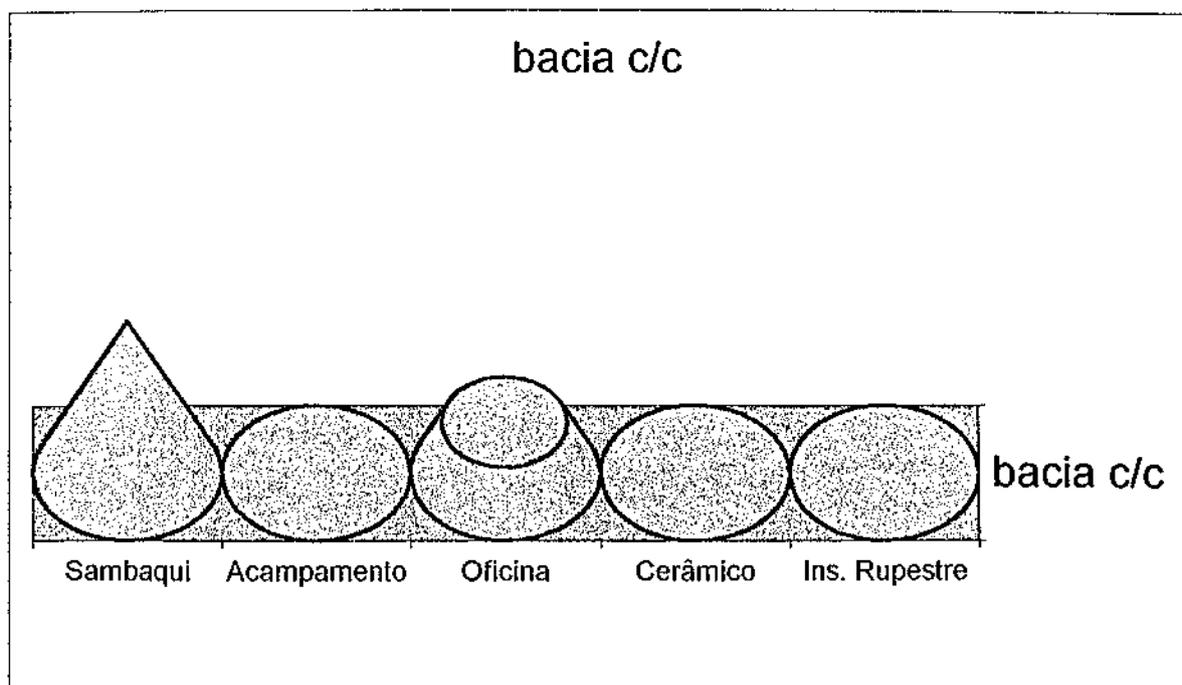


Figura 18. Distribuição das formas - Forma 6 – bacia cônica-concava.

Sítio	Sambaqui associado	Acampamento assoc.	Oficina lítica assoc.	Cerâmico assoc.	Inscrições rupestre	Amoladores forma 7
Forte Marechal Luz	Sim					inicial

Figura 19. Distribuição das formas - Forma 7 – inicial.

Comparação das formas de sulcos presentes nos amoladores-polidores fixos encontrados no estado de Santa Catarina e no estado do Rio de Janeiro

É muito difícil uma comparação morfológica entre os amoladores-polidores fixos encontrados em Santa Catarina com aqueles do estado do Rio de Janeiro, levando-se em conta apenas as descrições, fotos e ilustrações existentes. Para amenizar esse problema, cinco sítios, localizados na Ilha de Santa Catarina, foram visitados com o objetivo de compará-los à terminologia empregada; assim sendo, a partir dos dados existentes, pode-se concluir que:

A forma de bacia côncava-convexa não ocorre no Rio de Janeiro. As formas friso e canoa ocorrem nos dois estados.

Pelas ilustrações existentes, não se pode precisar se os sítios de Santa Catarina apresentam os dois tipos de “canao” encontrados no Rio de Janeiro – a oval, como em Santa Catarina, e a canoa com uma linha ao fundo. A distinção morfológica é muito sutil, estando a diferença relacionada ao tipo de movimento empregado. A canoa é formada por movimento semicircular e a canoa oval pelo movimento circular, duas maneiras distintas de se fazer a lâmina de machado.

Como é comum serem encontradas juntas, o tipo de movimento pode se dever a uma opção individual ou ao tipo de matéria prima do objeto a ser polido. A ausência de um desses tipos não acarreta grandes distorções nas comparações. Quanto aos frisos, no Rio de Janeiro, costumam ser sempre retos; já para Santa Catarina, Amaral (*op.cit.*) descreve alguns como irregulares ou em ondas, semelhantes aos vistos em inscrições rupestres (Prous: 269). Em 11,7% dos casos, são localizados próximos aos amoladores-polidores fixos.

No Rio de Janeiro, até o momento, não foram encontrados no litoral, sítios com inscrições rupestres, mas a disposição dos frisos identificados nos amoladores-polidores, muitas vezes, sugere ter havido uma intenção de orientá-los ou de organizá-los segundo uma estética. (Figura 20)

As bacias, embora menos recorrentes, também são achadas no estado do Rio de Janeiro.

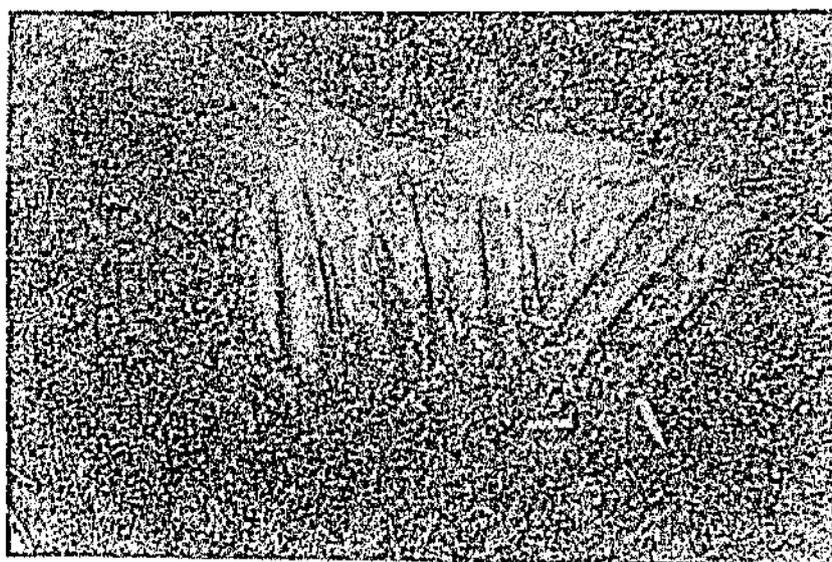


Figura 20. Frisos com orientação.

Aspectos tecnológicos e produção das formas

Existe uma concordância de que as formas deixadas nos polidores são determinadas pela parte do objeto a ser trabalhada (Emperaire 1967, Roustain & Wack 1987, Gaspar e Tenório, 1989). Segundo Emperaire (1967:86), o polimento das faces formaria depressões ovais, enquanto o do gume deixaria sulcos de secção triangular. Para Roustain & Wack (In Amaral *op.cit*), as formas longas e estreitas estariam relacionadas ao preparo dos lados e do talão; as redondas ou ovais e aquelas em forma de canoas teriam sido produzidas no preparo das faces e do gume, o que também é confirmado por Gaspar & Tenório (1989).

Kozak et al (1979: 399 - 404) descrevem a elaboração e a utilização de machados entre os Héta, no estado do Paraná. O trabalho consiste de três etapas: escolha de um seixo sem fraturas dentro de um pequeno curso d'água; retirada de seu córtex, através da técnica de picoteamento; esmerilhamento e polimento da peça, utilizando argila branca, com areia fina e água numa vasilha e uma pedra de amolar. (Figura 21). No entanto, as fotos apresentadas no trabalho indicam a produção de um tipo de lâmina de machado menor, mais trabalhada, totalmente polida e diferente das que predominam nos sambaquis, mais rústicas, com apenas o gume polido, mantida a forma original do seixo.

Como apenas nove das referências utilizadas mencionam machados encontrados nos sítios que podem ser associados aos amoladores-polidores fixos, não foi possível chegar-se à forma das lâminas que poderiam estar relacionadas aos amoladores. As poucas informações disponíveis e as formas

dos sulcos sugerem, entretanto, que seriam mais eficazes na elaboração de machados grandes rudimentares, com apenas o gume polido. As lâminas de machado menores, mais trabalhadas, provavelmente seriam elaboradas com o uso de pequenos polidores, como os utilizados pelos Héta.



Figura 21 – Elaboração de machado com auxílio de polidor manual. (Foto extraída Kozak et al:1979).

Experimentação

Para a reconstituição da tecnologia empregada, para a compreensão das formas resultantes dos sulcos e para obter-se um parâmetro sobre a quantidade de lâminas elaboradas nos amoladores-polidores fixos, foi constatada a necessidade de um trabalho de experimentação.

Duas marcantes dificuldades se apresentaram ao trabalho de experimentação: o grande dispêndio de tempo para a formação do sulco e a disponibilidade da matéria prima.

Desde o início das pesquisas arqueológicas na Ilha Grande, no ano de 1985, inúmeras vezes houve trabalhos de experimentação, mas foram interrompidos por falta de tempo ou de matéria prima.

Mesmo com as dificuldades encontradas em trabalhar no próprio local onde estão os amoladores-polidores fixos, tais como o acesso e o alto custo da manutenção da equipe, foi constatada a maior produtividade no desenvolvimento desse tipo de experimentação no próprio campo, em função da existência de uma situação semelhante à anteriormente existente, seja na matéria prima do suporte, na granulação dos diversos tipos de areia ou dos seixos a serem polidos.

Apenas no ano de 2000, o trabalho pôde ser iniciado de forma sistemática, sem interrupções que envolvessem mudanças metodológicas. Ele foi desenvolvido na Praia do Aventureiro. Optou-se por essa localização por distar

cerca de 4km do sítio Ilhote do Leste, apresentar três concentrações de amoladores e muitos matacões de charnokito, a matriz mais recorrente dos suportes dos amoladores-polidores fixos encontrados na Ilha Grande.

A experimentação foi feita em duas etapas de campo. Na primeira, houve uma aproximação do trabalho para reconhecimento logístico, objetivando-se verificar a viabilidade do desenvolvimento da experimentação “in loco”.

O desenvolvimento do trabalho de experimentação no próprio local dos amoladores oferece maior eficácia, mas também exige um bom planejamento.

Nessa primeira etapa, foi feita apenas a reconstituição da tecnologia empregada, não havendo controle do tempo, do movimento, nem da matéria prima. O objetivo foi a elaboração de uma lâmina semelhante às encontradas nos sítios, com pouco esforço e no menor período de tempo. Com isso, chegou-se ao movimento, ao suporte e à matéria prima mais produtiva para a elaboração das lâminas.

Com uma lâmina de machado encontrada fora de contexto, testaram-se movimentos na areia dura da praia, até que fossem estampadas as formas dos sulcos encontradas nos amoladores-polidores fixos.

Na experimentação na areia, foi possível constatar que a forma em canoa (Figura 22) resulta de movimentos semicirculares, com o seixo inclinado de forma que a parte do bordo a ser desbastado esteja em contato com o suporte, o que

resulta em um semicírculo. Fazendo o mesmo movimento do outro lado, com o objetivo de polir a outra face da lâmina, é completado mais um semicírculo, obtendo-se a forma da canoa. Com a continuidade do movimento em ambos os lados, é formada uma linha reta saliente no meio da canoa, como o verificado nos sulcos encontrados na Ilha Grande (Figura 23). Essa linha atrapalha a elaboração do gume já que, ao dar continuidade ao polimento do corpo, o bordo roça na linha, perdendo o fio. Isso obriga o artesão a subir um pouco com a peça, o que faz surgir, com o tempo, outra linha, até que o sulco seja abandonado.

Existe uma outra forma registrada, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro, como “canoas sobrepostas” que pode ser resultante da intenção de não se deixar formar a linha central. Nesse caso, os movimentos semicirculares seriam feitos em dois lugares, não deixando o sulco aprofundar muito.

Na experimentação na areia, também se pode observar que o friso sozinho é formado raspando-se o bordo a ser trabalhado contra o suporte para aplainamento daquele a ser polido, formando um gume. (figura 24)

A única forma de fazer os frisos dentro das canoas é quando se tem esse objetivo, já que nenhuma etapa de fabricação os traz como resultado. Pelo contrário, como já foi colocado, o friso dentro da canoa inutiliza o amolador. É provável que, quando a linha se forma dentro dela, inutilizando definitivamente o sulco, ela seja usada para acertar o bordo; por trás dessa ação possivelmente também haveria a intenção de marcar ou inutilizar definitivamente o sulco.

A técnica, denominada por Prous (*op.cit.*: 80) como abrasão por polimento linear, na qual incisões são produzidas a partir da fricção de uma lasca bem dura sobre a rocha, pode exemplificar esse movimento.

Definidos os movimentos, procurou-se obter uma forma o mais semelhante possível a dos machados encontrados na Ilha Grande. Chegou-se às seguintes conclusões:

1. A base usada para esmerilhar deve ser plana e lisa, sem as rugosidades da pedra, pois estas dificultam o movimento;
2. A areia, retirada de córrego de água doce, torna mais fácil o movimento do que a areia salgada, que prende o movimento; Roustain & Wack 1987:123 também observaram que, no início dos trabalhos, a areia dos rios é mais eficaz do que a marinha. Provavelmente, isso se deva ao fato de a argila estar agregada à areia;
3. Para preparar o bordo do gume, a peça deve ser esfregada perpendicularmente à rocha (Figura 25), movimento que produz sulcos retos;
4. Para polimento e obtenção do gume, deve-se realizar um movimento semicircular (Figura 26), com o seixo inclinado, pressionando-se o lado que deve ser desbastado para a formação do gume;
5. Durante o movimento, a base deve ser mantida com areia e água;
6. Com uma matéria prima boa, com um bordo de no máximo 2cm, em cinco minutos é possível a obtenção de um gume afiado, sem deixar nenhuma marca perceptível, a olho nu, no suporte;

7. O suporte liso é mais funcional do que o áspero. O ideal é o sulco com uma profundidade entre 1 e 2cm, pois após 1cm já está alisado e permite reter a areia, como no caso da tigela entre os Héta. Quando se aproxima dos 2cm de profundidade, é possível que a linha central comece a se formar, diminuindo a funcionalidade do sulco.

O segundo trabalho de experimentação, mais longo e mais controlado, consistiu numa etapa de campo de 12 dias de trabalho e envolveu as seguintes atividades:

1. Procura dos seixos a serem transformados em lâminas de machado. Durante cinco dias, foram percorridos os córregos existentes nas praias do Aventureiro e do Demo, para que fossem separados seixos da mesma matéria prima e com forma semelhante às lâminas de machados encontradas na Ilha Grande. Foi constatada a grande escassez da matéria prima, o que pode ser explicado pela exaustão da fonte ou que fosse trazida de outro local. Rostain e Wack (*op.cit*:118) também tiveram a mesma dificuldade em achar os seixos e consideraram a possibilidade de serem objeto de comércio, como também as próprias lâminas de machado o que, segundo estes autores, pode ser atestado na descoberta de um lote 36 de lâminas prontas no baixo Approuague, na Guiana Francesa.

Prous (1991: 223) também informa sobre seixos encontrados nos sítios – os 22 mil seixos do Sítio Pântano do Sul – e pondera que muitos blocos que estavam amontoados, deveriam ser reserva de matéria prima.

Durante as prospecções desenvolvidas por toda a Ilha Grande, nos anos de 1999 e 2000, perfazendo 30 dias de campo, era um dos objetivos a localização das fontes de matéria prima das lâminas de machado. Embora tivessem sido levantados praticamente todos os córregos que desembocam nas praias e essa questão fizesse parte do questionário usado nas entrevistas, foi constatada a escassez de seixos passíveis de trabalho de polimento na Ilha.

Para contornar o problema, foi utilizada matéria prima trazida da região dos Lagos, a fim de aumentar o número dos seixos utilizados na experiência.

2. Procura de rocha-suporte.

Na procura da rocha-suporte, prevaleceram os seguintes fatores: que fossem chernokito ou granito, como todos os suportes encontrados na Ilha; que estivessem na sombra, próximos à água doce, em área sem mosquitos e que permitissem uma posição confortável e eficiente para amolar. Foi escolhido um suporte do lado do sítio Luís Tenório. (Figura 27)

O bloco escolhido tem 310cm de comprimento por 250cm de largura (foto). Nele deu-se preferência a uma área lisa e plana, a 150cm de altura da areia.

3. Escolha do seixo.

Foram escolhidos seixos que apresentassem forma semelhante àqueles transformados em lâminas de machados, encontrados na Ilha Grande. Basicamente, essas lâminas de machado apresentavam a forma natural do seixo, com um gume afiado. Observou-se que o bordo onde foi feito o gume não deveria apresentar, originalmente, mais de 2cm de espessura.

Atividades

1. Inicialmente, o bordo foi friccionado contra a rocha para correção das irregularidades. Obs: Para evitar a elaboração da linha central, esse movimento foi feito fora da área de amolar.
2. Foi colocada areia molhada retirada do córrego existente ao lado do suporte. Essa areia foi mantida todo o tempo molhada. Conforme o uso, ia sendo repostas;
3. As pequenas irregularidades ou arestas foram corrigidas, friccionando-se o corpo da peça na base com areia;
4. Objetivando a formação de um gume, o seixo foi friccionado inclinado contra o suporte, a partir de movimentos rápidos semicirculares, como os desenvolvidos na areia, resultando na forma do sulco canoa.

Seguindo essa seqüência, 11 lâminas de machados foram elaboradas, todas as tarefas cronometradas e registradas numa ficha-padrão (Figura 28).

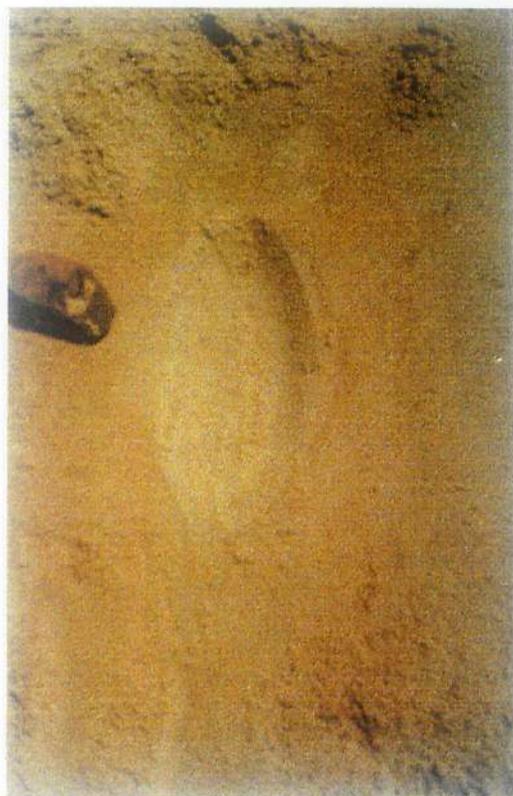


Figura 22. Forma da canoa feita na areia.

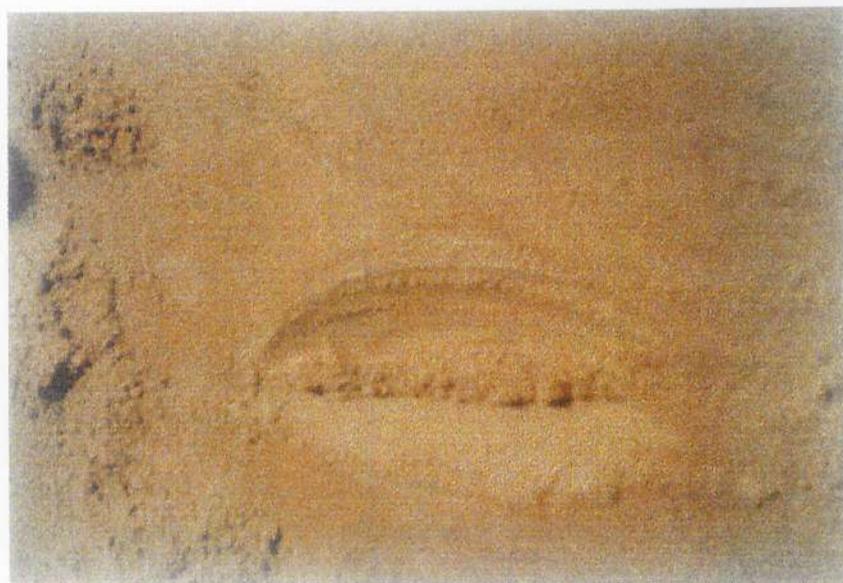


Figura 23. Canoa com friso feita na areia.

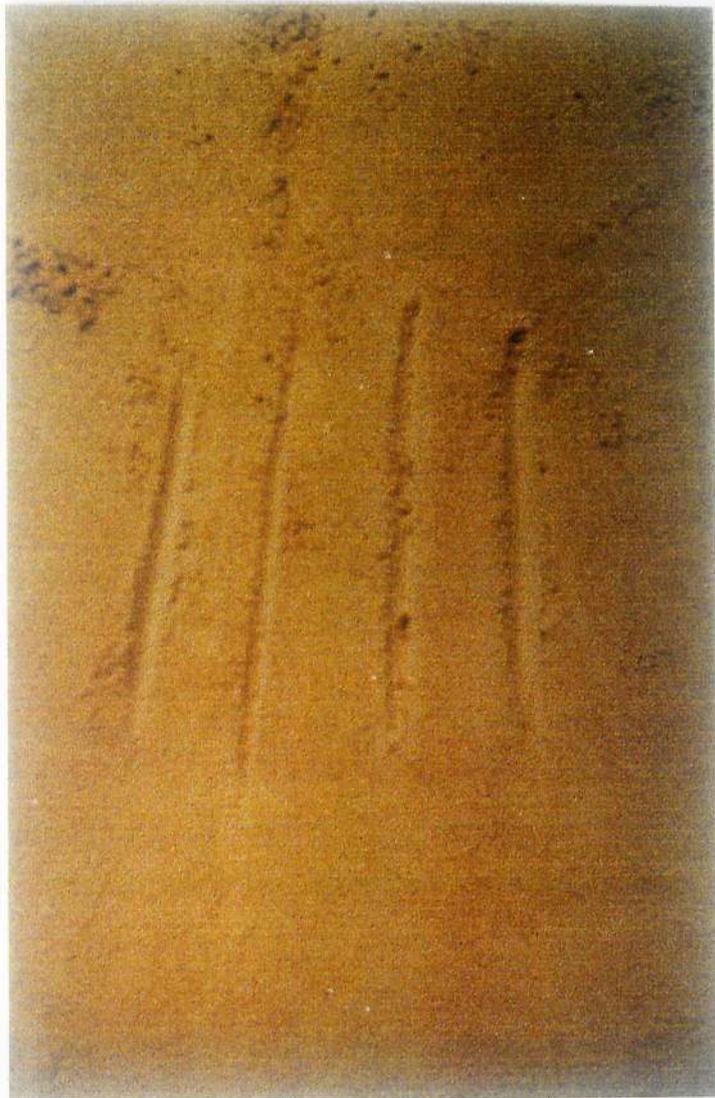


Figura 24. Frisos feitos na areia.

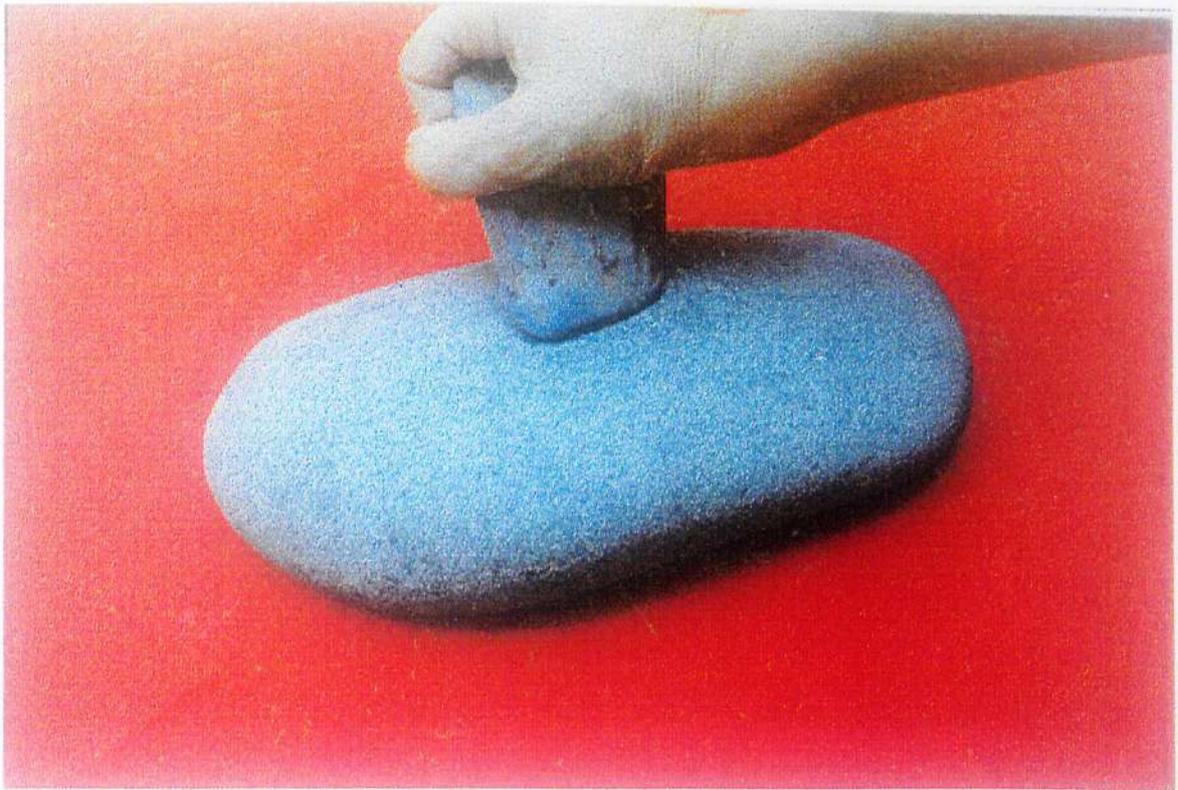


Figura 25. Seixo friccionado para correção de irregularidades do bordo.

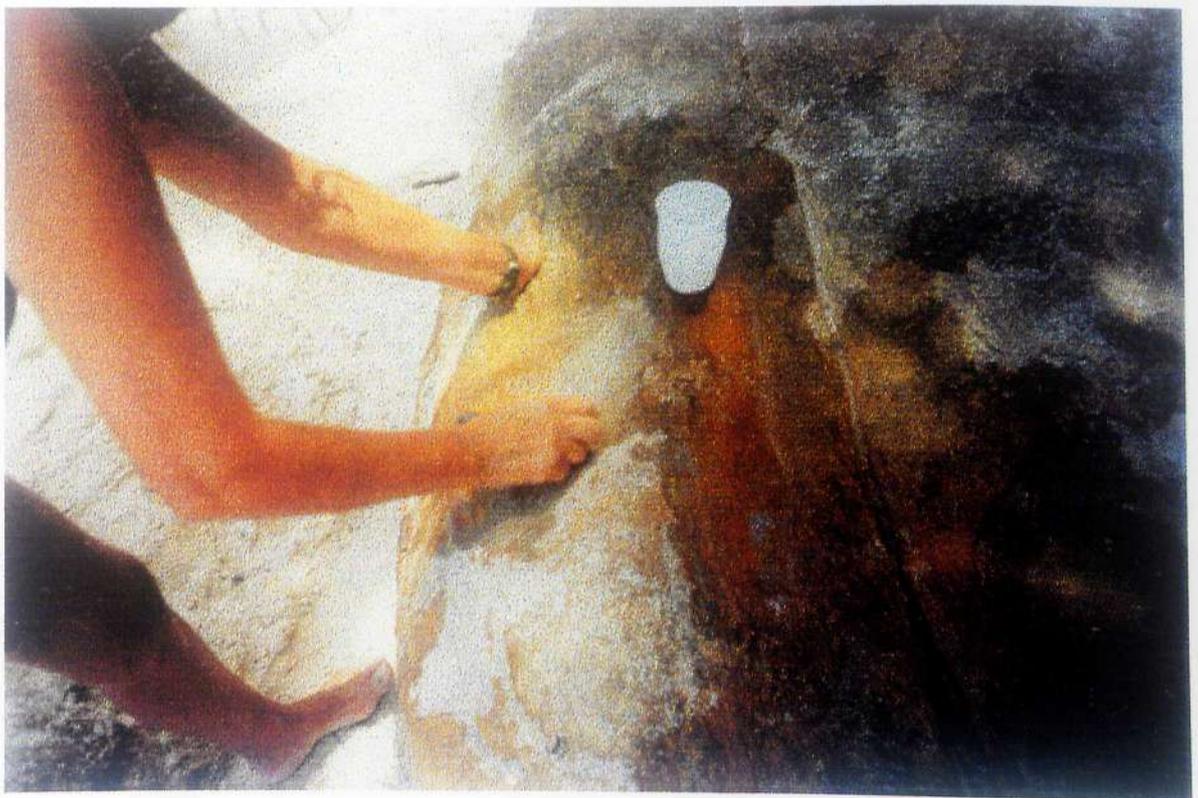


Figura 26. Afiando o gume.



Figura 27. Suporte utilizado na experimentação.

Experimento número	1
Matéria prima	diabásio
Espessura bordo gume	2 cm
Tempo total de polimento	40 min
Produto do experimento	gume pouco afiado
Sulco resultante	imperceptível
Tarefa 1	fricção do bordo
Objetivo 1	preparo do bordo
Movimento	reto
Angulo	90
Uso de areia 1	<input type="checkbox"/>
Uso de água 1	<input type="checkbox"/>
Tempo 1	5 min
Tarefa 2	fricção do corpo da peça
Objetivo 2	retirar irregularidades
Movimento 2	5 min
Angulo 2	0
Uso de areia 2	-1
Uso de água 2	-1
Tempo 2	5 min
Tarefa 3	fricção do lado do bordo
Objetivo 3	formar um gume
Movimento 3	semicircular
Angulo 3	45
Uso de areia 3	-1
Uso de água 3	-1
Tempo 3	30 min

Figura 28

Resultados

Foi constatado que o tempo de elaboração do gume está estreitamente relacionado com a matéria prima da rocha a ser polida. Dependendo da resistência da rocha, o gume pode ser feito entre 10 e 40 minutos; no entanto, uma rocha macia, fácil de amolar, perde o gume rápido e deve ser amolada constantemente.

Tanto na areia como no suporte foi observado que a forma da canoa se moldou perfeitamente ao corpo da lâmina de machado, sendo muito eficaz para desgaste das imperfeições do corpo e da área do gume. Para obter-se o fio, uma área plana foi mais adequada para a formação de um fio uniforme.

Outro dado importante observado na experimentação é a formação do friso; diferente do que se pensava anteriormente, o ato de afiar não produziu o friso que se formou no preparo do bordo a ser desgastado para a formação do gume.

Foi constatado que para o bordo ficar reto deve-se friccioná-lo contra a rocha-suporte, movimento constante que formou um friso, como o observado na areia da praia. Em todos os casos, se fez necessário cerca de 1 minuto para preparo do bordo, o que estaria sugerindo que a grande quantidade de sulcos paralelos encontrados poderiam não ser apenas o resultado do preparo do bordo, mas também a intenção de produzi-los com esta finalidade. A proximidade de amoladores-polidores fixos na Ilha de Santa Catarina, com sítios de inscrições

rupestres contendo frisos, indicaria em princípio uma associação. Poderiam ser “entalhes” pictográficos.

É provável também que a presença de frisos indique o preparo de novas lâminas de machado, enquanto a ocorrência da “forma inicial” talvez esteja relacionada a sua reciclagem, já que é feita no ato de amolar o gume. Sua presença mais intensa pode estar indicando locais onde os machados eram mais utilizados.

A ocorrência de placas lisas com polimento em alguns sítios, como no caso do sítio Ilhote do Leste, parece indicar que as lâminas de machados também eram amoladas nos locais residenciais, e o fato de serem encontradas associadas a enterramentos sugere que seriam objetos valorizados.

A alteração provocada na rocha, decorrente de 259 minutos de polimento e da elaboração de 11 lâminas de machado, foi tão pequena que é percebida apenas por apresentar uma área mais lisa do que o entorno, com um leve brilho por polimento. O sulco formado tinha pouca profundidade e, para medi-la, foi necessário decalcar sua forma com uma massa improvisada de água com farinha de trigo. A massa retirada da forma apresentou 0,155cm de espessura média; a mais densa com 0,2cm de profundidade. Utilizando este parâmetro, seriam necessárias cerca de 177 lâminas de machados para a formação de um sulco de 2,5cm de profundidade, média encontrada nos amoladores-polidores da Ilha Grande e recorrente nos registrados por Amaral (*op.cit.passim*).

Validade da experimentação

Ressalto que alguns elementos podem ter sido diferentes dos que foram utilizados na experimentação, tais como: o movimento, a força, a manutenção de areia e de água. Poderia também haver variação de resultado, dependendo do artesão ou da matéria prima a ser polida. No entanto, a maior dificuldade está na obtenção de um sulco com a profundidade média registrada em torno de 2,5cm. A escassez de matéria prima e o custo de manutenção de uma equipe no campo, durante um grande espaço de tempo, inviabilizam esse grau de experimentação. Por outro lado, a utilização de matéria prima trazida de outros locais e a realização do experimento em laboratório também acarretariam distorções.

Assim sendo, mesmo com os problemas apresentados, a experimentação desenvolvida foi eficaz, porque permitiu a obtenção de parâmetros fundamentais para a construção de modelos interpretativos.

Dados etnográficos

Pescadores que estavam acompanhando a experimentação colaboraram com a informação de que para amolar, no caso instrumento de ferro, a rocha deve ser plana e que se o amolador apresenta um desgaste, formando um sulco côncavo, deve ser abandonado.

Segundo os informantes, a “pedra de amolar” é muito valorizada; cada um costuma guardar a sua com cuidado e algumas chegaram a ficar famosas, como

o caso da pedra do Purunga, que funcionou muitos anos graças a sua eficácia; segundo Luis Tenório, o pessoal costumava ir até a casa do Purunga para amolar suas facas.

O relato de que a pedra para amolar deve ser plana explicaria a forma inicial, bastante encontrada na Ilha Grande. Em Santa Catarina, pode ser identificada a partir de uma foto de amoladores-polidores fixos associados ao sítio Marechal Luz (Bryan 1993:23). Esta forma estaria relacionada ao ato de amolar ou reafiar o instrumento. Ela é plana, pouco profunda e retangular, sua concentração, provavelmente, se daria em áreas domésticas ou de fabricação de canoas.

Considerações finais

Utilizando-se como parâmetro os números obtidos na experimentação, pode-se ter uma dimensão da imensa quantidade de lâminas de machado que teriam sido elaboradas nas duas concentrações de amoladores-polidores fixos encontradas no litoral brasileiro.

A constante associação de lâminas de machados a enterramentos, como as que foram achadas no sítio Ilhote do Leste (Tenório 2001), sugere que este instrumento tinha uma importância que transcendia sua função utilitária.

O trabalho de Sharp (*Ibid.*), desenvolvido com os Yir Yoront, aborígenes australianos, que teve por objetivo explicar a resistência deste grupo em aceitar a introdução do machado de ferro promovida pelo europeu, bem ilustra como este instrumento costuma ser importante nas atividades cotidianas e elemento mítico e estruturador da organização social de determinados grupos.

Embora não seja possível sugerir alguma correlação quanto às atividades ou às idéias entre grupos tão díspares, essa ilustração apresenta um modelo que pode ser testado no presente trabalho, com o objetivo de obter subsídios para o estabelecimento de parâmetros para o entendimento da identidade cultural, dinâmica de ocupação e sistema de trocas no litoral do Rio de Janeiro, no período de 3000 a 2500 AP.

Segundo Sharp (1970), a utilização do machado de pedra era fundamental na economia de subsistência dos Yir Yoront. Existia, pelo menos, um machado em cada acampamento ou excursão à mata. Embora pertencente aos homens, este instrumento era usado principalmente pelas mulheres para obter lenha. O machado também era empregado para fazer outros instrumentos e armas, para a construção de choupanas, plataformas para armazenamento de alimentos em local seco, protetores do sol e na pesca, caça e coleta. Em apenas duas situações sua utilização ficava restrita ao homem adulto: na coleta do mel e na elaboração de elementos usados em rituais.

O machado era um bem masculino estruturante da sociedade Yir Yoront; com regras de subordinação muito rígidas, sempre pertencia ao homem,

normalmente ao chefe da família. As mulheres e os jovens dependiam de consegui-lo emprestado para atividades fundamentais e só poderiam pedi-lo a determinadas pessoas, como ao marido, ao pai ou ao irmão mais velho, o que alimentava as regras de subordinação. O machado era considerado símbolo de masculinidade e de poder.

Além da hierarquização por sexo e idade, também havia por clãs. O machado constituía o totem mais importante para o clã "Iguana da nuvem ensolarada". O nome do indivíduo deste clã era sempre relacionado ao machado ou às atividades que envolviam este instrumento. Somente os homens exibiam os machados nos rituais.

As lâminas estruturavam um complexo sistema de trocas que ligava populações do litoral com as do interior, cujos elementos principais eram os esporões de raia e as lâminas de machados.

Informações sobre um sistema de trocas envolvendo lâminas de machado não estão restritas apenas a grupos aborígenes australianos; no Brasil, Villaça (1989:177) informa que "Os Oroeu detinham, segundo os Wari, a produção de machado de pedra extremamente cobiçado pelos outros".

Conclusão

Lâminas de machados aparecem espalhadas por todo o mundo; no entanto, como qualquer elemento da cultura material, a escolha da matéria prima, o “modus” de sua fabricação e sua forma final podem refletir uma opção cultural.

A pouca freqüência dos amoladores-polidores fixos e, ao mesmo tempo, a existência de grandes concentrações parecem indicar que devem ter tido especial importância no sistema que os criou. Dados fornecidos pela experimentação permitem que seja levantada a hipótese de que essas concentrações seriam locais de produção e pontos de dispersão de artefatos polidos.

Para responder se os amoladores-polidores fixos podem ser usados como traços-diagnósticos de unidades socioculturais, deve-se verificar se sua distribuição está relacionada à presença de determinada matéria prima ou se corresponde à movimentação de certos grupos com uma mesma filiação cultural.

Embora no levantamento desenvolvido seja possível constatar uma opção pelo diabásio como rocha suporte, existe uma variação que indica que a presença de determinado tipo de rocha não seria a causa principal para explicar a concentração dos amoladores-polidores fixos.

Matações de diabásio são encontrados em muitos outros pontos do litoral brasileiro, enquanto os amoladores-polidores fixos estão concentrados em apenas alguns locais. Ao mesmo tempo, o uso de suportes de granito, de basalto, de

gnaisse, mesmo em menor quantidade, mostra que estes também foram utilizados para o polimento de artefatos líticos. No estado do Rio de Janeiro, como será apresentado no capítulo III, o charnokito irá substituir o diabásio.

Partindo-se do pressuposto de que os amoladores-polidores fixos encontrados no litoral brasileiro teriam sido produzidos por grupos com uma mesma filiação cultural, cuja característica marcante seria a de fabricantes de machado, acredita-se que a utilização dessa evidência arqueológica como traço cultural permita a delimitação de unidades culturais e a identificação de sistemas de trocas.

FICHA 3
AMOLADORES/POLIDORES

Sítio	
conjunto	
Núm. de suportes	
Suporte	
Num. de amoladores	
Num. de frisos	
Inclinação	
Altura da linha de maré	
Tipos	
Distância da água	

Desenho de cada suporte com número de cada amolador e medidas largura, comprimento e profundidade.

Figura 46

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Povoamento do litoral brasileiro.

A origem dos sambaquis sempre foi foco de atenção (Schimtz 1984, Neves 1984, Prous 1992, Gaspar 1996, Andrade Lima 1999-2000), principalmente porque a sua unidade sociocultural está estreitamente atrelada à resolução desta questão.

Na proposta de se tratarem os amoladores-polidores fixos de um traço cultural compartilhado por populações presentes no litoral dos estados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, é importante apresentar, como pano de fundo, as hipóteses explicativas para o povoamento do litoral brasileiro. O estabelecimento das rotas migratórias é fundamental para o esclarecimento da questão.

Origens

A origem dos sambaquis brasileiros, desde o momento em que a arqueologia brasileira passa a sofrer uma influência maior da Ecologia Cultural, deixa de ser procurada a partir da proposta de uma origem única na região andina (Ilhering 1904, Serrano 1937, Meghin 1962), para ser abordada como múltipla, ou

seja, apenas como um tipo de adaptação adotado por uma grande diversidade de grupos culturais (Dias 1992, Neves 1984, Hurt 1986, Schmitz 1992:21).

Poucos pesquisadores, entre eles, Maria Dulce Gaspar (1991), aceitam que a ocupação do litoral brasileiro tenha se dado por um único sistema sociocultural.

Para Schmitz (1998:196), a existência de montes de moluscos muito antigos em grandes rios, como o Amazonas e o Paraguai, acrescida das evidências de uma economia coletora de moluscos, encontrada em abrigos rupestres, indica que esse tipo de adaptação não teria sido inventada por habitantes da costa do Atlântico. Essa constatação de Schmitz pode ser interpretada de duas maneiras: que a adaptação litorânea é muito mais antiga do que se acredita e que teria surgido fora do litoral Atlântico, ou que a construção de montes de moluscos é apenas uma resposta adaptativa, não devendo ser percebida como cultural. Lima compartilha desta interpretação, propondo que “estes montes precisam ser analisados sob a ótica da diversidade... na medida em que perspectivas generalizantes e homogeneizadoras são de todo equivocadas para explicá-los” (Andrade Lima *op.cit.*: 314).

Para Neves (1984), o litoral teria sido povoado por levas de diferentes grupos oriundos do interior, que teriam chegado à costa inicialmente no litoral do Paraná, para depois seguirem em dois eixos, um para o sul e outro para o norte. Para Andrade Lima (*op.cit* : 272), as datações radiocarbônicas indicam que o litoral sul e sudeste foram inicialmente ocupados na mesma época, por grupos

que teriam descido os vales de grandes rios.

No presente trabalho, compartilha-se das duas propostas apresentadas acima, aceitando-se a posição de Gaspar que pressupõe a existência de um único sistema cultural que ocupou parte da costa brasileira, recebendo a influência constante de novos grupos oriundos do interior que chegariam ao litoral através dos grandes corpos d'água. Os grupos já adaptados ao litoral apresentariam uma estruturada cultura sambaquiana, caracterizada por Gaspar (1991), que seria responsável pela aculturação dos recém-chegados.

A colocação acima remete, novamente, à questão sobre a origem da cultura sambaquiana o que, segundo Schmitz (1998: 10), corre o risco de ser impossível de ser respondida já que, provavelmente, os sítios mais antigos teriam sido afogados pela rápida subida do mar.

A[mct1] falta de dados não permite que se discuta a existência de uma rota pela costa que teria permitido a entrada nas Américas de grupos pleistocênicos já adaptados ao ambiente marinho (Erlandson *op.cit* :267). No entanto, a existência de sítios contendo os mesmos rituais funerários relacionados à construção de "mounds" – nas duas costas dos Estados Unidos (Bernstein 1993 e Stein 1992 in Luby & Gruber 1995, Erlandson 1994:269, Voorhies 1998:9), concentrados no Golfo da Califórnia, na Flórida – como também os mounds encontrados na costa mexicana (*ibid*) e no Panamá tem levantado a hipótese para a existência de uma migração antiga ao longo da costa. A possibilidade de que os sítios estejam submersos e a escassez de pesquisas, principalmente na América Central,

inviabilizam esta abordagem, (Voorhies, com.pess. maio de 1998) embora existam muitas evidências de populações pleistocênicas já adaptadas ao ambiente marinho na Costa da Califórnia¹. Assim, por causa da inexequibilidade da abordagem, embora levada em consideração nesta parte do trabalho, não será trabalhada a hipótese de um povoamento inicial do litoral brasileiro por populações que teriam entrado nas Américas já adaptadas ao ambiente marinho.

Rotas percorridas

Para responder a questão sobre que rotas teriam sido utilizadas para chegar ao litoral vindo-se de áreas interioranas, parte-se do pressuposto de que os caminhos utilizados tenderiam a ser os mais curtos, os mais limpos ou os que passariam por áreas que oferecessem produtos silvestres. Esses caminhos, a menos que fossem ocupados por grupos inimigos, provavelmente teriam sido os mesmos durante muitos milênios. Assim, os sítios presentes ao longo dessas rotas podem ser abordados como vestígios dos grupos que empreenderam incursões a novos ambientes.

Excluindo os grupos já adaptados ao litoral, que tenderiam a ter sempre uma mobilidade perpendicular à costa, os possíveis caminhos trilhados por outros grupos oriundos do interior poderiam também ser percebidos no estudo da

¹ Pesquisas no Golfo da Califórnia evidenciaram a presença do paleoíndio na costa entre 11500 e 10500 anos AP, sendo que o número de sítios aumenta sensivelmente entre 9000 e 8000 anos AP. Existem cerca de 85 sítios datados entre 10000 e 7000 anos na costa da Califórnia (Erlandson 1997:5. Para Lynch 1998:94), a adaptação à costa na América do Sul é antiga, acima de 11000 anos AP. As costas do Peru e do Chile apresentam evidências dessa antiga adaptação costeira (Llagostera apud Erlandson 1994:277).

distribuição dos sítios litorâneos.

As grandes concentrações de sítios próximas aos vales de grandes rios que cortam as serras, como as concentrações em Iguape, Cananéia, Baixada Santista, Baía de Paranaguá, sugerem a existência de rotas migratórias para a costa, acompanhando o curso de rios. Neves (*op.cit.*:31) cita como locais de passagem o vale da Ribeira e o vale do Rio Itajaí. Lima (*op.cit.* :272) também concorda com um eixo por vias fluviais em alguns trechos do litoral, como no Vale do Ribeira, no Vale do Itajaí e no Vale do Jacuí. No entanto, para esta autora, em outras áreas, a serra do Mar teria atuado como uma barreira, favorecendo um movimento perpendicular à costa.

Ocupação do litoral: Paleoambiente, ambiente atual e distribuição dos sambaquis

A área de incidência de sambaquis pré-cerâmicos no litoral brasileiro está compreendida entre o norte do Rio Grande do Sul (Kern 1991:175) e a desembocadura do Rio Doce.

Paleoambiente

No final da última Glaciação, por volta de 12000 anos atrás, o clima mundial seco e frio começa um processo de aquecimento, tornando-se também

distribuição dos sítios litorâneos.

As grandes concentrações de sítios próximas aos vales de grandes rios que cortam as serras, como as concentrações em Iguape, Cananéia, Baixada Santista, Baía de Paranaguá, sugerem a existência de rotas migratórias para a costa, acompanhando o curso de rios. Neves (*op.cit.*:31) cita como locais de passagem o vale da Ribeira e o vale do Rio Itajaí. Lima (*op.cit.* :272) também concorda com um eixo por vias fluviais em alguns trechos do litoral, como no Vale do Ribeira, no Vale do Itajaí e no Vale do Jacuí. No entanto, para esta autora, em outras áreas, a serra do Mar teria atuado como uma barreira, favorecendo um movimento perpendicular à costa.

Ocupação do litoral: Paleoambiente, ambiente atual e distribuição dos sambaquis

A área de incidência de sambaquis pré-cerâmicos no litoral brasileiro está compreendida entre o norte do Rio Grande do Sul (Kern 1991:175) e a desembocadura do Rio Doce.

Paleoambiente

No final da última Glaciação, por volta de 12000 anos atrás, o clima mundial seco e frio começa um processo de aquecimento, tornando-se também

mais úmido. Essa mudança teria proporcionado a expansão das florestas e a restrição das áreas abertas. O aquecimento teria também provocado o derretimento das geleiras e uma gradual subida do nível do mar, mudanças que estariam marcando o final do período Plistocênico e o início do Holoceno; essas transformações irão culminar por volta de 7000 anos atrás com o Ótimo Climático.

Durante a mudança, caçadores-coletores, adaptados a um clima seco e frio, locomoveram-se, procurando a manutenção de seus habitats, até que, gradualmente, foram obrigados a modificações em seu modo de vida, passando a explorar novos ambientes. Essa passagem é percebida na cultura material que pode revelar os processos adaptativos desenvolvidos por essas populações.

No interior, tais mudanças acarretaram também grandes alterações, causando transformações na flora e na fauna, com espécies sendo trocadas por outras mais adaptadas aos novos ambientes. No litoral, com a subida do nível do mar, as modificações são ainda mais intensas. Planícies litorâneas estreitas são inundadas, desaparecendo ou deixando isoladas, como ilhas, as partes mais altas de seu relevo. Rios são represados e a diminuição do fluxo de suas águas traz como consequência uma sedimentação mais intensa que, acrescida de material trazido das partes mais profundas do mar, fará com que, posteriormente, com um novo ciclo regressivo, surjam novos ambientes, como restingas, lagunas, alagados, pântanos e manguezais .

Ambiente atual

Essa área litorânea caracteriza-se por amplo litoral de praias abertas, enseadas, costões e ilhas que se intercalam, resultando em uma paisagem particular. A planície é entrecortada de pântanos e de lagoas. A vegetação é característica de dunas e restingas, ocorrendo muitas áreas de manguezais bem desenvolvidos (Gaspar 1991).

O interior está caracterizado por um relevo de altitude, representado pelo planalto Brasileiro. O planalto setentrional brasileiro apresenta as características semelhantes ao meridional, "com alturas que podem atingir mil metros, nas suas abruptas encostas próximas à planície litorânea, para descer lentamente para o interior... É cortado por vales que rasgam suas paredes de pedra..." (Kern 1994:39). As serras do Mar e da Mantiqueira, presentes na área enfocada, formam uma barreira natural, que separa o interior do litoral.

Ao norte de Laguna, a área litorânea caracteriza-se, atualmente, por amplo litoral recortado. Da baía de Paranaguá a Itanhaém ocorre a mais larga planície litorânea, com um grande sistema de drenagem por onde escoam a água que vem da Serra do Mar.

Dados arqueológicos: distribuição dos sítios

Na sistematização dos dados arqueológicos, é preciso que seja levado em consideração o enorme hiato causado pela escassez de pesquisas em

determinadas regiões. No atual estado de conhecimento da arqueologia brasileira, a ausência de sítios em determinadas áreas pode ser explicada única e exclusivamente por falta de pesquisas arqueológicas, o que dificulta a identificação precisa de rotas migratórias e a caracterização dos processos de povoamento. Tal fato, aliado às dificuldades de preservação do patrimônio arqueológico, pode criar lacunas irreversíveis no conhecimento do povoamento do território brasileiro.

A partir dos dados obtidos, constatamos que, no interior, relacionados à costa onde são encontrados sambaquis, existem registros sobre três tipos de ocupação. São elas: as relacionadas a caçadores do planalto e áreas abertas, aos caçadores-coletores-pescadores e, por último, aos ceramistas.

Caçadores do planalto e áreas abertas e sua relação com o litoral

Os mais antigos caçadores do planalto e áreas abertas, oriundos do sul do país, são denominados por Kern (1994) como grupos pampeanos e por Mentz Ribeiro (1999) como Tradição Umbu e são encontrados no seu período mais antigo nos estados do Paraná e de São Paulo. Seus vestígios estavam no rio Paraná, no vale do Ivaí (Mentz Ribeiro 1999:29), num terraço climático, na cidade de Rio Claro, e apresentam datações discutidas que oscilam de 14000 anos BP a 10000 anos BP (Beltrão 1974) e no Vale do Ribeira, com datações que vão de 10000 anos BP (Collet & Loebel 1988, Figuti et al 2000) a 700 anos de nossa era (De Blasis 1996).

As pesquisas realizadas através do projeto Investigações Arqueológicas e Geofísicas dos Sambaquis Fluviais do Vale do Ribeira de Iguape, estado de São Paulo (Figutti et ali) forneceram recentemente importantes resultados. As datações de 8500 ± 70 anos AP, 8795 ± 105 , 8860 ± 60 , obtidas para o início da ocupação do sítio Capelinha, distante cerca de 100km do mar, irão recuar à antiguidade da presença da Tradição Umbu na região, como também ao início da adaptação ou do contato com grupos já acostumados ao ambiente marinho. Pois mesmo que os construtores do sítio Capelinha não tivessem sido os coletores dos moluscos marinhos cujas carapaças foram encontradas no sítio, nem houvessem capturado o tubarão cujos dentes também foram achados, esses vestígios poderiam ter sido trocados com grupos já adaptados ao litoral, ou seja, há cerca de 8700 anos AP, época em que o mar estaria bem mais recuado.

Caso seja comprovada a datação obtida por Andrade Lima para o sítio do Algodão de 7860 ± 80 anos AP, a primeira hipótese será confirmada, assim como a existência de um sistema de trocas em épocas recuadas e também uma rota migratória através do vale do Ribeira.

É compreensível que os sambaquis mais antigos estejam atualmente localizados em ilhas; apenas o seu estabelecimento em locais altos, hoje transformados em ilhas, livraria esses sítios do alcance da subida das águas, ocorrida no início do Holoceno.

Segundo Figuty coord. (2000 mimeo.: 4), o rio Ribeira contraria a tendência natural dos rios que nascem no planalto. Ao cruzar as serras, em seu caminho

direto para o oceano Atlântico, o Ribeira atravessa uma variedade de pequenos vales, formando micro-ambientes diversificados que integram com fluidez o ambiente litorâneo ao planáltico, facilitando a existência de uma zona de transição, onde são mescladas as variáveis climáticas mais frias do planalto com o ambiente quente e sub-litorâneo, o que caracteriza a ampla planície litorânea conhecida como a Baixada do Ribeira.

Além desses sítios, registra-se também no vale do Ribeira a presença dos “sambaquis fluviais”. No entanto, para Cristiana Barreto (1988), esses “sambaquis” seriam mais recentes do que os marinhos, representando uma nova adaptação provocada por pressões de outros grupos. O fato de que a camada malacológica é constituída apenas de *Megalobulinus* sp., espécie que até hoje chega à superfície em abundância na época das chuvas, aliado à presença de uma indústria lítica distinta da encontrada nos sambaquis, parece indicar que estão mais relacionados às ocupações sazonais de grupos do planalto, como os ocupantes do sítio Capelinha, ou de vales elevados do que aos sambaquis da costa, embora haja indícios de contato.

Para Figuty et ali (*op.cit.*: 40), os resultados das pesquisas ainda não permitem que se discuta esta associação.

Pescadores, coletores e caçadores mais antigos no litoral brasileiro

Na região da Baía de Paranaguá, encontram-se os sítios litorâneos mais antigos, Ramal 6540 ± 105 (Garcia 1979) e Porto Maurício 6030 ± 130 anos BP

(Garcia 1979). Além desses, existem mais dois com antiguidade superior a 5000: Gaspar 5230 ± 350 (Piazza 1966) e Ilhota 5340 ± 210 (Suguio et alii 1984). No Paraná, predominam as datações ao redor de 4500 anos BP. Segundo as datações existentes para o estado (Figura 29 e 30), as ocupações teriam ocorrido predominantemente no período de 5000 a 3000 anos BP.

As sete datações acima de 5000 AP que existem para o estado de São Paulo corroboram as hipóteses da existência de uma rota migratória pelo vale do Ribeira e a proposta de Kern (1991 : 171) de que teria havido um povoamento do litoral via São Paulo e o estado do Paraná.

As datações mais antigas do estado de São Paulo, além da questionada Maratúá, de 7803 ± 1300 (Emperaire e Laming 1956), são as obtidas para os sítios S – 48, com 5970 ± 140 anos BP (In 78/79/80:23) e Brocuanha IV, com 5900 ± 500 anos BP (*ibid*), pertencentes a sítios localizados em Itanhaém e Cananéia-Iguape, respectivamente.

No estado do Rio de Janeiro, embora programas intensos de prospecções já tivessem sido desenvolvidos (Dias Jr *et al* 1980, Mendonça de Sousa 1981 e Heredia 1983 mimeo.), nunca foram encontrados sítios pré-cerâmicos na serra fluminense. Esse dado acarreta três hipóteses: que o litoral teria sido povoado por grupos oriundos do litoral de São Paulo, que o litoral do Rio de Janeiro teria sido povoado a partir de seu extremo norte, através de um caminho paralelo ao Rio Paraíba que contornaria a Serra do Mar, chegando ao litoral pela região próxima à foz desse rio, ou que grupos do planalto, com a intenção de chegar ao litoral,

utilizariam um caminho que cortaria a Serra do Mar.

Relatos de Knivet (1565/1947: 23) informam da existência de caminhos utilizados pelos Puri, Lopus e Tomiminós e Guainá, para cruzar a Serra do Mar. Perez (2001:*passim*) também afirma que a Serra não constituía uma barreira para o litoral, pelo contrário, era bastante transitada.

No entanto, a datação obtida por Andrade Lima para o sítio do Algodão, de 7860 ± 80 anos AP, reforça a hipótese da existência de um eixo migratório através do vale do Ribeira (Andrade Lima 2001:5).

As discutidas datações para sítio Maratuá, em São Paulo, e para Camboinhas, em Niterói, no Rio de Janeiro², apontam também para um eixo paralelo ao litoral, após uma hipotética entrada por São Paulo. Andrade Lima (2001:3) chama a atenção para a proximidade temporal dessas datações e atenta para a necessidade de se retomar a discussão sobre a sua validade.

Além das datações obtidas para os sambaquis do Algodão e de Camboinhas, no estado do Rio de Janeiro, existem apenas três datações mais antigas, acima de 5000 anos BP – o Sambaqui do Forte, 5520 ± 120 (Kneip 1980); o sítio do Meio, 5590 ± 80 (Gaspar et al 1992 e 1994) e o sítio Geribá II, 5150 ± 110 (Tenório 1992, 1998) – todas provenientes de sítios localizados no sudeste do estado; as duas primeiras obtidas em sítios que distam 300m entre si e o terceiro localizado a 20km de distância.

O restante das datações para o Rio de Janeiro (53 para 23 sítios In Tenório 1998) são mais recentes do que 4500 anos BP. A expansão da ocupação nesse estado, ocorre por volta de 4300 anos BP a 3000 anos BP.

Os resultados das recentes pesquisas desenvolvidas no Vale do Ribeira levantaram uma questão: se as evidências relacionadas ao ambiente marinho encontradas no sítio Capelinha seriam fruto de incursões rápidas ao litoral ou de contato com grupos já adaptados a esse tipo de ambiente.

Parece claro que incursões rápidas não permitem atividades que exigem habilidades específicas, como no caso da pesca aos tubarões, dos quais foram carregados e perfurados os dentes encontrados no sítio. Ao mesmo tempo, fica difícil admitir descidas rotineiras ao litoral envolvendo um processo adaptativo que lá não deixe vestígios e que leve evidências tão sutis ao interior, já que indícios que podem ser associados ao ambiente litorâneo, encontrados no sítio Capelinha, estão restritos a poucos dentes de tubarão e a raras conchas marinhas.

O hiato causado pela ausência de evidências do processo adaptativo de populações interioranas ao litoral tem sido respondido pela justificativa de que essas populações já estariam ajustadas a algo semelhante à exploração litorânea (Hurt 1986, Schmitz et alii 1992), pois o molusco terrestre nessa época fazia parte da dieta alimentar de antigos grupos caçadores-coletores do interior (SCHMITZ 1980, Ribeiro 1988, Laming Emperaire 1975, Schmitz 1989). No entanto, para

² Maratúá 7803 ± 1300 e 7327 ± 1300 (Emperaire e Laming 1956) e Camboinhas 7958 ± 224 (Kneip 1981),

Figuty et ali (2000:12), embora a diferença entre pescadores-mariscadores dos sambaquis costeiros e os grupos de caçadores-caramujeiros associados a sambaquis fluviais possa parecer sutil, sua sobrevivência:

“implica em estratégias de subsistência e artefatos muito diferentes: (1) a caça nas florestas tropicais requer um maior investimento na procura das presas (tempo/distância), com produtividade menor que a pesca litorânea; (2) a coleta dos caramujos terrestres se distingue da coleta de moluscos marinhos pelo fato dos caramujos não formarem agregados (“cachos” de mariscos, bancos de berbigões)

(Figuty *et al op.cit.*:12)

A ausência de evidências do processo adaptativo pode estar sugerindo contato dos grupos que habitaram o sítio Capelinha com populações já estabelecidas na costa, cujos vestígios, de acordo com as projeções para as oscilações do nível do mar (Martin *et al* 1997), estariam atualmente submersos, a menos que se localizassem em locais elevados ou que fossem ocupações insulares, como no caso do Sítio do Algodão.

Caso seja comprovada a datação obtida por Andrade Lima (*op.cit passim*) para o sítio do Algodão, de 7860 ± 80 anos AP, embora cerca de 600 anos mais recente do que a antiguidade obtida para Capelinha, ela irá contribuir para a hipótese de contato e também para a proposta de existência de uma rota migratória através do vale do Ribeira.

Ao mesmo tempo, parece claro que a ocupação da costa através de grupos

interioranos deveria apresentar vestígios desse processo adaptativo e que sua ausência pode indicar que havia grupos já acomodados ao litoral e com os quais se travaria contato.

A hipótese de que esses vestígios estariam atualmente submersos não é convincente, pois grupos interioranos em processo de adaptação litorânea não teriam dificuldade de recuar seus assentamentos, acompanhando a subida das águas.

Por outro lado, grupos adaptados somente ao ambiente litorâneo e que se deslocassem na água tenderiam a desenvolver uma movimentação perpendicular à costa, à procura de litoral mais alto ou mais baixo, no caso das regressões marinhas que apresentassem o mesmo ambiente. Tal fato explicaria a presença das datações mais antigas, exemplificadas por aquelas obtidas nos sambaquis de Maratuá, Camboinhas e Algodão, e por estarem em linhas e deslocadas da cronologia média dos sambaquis do litoral centro-meridional.

Dada a grande quantidade de ostras encontradas no sítio do Algodão (Andrade Lima 1991: 156), é provável que nessa época o mar se apresentasse semelhante ao atual, fazendo com que o manguezal ainda estivesse próximo ao sítio. Camboinhas, com antiguidade semelhante, teria sido ocupado no início de um período de regressão marinha (Kneip et alii 1994:128), provavelmente cercado por um ambiente similar ao atual.

Existe uma discordância entre os modelos propostos por Martim e Suguio e

o diagrama de Ireland para pouco antes de 7000 AP. Enquanto os primeiros acusam uma tendência de elevação, o segundo formula uma tendência negativa, de rebaixamento do nível do mar (Kneip et ali 1994). A tendência positiva faria com que o manguezal recuasse, enquanto que a negativa provocaria sua ampliação. Como conseqüência, a área de proliferação de moluscos também oscilaria, acompanhando a dinâmica do manguezal e incentivando uma mudança na localização dos sítios, para que estivessem sempre próximos aos bancos explorados (Tenório 1996).

Evidentemente a proximidade de outros recursos básicos, como o da água potável, também iria interferir na escolha dos novos locais, mas esses movimentos seriam lentos e provavelmente os sítios localizados em locais altos ficariam preservados do alcance das águas. Assim sendo, o fato de não se encontrar sítios antigos na costa, como já foi mencionado, pode estar indicando que o movimento, ao invés de recuo no sentido costa-interior, acompanhando a subida do mar, poderia ter sido perpendicular ao litoral, à procura de costas mais elevadas. Isto responderia pelo alinhamento dos sítios mais antigos, em lugar de serem encontrados obedecendo a uma graduação cronológica, referenciada por uma graduação transversal à linha da costa. No caso do Algodão, essa mobilidade pode também estar sugerindo uma movimentação predominantemente por água, através do uso de algum tipo de embarcação.

Clímax da ocupação litorânea

Pescadores-coletores-caçadores

No Rio Grande do Sul, Kern (1991:168) informa que se encontram no litoral tanto vestígios de sambaquis, como acampamentos ocasionais de grupos caçadores-coletores da encosta da Serra Geral. Prospecções realizadas em 1970 puderam evidenciar o contraste entre a riqueza dos elementos culturais dos primeiros e a pobreza dos vestígios arqueológicos dos segundos (Kern *ibid*:169). Conforme este autor, é num período de regressão marinha, com a liberação aos poucos da planície costeira, que chegam "grupos caçadores-coletores, adaptando-se à pesca e à coleta, provavelmente migrando do norte (Paraná e São Paulo), onde esta adaptação já dura dois milênios" (Kern 199:171). Ainda segundo ele, os grupos relacionados aos sambaquis apresentam elementos culturais que parecem indicar uma cultura específica com variações regionais. (Kern 1991: 167).

O litoral marcado pela quase inexistência de praias mansas, lagunas e manguezais, o que ocorre de Laguna para o sul, não parece ter apresentado grandes atrativos para a sua ocupação, o que fez com que os relativamente poucos sítios registrados no litoral do estado do Rio Grande do Sul ficassem concentrados na região de Torres .

No litoral do estado de Santa Catarina, Paraná e de São Paulo as datações mais antigas, relacionadas às bases dos sítios, ocorrem predominantemente concentradas no período de 4000 a 5000. No Rio de Janeiro, estão concentradas no período de 4000 a 3000. Isto parece se conectar a épocas de expansão dos sambaquis (Figura 29 e 30).

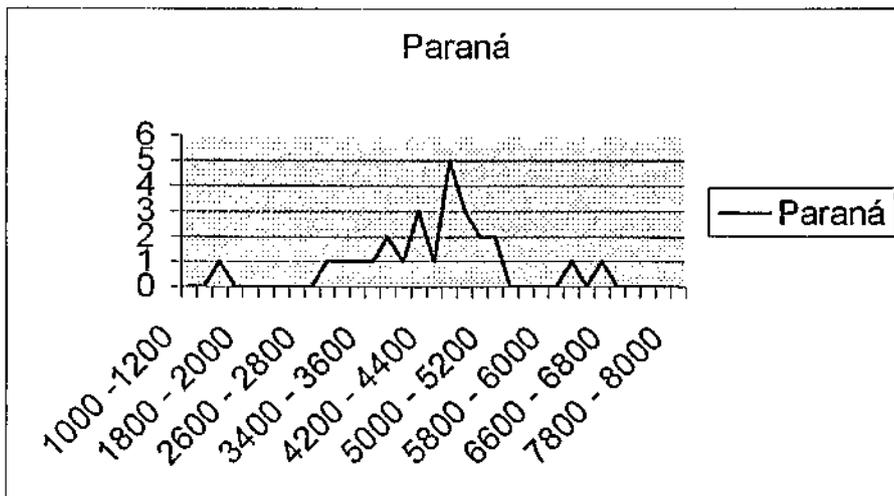
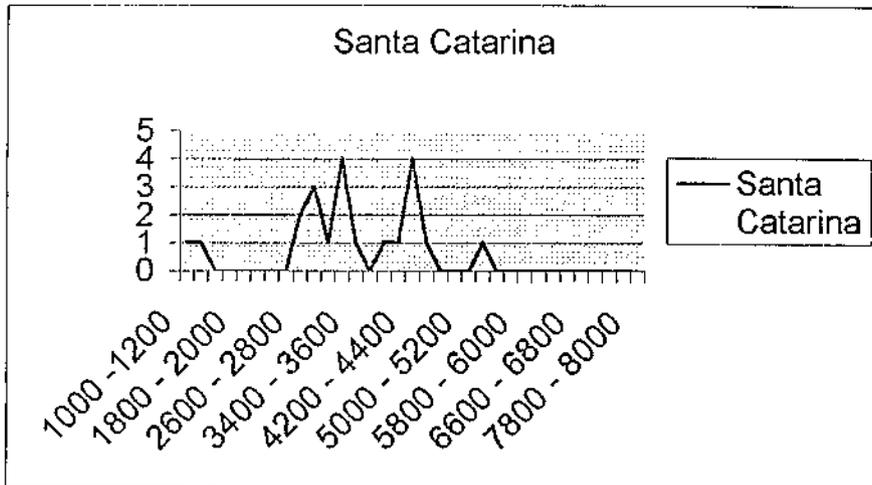


Figura 29. Datações dos estados de Santa Catarina e Paraná.

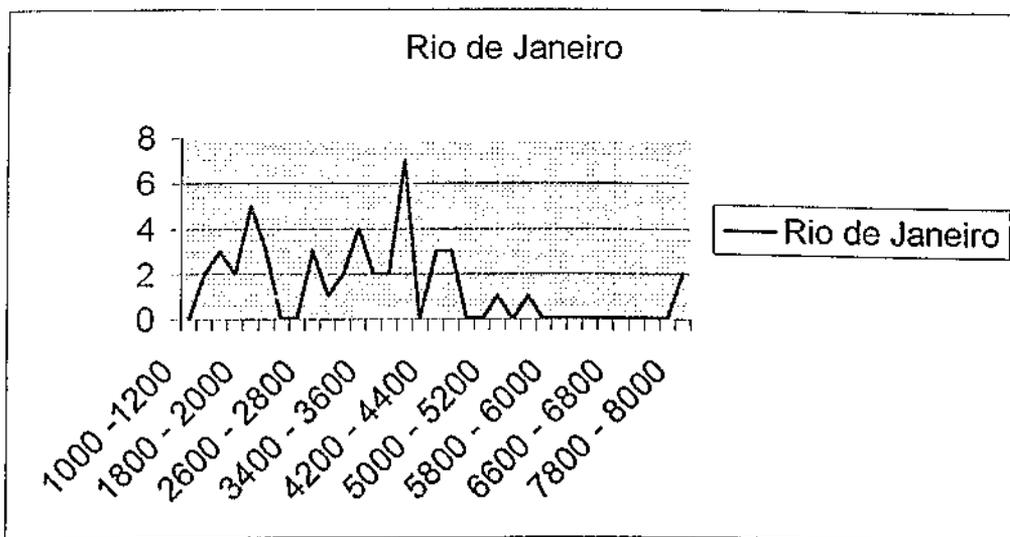
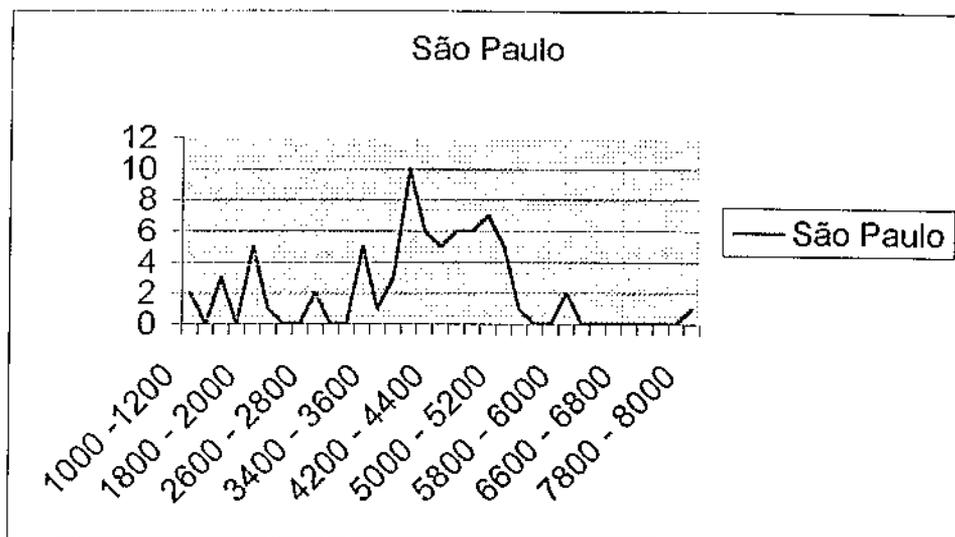


Figura 30 – Distribuição das datações dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Não sabemos se é devido ao grande número de datações (67) (cf. Uchôa 78/79/80, Andrade Lima 1999/2000 e Gaspar 1996), mas o estado de São Paulo apresenta uma seqüência que permite propor que grandes conjuntos de sítios estariam ativos, ao mesmo tempo sendo contemporâneos, o que indicaria um alto índice populacional em Cananéia e outro um pouco menor em Itanhaém e na

Baixada Santista.

De acordo com as datações obtidas por Uchôa (1977/78/79/80), no estado de São Paulo teria havido um aumento populacional por volta de 5000 anos BP. Isso pode ter repercutido no Rio de Janeiro, com o surgimento de novas ocupações por volta de 4500 anos atrás (Tenório 1998: 241) e que teriam se somado as já existentes neste estado. Tal hipótese é reforçada pela presença de alguns elementos peculiares aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, tais como a indústria de lascas de quartzo, a indústria malacológica e a expressiva intensidade da indústria óssea (cf tabelas 5, 6 e 7[mct2]).

No estado de São Paulo também é observado um intervalo no surgimento de novas ocupações entre 3000 a 2000 anos BP. Apenas por volta de 2000 anos BP se reiniciam as ocupações, com bem menor incidência de sítios. (cf Figura 30)

Tabela 5. Distribuição qualitativa dos artefatos líticos no Estado do Rio de Janeiro.

áreas/artefatos	Area 1*	Area 2**	Area 3***	Area 4#	Area 5##
Seixos bateadores	[shaded]				
Alisadores				[shaded]	
Amoladores/polidores fixos	[shaded]			[shaded]	
Amoladores/polidores portáteis		[shaded]			
Lascas de quartzo	[shaded]				
Lâminas de machado e plaquetas com gume polido	[shaded]				
Pingentes	[shaded]				
Mão de mó					[shaded]
Disco					[shaded]
Enxó	[shaded]				[shaded]
Seixo pintado/impregnado			[shaded]		

Fonte: * Lima:1991, Heredia et al:1984, Kneip:1987; ** Kneip et al:1981, Heredia et al:1982, Beltrão et al:1978; ***Kneip: 1994; #Gaspar:1991; ##Gaspar:1998, Carvalho, 1987

Tabela 6. Distribuição qualitativa dos artefatos ósseos no Estado do Rio de Janeiro.

áreas/artefatos	Área 1*	Área 2**	Área 3***	Área 4#	Área 5##
Dentes de tubarão perfurados	■				
Dentes perfurados (4 furos)	■				
Espátulas				■	
Instrumentos de ossos de cetáceos	■				
Dente humano perfurado					■
Apito			■		
Vértebras perfuradas	■				
Pontas de esporão de raia	■				
Espinhos de peixe trabalhados	■				
Furadores			■		
Pontas de diáfise de peixes	■				
Pontas de diáfise de mamíferos e aves	■				
Anzóis			■		
Buril de dente				■	
Ossos de cetáceo com gume	■				
Agulhas			■		
Bipontas	■				
Canutilhos	■				
Pingentes de osso	■				

Fonte: * Lima:1991, Heredia et al:1984, Kneip:1987; ** Kneip et al:1981, Heredia et al:1982, Beltrão et al:1978; ***Kneip: 1994; #Gaspar:1991; ##Gaspar:1998, Carvalho, 1987

Tabela 7. Distribuição qualitativa dos artefatos malacológicos no Estado do Rio de Janeiro.

áreas/artefatos	Área 1*	Área 2**	Área 3***	Área 4#	Área 5##
Valvas com bordo cortante	■				
Raspadores	■				
Pingentes				■	
Conchas com cicatriz de retirada				■	
Conchas perfuradas	■		■		■
Anzóis					

Fonte: * Lima:1991, Heredia et al:1984, Kneip:1987; ** Kneip et al:1981, Heredia et al:1982, Beltrão et al:1978; ***Kneip: 1994; #Gaspar:1991; ##Gaspar:1998, Carvalho:1987

O fato de que não foram encontrados vestígios de caçadores-coletores na serra sugere que, no estado do Rio de Janeiro, o povoamento do litoral tenha se efetuado por uma movimentação perpendicular a ele, pela região de Angra dos Reis ou pelos caminhos usados pelos ceramistas que contornavam a serra do mar, chegando ao litoral pelo norte do estado, próximo à foz do rio Paraíba.

Duas datações das poucas existentes para o Espírito Santo, obtidas para os sítios: Rio Doce, 14400 ± 200 (Suguio et al 1982), e Rio Doce II, 4240 ± 150 , sugerem um povoamento antigo também a partir do litoral ao norte do estado do Rio de Janeiro. No entanto, como são poucas, devem ser vistas com cautela. Ao mesmo tempo, dos 26 sítios datados para o Rio de Janeiro, 20 estão no sudoeste. Essa concentração de datações pode acarretar uma interpretação equivocada em relação ao resto do estado. O número reduzido de datas para o estado do Espírito Santo também não permite usar o fator antiguidade para a inferência de uma entrada pelo norte do estado.

Reconstituição das rotas migratórias a partir das concentrações de sítios:

Há uma escassez de sítios com características de moradia estável no litoral extremo sul (Kern *op.cit* :167). As pesquisas ainda são muito escassas, mas indicam que os poucos existentes estariam concentrados no litoral entre Torres e Itapeva (*id. Ibid.*).

As concentrações de sítios pré-cerâmicos no litoral de Santa Catarina estão no norte do estado, região de Laguna, no centro da Ilha de Santa Catarina e no sul do estado, em Joinville (figura 31).

A concentração de sítios no estado do Paraná está localizada próxima à

baía de Paranaguá, junto também da convergência dos rios que cortam a Serra do Mar, drenando a água para o litoral, o que poderia se constituir num ponto de descida planalto-litoral.

Subindo para o norte, temos um agrupamento de sítios em Cananéia-Iguape.

A outra concentração no estado de São Paulo está na Baixada Santista, que também é um ponto de descida do planalto do rio Tietê, que passa entre a Serra do Mar e a da Mantigueira. Os sítios praticamente desaparecem em Ubatuba, o que pode ser explicado pela presença nesse litoral de uma faixa estreita, que chega a desaparecer depois de Ubatuba. Nessa área, com o nível do mar mais alto, ele estaria batendo na encosta da serra.



Legenda
 áreas com concentração de sítios

Figura 31 - Distribuição das áreas de concentração de sítios no litoral do Brasil.

A descrição referente à distribuição dos sítios no estado do Rio de Janeiro será retomada mais detalhadamente mais adiante. No entanto, dentro de uma contextualização mais geral, pode-se observar que, após o intervalo na região de Ubatuba, continuando na direção norte, ao chegar a Parati, no estado do Rio de Janeiro, a 70km da cidade de Ubatuba, surgem outras concentrações de sítios que estão localizadas predominantemente em áreas inundáveis de manguezais e em ilhas.

Mais adiante, a 200km, encontramos outra concentração na planície de Guaratiba, ao fundo da baía de Guanabara, em área de manguezais. Do outro lado da baía, há a concentração da praia de Itaipu, ocupações de encosta baixa, dunas relacionadas a ambiente de mar, lagoa e estuário.

Após Itaipu, a incidência de sítios diminui, provavelmente por causa da presença de um litoral de mar aberto, com ondas fortes, sem enseadas. Os sítios voltam a aparecer a 100km de distância, próximos à cidade de Saquarema, onde se inicia a região dos lagos. Nessa área, os sítios estão localizados à beira das lagoas e dos estuários.

Depois de um novo intervalo, observa-se outra concentração no promontório de Cabo Frio. Essa área apresenta dois tipos de concentrações: uma em áreas marcadamente "úmidas", sujeitas a inundações ou lagunares, a cerca de 3km da costa, e outra mais seca na beira de praias ou de canais. A primeira situa-se no município da região de Tamoios e a outra, nos municípios de Cabo Frio,

Armação dos Búzios e Arraial do Cabo.

Rotas percorridas por grupos ceramistas para alcançar o litoral

Partindo do pressuposto de que tenham sido utilizados para chegar ao litoral, os mesmos caminhos usados por grupos pré-cerâmicos, apresentaremos os modelos para a entrada dos primeiros grupos ceramistas no litoral brasileiro.

Sítios de ceramistas do interior, explorando recursos do litoral, foram identificados nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro (Tradição Una); Paraná e centro-norte de Santa Catarina (Tradição Itararé), sul de Santa Catarina e centro-norte do Rio Grande do Sul (Tradição Taquara) Schmitz (1998: 198).

Segundo Schmitz (1998: 214), diferente dos pré-ceramistas que apresentavam assentamentos de maior permanência, os ceramistas apresentam ocupações mais curtas, marcadas por sazonalidade, o que parece vir ao encontro da proposta de Prous (1992: 207), pois só após a introdução da cerâmica é que se inicia um movimento de ida e vinda ao litoral, diverso do relacionado a grupos pré-ceramistas que chegariam ao litoral sem retornar para o interior.

Informações etnoarqueológicas:

Um caminho indígena de 30km de extensão, apresentando sítios relacionados à cultura Itararé, foi localizado por Chmyz no vale do rio Piriqui

(Chmyz 1971). Esse dado, associado aos resultados das pesquisas de Schimtz et ali (1990,1991,1993,1996), tem evidenciado a presença Itararé no litoral de Santa Catarina, o que parece indicar um fluxo constante de pessoas chegando ao litoral.

Segundo Reinhard Maack (In Chmyz 1971), no momento da descoberta, os indígenas denominavam Peabiru o caminho transcontinental que partia de São Vicente, em São Paulo e acompanhava o curso do rio Tietê, até a altura de Itu. Tomava, então, a direção sudoeste, atravessando os rios Paranapanema e Itararé, até as cabeceiras do Ribeira do Iguape. Deste ponto, pegava a direção geral leste-oeste, passando pelas cabeceiras dos rios Ivaí e Cantu e o médio rio Piquiri. Prosseguia paralelo à margem esquerda deste último e atravessava o rio Paraná, na altura da foz do Piquiri. Na margem direita do Paraná, acompanhava o curso do Iguatemi, dobrando a seguir para nordeste, em direção às cabeceiras do Paraguai, cortando o Chaco Paraguaio, chegando ao planalto do Peru e ao oceano Pacífico.

Chmyz (1971) apresenta um minucioso levantamento sobre informações a respeito dos Peabiru, o que mostra a existência de uma rede de caminhos que eram intensamente utilizados por diferentes sistemas socioculturais. Os rios mais mencionados coincidem com os pontos de concentração de sítios no litoral, tais como: (1) o rio Tietê e a proximidade com a Baixada Santista, com grande concentração de sítios; (2) o rio da Ribeira, associado à concentração de sítios no vale do mesmo nome e à região de Iguape e Cananéia.

Segundo Robrahn-Gonzalez (1989:293), a entrada dos primeiros grupos

ceramistas no estado de São Paulo teria se dado através do vale do Ribeira; seriam grupos não-tupiguarani que, pressionados por estes últimos, teriam vindo do sul em direção ao norte. Esta autora concorda com Neves e Chmyz de que, por volta dos 1000 d.C, teria ocorrido um grande deslocamento populacional no sentido planalto-litoral. Do nordeste do Rio Grande do Sul, onde estão as datações mais antigas, teriam alcançado o planalto paranaense e o litoral através do vale do Ribeira, no século X de nossa era. Evidência deste fato é a grande concentração de sítios nos afluentes do médio-alto-Ribeira.

Scatamacchia (1981) propõe um encontro e a fusão, no estado de São Paulo, entre os Guarani, vindos do sul, e os Tupinambá, vindos do norte.

Para o Rio de Janeiro, temos proposta de uma migração no sentido inverso. Segundo Dias (1976/77:117;1987:159), a ocupação ceramista no Rio de Janeiro teria se dado inicialmente por grupos identificados com a tradição Una. Esta tradição ocorre também no sudoeste de Goiás, oeste de Minas Gerais, no interior de São Paulo e no Espírito Santo. No Rio de Janeiro, Ondemar Dias subdividiu a Tradição Una em fase Mucuri e Una. A fase Una é litorânea e são encontradas evidências arqueológicas em Cabo Frio. Está datada em 1060 ± 90 AP (890 d C). A fase Mucuri também está localizada no norte do estado, no baixo e médio Paraíba e região serrana; é mais antiga e está datada de 1430 ± 65 AP (520 dC).

No Rio de Janeiro, a Serra do Mar não parece ter funcionado como barreira para os ceramistas; estes não só alcançaram o litoral pelo norte, contornando a

serra, como também, num momento posterior, existem informações de que os Puri, Lopus e Tomiminós e Guainá transitavam bastante por ela. Knivet (1947:35) conta que a teria cruzado três vezes, no ano de 1596, utilizando um caminho indígena.

A partir do modelo apresentado por Dias, a entrada dos ceramistas no Rio de Janeiro teria se dado por Minas Gerais, descendo o Paraíba do Sul, alojando-se na Serra do Mar e depois no litoral norte do Rio de Janeiro – caminho semelhante ao utilizado por grupos pertencentes à fase Itaipu, segundo Mendonça de Souza.

Dias (1976/77) e Dias e Carvalho (1980), apoiados nos cronistas e nas relações com a fase Piumhi (Minas Gerais), propõem que a tradição Una tenha se originado no interior e se expandido pelo litoral. A datação mais antiga ocorre em Minas Gerais (1.840 AP. ou 110 dC) (Dias;1976/77:122).

O outro sistema sociocultural, identificado através de pesquisas arqueológicas, tem os seus testemunhos denominados como tradição Tupiguarani. Dias e Carvalho (1980:53) propõem que o grupo Tupi tenha vindo do sul. No entanto, Buarque (1999), compartilhando da proposta de Brochado (1984), aceita que teriam vindo do litoral norte.

Mendonça de Souza (1991) propõe que os Tupi poderiam ter chegado à região fluminense seguindo a direção de norte para sul, ou diretamente no médio curso do Paraíba, partindo de Minas Gerais, ou ainda provindo do extremo norte paulista, acompanhando todo o curso do rio Paraíba do Sul.

Conclusão

Para responder a questão inicial sobre “quais seriam os grupos responsáveis pelo povoamento do litoral brasileiro e quais seriam as rotas utilizadas”, uma resposta vem sendo repetida na arqueografia brasileira: “Grupos do interior teriam descido a costa atraídos pelos novos ambientes criados no Ótimo Climático; com o tempo, novas levas populacionais se sucederam, adaptando-se a este novo ambiente, dando origem à presença de uma grande diversidade de culturas no litoral.

Entretanto, esta assertiva é incoerente com a abordagem classificatória criada pela arqueologia brasileira, na medida em que há uma contradição entre a grande diversidade proposta para o litoral e a uniformidade cultural sugerida para o interior, já que, na área espacial e cronológica relacionada aos sambaquis, só é constatada a presença de duas tradições culturais pré-cerâmicas – a Umbu e a Humaitá – que permaneceram praticamente inalteradas por muitos milênios, só se desestruturando após o contato com grupos ceramistas (Noelli 1999-2000:227).

Vestígios associados à Tradição Umbu são encontrados no Uruguai, por toda a região sul brasileira e no sul de São Paulo (*Id.Ibid:230*), seguindo a área de dispersão dos zoólitos. O médio rio Uruguai apresenta as datas mais antigas, sugerindo uma rota de entrada no território brasileiro.

A Tradição Umbu apresenta uma mobilidade grande e uma diversificação em seus assentamentos, podendo ser encontrada em sítios a céu aberto, em abrigos sob rocha e, nos dois últimos milênios, nos cerritos (Lopez In Noeli:235). Também estão relacionados à Tradição Umbu os túmulos associados a uma economia de amplo aspecto no noroeste uruguaio, por volta de 5000 anos. Além disso, há cerca de 2500 anos AP, nas áreas contínuas à planície costeira e à porção sudeste do Rio Grande do Sul, e no litoral uruguaio, as populações ligadas à Tradição Umbu passaram a construir aterros, conhecidos pelos arqueólogos como cerritos. Como a Tradição Umbu, a cultura sambaquiana começa a se desestruturar após contato com os ceramistas

A diferenciação biológica constatada por Neves (1984: 136) entre a baía de Paranaguá, até o litoral sul de Santa Catarina, e a parte central e norte de Santa Catarina poderia estar relacionada à entrada das Tradições Humaitá e Umbu, ambas saindo do rio Uruguai – a primeira pelo sul e a outra, pelo norte, mesclando-se, à medida que se aproximam da área central. Sendo assim, grupos da Tradição Umbu seriam os responsáveis pelo início do povoamento do sul de Santa Catarina, norte do Paraná e pela região próxima ao vale do Ribeira. A posterior descida de novas levas não implicaria diversidade cultural, mas sim diferenças regionais causadas por mudanças culturais temporais que pudessem ocorrer tanto no ambiente interiorano como na costa. Ou seja, grupos pertencentes a uma mesma filiação cultural chegariam ao litoral em diferentes momentos; os intervalos de contato proporcionariam sutis evoluções tecnológicas e culturais distintas que, com um novo contato em outros pontos da costa, teriam a configuração de sítios portando cultura material com pequenas diferenciações.

No entanto, não há até o momento evidências da Tradição Umbu nos sambaquis localizados nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Embora se saiba que consumissem moluscos terrestres (Jacobus 1991:72), evidências da descida ao litoral de populações relacionadas à Tradição Umbu só foram encontradas no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo (Figuti et alli 2001).

Assim, como explicar a grande diversidade cultural proposta para o litoral e um povoamento através do eixo interior-litoral, se no interior, no espaço físico e cronológico relacionado a esse litoral, não existia diversidade cultural?

Por outro lado, a ausência de sítios apresentando evidências do processo adaptativo interior-litoral, acrescida da semelhança observada no padrão de assentamento (Gaspar 1991) e na cultura material, argumentam contra a diversidade cultural proposta para os sambaquis.

Embora os dados sejam escassos, as datações obtidas na costa oeste americana demonstram a existência de grupos já adaptados à exploração marinha em épocas recuadas. Ao mesmo tempo, a continuidade de elementos rituais funerários, que aparecem desde a costa do Alaska (Yesner 1998), assim como a presença de grandes blocos de rocha e do tingimento de vermelho dos esqueletos, podem estar indicando a existência de grupos que já teriam chegado às Américas adaptados ao ambiente marinho, os quais teriam tido um desenvolvimento paralelo ao paleoíndio. Evidências recuadas de adaptações marinhas, encontradas nas costas do Chile e do Peru, contribuem para essa

hipótese (Lynch 1998:93; Lagosteira *apud* Erlandson 1994:277)

Os dados parecem indicar a presença de um fluxo intenso de pessoas aparentadas chegando ao litoral junto com um outro fluxo perpendicular à costa, através do uso de pequenas embarcações.

Esses grupos, que já habitavam a costa, parecem ter constituído um sistema sociocultural extremamente receptivo e assimilador de outras "culturas" que perderiam a sua identidade diante de um esquema bem adaptado a um novo ambiente, bem mais generoso do que o encontrado em determinadas áreas interioranas.

Caso sejam confirmadas as datações obtidas para os sambaquis de Algodão e de Camboinhas, será comprovada a existência de uma rota perpendicular à costa, provavelmente percorrida em busca de litorais mais altos para fugir da subida das águas provocada pelos períodos de transgressão marinha.

A localização das concentrações de sítios aponta para a existência de pelo menos dois eixos interior-litoral, além do paralelo à costa e que estariam relacionados aos cursos de rios localizados nos estados do Paraná e de São Paulo. Quanto ao estado do Rio de Janeiro, os pescadores, coletores, caçadores que povoaram esse litoral teriam vindo do litoral de São Paulo, rota perpendicular à costa, acrescidos de grupos oriundos do interior. No entanto, estes últimos provavelmente não estariam relacionados à Tradição Umbu; seriam grupos com

outras filiações culturais, oriundos de Minas Gerais ou do norte do estado, os quais teriam percorrido os mesmos caminhos usados posteriormente por grupos ceramistas.

A constatação de que os pontos de maior incidência de sítios coincidem com a presença de estuários de grandes cursos d'água sugere um fluxo interior-litoral através do acompanhamento dos cursos dos rios. A chegada dessas levas de pessoas estaria constantemente acrescentando novos elementos na cultura material a grupos já adaptados ao litoral, miscigenados com levas que teriam vindo em momentos anteriores e também com outros grupos de mesma filiação espalhados na costa. Esse intenso contato traria como consequência variações regionais, não obstante nenhuma influência fosse tão forte que inviabilizasse a continuidade de uma cultura sambaquiana, que só acabaria com o contato com grupos ceramistas.

Como já foi mencionado, modelos relacionados a caçadores-coletores têm sido utilizados para o entendimento de mobilidade e territorialidade no estudo das adaptações litorâneas. No entanto, estudo com grupos estritamente pescadores (Seixas 1997, Castro e Begossi 1995, 1996) mostram um outro tipo de territorialidade. Em determinadas situações, quando a pesca é abundante, há um estímulo em compartilhar o território, já que a informação sobre a movimentação dos cardumes é extremamente importante. Nesse caso, existiria uma tendência em absorver novos grupos que alcançassem o litoral. Para o recém-chegado, a acolhida era fundamental para o estabelecimento em um novo tipo de ambiente. Esse contato estaria sempre reafirmando os valores sambaquianos, os quais

constituiriam a espinha dorsal da ocupação litorânea.

A existência de traços culturais compartilhados apenas por populações de concentrações distantes, como no caso dos amoladores-polidores fixos, parece indicar um momento de intensificação da mobilidade perpendicular à costa e o estreitamento dos contatos, provavelmente realizado através das vias aquáticas, o que facilitaria o percurso pela costa.

É possível que depois da introdução da cerâmica e do cultivo da mandioca ou do milho o litoral tenha sido apenas alvo de visitas, já que as regiões mais interioranas passaram a ter um atrativo maior. No entanto, esses visitantes tinham ancestrais, que já há alguns milênios vinham se mesclando com grupos litorâneos. Em alguns casos, a diferença em ter ou não ter cerâmica apenas significa que, levadas mais recentes já dispunham da tecnologia ceramista, mas isso não quer dizer que se constituíssem necessariamente em grupos invasores. Se por um lado, as áreas interioranas passam a apresentar mais atrativos com a introdução da horticultura, o conhecimento de novas técnicas, como a da elaboração da cerâmica e o processamento de vegetais, passou também a permitir percursos maiores de viagens, visitas e ocupações sazonais.

Datações e modelo para povoamento do litoral brasileiro:

A sistematização das datações disponíveis, com o objetivo de se descobrir por onde a ocupação do litoral teria se iniciado, tem sido dificultada pelo reduzido

número de datações radiocarbônicas.

A diferença na intensidade e na profundidade das pesquisas também vêm impedindo um estudo quantitativo. Algumas áreas estão intensamente datadas, enquanto outras apresentam pouquíssimas datações. Em alguns sítios se tem a antiguidade de todas as camadas, enquanto que a grande maioria tem datada apenas o início de sua ocupação. Outro problema é também a escassez de trabalhos que apresentem datações calibradas, embora se considere o quanto as convencionais podem apresentar distorções; o número reduzido das calibradas inviabiliza a sua utilização.

Mesmo sendo levados em consideração os problemas citados acima, elaborou-se de maneira tentativa um modelo para o povoamento do litoral brasileiro, tendo por base as datações disponíveis (Figura 32).

Aceitando-se as datações obtidas, tudo indica que o estado de São Paulo teria sido ocupado inicialmente há cerca de 7800 anos antes do presente e dele teriam saído grupos em direção ao sul do estado do Rio de Janeiro. Esses grupos teriam chegado apenas à parte central do estado. Quase 1000 anos depois, há 6800 anos, outra leva populacional teria saído, provavelmente de São Paulo, indo para o sul, mas não teria ido muito longe, parando no sul do estado do Paraná.

Distribuição das datações para o litoral

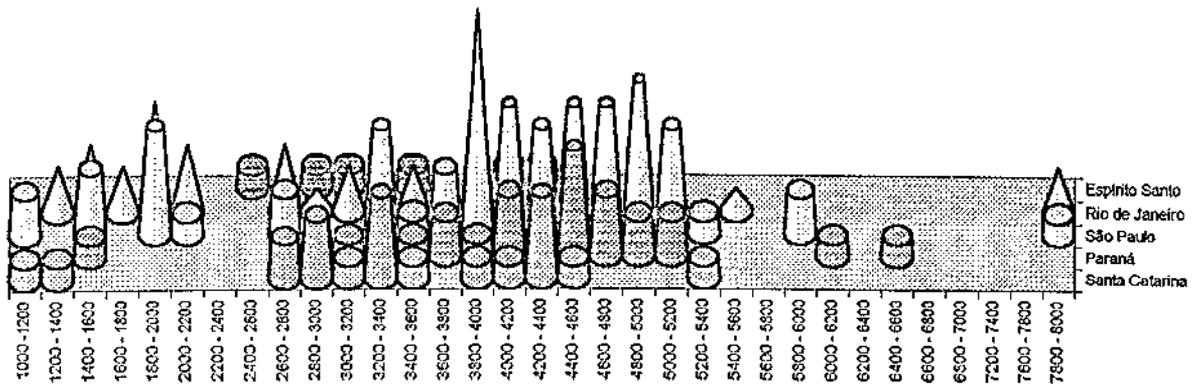


Figura 32. Distribuição das datações de sítios para o litoral.

Outros 1000 anos se passaram e novas levas voltaram a ocupar o litoral do Rio de Janeiro, desta vez indo até o norte do estado. No entanto, não existem sítios datados que comprovem o percurso e apenas duas datações informam as ocupações: a de 5520 ± 120 AP para o Forte (Kneip 1980) e a de 5150 ± 110 para o sítio Geribá II (Tenório 1989, Gaspar 1996)³. Nesse momento, as datações obtidas para os sítios Gaspar, 5270 ± 300 (Garcia 1979), e SCPREV – 01 5 020 cal (De Masi 1999) indicam que uma outra leva de pessoas estaria chegando novamente a Santa Catarina.

Novamente deve-se lembrar que os hiatos existentes podem se dever à falta de pesquisas ou ao fato de os sítios estarem destruídos.

³ Datação obtida a partir de carvão.

Por volta de 5000, também é um período de aumento de sítios em São Paulo, mas parece que isto não se estende aos estados do Rio de Janeiro e do Paraná; neles, a expansão das ocupações só deve ocorrer entre 4600 a 4400 anos AP, quando crescerá o número de novos sítios em Santa Catarina, intensificado depois no período de 4400 a 4200 anos.

Entre 4000 e 3800 A P parece ter havido outro aumento populacional em São Paulo, o que teria novamente provocado a ampliação da ocupação tanto para o norte como para o sul, surgindo novos sítios nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina.

Até 2800 anos A P todo o litoral entre Santa Catarina e Rio de Janeiro esteve densamente ocupado. No entanto, após esse momento, houve uma drástica diminuição na implantação de novos sítios. Embora muitos deles ainda continuassem em atividade, pode ser constatada em todos os gráficos (ver figuras 29 e 30) uma diminuição de novas ocupações por volta de 2800 a 2000. Em Santa Catarina e no Paraná, ocorre um hiato de novas ocupações – 2800 a 2000 e de 2800 a 1600, consecutivamente. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, há um grande declínio populacional.

Tal fato pode estar mais associado a um período de grande recuo do mar, conforme proposta de Martin et alli (*op.cit*), o que faria com que os novos sítios fossem construídos mais próximos do mar e que, no presente, com a subida do mar, ficariam submersos.

Os dados levantados permitem que sejam colocadas, de forma resumida, as seguintes conclusões:

- 1) Diferentes populações teriam chegado ao litoral de Santa Catarina, conforme proposta de Neves (*op.cit.*: 140).
- 2) Grupos do interior teriam alcançado o litoral através dos vales de grandes rios.
- 3) Enquanto para São Paulo os dados apontam a existência de fluxos de pessoas relacionadas aos grupos do sul, no Rio de Janeiro podem existir rotas de grupos vindos tanto do norte como também pelo centro, por Minas Gerais, os mesmos caminhos utilizados posteriormente por ceramistas.
- 4) Não existem dados sobre uma diversidade cultural no interior que pudesse ser responsável pela grande diversidade proposta para o litoral.

2 Quadro arqueológico do litoral do estado Rio de Janeiro

O litoral do estado do Rio de Janeiro apresenta seis áreas de concentração de sítios arqueológicos. São elas:

Área 1 – Extremo sul do estado, Baía da Ilha Grande (figura 33);

Área 2 – Centro, planície de Guaratiba (figura 33);

Área 3 – Centro, fundo da Baía de Guanabara (figura 34);

Área 4 – Sudeste lagunar: Saquarema e adjacências (figura 35);

Área 5 – Sudeste, Promontório do Cabo Frio (figura 36).

Área 6 - Sudeste, Planície do Rio São João (figura 37)

Área 1: Enfoque do presente trabalho: microrregião da Baía da Ilha Grande. Apresenta litoral muito recortado e escarpado, com numerosas enseadas, baías, pontas e ilhas nos trechos afogados da Serra do Mar. As praias e cordões arenosos são pouco desenvolvidos, aparecem ao pé das escarpas da Serra do Mar ou acompanhando as pequenas planícies dos cursos d'água que se originam na serra. Nos estuários dos rios, ocorrem manguezais, principalmente no fundo de enseadas abrigadas. A cobertura original era a de floresta perenifólia higrófila costeira (Mata Atlântica). O clima é tropical quente, superúmido, com subseca e sem seca. (Mendonça de Souza 1981).

Em grande parte dessa área, a Serra do Mar desce abruptamente, não permitindo a formação de praias protegidas ou de ambientes com interseção de vários ecossistemas. Esses ambientes só irão ocorrer próximos à cidade de Parati, onde estão também as concentrações de sítios arqueológicos. Perto dessa cidade, foram encontrados 40 sítios, além de oito em ilhas próximas.

Nos locais de faixa costeira estreita, nas proximidades da cidade de Angra dos Reis, foram registrados apenas dois sítios, enquanto que nas ilhas próximas a essa área, onde ocorrem os ambientes de interseção de vários ecossistemas, assinalaram-se 14 sítios.

Área 2: Baía de Sepetiba / Planície de Maré de Guaratiba – Área também enfocada pelo presente trabalho. Representa a transição entre os ambientes marinho e continental, achando-se cortada por inúmeros canais de maré (Ferreira A.M. In Kneip et al 1985:31). Foram registrados 33 sambaquis (Kneip et al 1985: 76) que aparecem em concentrações associadas a canais de maré, sob a forma de pequenos relevos isolados, cercados por coroas arenosas horizontais. Essa área é dividida em duas categorias. A primeira, planície de maré inferior, engloba vegetação arbórea e arbustiva de manguezal; deveria ser bem maior em épocas remotas. No sambaqui do Zé Espinho há o predomínio de molusco que tem as raízes da *Rizophora mangle* como substrato, a *Cassostreia rizophorae*. A segunda, planície de maré superior, é desprovida de vegetais superiores, áreas que são conhecidas na língua Tupi como *apicuns*, ficam inundadas pelas marés

e, ainda hoje, apresentam grande quantidade de caranguejos. (Araujo In Kneip et alii. 1985:53).

44° 40'



Legenda:

- 01 - sambaqui de Trindade
- 02- Caixa d'áço II
- 03 - Caixa D'Áço III
- 04- Trindade I
- 05- Ponta de TrindadeII
- 06- Trindade III
- 07- Ponta do Leste II
- 08- Abrigo da Ponta do Leste
- 09- Olho D'água dos Praxedes
- 10- Praia de Fora
- 11- Cepilho
- 12- Antonio
- 13- Pouso
- 15- Parati- Mirim II
- 16- Parati- Mirim
- 17- Cotia
- 18- Ilha dos Cocos
- 19- Algodão
- 20- Ilha da Bexiga
- 21- Forte
- 22- Pequere-Açu
- 23- Toca do Cavallo
- 24- Cassununga
- 25- Ilha Pequena
- 26- Ilha Comprida
- 27- Araljo
- 28- Ilha das Cabras
- 28- Itacá
- 30- Ilha Pelada
- 31- Mambucaba
- 32- Toca na Mambucaba
- 33- Ilha do Sanóni
- 34- Fraude
- 35- Ilha de São Jorge

- 36- Peri
- 37- Maior
- 39- Bigode I
- 39- Bigode II
- 40- Caleira I
- 41- Caleira II
- 42- Ilha Pequena
- 43- Fitinha
- 44- Ilha dos Porcos
- 45- Amaladores de Piraquara
- 60- Radioreceptora II
- 46- Ilha Gualba
- 47- Sai
- 48- Caminho da Guarda
- 49- Santa Cruz
- 50- Piai
- 51- Ilha do Tatu
- 52- Ipiranga
- 53- Dunas da CSA
- 54- Piraquê
- 55- Aterrado da Peda
- 56- Telegrato
- 57- Vila Mar
- 58- EmbraTel
- 59- Radioreceptora III
- 60- Radioreceptora I
- 61- Radioreceptora I
- 62- Posto 5
- 63- Cural das Pedras
- 64- Telles
- 65- Rio Anil

- 81- Meio
- 82- Cabeça de Índio 1
- 83- Cabeça de Índio 2
- 84- Porto das Cruzas
- 85- Poço das Pedras

- 66- Panela do Pai João
- 67- Gentio
- 68- Capãozinho
- 69- Surucal
- 70- Zé Espirinho
- 71- Pau de Ferro
- 72- Capão da Benta
- 73- Praia do Malhador
- 74- VaSo
- 75- Carâmio
- 76- Atolador
- 77- Metriz
- 78- Cajazeiro
- 79- Bananeira
- 80- Piracão

Figura 33 - Área 1 e 2.

Fonte: INPE Escala: 1cm=23km

Área 3 – Recôncavo e entrada da Baía de Guanabara. Apresenta, atualmente, um clima subúmido-úmido, com pouco ou nenhum déficit de água, megatérmico de temperaturas elevadas, com calor no ano todo e chuvas predominantes no verão. As concentrações ocorrem em duas áreas: Planície de Magé e praia de Itaipu. A Planície de Magé apresenta uma vegetação de manguezal, típica de litoral lodoso, encontrada em estuários de rios com água pouco movimentada, em ambiente salobro. Trata-se de uma zona baixa, com terraços marinhos, planície de inundação e desembocadura de rios. Foram registrados nove sambaquis. Na praia de Itaipu, estão localizados os sítios Camboinhas, Duna Pequena e Duna Grande. Embora, atualmente, o entorno esteja muito alterado, o material arqueológico parece indicar que se trata de uma ocupação extensa, localizada em um ponto central; há vários microambientes. Existem vestígios de manguezal, canal e, ainda hoje, uma grande lagoa separada do mar por uma restinga.

43°05'

Legendas

- 1 Sambaqui do Iguapi
- 2 Beira da Estrada
- 3 Canal
- 4 Manguinhos
- 5 Bica
- 6 Jequiá
- 7 Morro das Pixunas
- 8 Pixunas
- 9 Praia dos Espinheiros II
- 10 Estação Radio da Marinha
- 11 Lagoa Rodrigo de Freitas
- 12 Porto da Estrela
- 13 Saracuruna
- 14 Ponta do Pirata
- 15 Guapi
- 16 Amourins
- 17 Guarai Mirim
- 18 Rio das Pedrinhas
- 19 Imenezes
- 20 Fernando
- 21 Cordovil
- 22 Sernambetiba
- 23 Tambicú
- 24 Paquetá
- 25 Brocoio
- 26 Zé Garoto
- 27 Pontal
- 28 São Lourenço
- 29 Chacará do Vintém
- 30 Boa Viagem
- 31 Cafubá
- 32 Ilha do Cafubá
- 33 Cambonhas
- 34 Duna Pequena
- 35 Duna Grande



Figura 34. Área 3.

Área 4 – Recôncavo de Saquarema. Área limitada por relevos cristalinos que representam os divisores das principais bacias de drenagem que deságuam na Lagoa de Saquarema, separada do mar pelo cordão litorâneo. A costa é aberta e apresenta mar agitado, com ondas altas. A concentração de sítios está localizada no cordão arenoso interno, na face voltada para a lagoa.

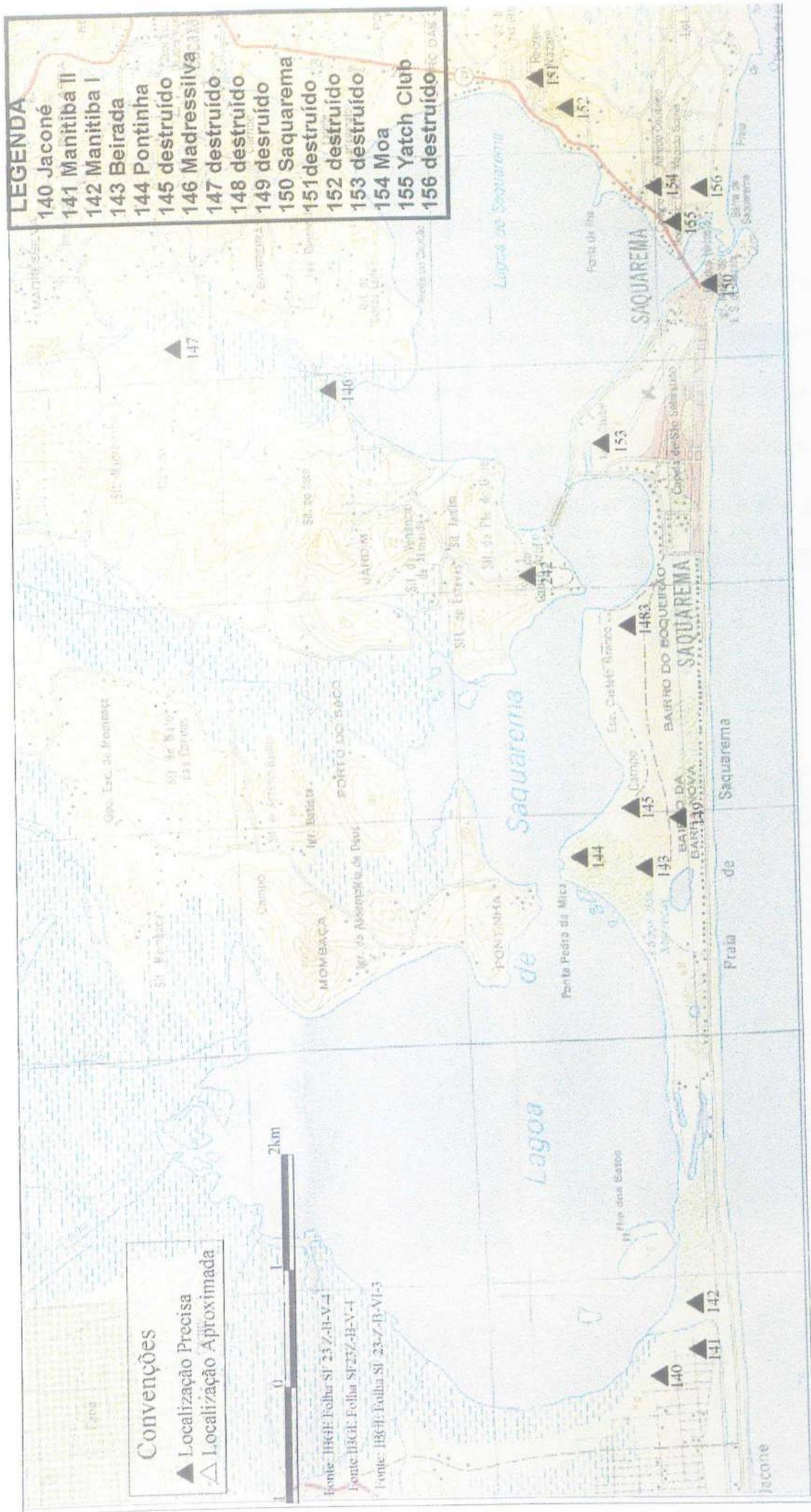


Figura35 - Área 4

Área 5 – Região do Cabo Frio. Engloba duas pontas: Arraial do Cabo e Armação dos Búzios. Apresenta clima nitidamente litorâneo, sujeito às influências amenizadoras da maritimidade. As temperaturas anuais giram em torno de 23°C. Região muito afetada por ventos, com presença de águas frias, com clima seco. A incidência e a velocidade dos ventos provoca, na área, o fenômeno da ressurgência que faz ascender águas profundas, ricas em sais nutrientes, que fertilizam a costa, promovendo intensa atividade de pesca. Nas três extremidades do Cabo, encontramos espaços de interseção ambiental, com grande concentração de sítios arqueológicos. Nessa área, foram registrados 62 sítios (Gaspar 1991).

LEGENDA

- 1 - Colônia de Pesca
- 2- Massambaba I
- 3- Massambaba II
- 4- Massambaba III
- 5- Ponta da Cabeça
- 6- Condomínio Atalaia
- 7-Boqueirão
- 8-Gruta do Boqueirão
- 9- Cabo Frio
- 10-Abrigo do Atalaia
- 11- Abrigo da Praia dos Anjos
- 12- Praia dos Anjos
- 13-Forno I
- 14- Forno II
- 15- Abrigo da Praia do Forno
- 16-Prainha
- 17-Moacel Vitorino
- 18- Ilha das Palmeiras
- 19 - Ilha da Conceição
- 20- Cemitério
- 21- Fortinho
- 22- Forte
- 23- Duna Boa Vista
- 24-Arco Iris
- 25 - Netuno
- 26-Boca da Barra
- 27-Meio
- 28-Nacil
- 29-Salinas Percano
- 30- Ponta do Arpoador
- 31- Dunas do Però
- 32- Praia das Conchas
- 33- Tucuns
- 34- Dunas de Geribá
- 35- Geribá II
- 36- Geribá I
- 37- Amarras
- 38-Ferradura
- 39- Forno
- 40- Gruta de João Fernandes
- 41- Capela de Santana

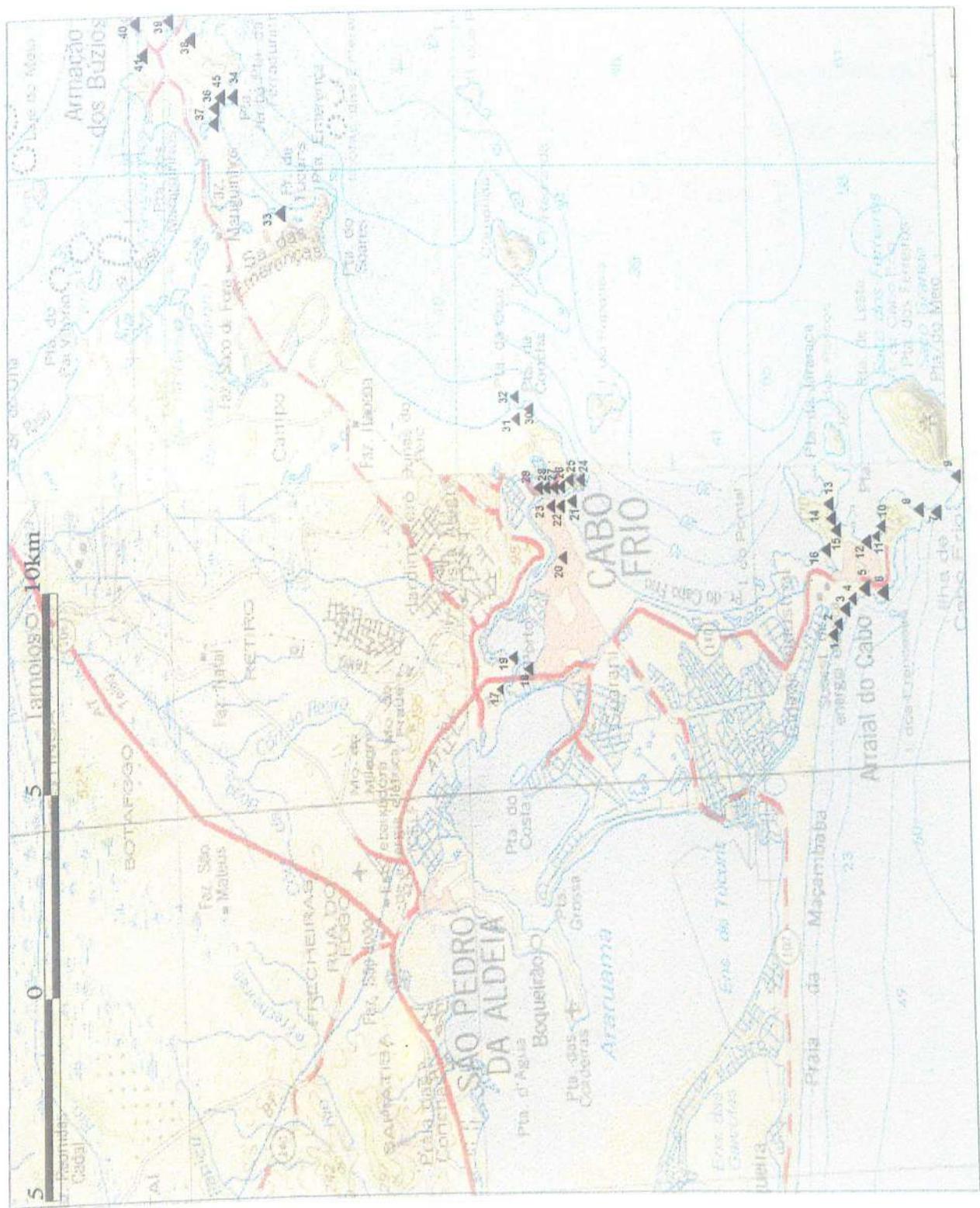


Figura 36. Área 5

Área 6 - Planície do rio São João. Vegetação original de mata atlântica. Atualmente, ainda são encontrados vestígios de antigos manguezais. Clima quente e úmido, sem inverno pronunciado. Média anual 22°. Período chuvoso no verão e seco no inverno. A área está, atualmente e de forma constante, à mercê de inundações, causadas pelo declive suave que faz com que seja lento o escoamento de seu principal rio, o São João, que sofre, ainda, grande influência do regime das marés em sua desembocadura. Essa região apresenta antigos cordões arenosos que evidenciam diferentes níveis do mar e paleolagunas. Sobre esses cordões arenosos foram registrados 6 sítios (Gaspar 1991).

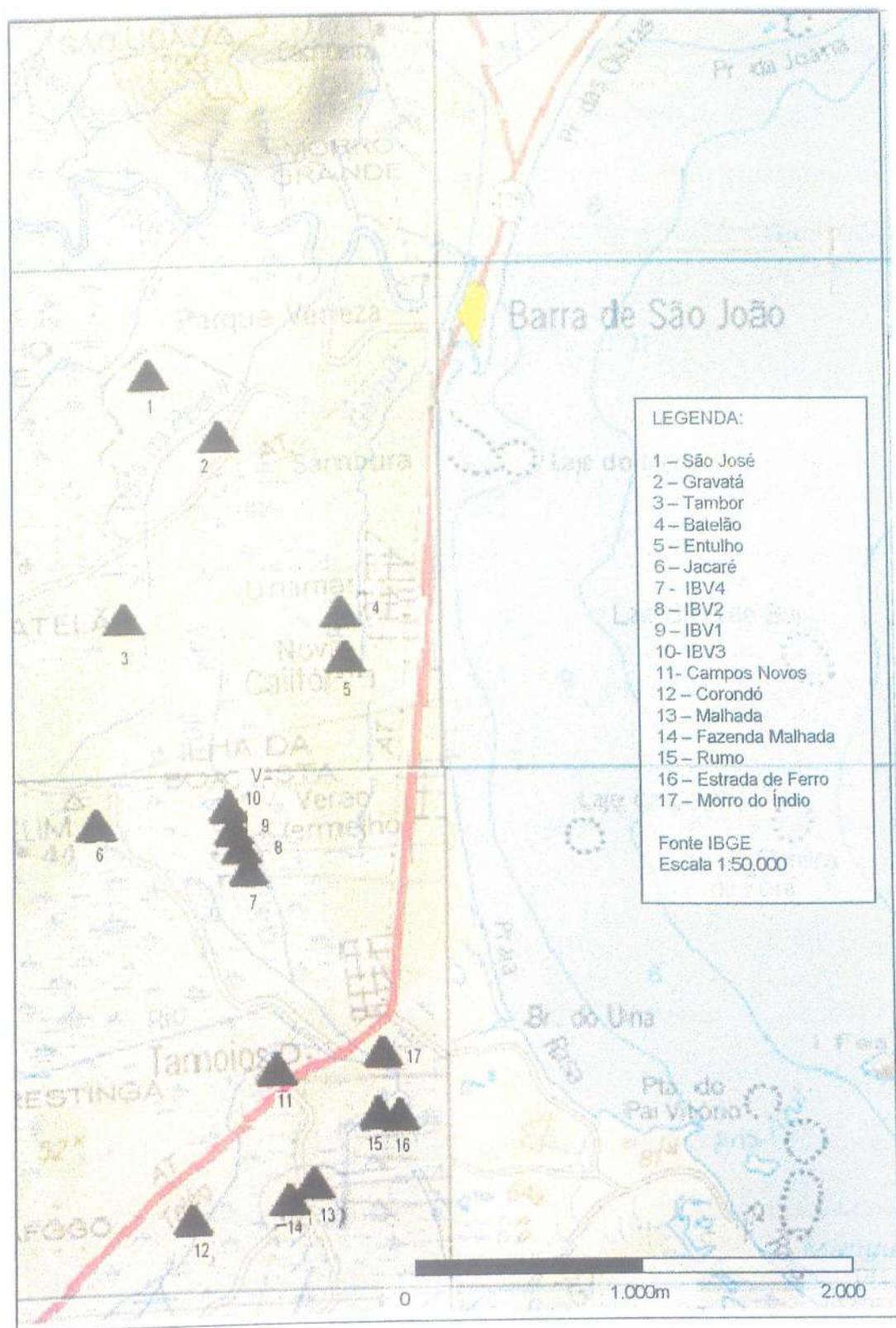


Figura 37 – Área 6.

Sistematizando as datações disponíveis para o estado do Rio de Janeiro e comparando-as com o modelo para as oscilações do nível do mar nos últimos 7000 anos, proposto por Suguio, Martin e Flexor (1989), pode-se, de maneira de tentativa, contextualizar a ocupação deste estado.

Por volta de 7800 anos BP

Com o nível do mar abaixo do atual^[mct1], teria se iniciado o povoamento do litoral do Rio de Janeiro. Para essa afirmativa, existem as datações do sambaqui do Algodão, de 7860 ± 80 anos AP (Andrade Lima 2001) e a obtida no sítio Camboinhas, 7958 ± 224 (Kneip 1981). A existência de apenas duas datações tão antigas e a discussão de geomorfólogos em torno da antiguidade do sítio Camboinhas (Martin 1981, Dietter & Kneip 1994) fazem com que essas datas ainda sejam vistas com cautela.

Vazio de sítios arqueológicos por quase 2000 anos.

Há cerca de 5500 anos BP, com o nível do mar a 2m, tivemos o surgimento de novas ocupações: os Sambaquis do Forte e do Meio. Esses dois sítios estão localizados no mesmo canal, sendo que o Sítio do Meio ficaria mais protegido da subida das águas.

Segundo proposta de Martin et al (*op.cit*), o mar estaria subindo, atingindo seu ápice há cerca de 5200 anos BP. É bem provável que, nessa época, o

Sambaqui do Forte já tivesse sido abandonado, conforme demonstra a camada estéril em sua estratigrafia, além do fato de estar, provavelmente, ao alcance das águas.

Entre 5200 e 5000 temos o início da ocupação do sítio Geribá II – localizado a 100m do nível do mar atual e a 20m de altura sobre complexo cristalino – quando, o local tivesse, possivelmente, uma configuração insular.

A partir de 5200, o nível do mar começa um movimento regressivo que se acentua de 4200 em diante. Tudo indica que de 5100 até 4500, com o mar a cerca de 3m acima do atual, configurou-se um período pouco propício a uma expansão de sambaquis, pois não há registro de nenhuma nova ocupação. Apenas, num momento posterior, após 4500, temos uma reocupação provável do Sambaqui de Camboinhas, datada em 4475 ± 160 (Kneip 1981).

De 4300 até 4000, quando a descida do nível do mar se intensifica, baixando 2m, parece ter havido uma época de expansão dos sítios, com oito novas ocupações. São ocupados os sítios Salinas Peroano (Gaspar et al 1992) (beira do canal de Itajuru, sobre duna consolidada a 9m de altura), Beirada (Kneip et al 1984) (próximo de lagoa, a 2km da praia de Saquarema), Corondó (Carvalho, 1984) (beira de lagoa, a 8km do mar), Moa (Kneip *ibid*) (beira de lagoa, distando 2km do mar), Ury (beira do rio Grande, a 2km do mar), Malhada (beira de lagoa, distando 8km do mar), Ilha da Boa Vista IV e Ilha da Boa Vista II (beira de antiga lagoa, distando 3km do mar e a 6km do sítio do Corondó), Sítio

do Condomínio (Tenório 2001) (localizado sobre colina, a 200m de altura) e é reocupado o Sambaqui do Forte (Kneip 1981), no canal de Itajuru.

Entre 4000 e 3900, época em que o mar apresenta o nível atual. Trata-se de um período de diminuição da incidência de novas ocupações e de abandono de sítios. Deve ter correspondido a uma época de instabilidade; é o início da ocupação do sítio Boca da Barra, localizado à beira-mar.

Por volta de 3800 anos BP, o mar começa a subir para depois, há cerca de 3600 anos BP, descer novamente. Próximo a 3700 anos BP, com o nível do mar por volta dos 2m acima do nível atual, observa-se uma intensificação de novas ocupações que se estendem até pouco antes dos 3500 anos BP, quando se inicia um novo período de regressão. São primeiramente ocupados os sítios Amourins (Heredia et al 1981-82) (paleomangue, a 5km do mar) e Tambor (Uchôa 1981-82 (a 8km do mar).

Há cerca de 3400 anos BP, com o nível do mar ainda a 2m acima do atual, é reocupado o sítio do Algodão (localizado em ilha próxima ao continente). Nessa época, parece ter havido um decréscimo de novas ocupações. Naquele período, embora o nível do mar continue alto, já é uma fase de regressão. São ocupados os sítios IBV I e IBV II (Gaspar 1998), distantes cerca de 3km do mar. Perto de 3200 anos BP, o sítio Ponta da Cabeça (Tenório et al 1992), sobre um morrote, a 60m acima da praia atual, é ocupado pela primeira vez.

Há cerca de 3000 anos BP, segundo Martin et al (op.cit.), o nível do mar estaria descendo bruscamente, momento em que temos o início da ocupação do sítio Ilhote do Leste e da Praia do Leste, localizados em ilha afastada do continente. Naquela época, também o Corondó e o Malhada (ambos distando 8km do nível do mar atual) são abandonados.

De 2800 a 2600 anos BP, época em que, segundo Martin et al (*ibid*) , o nível do mar é semelhante ao atual, não foi registrada nenhuma nova ocupação. É bem provável que, então, apenas os sítios Ilhote do Leste e o sítio do Algodão, ambos em ilhas, estivessem ativos.

Há cerca de 2600 começa uma outra fase transgressiva, sem outros sítios; apenas quando se reinicia um período regressivo é que novos sítios voltam a ser ocupados.

2300 a 2000 anos BP

Com o nível do mar a 2m acima do atual, ainda descendo lentamente, inicia-se a ocupação dos sítios Zé Espinho (Kneip et al 1987) (a 2km do nível do mar atual), Pontinha (Kneip 1994) (a 1km do nível do mar atual), Sernambetiba Beltrão et al 1978) (a 4km) e Duna Pequena (a 18m de altura e a 300m da maré média atual). O início da ocupação do sítio Zé Espinho, em um período regressivo, imediatamente após uma época transgressiva, pode ser verificado na presença, em sua base, de substratos de características predominantemente marinhas, associados a uma feição erosiva, o que "leva à hipótese de que a fase

de ocupação pré-histórica se tenha iniciado após uma fase transgressiva. Ou seja, durante o estabelecimento de uma nova fase possivelmente regressiva.”(Ferreira & Oliveira In Kneip et alii. 1985:39).

De 2000 a 1550

Período ainda regressivo, com o nível do mar a cerca de 1,50m acima do atual. O sítio Guaíba (Heredia et al 1982) (localizado em Ilha) é inicialmente ocupado.

1500

Diminui novamente o número de ocupações. Nível do mar abaixando, chegando próximo ao atual, ocupação inicial apenas do sítio Geribá I (Tenório et al 1989) (beira-mar)

Menos de 1500 anos BP

O nível do mar continua abaixando. Presença de poucos sítios ativos, apenas um em Ilha (Santana) (Lima 1991) e dois (Malhada e Zé Espinho) localizados a 8 e 2km do mar, respectivamente. Talvez este fato não esteja relacionado a fatores ambientais, mas sim à chegada de grupos horticultores ao estado do Rio de Janeiro.

Esses dados parecem indicar que os sítios arqueológicos, localizados no litoral do estado do Rio de Janeiro, foram ocupados predominantemente no início de períodos de regressão marinha, com o nível do mar bem acima do atual (cerca de 2 a 3m).

Embora três sítios arqueológicos tivessem se formado em datas mais recuadas, (Meio, $5\ 590 \pm 80$ anos BP; Forte, 5520 ± 120 anos BP; Geribá II, 5150 ± 110 anos BP), os dados apontam que a ocupação do litoral do estado do Rio de Janeiro tenha se intensificado apenas há cerca de 4300 anos BP, quando teria ocorrido um momento inicial de regressão marinha, após um longo período transgressivo.

É consenso que nas épocas de transgressões marinhas há uma tendência à formação de barreiras que represam e formam os sistemas lacustres. Outros períodos transgressivos posteriores, de igual ou menor intensidade, podem provocar a subida do nível das águas das lagoas, fazendo com que sedimentos sejam empurrados para as suas bordas, formando depósitos lagunares que, depois de certo tempo, em fases de regressão marinha, podem aflorar.

A expansão da ocupação em períodos de início de regressão marinha e a alta incidência de sítios arqueológicos sobre esses depósitos lagunares conduz à hipótese de que estes seriam os ambientes privilegiados por pescadores-coletores-caçadores que habitaram o litoral do Rio de Janeiro. A constatação de que, na fase de intensificação dessa ocupação, 63% dos sítios estariam

relacionadas à exploração de ambientes lagunares e áreas de inundação corrobora esta hipótese.

A grande incidência de moluscos, que têm como habitat o manguezal e as áreas de intermarés, encontrados nos sítios arqueológicos, nos leva a supor que este teria sido o ecossistema mais procurado e é bem provável que os depósitos lagunares estivessem tomados por manguezais nos períodos de sua ocupação.

Modelos propostos para o povoamento do Rio de Janeiro:

Destacam-se três modelos para explicar o povoamento do estado Rio de Janeiro, no período pré-cerâmico:

Migração sentido interior-litoral

Segundo Mendonça de Souza (1981:31), há 10000 anos BP, grupos paleoíndios teriam chegado às partes altas do extremo norte Fluminense. No entanto, este autor não diz de onde teriam vindo, como também informa desconhecer as rotas migratórias. Ainda, de acordo com este modelo, pouco antes de 9000 anos BP, com a elevação da temperatura, é formada a floresta litorânea, o que fez com que esses grupos intensificassem a descida para o litoral. Há 8000 anos BP, o litoral do Rio de Janeiro, para Mendonça de Souza (*op.cit:36*), já estaria povoado por grupos que teriam chegado de algum lugar desconhecido, pertencentes à Tradição Itaipu, dividida em A e B. Itaipu A estaria relacionada a uma adaptação a lagoas e Itaipu B, ao mar aberto. Na mesma época,

segundo Mendonça de Souza (ibid:36), "... outra tradição de recoletores e pescadores, adaptados a recursos marinhos, se faz presente no litoral fluminense, provavelmente vinda do sul do Brasil, a Tradição Sambaqueira".

De acordo com Ondemar Dias RJ (1992:162), o litoral do Rio de Janeiro foi ocupado inicialmente pelos construtores dos sambaquis. Mais tarde, por volta de 4500 anos atrás, com o rebaixamento do nível do mar, o recuo das matas e o aumento das restingas, houve uma mudança drástica no ambiente, obrigando esses grupos a se adaptarem a uma nova realidade. Daí teria surgido a Tradição Itaipu, subdividida em A e B (esta relacionada principalmente à ocupação de sobre dunas). Dias (ibid:161) também aceita a hipótese de que esta tradição esteja relacionada a grupos adventistas que já teriam chegado ao litoral do Rio de Janeiro com o conhecimento de novas tecnologias, como a da horticultura incipiente.

Para Dias, a fase Itaipu "reúne os sítios costeiros pré-cerâmicos, cujas peculiaridades não permitem serem considerados como sambaquis" (ibid:161). Como principais diferenças entre sambaquis e Tradição Itaipu, Dias (ibid.:162) relaciona como exemplos as seguintes características dos sambaquis: a inexistência de artefatos malacológicos, os raros artefatos ósseos e a economia baseada na coleta de moluscos.

Devido à sua antiguidade, o sítio que deu nome à fase – a Duna Grande de Itaipu – segundo caracterização de Dias, pertenceria à fase Itaipu B, enquanto os sítios do Corondó e da Malhada, encontrados e pesquisados posteriormente, viriam a

configurar a fase Itaipu A .

A fase Itaipu A

A Fase Itaipu A, segundo Dias (Ibid.:166), estende-se de meados do quinto milênio antes de Cristo até a era Cristã. É caracterizada por ser constituída de sítios que apresentam economia muito diversificada, baseada numa horticultura incipiente (id.ibid:166), complementada pela caça a grande número de espécies e pela pesca limitada a espécies lacustres, com raros espécimes marinhos, embora sejam encontrados numerosos dentes de tubarão, classificados como adorno, e pontas ósseas feitas a partir de esporão de raia.

A coleta está representada pela intensa presença de moluscos terrestres, os marinhos só aparecendo nos primeiros momentos da ocupação, embora numerosas valvas de moluscos marinhos tenham sido amplamente utilizadas como matéria prima para “artefatos utilitários” (id. Ibid.), pendentes e adornos. A indústria malacológica constitui uma característica marcante desta fase, sendo mais intensa nos momentos mais antigos. Destaca-se o artefato elaborado sobre valva, cuja borda externa foi alisada e o gume serrilhado por microlascamentos, “este constitui-se o artefato-padrão da fase” (Id.Ibid.:167).

Os artefatos líticos estão representados por seixos utilizados, blocos percutores e lascas de quartzo (Id.Ibid.:168). E os artefatos ósseos “seguem os padrões encontrados nas outras Tradições arqueológicas do litoral e mesmo do

interior” (*Id. ibid* 167).

Entre as estruturas, destacam-se as marcas de estacas e postes que, segundo Dias (*Ibid.*:169), podem estar relacionados à existência de moquém e de espaços habitacionais.

É observada uma grande variação no padrão de enterramento, com predominância do tipo primário em decúbito dorsal, com um dos braços distendidos ao longo do corpo e outro na região pubiana. O ato de cobrir o morto com grandes pedras tingidas por vezes de ocre, ou de estaqueá-lo com um ou mais esteios, são costumes-diagnósticos da fase.

Pela a localização dos principais sítios utilizados para o estabelecimento da Tradição (Corondó, Malhada, Angelim) e pela caracterização da economia, entende-se que esta fase se refira à adaptação a um ambiente lacustre.

Fase Itaipu B

Dias caracteriza a fase Itaipu B como formada por sítio sobre duna “constituído de carapaças de moluscos, fogueiras, muito material lítico, especialmente, lascas de quartzo” (*Id. ibid.* :162).

Segundo Dias (*Ibid.*:170), esta fase é constituída de sítios que se localizam, habitualmente, em praias de mar aberto, com bases de 1 a 3m de altitude do nível do mar atual. O sítio está “geralmente próximo a uma curva fechada da praia, em

ponto onde a costa avança pelo Oceano, ou onde uma antiga ilha foi capturada pela restinga e, normalmente, nas cercanias da foz de uma laguna". Para ele (*ibid*), são sítios em dunas estáveis que quase sempre se estabilizaram sobre antigos sambaquis. Sua economia era baseada na pesca, complementada pela caça e pela coleta. A presença de artefatos líticos, que podem ser relacionados ao processamento de vegetal, indica que este alimento continuou a ser consumido.

Esta fase está exemplificada por Dias com sítios sobre duna (Duna Grande de Itaipu, Duna Pequena de Itaipu, Sítio da Praia Grande ou Colônia de Pesca, Massambaba e sítio da Jandira), citando, ainda, (*ibid*) as últimas ocupações do sítio do Forte.

Os artefatos malacológicos, característica marcante da fase anterior, entram em nítida decadência; "em alguns sítios sequer foi registrada (a indústria) e onde o foi ... as peças são mais grosseiras ..." (*Id. Ibid:170*).

Os artefatos ósseos são semelhantes aos da fase A (bipontas), acrescidos de apitos, espátulas e perfuradores. Os artefatos líticos também são semelhantes, rareando aqueles sobre blocos.

Quanto às estruturas, Dias (*ibid:171*) cita as fogueiras com grande concentração de restos de peixes. Cita, também, ausência de ossos de peixes cartilagosos, levantando a hipótese de que seriam usados com objetivos "não-econômicos", ou seriam descarnados nas pedras ou na areia lavada pelo oceano.

Quanto ao padrão de enterramento, Dias (*ibid.*:172) comenta a raridade de enterramentos nos sítios ligados a esta fase e menciona apenas o encontrado por Salles Cunha, constituído por uma cova cercada por ossos de baleia.

Dias e Carvalho (1983-84:97), para o desenvolvimento de seu trabalho, partiram do pressuposto que “comunidades diferenciadas produziram os sambaquis”. Fundamentaram a criação da fase Itaipu, depois transformada em tradição, na conjuntura da existência de uma nova adaptação ao litoral provocada por alterações climáticas (*Id.Ibid.*:100), fato evidenciado em dois sítios sobre dunas, como já foi mencionado anteriormente. Com o desenvolvimento das pesquisas nos sítios do Corondó e da Malhada que, por apresentarem diferenças na cultura material em relação às dunas estudadas, passaram a constituir uma nova fase. Por ser mais antiga, foi denominada Itaipu A .

Se por um lado, nas publicações da década de 80 (Dias e Carvalho 1981-1982, 1983, 1983-84), o conhecimento da técnica do cultivo era a característica mais forte da fase Itaipu A, na década de 90, as evidências de que os grupos responsáveis pela formação do sítio do Corondó, desde o início de sua ocupação, apresentavam cultura “pronta”, incentivou a aceitação da hipótese de uma origem diferente para a Tradição. Com isso, a proposta da mudança cultural, promovida pelo fator adaptativo, dentro dos moldes do pensamento de Cohen (1978 *passen*), como uma solução à crise alimentar, foi suavizada nas publicações mais recentes.

No presente trabalho, aceita-se a hipótese de uma origem diferente para a fase Itaipu A, ao mesmo tempo que se questiona a da fase Itaipu B, destituída de qualquer vínculo com a cultura sambaquiana. Parece pouco provável que grupos com o conhecimento de técnicas de cultivo o abandonassem para exercer um modo de vida exatamente igual à sambaquiana, tendo como única diferença a ênfase maior na pesca do que na coleta.

A definição da fase Itaipu B apresenta muitos problemas; o maior é que, em todos os aspectos, esta fase está muito mais próxima da "cultura sambaquiana" do que da Tradição Itaipu, tanto no padrão de assentamento como na cultura material .

A grande associação de sítios-sobre-dunas e sambaquis, como já foi explicitado, coloca em questão sua diferenciação cultural. Ao mesmo tempo, não existem elementos na cultura que sustentem o fato de em um mesmo sítio poder ser constatada a presença de uma ocupação sambaquiana e, posteriormente, de outra relacionada à fase Itaipu B, como é a proposta colocada por Mendonça de Souza (*op.cit* :76) para o sambaqui de Camboinhas e, por Dias, para o sambaqui do Forte (*op.cit* 34). Nas publicações existentes (Kneip 1980, Kneip et alii 1975; Kneip et alii 1981), não há evidências de alteração cultural a partir do material encontrado no sambaqui do Forte; apenas uma diferença é observada por Kneip. Segundo esta autora:

"O que ocupou o sambaqui inferior, o mais antigo da seqüência vertical, era essencialmente coletor e coletor de moluscos; o grupo que ocupou o sambaqui

superior, o mais recente da seqüência vertical, era igualmente coletor, mas já apresentando, progressivamente – da camada II para a camada I – uma atividade de pesca e caça mais intensa (Id. Ibid:92).

Essa ênfase maior na pesca não significa, necessariamente, que o sambaqui tivesse passado a ser ocupado por outro grupo, ainda mais que tal mudança é observada na passagem da camada II para I – camadas que Dias associa a Itaipu B, ou seja, ambas as camadas estariam relacionadas ao mesmo grupo – embora, nos momentos mais recentes, a ênfase na pesca tivesse sido dada.

Existe também um problema quanto à cronologia. Dias propõe que a fase Itaipu B seria mais recente do que a Itaipu A (Dias e Carvalho 1990:161, Dias :1992:170); no entanto, existem sítios, como o Geribá II (Tenório et ali 1992:168) onde, desde o início da ocupação, pode-se constatar a ênfase na pesca, em detrimento da coleta de moluscos. Datado em 5150 anos \pm 110 anos AP (Gaspar 1996), nesse sítio a coleta de moluscos se intensifica nas camadas mais recentes. Isto também irá ocorrer no sítio Salinas Peroano (Franco e Gaspar 1992), datado em 4340 \pm 70 anos AP (Gaspar 1996).

Em outros sítios mais recentes, mais uma vez, é evidenciada uma grande ênfase na coleta de moluscos; como exemplos, há os sítios Boca da Barra (Tenório 1996, Barbosa 2001), datado em 3760 \pm 180 anos AP (Tenório ibid:130), que apresenta uma camada malacológica super compacta e concrecionada, de 1,20m de espessura, e o sambaqui de Sernambetiba (Beltrão et al 1981-82, Perez

1999), datado em 1960 ± 70 anos AP (Gaspar 1996), que apresenta uma compacta camada malacológica de mais de 3m de espessura.

Assim sendo, os elementos destacados por Dias para caracterizar os sambaquis, diferenciado-os da Tradição Itaipu, são pouco eficazes. Por outro lado, características evidenciadas nos sítios do Corondó e da Malhada, como o grande consumo de carboidratos, verificado pela alta incidência de cáries, o consumo de moluscos terrestres, a presença de uma indústria malacológica diferenciada (Dias 1992: 166-167) podem estar indicando a presença de grupos de fora, cujo contato com sambaquianos estaria representado na frequência de alguns itens marinhos na cultura material, tais como os dentes trabalhados de tubarão e as pontas de raia. A fase Itaipu A poderia representar o processo adaptativo de grupos do interior ao litoral.

A presença no litoral de elementos de ligação com a fase Itaipu A talvez evidenciasse apenas o contato desses grupos com as populações sambaquianas, não constituindo outra tradição cultural.

Provavelmente, muitos sítios ligados à exploração de ambiente lacustre carregam uma fusão de elementos culturais sambaquianos e da tradição Itaipu. É notável um aumento de sítios relacionados às lagunas, num período próximo ao início da ocupação do sítio do Corondó (Tenório 1998: 244).

No litoral do Rio de Janeiro, é possível observar a existência de sítios localizados em locais altos e secos e também de sítios formados por pequenos

montes, em locais planos, na beira de lagoas ou em zonas inundáveis. Os sítios secos referem-se mais à exploração marinha e aos ambientes de mangue, normalmente voltados para o mar, e sua importância para os seus habitantes pode ser percebida nos rituais de enterramentos, onde são comumente associados a restos e, por vezes, a esqueletos completos de mamíferos marinhos. A dieta alimentar dos sítios “secos” está baseada na coleta de moluscos de grande porte coletados em manguezais e zonas de intermarés e na pesca, onde predominam os tubarões e as raias. Já os sítios “úmidos” estão voltados para as lagoas e as áreas inundadas. A pesca é orientada para a captura de peixes estuarinos.

Em muitos sítios, essa distinção não parece muito clara; apresentam características dos dois tipos, como se fossem mesclados. Utilizando-se apenas os sítios com datações, há para o estado do Rio de Janeiro nove nitidamente “secos” e 12 “úmidos”. Os mais antigos, na faixa de 5000 anos AP seriam os de Camboinhas, do Forte, Geribá II e aqueles, na faixa de 4000 anos, seriam os de Salinas Peroano, do Condomínio e o sambaqui de Manitiba I. Na faixa de 3000 anos AP, há os sítios Boca da Barra, Ponta da Cabeça, Ilhote do Leste.

Quanto aos úmidos, predominam na faixa de 4000 anos, estando representados pelos sítios Corondó, Beirada, Moa, Ury e Malhada. Na faixa de 3000, os sítios Amourins, IBV e IBV III figuram como representantes.

Existem duas hipóteses para explicar a existência desses dois tipos de sítios:

A primeira: Os "úmidos" seriam formados pelos mesmos grupos que criaram os sítios do Corondó e da Malhada, possivelmente grupos da Tradição Itaipu que teriam chegado e se alojado mais ao interior, embora mantivessem intenso contato com outros com cultura sambaquiana. Os sambaquianos e aqueles pertencentes à Tradição Itaipu poderiam ter compartilhado o litoral do Rio de Janeiro por quase dois milênios, provavelmente até a chegada dos ceramistas.

A segunda: Depois de um longo período de transgressão marinha, ocorrido por volta de 4000 anos AP, teria havido um grande recuo do mar. Dessa dinâmica marinha formar-se-iam grandes lagunas, oferecendo abundância de alimentos de fácil obtenção. Isso teria atraído grupos sambaquianos que se voltaram para a exploração lacustre, embora continuassem, com menor intensidade, sua economia marinha.

As diferenças verificadas na cultura material e no padrão de assentamento apontam para a primeira hipótese. Ao mesmo tempo, a forte e estruturada ligação com o mar da cultura sambaquina tornaria pouco provável a primeira hipótese.

No período enfocado neste trabalho, entre 3000 e 2700 AP, segundo o modelo de Martin et al (*op.cit*), teria havido um outro momento de grande recuo do mar e, se isto for certo, a opção anterior de ocupar as lagoas não foi novamente adotada pois, a partir das datações disponíveis, observa-se que novos sítios não surgiram nessa época. Tal fato corrobora a autenticidade das datações recuadas que Ângela Buarque vem obtendo para a chegada de grupos ceramistas no litoral do Rio de Janeiro (comunicação pessoal, dezembro de 2000). Por outro lado, o

sítio da Ponta da Cabeça (Tenório et al *op.cit*), cuja ocupação teria se iniciado há cerca de 3200 anos AP, provavelmente estaria no seu auge ocupacional no período abordado. Pela dimensão de sua área, cerca de 1700m², somando-se sua provável extensão aos sítios Colônia de Pesca, dunas de Massambaba I, II, III, presume-se que fosse densamente populoso, o que poderia estar indicando uma estratégia defensiva.

Assim sendo, o litoral do Rio de Janeiro, no período enfocado, apresentaria poucos sítios ativos, provavelmente o sítio do Algodão, aqueles localizados na Ilha Grande (Tenório *op.cit.*), o sambaqui de Saquarema (Kneip et al 2001: 14) e o sítio Ponta da Cabeça. Estes dois últimos estão localizados em ponta e é muito provável que estivessem separados do continente antes da formação das restingas que os unem atualmente. Amador (1987) pôde observar essa separação em Arraial do Cabo, na Praia Grande, onde a restinga ainda não tinha se formado completamente na época do início da ocupação do sítio Ponta da Cabeça. Outra semelhança entre esses sítios é a constatação de uma grande ênfase na pesca. Outro dado importante é que próximo ao sítio Ponta da Cabeça, como nos da Ilha Grande, são encontrados também amoladores-polidores fixos.

Caso tivesse ocorrido a busca de refúgio em áreas isoladas, isto incentivaria o uso de canoas ou assemelhados para que os contatos fossem feitos por mar.

Considerando-se as limitações decorrentes da escassez de datações, somadas ao fato de que, em sua grande maioria, trata-se de datações

convencionais, o modelo apresentado teve por objetivo montar um leque de possibilidades que apresentasse uma visão panorâmica da ocupação do litoral do estado do Rio de Janeiro, no período abordado.

3. Delimitação e caracterização da área de estudo

A área de pesquisa está localizada no extremo sul do Estado do Rio de Janeiro, englobando duas baías separadas pela Ilha Grande, as baías da Ilha Grande e a de Sepetiba e duas áreas de concentração de sítios. Este recorte foi delimitado pelo pressuposto de que corresponde a uma área de ocupação arqueológica. Usando este espaço como pano de fundo o foco do presente trabalho está na Ilha Grande.

Baía da Ilha Grande

A baía da Ilha Grande ocupa 1.736 km² de área formada por uma reentrância de 30 milhas WSW de costa, originando uma baía (Vieira de Mello 1987). A parte continental apresenta uma estreita faixa litorânea, restringida pela proximidade da Serra do Mar e caracteriza-se por apresentar um litoral recortado e escarpado com numerosas enseadas, baías, pontas e ilhas nos trechos afogados do relevo continental. Os paredões abruptos encontrados em algumas praias, formados pelo fracionamento do escudo cristalino, dão origem a abrigos ou tocas.

As praias são pouco desenvolvidas, aparecem ao pé das escarpas ou acompanhando as planícies dos cursos d'água, que têm origem na Serra do Mar. No fundo de enseadas abrigadas, onde há constante deposição de sedimentos carreados pelos rios, ocorrem manguezais. Segundo Andrade Lima "considera-se que o município possui uma das maiores concentrações desse tipo de ecossistema de toda costa sul/sudeste." (Andrade Lima 1991:102).

No contexto tectônico da Faixa Ribeira Central, a região da Baía da Ilha Grande está situada, predominantemente, no segmento limitrofe entre os Terrenos Ocidental e Oriental. Em relação ao primeiro, afloram as unidades litológicas associadas à porção setentrional do Domínio Tectônico Juiz de Fora. Já no contexto Oriental, ocorrem as unidades de origem ígnea inseridas no Domínio Tectônico Costeiro, destacando as rochas relativas ao arco magmático Rio Negro e o charnoquito – enderbito Ilha Grande (Valeriano 2001:23)

O clima é tropical quente subúmido, com subseca. Clima variável no sentido litoral-serra, de quente a mesotérmico brando (Fernandes 2001:7). O índice de pluviosidade é bastante elevado e bem distribuído o ano todo, variando de 1.500 a 2000 milímetros anuais. (*Id. Ibid*).

Baía de Sepetiba

A baía de Sepetiba pode ser vista como uma continuação da baía da Ilha Grande, é delimitada ao sul por esta Ilha e ao norte pela baixada de Guaratiba. Está cercada pela restinga de Marambaia que atua como uma Ilha - barreira,

junto com a Ilha Grande forma um canal que lhe oferece uma feição de uma laguna costeira. Ao fundo, formada por sedimentos depositados pelas oscilações marinhas e pelos rios, está a Planície de Maré de Guaratiba. Segundo Ferreira e Oliveira (1987:32) está topograficamente entre 0 a 3 metros acima do nível do mar. Esta unidade representa a transição entre os ambientes marinho e continental, achando –se cortada por inúmeros canais de maré (*Id.ibid*:31).

O clima encontrado na baixada é o mesmo presente na baía da Ilha Grande.

Segundo Araújo (1987:49_[mct1]), é lícito supor-se que haveria 4 tipos de florestas na região da Baixada de Guaratiba – Sepetiba: a Floresta Pluvial Atlântica, nas encostas e nos morros; a floresta paludosa, nos campos alagados; a floresta do manguezal que sofria a influência das marés e a dos cordões arenosos que ocorria a beira mar.

A Ilha Grande – Caracterização da área

A Ilha Grande constitui-se de um fragmento do maciço litorâneo de cerca de 190 km² de área. No seu perímetro de 155 km são encontradas 47 praias de tamanhos variados.

Vegetação:

A Ilha Grande é coberta, em grande parte, por mata pluvial Atlântica, ocorrendo também vegetação de restinga, de litoral rochoso e de manguezal. Segundo Oliveira (1999:13), utilizando-se a classificação fitogeográfica de Hueck (1972 apud Oliveira *ibid*), a Ilha Grande faz parte da mata pluvial costeira, sendo a sua vegetação incluída na mata pluvial tropical das encostas montanhosas do trecho sul, estrato altitudinal inferior, caracterizada pela existência de grande umidade do ar trazida pelos ventos marítimos e que precipita-se na costa sob a forma de chuva ao subir para as camadas mais frias das altitudes maiores. Conforme Rizzini (1979 apud Oliveira *ibid*), a floresta da Ilha Grande pode ser classificada como floresta pluvial baixo-montana, caracterizada por um estrato arbóreo com 20-25 m e um estrato arbustivo denso, com ocorrência de lianas, palmeiras e epífitos. De acordo com Veloso *et al.* (1991 apud Oliveira *ibid.*), a Ilha Grande situa-se no domínio da floresta Ombrófila Densa.

Clima:

O clima da região é quente e úmido, com temperatura média anual de 24° C, sem ocorrência de estação seca definida (Oliveira *op.cit*:14), com temperatura média de 25° no verão e de 14° no inverno. (Nesi 1987:9). A presença marcante da Serra do Mar é responsável pelas variações de temperatura durante o ano. Essa serra intercepta os ventos úmidos vindos do litoral, favorecendo as chuvas de relevo. A pluviosidade é elevada atingindo totais que variam 1.500 mm a 2000 mm, sendo que os meses de maior incidência de chuvas vão de dezembro a março. A umidade relativa do ar é de aproximadamente 80% o ano todo. (FEEMA 1978).

Relevo:

Seu relevo é bastante acidentado, cortado por inúmeros canais de drenagem. (Figura 35). É cortada em sentido longitudinal por uma cadeia de montes, entre os quais destacam-se o Pico da Pedra d'Água, com 1.030 m.s.m. e o Pico do Papagaio com 959 m.s.m. (Oliveira *op.cit.* 11).

Hidrografia

Embora, atualmente, seja observada uma grande quantidade de leitos de rios secos, ainda é notável a abundância d'água potável. A Ilha é cortada por pequenos rios destes, destacam – se o Capivari,

Proximidade do continente

Seu ponto mais próximo do continente (Freguesia de Santana) é cortado por um canal de dois quilômetros de largura e 80 metros de profundidade. Dista 12 milhas da cidade de Angra dos Reis e 15 milhas da cidade de Mangaratiba (FEEMA 1985).

Geologia/Geomorfologia

A Ilha Grande, em nível geológico-regional, relaciona-se aos mesmos eventos que deram origem à Serra do Mar, à Serra da Mantiqueira e aos maciços

litorâneos. A diferença é que o maciço litorâneo, a partir do qual a Ilha se originou, desenvolveu-se em um outro bloco, falhado, menor e paralelo à Serra do Mar (Lamego, 1945 *apud* Oliveira *op.cit.*:15). O fato de ter uma mesma origem geológica aumenta a sua representatividade em relação à Mata Atlântica, o que acentua a similaridade geomorfológica e ecológica com a Serra do Mar.

Amador (1987:86) caracterizou a geologia da Ilha, constituída durante o período pré-Cambriano, como representada por rochas metamórficas de médio a alto grau. Predominam as rochas da suíte charnockítica (quartzitos) e granitóides porfiroblásticos da unidade Ilha Grande, bem como diques de diabásio, basalto, olivina-diabásio e gabro, como rochas intrusivas básicas. O Quaternário é bem representado pelas deposições sedimentares nas planícies costeiras das praia do Sul, Lopes Mendes e Parnaíoca. Os solos da região são, na sua maioria, litossolos, cambissolos e latossolos vermelho-amarelados, (Magnanini & Fernandes, 1986 *apud* Oliveira *op.cit.*:12). A presença de matacões é freqüente nas encostas.

Em termos litológicos, o Domínio Tectônico Costeiro aflora na Ilha Grande constituído pelas unidades Granito Porfirítico Dois Rios, Complexo Rio Negro, no litotipo hornblenda biotita gnaissier e pela Suíte Charnokítica. Estão presentes também sedimentos quaternários flúvio-marinhos (Fernandes 2001,:33-45; Valeriano 2001:27-30) (Figura 38).

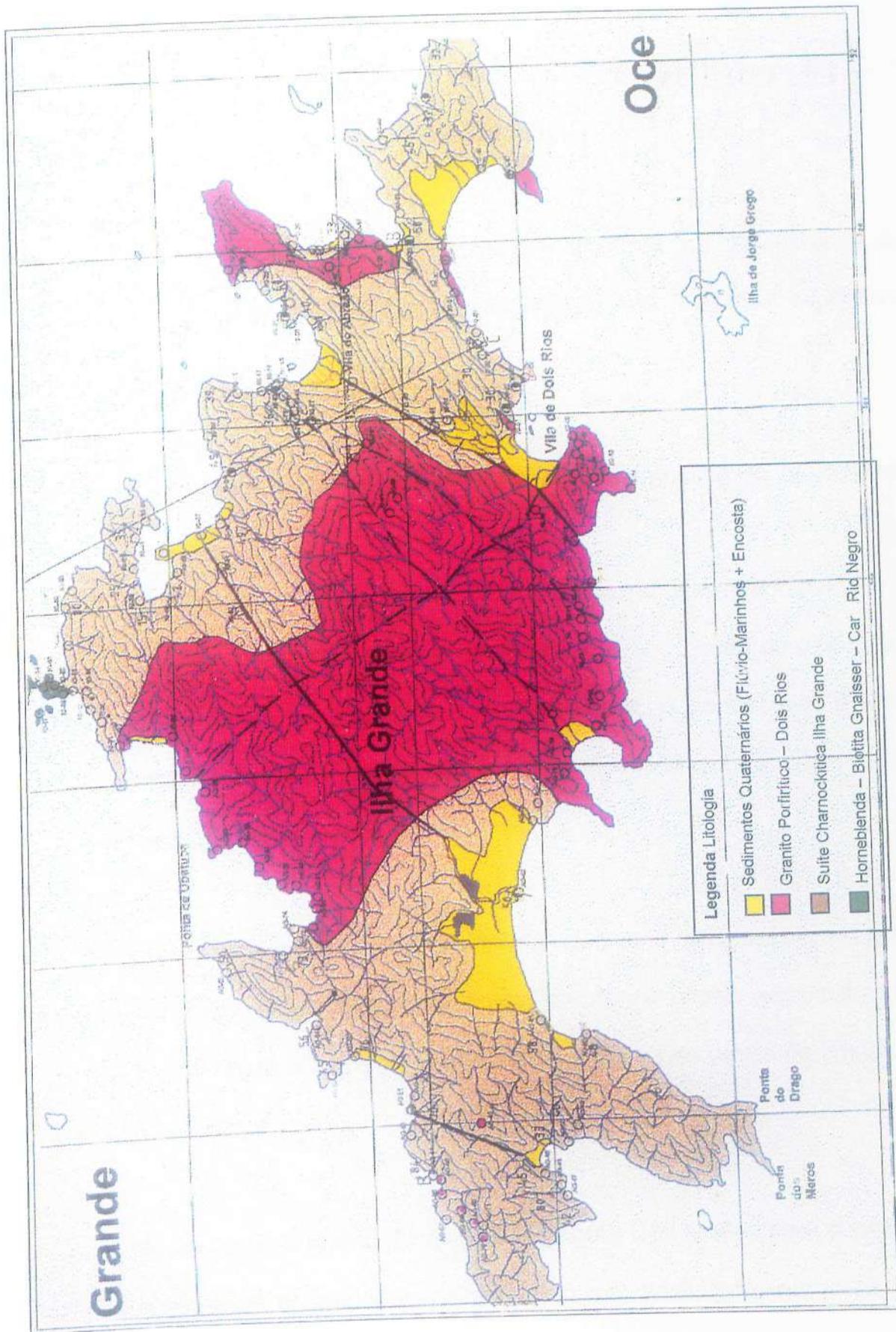


Figura 38 - Mapa Geológico da Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro.

Caracterização das praias

Em relação às características das praias, a Ilha Grande pode ser dividida em 3 ambientes marinhos distintos (Figura 39):

- a) a parte continental, com enseadas próximas ao continente e deste separada pelo canal de Cairuçu, delimitada pela Freguesia de Santana e pela Ponta do Castelhana;
- b) o lado oeste, que se estende da praia do Bananal à Ponta do Acaiá;
- c) o lado mais meridional, voltado para o alto mar, delimitado pela Ponta do Acaiá e a Ponta de Castelhanos. Esta parte, em função da dificuldade de acesso, pode ser subdividida em duas áreas: a pertencente à Reserva Biológica Estadual Praia do Sul e a área que se estende da antiga Colônia Penal a praia de Dois Rios.

A parte continental apresenta praias pequenas e médias, com estreita faixa de areia, águas muito calmas e muita umidade, formada pela vegetação densa e pelos cursos d'água sempre presentes. Nela encontra-se um rio de grande porte, o rio da Camiranga.

Nessa parte da Ilha estão as praias de mais fácil acesso para quem vem do continente. Foram as primeiras visitadas e colonizadas pelos europeus e nelas

ergueram-se as primeiras casas de moradores que trabalhavam no abastecimento de navios, no século XVI. Algumas dessas praias, as maiores, constam nos mapas, mas a grande maioria é conhecida apenas pela população, que informa diferentes nomes. São elas:

1. Freguesia de Santana
2. Japariz
3. Guaxuma
4. Do Funil
5. Saco do Céu
6. De Fora
7. Camiranga
8. Da Fazenda
9. Iguaçu
10. Da Feiticeira
11. Preta
12. Abraão
13. Do Abraãozinho
14. Da Júlia
15. Do Cais
16. Comprida
17. Do Morcego
18. Das Palmas
19. Dos Mangues
20. Itaoca

21. Da Aroeira
22. Do Recife
23. Do Castelhana.

A parte oeste, que atualmente apresenta vegetação muito alterada pelo homem, era onde se localizavam as indústrias de sardinha na primeira metade deste século. Fica na fronteira do “mar ruim” com o “mar bom”, termo usado pela população para definir o mar calmo e o mar agitado. Apresenta praias médias e grandes, protegidas. É por onde os moradores da praia do Aventureiro, depois de atravessarem a Ilha por terra, saem para o continente, e, também, onde ancoram seus barcos nas épocas de “virada de mar”. Esta parte é constituída por 15 praias.

1. Bananal Pequeno
2. Bananal
3. Matariz
4. Jaconema
5. Passaterra
6. Portinho
7. Maguariquissaba
8. Do Marinheiro
9. Sítio Forte
10. Tapera
11. Ubatuba
12. Longa

13. Vermelha
14. Araçatiba
15. Grande de Araçatiba

O lado mais meridional caracteriza-se por constituir-se de praias grandes, com larga faixa de areia e mar “batido”. O acesso a essa parte da Ilha é muito dificultado pois, excluído o verão, ao longo de praticamente todo o ano, é muito difícil passar com embarcações pequenas pela Ponta do Drago, no lado oeste, e pela Ponta do Castelhana, no lado leste.

A praia do Provetá serve de abrigo e quando o mar está muito forte a população utiliza a trilha para chegar a esta praia e de lá seguir para o continente. O acesso à área da Reserva Biológica Praia do Sul é mais previsível quando feito pelas trilhas da Longa e do Provetá. Através de pequenas embarcações, como canoas, esse acesso estaria restrito ao verão ou a épocas de mar muito calmo. Segundo “Vovô”, morador da praia do Aventureiro, é possível, durante o verão, chegar ao continente de canoa. Ele afirma, inclusive, já ter feito esta viagem e levado cerca de um dia até a parte continental mais próxima. As trilhas, embora estejam localizadas em antigos caminhos d’água, ainda cortam um relevo muito íngreme. Nesta parte, estão localizadas as únicas lagoas da baía da Ilha Grande e aonde estão localizados os sítios pesquisados a partir de escavações sistemáticas. É constituída das seguintes praias:

1. Provetá
2. Dos Meros

3. Aventureiro
4. Do sul
5. Do Leste
6. Parnaioca
7. Dois Rios
8. Santo Antônio
9. Lopes Mendes

44°20'

23°40'

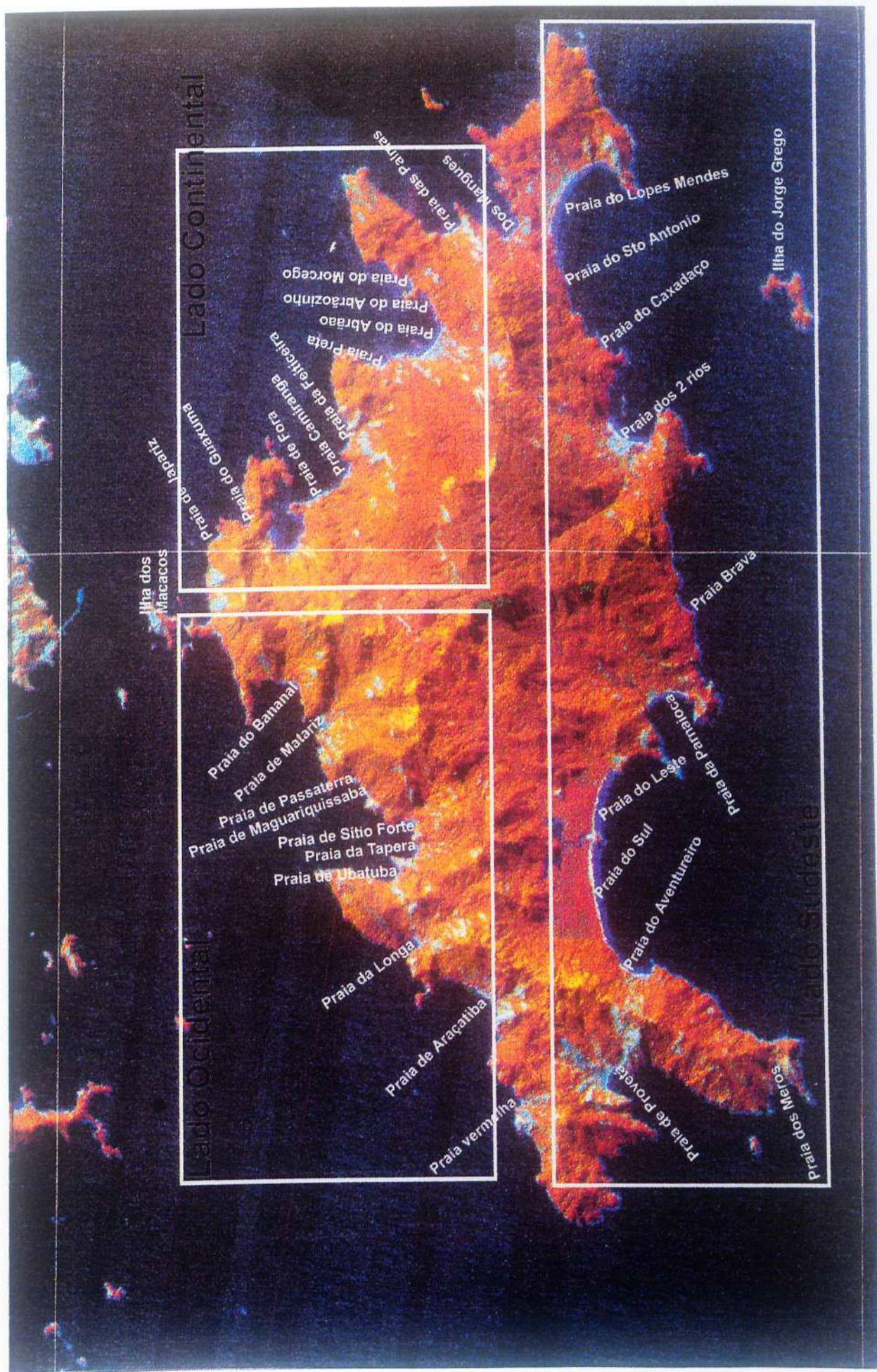


Figura 39 - Mapa da Ilha Grande, Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: imagem satélite INPE.

Entorno marítimo

Por toda à volta da Ilha Grande podem ser encontrados pesqueiros acessíveis por canoas que oferecem pescado necessário para subsistência. (Figura 40) A pesca mais intensa é desenvolvida através do uso de embarcações maiores a motor, em áreas distantes da Ilha e depende da época de ocorrência de cada espécie. A pesca da lula, realizada no verão, é a única exceção, é muito intensa e seu excedente é vendido no mercado de Angra dos Reis. A área de maior ocorrência é na ponta do Aventureiro e à volta do Ilhote do Leste, ambos localizados na Reserva Biológica Estadual Praia do Sul - RBEPS. A presente pesquisa se aprofunda nesta área, que engloba as praias dos Meros, Aventureiro, Demo, Sul, Leste e Parnaioca.

42° 20'

23° 10'

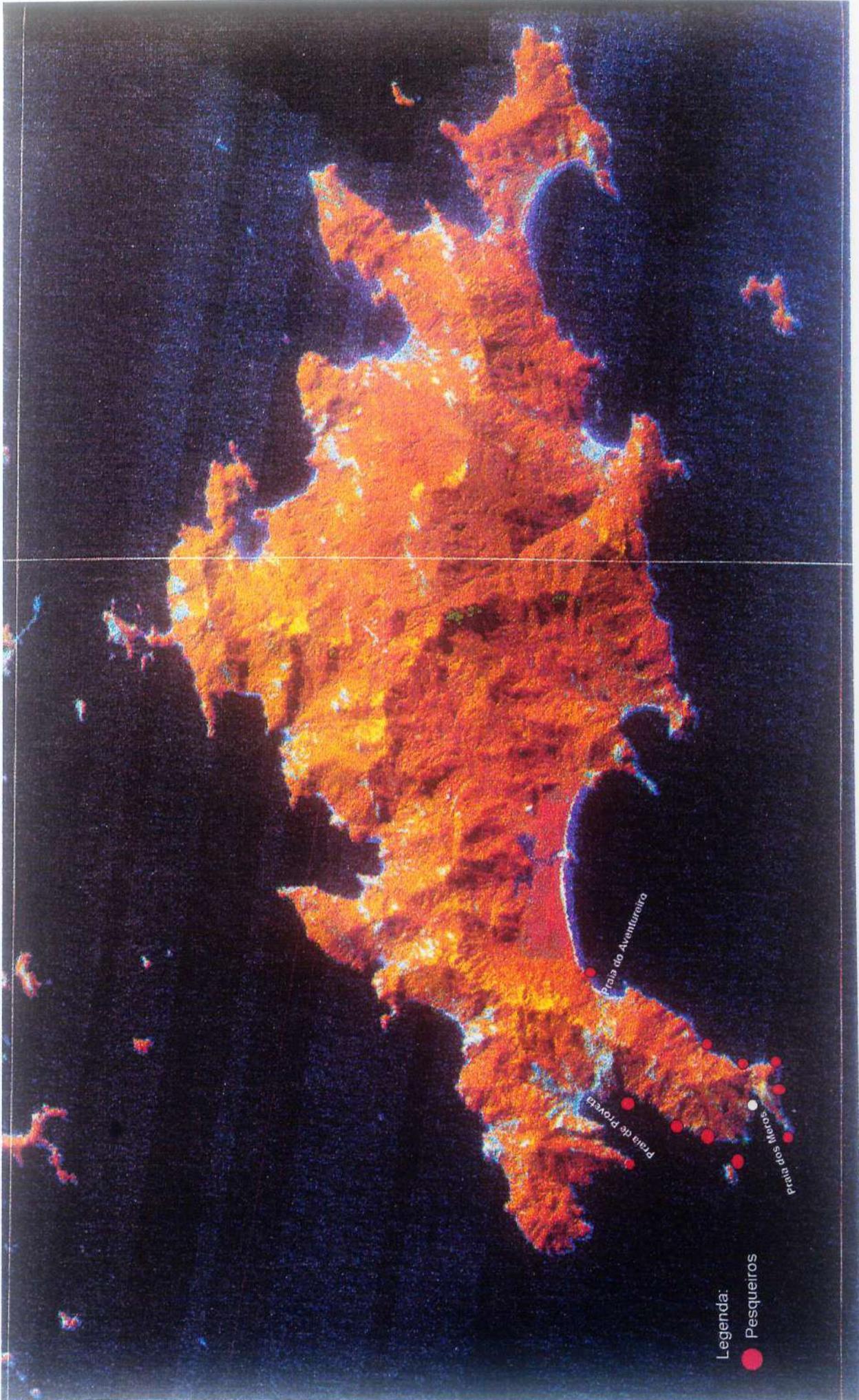


Figura 40 - Mapa com localização de pesqueiros, Ilha Grande, RJ.

4 Ilha Grande : Diferentes utilizações do espaço no tempo.

É muito fácil, mesmo depois de muitos anos de visitação à Ilha Grande, se ter a falsa idéia de freqüentar um paraíso, um lugar onde as populações caiçaras vivem exatamente como seus ancestrais indígenas viveram, num ambiente de fartura, onde a riqueza de recursos alimentares permite e sempre permitiu uma exploração ambiental satisfatória.

No entanto, a história da ilha Grande pode ser dividida em 13 fases distintas segundo a economia e padrão de assentamento que evidenciam como uma mesma paisagem pode apresentar realidades distintas, criadas por sistemas sociais e dinâmicas de ocupação diferentes.

Período inicial: extração

1. Ocupação por pescadores, coletores, caçadores (cerca de 3000 AP.); toda a Ilha.
2. Ocupação por grupos ceramistas (?);
3. Ocupação indígena na época do contato com o europeu (1554 – 1557); parte continental.

Período Médio - extração

4. Ilha como centro de abastecimento de embarcações (1580); parte continental.
(Provavelmente da ponta de Castelhana à praia de Ubatuba)
5. Primeiro período de isolamento
6. Ciclo do contrabando: pau-brasil e escravos; parte continental.
(Provavelmente da ponta de Castelhana à praia de Ubatuba).
7. Período da pirataria; redor marítimo e parte continental.

Período da domesticação

8. Ciclo da lavoura ou das grandes fazendas de escravos, cana-de-açúcar e de café; parte continental (Freguesia de Santana).
9. Povoamentos oriundos de fazendas decadentes: surgimento das aldeias caiçaras; toda a Ilha.
10. Pesca e Indústria da sardinha; lado leste.
11. Presídios; influência por toda a Ilha.
12. Isolamento, decadência das aldeias e venda de terras; toda a Ilha.

Período atual

13. Ciclo do turismo; toda a Ilha.

1. Ocupação por caçadores coletores pescadores

Excetuando as informações obtidas durante as pesquisas desenvolvidas para a presente tese de doutoramento, as informações existentes sobre a ocupação pré-histórica na Ilha Grande são encontradas no artigo de Magnanini (1984), onde é relatada a presença de amoladores fixos na Reserva Biológica Praia do Sul; no de Gaspar e Tenório (1990), onde é apresentada uma reflexão sobre amoladores polidores fixos em geral e, também, sobre os existentes na mesma Reserva, com uma abordagem superficial; e os trabalhos apresentados em congressos (Tenório, 1988; Tenório, 1992; Tenório, 1995), que serão utilizados no decorrer da presente tese de doutoramento.

2. Ocupação por grupos ceramistas

No que se refere ao período ceramista, foram encontrados apenas 17 cacos cerâmicos. A partir da análise do material pode-se concluir que, à exceção de quatro cacos pertencentes a um mesmo vasilhame encontrado na superfície do sítio Ilhote do Leste, que pode ser filiado à tradição tupi-guarani, todo material cerâmico coletado e registrado nas prospecções realizadas em toda Ilha Grande pode ser classificado como cerâmica cabocla.

3. Ocupação indígena na época do contato com o europeu (1554 – 1557)¹

3.1 Informações sobre os Tupinambá na Ilha Grande

¹ Para o levantamento histórico, utilizamos relatos de moradores da praia do Aventureiro, pesquisas publicadas realizadas por antigos moradores como Waldir Nesi, Orestes Ribeiro e pelo historiador angrense, Carl Egbert Hansen Vieira de Mello, além dos trabalhos citados na bibliografia.

Consta na história da Ilha Grande (Vieira de Mello, 1987; Capaz, 1988; Nesi, 1990) que, na época da chegada do europeu ao Rio de Janeiro, a Ilha era ocupada por grupos indígenas. Estes autores se baseiam principalmente nos relatos de Staden (1968), Lery (1585, 1926), Thevet (1978), Soares de Souza (1971) e Knivet (1875/1947), além de outros autores modernos como Capistrano de Abreu (1960 *apud* Capaz, 1988:15), Quintiliano (*apud* Nesi:53 1990), Niemuendajú (1981) e Lamego (1964).

Walter Nesi (*op.cit.*:23)², levantando a história da Ilha Grande e apoiando-se em Staden, informa também que ela seria ocupada pelos tupinambá.

Em Staden, a informação de tratar-se da baía da Ilha Grande o local por onde passou depois que foi presenteado a Cunhabebe só aparece na tradução de Alberto Löfgren, edição de 1968, não aparecendo na tradução do original alemão. Ao mesmo tempo, a figura desenhada por Staden (*op.cit.*), onde consta uma ilha com a inscrição *Ipaun wasu* que, segundo Nesi, é o mesmo que *Ipaú guassu* (Ilha Grande), só informa que era conhecida e não que fosse habitada por indígenas. Além disso, na gravura, não aparecem indígenas na Ilha, apenas no continente. A esses soma-se o fato de que a cena retratada teria ocorrido em Ubatuba, muito distante da Ilha, o que mostra não houve nenhuma intenção cartográfica na elaboração da figura, que é apenas ilustrativa. Provavelmente, mais tarde, já na Europa, quando Staden elaborou ou encomendou as gravuras

² Waldir Nesi trabalhou como cirurgião-dentista do Serviço Odontológico do Instituto Penal Cândido Mendes, em Dois Rios, de 1974 a 1980. Em 1990 teria publicado *Notícias históricas da Ilha Grande*.

em madeira, teve a informação da existência de uma Ilha Grande na região e, embora não soubesse seu local preciso, resolveu colocá-la na ilustração da cena.

Capaz (1988:15), utilizando o mesmo relato de Staden, informa o oposto, que os Tupinambá que aprisionaram Staden teriam evitado a Ilha Grande, o que poderia indicar que a Ilha teria sido ocupada pelos Guaianazes.

Os relatos de cronistas utilizados para informar sobre a ocupação indígena na Ilha Grande são imprecisos em termos de localização. Falam em baía da Ilha Grande, costa de Angra dos Reis e, muitas vezes, têm suas informações utilizadas para historiar determinados locais mais específicos, como é o caso de Gabriel Soares de Souza [1587/1971]. A partir do levantamento nos livros de registro de sesmaria, Waldir Nesi (*op.cit.*:121) constatou que a denominação Ilha Grande engloba toda área entorno da baía da Ilha Grande. Constatou também que o antigo nome da cidade de Angra dos Reis era Vila de Ilha Grande e que, provavelmente, era lá, e não na Ilha Grande, que Martim de Sá aguardava Knivet enquanto este negociava com o índios. (Knivet, *op.cit.* :61)

Segundo Nesi (*op.cit.*), Lery teria afirmado que na Ilha Grande moravam Tupinambá e Temiminó, pois no capítulo XV este cronista teria falado de uma aldeia Maracajá massacrada na Ilha Grande. Nesi não se deu conta que a Ilha Grande de Lery era, na verdade, a Ilha do Governador (Milliet in Lery, *op.cit.*: notas), o que pode ser confirmado pelo relato do massacre.³

³ No relato de Lery (1980:201), um grupo Maracaiá foi massacrado na Ilha Grande e, da Ilha Villegagnon se podia ouvir os gritos, e também que alguns indígenas fugiram a nado até eles. Situação improvável, pois a Ilha Grande fica a setenta milhas da cidade do Rio de Janeiro.

Apenas o relato do padre José de Anchieta, em carta ao padre Diogo Mirão, no ano de 1565, parece ser preciso em relação a localização do fato, quando narra a ocorrência de um ataque a uma aldeia Tupinambá, na Ilha Grande, enquanto esperavam a nau capitânia para chegarem ao Rio de Janeiro:

”Os mamelucos e índios enfadados de esperar... e forçados pela fome.. determinaram de o ir buscar numa aldeia de Tamoios que estava daí a 2 ou 3 léguas e queimaram-a, matando um contrário, e tomando um menino vivo..com essa vitória se mudaram todos ao outro porto da mesma Ilha, onde tinha muita abundância de peixe e carne; a saber bugios, cotias e caça do mato”. (Anchieta, 1933:247).

Se, por um lado, este trecho da carta de Anchieta pode indicar a presença do Tupinambá na Ilha Grande em 1565, por outro, parece indicar também que não se trataria de uma ocupação antiga, bem estabelecida e, sim, decorrente de uma intensa movimentação e desestruturação social promovida pelo contato com o europeu e por uma situação de guerra. Neste relato, Anchieta informa que o ataque teria sido realizado por alguns poucos indivíduos, que teriam forçado os indígenas a correrem para o mato. Assim, é possível supor que o grupo atacado fosse bem pequeno e não oferecesse perigo, mesmo estando nas redondezas do acampamento. Esse fato também parece indicar que não havia outras aldeias Tupinambá na Ilha Grande, que pudessem ser acionadas para virem em socorro do grupo atacado. Se não fosse assim, não teriam desembarcado em terra. Em outro trecho desta mesma carta, isto é confirmado quando Anchieta informa que em território Tamoio correriam o risco de passar fome, pois seria muito perigoso

saltarem em terra - teriam de "pousarem em terra em algumas ilhas". (Anchieta 1933:246).

Segundo Knivet , o corsário Thomaz Cavendish, ao aportar na Ilha Grande em 5 de dezembro de 1591 encontrou um núcleo de cinco ou seis casas, habitado por portugueses e índios que cultivavam mandioca, batata doce e bananas e criavam galinhas. A presença desses poucos portugueses parece indicar também que não haveria Tupinambá na Ilha.

Mesmo que a Ilha Grande tenha sido, em algum momento, ocupada pelos Tupinambá, provavelmente, pelo relato de Anchieta, teriam escolhido o lado continental da Ilha, voltado para o canal de Cairuçu. Segundo Lery, embora os Tupinambá fossem exímios remadores, não costumavam se distanciar da costa. O desenho de suas canoas, chatas com calado baixo, não permitia enfrentar um mar mais agitado.

"Se vão por água como fazem muitas vezes, beiram sempre a costa nas suas igát feitas de uma casca de árvore... que são grandes comportam cada uma de quarenta a cinquenta pessoas... Verdade é que não suportam mar alto e agitado e muito menos as tormentas..."
(Lery, *op.cit.*:187)

O que é confirmado por Staden:

“Se o mar está agitado , arrastam o barco para a terra.... Não ousam afastar-se mais de duas milhas no mar, mas navegam trechos muito grandes ao longo da costa.” (Staden, *op.cit.*:160)

Na Ilha Grande, são relativamente poucas – 12 em 103 – as praias portadoras de nome indígena: Provetá, Parnaioca, Itaoca, Japariz, Guaxuma, Iguaçu, Araçatiba, Ubatuba, Tapera, Maguariçaba, Passaterra, Matariz. A maioria está concentrada na parte mais próxima do continente, perto de Freguesia de Santana, excluindo Itaoca, que está localizada na enseada de Palmas, e Provetá e Parnaioca, que se encontram no lado do mar aberto. Estas praias servem de abrigo do mar bravo para quem tenta chegar ao lado oceânico da Ilha. Segundo Capaz (*op.cit.*:35), Parnaioca significa em tupi, abrigo do mar, o que seria a verdade para quem viesse de canoa da praia de Dois Rios para as praias que pertencem à Reserva Biológica Estadual Praia do Sul.

Nas propeções, realizou-se um grande número de entrevistas com antigos moradores que há muito tempo costumam trabalhar em roças e nenhuma informação foi obtida sobre antigas aldeias indígenas ou sobre locais onde encontraram restos de vasilhames enterrados. Se existissem aldeias indígenas na Ilha Grande na época do contato, poder-se-ia deduzir, a partir dos relatos, que elas estariam provavelmente próximas à atual cidade do Abrãao, à praia da Freguesia de Santana ou à enseada de Palmas. Essas seriam as localidades mais propícias para desembarque e para o abastecimento de navios. Relatos posteriores informam que nessas praias teria se iniciado a colonização da Ilha Grande. Nos dois primeiros casos, as informações podem ter desaparecido: na cidade do Abrãao, em função do grande número de construções que teriam

destruído os sítios arqueológicos; na Freguesia de Santana a dificuldade na obtenção de informações reside no fato de não existirem mais comunidades caiçaras no local, já que a área foi vendida, há mais de 30 anos, para o Banco Boavista. Quanto à enseada de Palmas, ela foi intensamente prospectada, a partir de várias visitas e não se obteve registro de ocupações ceramistas.

3.2 Informações sobre os Guayanã na Ilha Grande

No mapa de Curt Nimuendajú consta a informação da Ilha Grande povoada pelos Guayanã no século XVI. Nimuendajú relaciona os Guayanã aos Kaigang e ao tronco Gê. Mas não fica claro de onde tirou a informação, já que no índice bibliográfico temos, juntos, todos os autores que teriam informado sobre o posicionamento dos Guayanã no território brasileiro dos séculos XVI ao XIX, e não somente na Ilha Grande, no século XVI.

Constam da listagem os seguintes autores e obras: Von Martius (1867), Soares de Souza, (1587/ 1851); Von Hering, 1904; Knivet (1591/1906); Léry (1555/1893); Staden (1554/1893); Moraes Torres (1852); Casal (1816/1833; Jaboatam (1761); Leão (1910); Mapa jesuítico, (1662) e Serrano (1936). Desses autores, apenas cinco pertencem ao século XVI: Soares de Souza, 1851; Knivet, 1591; Léry, 1555; Staden, 1554, além do mapa jesuítico, 1662. Provavelmente, Nimuendajú baseou-se neles para afirmar que a Ilha Grande teria sido habitada por grupos Guayanã nesta época.

Consultando esses autores, constata-se que:

Léry (1893:281) se refere aos Ueanã como "selvagens ainda mais bárbaros que vivem entre florestas e montanhas" que, segundo Plínio Ayrosa *apud* Léry:299 "tudo nos leva a crer que seja Ueanã, uma das variantes do nome Guaianã ou Guaianá, vulgar na etnografia brasileira. Staden (1999:134-135) relata que "os Guaianá, uma tribo de selvagens, habitam as montanhas mas não possuem locais fixos de morada como aqueles dos selvagens que vivem na frente ou atrás da serra... Os Guaianá são inimigos de todas as outras tribos... fazem expedições de guerra com freqüência. Os Guaianá da serra vivem nas proximidades dos Tupinambá, que são perseguidos terrivelmente por uma tribo fixada entre eles e os Guaianá, a dos Maracaia.

Gabriel Soares de Sousa descreve bem a Ilha Grande de 1587. Chega a detalhar a ilha do Jorge o Grego, mostrando que chegou também a praia de Dois Rios, o que pode indicar que os limites de navegação estariam entre a ponta de Dois Rios e a ponta Grossa de Sítio Forte. No entanto, a área mais protegida está entre a Freguesia de Santana e a Ponta do Castelhana. Estas devem ser as duas bocas da Ilha Grande delimitadas por dois penhascos, informada por Soares de Sousa (*op.cit.*:108). Este autor também informa sobre a existência de dois portos⁴ e sobre o quanto a Ilha estaria próxima do continente. Ele deveria estar se referindo à Freguesia de Santana, que fica a 20 minutos de canoa do continente⁵. Na descrição não fala de indígenas na Ilha.

⁴ Os dados obtidos indicam que um dos portos estaria entre a praia de Tapera e Freguesia de Santana e o outro na atual vila do Abraão ou na enseada de Palmas.

⁵ Informação fornecida por moradores.

No capítulo XVII, falando sobre os Guayanã, Soares de Sousa (*op.cit.*:115) em nenhum momento informa que habitavam a Ilha Grande, muito pelo contrário. O autor informa que moravam na serra e que de lá não saiam para lutar com contrários, pois “não sabem pelejar no mato, fora de onde vivem... só nos campos”, e que moram em “casas cavadas no chão”. Essa última afirmativa parece indicar que se trata de uma adaptação de planalto. Por outro lado, Soares de Sousa informa, também que, quando Martim Afonso de Sousa fundou São Vicente, como medida de segurança, teria assentado os Guayanã nesta Ilha, “que é gentio que a possuía e assenhorava daquela costa até contestarem com os tamoios” (Soares de Sousa, *op.cit.*:111). Ainda segundo este autor, os Guayanã dominavam a costa de Angra dos Reis a Cananéia.

Antony Knivet teria estado duas vezes na Ilha Grande em 1591 e não informa sobre a presença de aldeias indígenas. Informa, sim, sobre a presença de pequenos núcleos de casas com portugueses. Segundo este autor, no ano de 1591 os Guayanã já teriam se aliado aos portugueses e com estes expulsado os Tamoio para o sertão. Nesse momento já teria ocorrido uma inversão, com os Guayanã na costa (alguns assentados em São Vicente) e os Tamoio no interior, o que é confirmado também por Soares de Sousa (*op.cit.* :109).

Em nenhum momento, Staden, Léry, Anchieta, Soares de Sousa ou Knivet afirmam que os Guayanã habitavam a Ilha Grande, embora todos concordassem que este grupo falava uma língua diferente.

Observando o mapa de Nimuendajú, constata-se que teria sido pouco provável que os Guayanã habitassem a Ilha Grande, já que consta nesse mapa uma barreira Tupinambá entre os Guayanã da Ilha Grande e os da serra. Só haveria uma explicação para estarem na serra e na Ilha Grande: se, em algum momento, tivesse havido uma repentina descida Tupinambá do norte do estado para se alojar na costa entre o Rio de Janeiro e Parati, empurrando o Guayanã para a Ilha e para a serra. Este fato seria mais provável do que a proposta de Capaz (*op.cit.*:15), segundo a qual, em determinadas épocas do ano, os Guayanã desciam a serra para irem habitar uma ilha. Embora existam informações sobre povos que viriam ao litoral em determinadas épocas do ano para pegarem farinha de peixe (Staden, *op.cit.*:140), seria pouco provável que dispusessem de todo o arsenal tecnológico necessário para explorarem a Ilha no lugar de tirarem os recursos na costa mas próxima, mesmo que esta fosse habitada por grupos inimigos.

Quando Staden e Léry estiveram na baía da Ilha Grande, provavelmente os Guayanã estivessem na serra. Mais tarde, com a saída dos franceses e o enfraquecimento dos Tupinambá, os Guayanã, já aliados dos portugueses e aculturados, desciam para a costa.

Pelo que foi colocado acima parece pouco provável que a Ilha Grande tivesse sido efetivamente ocupada por grupos ceramistas. Tudo indica que os amoladores polidores fixos encontrados estão relacionados apenas a grupos pré-cerâmicos.

4 . Ilha como centro de abastecimento de embarcações (1580)

No século XVI, a Ilha Grande (Anchieta, Knivet, Martim de Sá) teria sido um importante centro de abastecimento de embarcações, utilizada para obtenção de água e alimento, tanto pelos portugueses, para evitar os tamoios no continente, como por piratas e corsários (Knivet,1591) e por contrabandistas (Vieira Melo, *op.cit.*:45.) para evitar a fiscalização portuguesa. Por causa disso, a Ilha nessa época apresentava pequenos núcleos populacionais onde habitavam indivíduos que viviam do comércio que teria surgido por este abastecimento.

“Entre a Europa e esta última (bacia do Prata), os portos mais convenientes para o reabastecimento de água e lenha eram os seguros ancoradores da Ilha Grande, Porcos, São Sebastião e Santa Catarina... os flibusteiros somente na Marambaia ou na Ilha Grande encontravam o repouso necessário, pois ali não eram molestados pelos portugueses.”. (Padre Labat *apud* Vieira de Mello, *op.cit.*:28).

Tendo por objetivo colonizá-la, Martim Afonso de Souza doou a Ilha Grande ao doutor Vicente da Fonseca por carta de doação passada em Lisboa a 24 de janeiro de 1559. Este, porém, nunca veio tomar posse dessas terras. (Vieira de Melo, *op.cit.*: 67).

5. Primeiro período de isolamento

Para proteger a costa dos piratas e contrabandistas, Felipe II, de Espanha, resolveu manter uma guarda costeira nomeando seu comandante Martim de Sá,

em 20 de abril de 1617. (Vieira de Mello, *op.cit.*: 27). Pouco depois, ficou proibida qualquer radicação de pessoas na Ilha Grande, situação que persistiu até pouco antes do século XVIII. Segundo Labarbinais, em 1714, a Ilha era desabitada. Em 1725 continuava desabitada. Só em 1764 é que são registradas duas casas na Ilha Grande: uma na praia do Morcego e outra na enseada da Estrela. (Vieira de Mello, *op.cit.* :15).

6. Ciclo do contrabando: pau – brasil

Mesmo com a proibição da fixação de habitações, o contrabando continuou na Ilha Grande. No final do século XVI, Portugal mantinha rigoroso controle sobre comércio de suas colônias e esse monopólio se refletia na escassez da moeda corrente. O contrabando com o Peru trazia para o Brasil ouro e prata, comerciava-se com os navios clandestinos, não mais se utilizando do sistema de troca de mercadoria. Esses navios vinham refrescar-se na Ilha Grande antes de cruzar o estreito de Magalhães. (Vieira de Mello, *op.cit.*:32).

Entre 1815 e 1822, devido à proibição do tráfico de escravos, a Ilha passa a despertar um interesse maior, atraindo aventureiros de todos os quadrantes. (Vieira de Mello, *op.cit.*:18). Escravos contrabandeados desembarcavam à noite nas praias do Abrãao, da Freguesia de Santana, Dois Rios, Lopes Mendes, enseada das Palmas, das Estrelas e Saco do Céu (Waldir Nesi *op.cit.*: 137). . Em 1715 foi capturado na Ilha Grande o navio “Reine de Nantes” quando descarregava uma partida de escravos. Na praia de Lopes Mendes, nos idos de 1920, foram encontrados, entre as lajes à beira mar, centenas de ossadas de escravos. Deveria ser um cemitério de escravos (Waldir nesi *op.cit.* 138) . A

partir dessa informação, confirmada por moradores desta praia, desenvolvemos prospecções no local e encontramos fragmentos de ossos humanos presos nas pedras de uma caverna. (ver prospecção).

7. Período da pirataria.

Segundo Vieira de Mello (*op.cit.*:76), corsários ingleses, holandeses e franceses utilizaram a Ilha Grande para abastecerem seus navios quando estavam contrabandeando escravos ou pau brasil ou saqueando navios portugueses.

Desses foram registrados: Thomas Cavendish, em 1591 (Knivet, *op.cit.*); Abraam Coke, em 1600, ao qual credita-se o nome da Vila do Abraão; Juan de Lourenço, pirata que, segundo lenda e informações de moradores, em 1629 teria construído uma casa na praia do Morcego, da qual hoje ainda existem as ruínas (Waldir Nesi:97); e o corsário Saint Malo, que costumava desembarcar contrabando nas praia de Palmas, Abraão e Tapera que, na época, deveriam ser os principais pontos de desembarque da Ilha. Além desses, Vieira de Mello (*op.cit.*:73) narra os ataques de navios corsários argentinos em 1827, na Fazenda Dois Rios, na ponta dos Castelhanos e na enseada de Palmas.

8. Ciclo das grandes fazendas de café e cana-de-açúcar

Nos séculos XVIII e XIX, a Ilha Grande é desmatada para o plantio da cana-de-açúcar. No século XVIII foi registrada a presença de seis usinas de açúcar, localizadas nas praias da Estrela, Matariz, Longa, Santana e Sítio Forte.

Provavelmente, nesse momento é que teria começado o povoamento da ilha, com muita gente sendo trazida do continente para trabalhar na lavoura. Como foi visto anteriormente, em 1764, só haviam sido registradas duas construções na Ilha. No entanto, segundo Vieira de Mello (*op.cit.*:20), em 1811, Aires Casal estima a população em 3.000 habitantes. No final do século XVIII, monsenhor Pizarro informa a existência de 4.000, propondo a criação da Paróquia de Santana.

Logo após o início do plantio da cana-de-açúcar, surgem também as fazendas de café. Entre elas destacou-se a Fazenda Sant'Ana, que chegou a ser grande produtora e exportadora, onde trabalhavam 5.000 escravos. Em 1842, graças à produção do café, o porto de Santana chegou a ser mais importante que os do Abraão e do Sítio Forte e, nesse tempo, a Ilha Grande chegou a ser chamada Sant'Ana da Ilha Grande. (Waldir Nesi, *op.cit.*:25).

As fazendas de Sant'Ana, do Holandês, de Dois Rios, Camiranga, Provetá e Sítio Forte, juntamente com as usinas que, segundo monsenhor Pizarro, no final do século XVIII, somavam nove engenhos produtores de álcool e açúcar, concentravam a mão-de-obra existente. Com a proibição do tráfico de escravos e a precariedade do escoamento do café, essas fazendas começam a entrar em decadência. Em 1885, quando o Imperador Dom Pedro II adquiriu as do Holandês e de Dois Rios para a construção de um lazareto, estas já estavam desativadas e seus colonos e descendentes de escravos provavelmente já haviam se espalhado pela Ilha vivendo de suas roças e de pesca de subsistência.

9. Povoamentos oriundos de fazendas decadentes: surgimento das aldeias caiçaras

A Ilha Grande, no final do século XIX, foi palco de inúmeras histórias de auge, declínio e mudanças econômicas. Grandes fazendas foram redivididas ou mudaram sua atividade econômica. É comum encontrar-se nas matas ruínas de antigas casas de fazendas. (ver projeções). Verdadeiras estradas, como a que ligava Dois Rios à Parnaíoca, hoje não passam de trilhas muito estreitas. Antigos colonos descendentes do cruzamento de escravos com mestiços ou com o branco se espalharam pela Ilha. Muitas vezes, em constantes mudanças atrás de trabalho em diferentes lavouras que eram implantadas nas novas fazendas, ou nas fazendas de gado, ou ainda em companhias pesqueiras, onde passariam a trabalhar na pesca da baleia e posteriormente na indústria da sardinha.

10. Ciclo da pesca industrial.

Embora continue a existir, a pesca industrial teve seu auge e decadência no século XIX, com a pesca da baleia e novamente no início do século XX, com a pesca da sardinha, que fez com que muita gente fosse atraída para a Ilha Grande e depois, com a decadência, perdesse seu trabalho e ficasse por lá. Essa população viria futuramente a constituir a cultura caiçara, segundo Oliveira (s/d), "A cultura caiçara é característica do litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, e é baseada na pesca e em roças de subsistência. Em termos culturais, surgiu da miscigenação genética e cultural do colonizador português com o indígena do litoral, sofrendo mais tarde alguma influência do negro."

(Adams *apud* Oliveira *op.cit.*). A definição desta cultura é devida, entre outros aspectos, ao tipo de vida mais fechada que se desenvolveu no litoral, relativamente isolado do mundo de fora em termos de produtos e influência. (Oliveira e Coelho Neto, 1996:13).

Segundo informações dos moradores, antigamente não se habitava as praias, mas os locais próximo às roças. É mais importante morar no morro, onde ficam as roças, do que na praia. A roça exige um instrumental mais pesado e uma visitação constante por causa das saúvas, enquanto que para pesca de subsistência no costão basta uma linha com anzol.

Segundo Oliveira (*op.cit.*:15), diz-se até hoje que os "antigos eram do sertão". Em numerosos pontos da mata de encosta da RBEPS, atualmente encobertos por mata densa, é possível encontrarem-se vestígios que permitem a identificação dos tipos de clareiras gerados pela intervenção humana na floresta.

Tudo indica que, inicialmente, as populações caiçaras da Ilha Grande estariam localizadas na parte voltada para o alto mar, áreas de difícil acesso, menos valiosas em termos de escoamento da produção da lavoura. É nessa época que, neste período de decadência econômica, começa o ciclo do isolacionismo.

11. Época dos Presídios (1903 a 1993)

Segundo Waldir Nesi (*op.cit.*:145), em 1884, Dom Pedro II começou a construção do lazareto quarentenário (hospital de quarentena), onde seriam inspecionadas as embarcações destinadas ao Porto do Rio de Janeiro para evitar o cólera. Para construir o lazareto, D. Pedro II comprou as Fazendas (1884) e a de Dois Rios e do Holandês (1885) que estavam desativadas. A obra foi concluída em 1886, mas já nesse ano este tipo de hospital foi considerado ineficaz pelo Congresso Sanitarista.

Com a construção do lazareto houve uma tendência de deslocamento populacional e uma concentração de pessoas na Vila do Abraão, em função da nova disponibilidade de trabalho. Em 1911, segundo J. Sardinha, a população já somava de oito a dez mil pessoas.

Em 1903, o lazareto é transformado em presídio político⁶ e a Fazenda de Dois Rios também é transformada na Colônia Correccional Cândido Mendes, que mais tarde passou a se chamar Colônia Agrícola do Distrito Federal. (Orestes Ribeiro, 1989).

Até 1962, a Ilha Grande contou com dois presídios, quando, inexplicavelmente, o antigo lazareto foi demolido por ordem do governador Carlos Lacerda, apesar da oposição e da indignação dos moradores da Ilha Grande (Orestes Ribeiro, *op.cit.*:5; Waldir Nesi *op.cit.*:148).

⁶ Há uma certa confusão quanto a esta data. Vieira de Mello (*op.cit.*:) informa que o lazareto funcionou até 1913, mas que foi transformado em presídio em 1932. Waldir Nesi (*op.cit.*:145) fala em 1902 e Orestes Ribeiro (*op.cit.*:5) concorda que só foi transformado em presídio militar em 1932. Ao que tudo indica, em 1903 foi aprovada a criação de colônias penais na Ilha Grande e fundada a de Dois Rios.

De 1962 até 1993, a Ilha Grande foi conhecida como um local perigoso com presos fugitivos escondidos no mato e como uma ilha cercada por tubarões. As vilas que ficavam na rota de fuga, como a localizada na praia da Parnaioca, que chegou a ter mais de mil habitantes no final do século passado, foram abandonadas, a população foi afugentada pelo ataques dos presos, pela epidemia de lepra que ocorreu nos anos 40, e os poucos que restaram saíram para trabalhar na pesca industrializada.

Tem-se como certo que a população residente há cerca de 50 anos na área da Reserva era muito maior do que a atual, e que era encontrada de forma mais espalhada do que se vê hoje. Informações registram em mil o número de moradores da comunidade do Aventureiro (onde hoje existem cerca de 90 habitantes) e, também, que estes ocupavam toda a região circunvizinha, sendo muito reduzida a população residente na vila propriamente dita. (Oliveira *op.cit.*: 16).

Com esta narrativa se desfaz a idéia de uma Ilha paradisíaca povoada por pescadores. Através dela, vemos as pessoas chegarem à Ilha trazidas pela escravidão, para a lavoura ou para a pesca industrial, e constatamos que pertenciam muito mais a uma cultura branca e negra do que indígena. Nesse contexto, a ocupação pré-histórica destoa dessa realidade. Seu estudo mostra que não pode ser vista como um segmento na seqüência da história da cultura indígena, como é a pré-história para o restante da costa do Estado do Rio de Janeiro.

A pré-história da Ilha Grande começa e termina em si própria, não tem continuidade dentro da própria ilha. Os primeiros grupos que chegaram à Ilha Grande já traziam uma cultura própria que, com o decorrer do tempo, apresentou mudanças para depois desaparecer.

Como o foco principal desta tese está centrado na Reserva Biológica da Praia do Sul é importante que se conheça também a história do povo do Aventureiro.

História do Povo do Aventureiro⁷

Os quinze anos de trabalho nesta praia, embora com interrupções causadas por falta de verbas e fugas de presos, permitiram a observação de diferentes formas de interação ambiental e mudanças de articulações econômicas ocorridas nesse período.

No segmento anterior foram relatados cerca de 500 anos de história da ocupação espacial da Ilha Grande. Numa abordagem mais próxima, pode-se constatar a presença de significativas mudanças na dinâmica de ocupação num período de quinze anos. Esse foco mais próximo tem por objetivo principal verificar se as soluções adaptativas e a dinâmica de ocupação adotada na praia do Aventureiro, em algum momento podem ser utilizadas para explicar as mudanças verificadas na cultura material associada ao momento pré-histórico. Esta aproximação é baseada na proposta desenvolvida por De Blasis (1999), no

Vale do Ribeira, e nos trabalhos etnográficos desenvolvidos por Schiffer (1987), na cidade de Tucson.

Para entender-se a dinâmica da ocupação da Ilha Grande, é preciso compreender, antes de tudo, como as pessoas teriam chegado à praia do Aventureiro, um lugar de difícil acesso a maior parte do ano, excluindo o verão.

“Embora exista um pequeno cais no Aventureiro, o acesso por via marítima é limitado pelas condições do mar, uma vez que esta é uma comunidade voltada para o mar aberto”. (Seixas, 1997).

As feições do povo do Aventureiro parecem indicar que não possuem origem indígena, mas sim européia, provavelmente de portugueses e franceses, e negra, provavelmente de escravos.

Informações dão como em torno de mil os moradores da comunidade do Aventureiro e que estes ocupavam toda a região circunvizinha, sendo muito reduzida a população residente na vila propriamente dita. (Oliveira, 1999:6). Por outro lado, Vilaça e Maia (1985) informam a tendência dos moradores em enfatizar o quanto a população estaria decadente, criando, assim, um passado grandioso.

⁷ Levantamento realizado a partir de entrevistas com moradores, relatório (Vilaça, 1983), tese (Oliveira, 1999), dissertação (Seixas, 1997) e observações no decorrer de 15 anos de trabalho no local.

O povo do Aventureiro atualmente está restrito a cinco famílias de origem, com 22 famílias nucleares e alguns agregados, que somam cerca de noventa indivíduos. É muito difícil conhecer sua origem: a história não é uma preocupação local e poucos lembram ou sabem quem foram seus avós.

Dona Angelina, de oitenta anos, é a moradora mais antiga⁸. Tanto ela quanto seus pais nasceram no lugar, e ela acredita que chegaram à praia do Aventureiro há mais de 100 anos. Segundo ela e outros entrevistados, as cinco famílias chegaram ao mesmo tempo, atraídas por trabalho numa roça de mandioca pertencente a um senhor que habitava o local, onde é hoje a casa da FEEMA. De acordo com Dona Angelina, este senhor tinha um entreposto de farinha em Angra.

É provável que estas famílias já estivessem há muitos anos na Ilha Grande. Devem ter chegado à Ilha no final do século XVIII, na época da implantação das grandes fazendas, tendo chegado ao Aventureiro procedentes de outras praias .

As antigas casas estavam localizadas predominantemente nos morros, perto das roças familiares. Só muito mais tarde as casas desceram, aproximando-se das praias. "A maioria concentra-se nas partes baixas da encosta circundante". (Vilaça e Maia, 1985:6). Como foi dito anteriormente, isto deve-se ao fato de terem de estar próximos às roças.

Devido ao isolamento causado pela dificuldade de acesso por mar e aumentado pelo fato de estar na rota de fuga de presos, depois da decadência da

⁸ Dos moradores entrevistados no decorrer dos anos, destacam-se: Dona Angelina, Zuleika, Verti, Purungo, Nezinho, Neneca, Lúcia, Vovô, Waldemiro, Tatú, Clementino e Carlinhos da FEEMA.

roça, a permanência na praia do Aventureiro só foi possível graças à articulação dessas famílias, que passaram a fazer uma exploração conjunta do ambiente através de um forte entrosamento comunitário, com regras muito específicas. Até hoje, tanto os cultivos das roças são trocados, como o produto da pesca é distribuído. Até recentemente, não havia nenhum comércio nesta praia. Só atualmente, no verão e nos grandes feriados, é possível adquirir alguma comida pronta.

Aparecida Vilaça e Angela Maia estudaram a articulação social do povo do Aventureiro na época da implantação da Reserva, em 1985, época em que as restrições impostas pela FEEMA quanto à elaboração de novas roças e em relação à pesca alteraram seu cotidiano.

No ano de 1985, a praia era habitada por 87 pessoas que viviam das roças e da pesca industrial, segundo Vilaça e Maia (*op.cit.*:6). A roça era a principal atividade de subsistência e uma atividade feminina. Os homens ficavam embarcados a maior parte do mês e só voltavam a casa nos dias de lua cheia, quando a pesca de traineira é dificultada, ou no inverno, quando o peixe lá fora diminuía e a tainha aparecia na costa. Nessa época, ainda segundo Vilaça e Maia (*op.cit.*:6-7), o povo se reunia reforçando sua identidade.⁹

⁹ No mês de junho de 2000, apareceu grande quantidade de tainha na praia do Leste, que não pôde ser pescada, pois o povo do Aventureiro parou de fazer a rede para este pescado, abandonando, com isso, a atividade que mais o congregava. No entanto, a comunidade continua a ser reunir em atividades comunitárias, como a festa que ocorreu em outubro após todos moradores, homens e mulheres, terem se juntado para puxar para a terra uma antiga traineira pertencente a Antônio Osório, a fim de reformá-la. O jeito de puxar e o ritual foram semelhantes ao da pesca da tainha.

“A pesca local é intermitente, limitada pelo mar que, em grande parte do ano, torna-a impraticável... Além disso, o fato de que atualmente a maioria dos homens estarem fora (embarcados) durante a maior parte do mês limita essa pescaria... Assim essa pesca não é usada para subsistência e não há colônia de pesca ou portos... Essa pescaria local é também muito limitada pelo mar, que em determinados dias (às vezes durante muitos dias consecutivos) não permite a saída de barcos ou o lançamento de redes.” (Vilaça e Maia (*op.cit.*:6-7))

Segundo os moradores, esses períodos de mar ruim eram compensados pela pesca do robalo, da tainha e do parati nas lagoas do Sul e do Leste, que foi proibida na época da implantação da Reserva.

A partir da observação local pode-se inferir que até a entrada do turismo na praia do Aventureiro o trabalho na roça¹⁰ sempre foi a principal atividade de subsistência, em detrimento da pesca local.

“Normalmente o trabalho na roça é uma atividade feminina, enquanto que a pesca, é masculina. No caso das famílias que vivem da roça (sem pesca) esse trabalho é feito por todos, inclusive os homens. Geralmente cada novo casal constrói uma casa e uma roça localizada no terreno do pai do homem e lá a mulher começa uma nova roça”. (Vilaça e Maia 1985:10).

¹⁰ Em 1985, existiam 17 roças na praia do Aventureiro. Cultivava-se principalmente mandioca (*Manihot dulcis*), seguida do feijão (*Phaseolus vulgaris*), guando (*Cajadnus indicus*), milho (*Zea maiz*), cana (*Sacharum officinarum*) e banana (*Musa spp*). (Vilaça e Maia *op.cit.*:16).

Segundo Vilaça e Maia (*op.cit.*), pode haver uma inversão, quando a família da mulher possui maior poder aquisitivo, indo o homem morar na casa da família da mulher. De uns tempos para cá, têm aparecido exceções e homens têm ido morar na casa da mulher. No entanto, muitas vezes, o noivo passa a ser mal visto e desprezado pelo sogro.

A imposição da Reserva foi aceita, de acordo com moradores, porque na época havia um homem com uma grande capacidade de liderança, o Sr. Antônio Osório, que acabou sendo contratado como guarda da FEEMA que aconselhou a comunidade a aceitar a Reserva, na expectativa de que, com ela, conseguiriam maior proteção contra os presos fugitivos e melhor acesso a Angra do Reis para comércio e hospitais. Toda compra ou assistência médica de urgência era, e é, ainda, feita em Provetá, aldeia que fica a uma hora e meia de dura caminhada atravessando um morro. A partir de 1993, com o fechamento do presídio, foi possível a construção de uma ponte para embarque e desembarque, facilitando o acesso à praia e permitindo o ancoramento de suas traineiras que, antes, com o presídio em operação, ficavam ancoradas na praia da Longa. Além do medo de uma virada do mar, havia sempre o medo de que os presos utilizassem as embarcações para fugirem.

Com o fechamento do presídio e a construção da ponte, teve início, especialmente na praia do Aventureiro, o que podemos chamar de ciclo do turismo ou período de aculturação ou de inovação cultural. O fim do isolamento permitiu que se contornassem as dificuldades por ele impostas e que haviam sido

reforçadas pelas restrições à pesca local e ao roçado, tendo sido estas atividades trocadas pelo turismo incipiente.

O turismo que apareceu na praia do Aventureiro é feito por pessoas muito jovens, que acampam nos quintais dos moradores. A grande maioria vai lá à procura de um ambiente preservado e de boas ondas para surfar. Embora o povo do Aventureiro seja muito fechado, há uma interação muito grande com esses grupos, o que provavelmente pode ser explicado pelo fato de perceberem que esses surfistas, ou *hippies*, como eles os chamam, valorizam muito sua identidade caiçara e seu conhecimento sobre a natureza. Esses turistas, por sua vez, interagem com a população local, apresentando elementos da cidade grande que são completamente absorvidos. Tal fato pode ser exemplo de situação apresentada por Begossi:

“Cavalli-Sforza e Feldman (1981) analisam a transmissão de traços culturais como análoga a epidemias: ou seja, um traço cultural pode ser transmitido e aumentar em frequência na população como um vírus. Pulliam (1982) e Werren e Pulliam (1981) utilizam ‘coeficientes de similaridade ou afinidade cultural’ como parâmetros importantes na análise da transmissão cultural.” Begossi (2000 cdrom)

A introdução do turismo, além da maciça aparição de elementos modernos da cidade, como celulares e camisetas de marcas, permitiu ao “povo do Aventureiro” exercer plenamente um lado obscuro da própria identidade, pouco exercida até então. Como já foi visto, a pesca local, face às condições predominantes do mar, era inviável a maior parte do ano, obrigando os homens a ficarem embarcados a maior parte do tempo. Atualmente, com o dinheiro obtido

com o turismo, novas traineiras foram compradas e muitas outras foram reformadas. Essas reformas atualmente têm congregado as pessoas, como acontecia antes nos momentos da “puxada” do arrastão da tainha. A disponibilidade de novas embarcações, proporcionando uma pesca mais próxima, promovida pelos próprios moradores, agora proprietários de seus barcos, permite que os homens fiquem em terra, saindo para o mar apenas uma parte do dia. Enquanto estão em terra, consertam as redes e atuam na pesca de subsistência¹¹, ao mesmo tempo, por causa da necessidade de verduras na venda do “prato feito”, as mulheres têm voltado a trabalhar nas roças, que estavam quase extintas. Atualmente, com o turismo, o povo do Aventureiro é, mais do que nunca, um dos poucos representantes da verdadeira cultura caiçara.

A utilização espacial da Ilha pelo povo do Aventureiro

O isolamento e a preservação física e cultural do local permitiu que a praia e o povo do Aventureiro funcionassem como palco e laboratório de experimentação e de estudos etnográficos, permitindo que dali se extraíssem comportamentos gerais. Podendo ser registradas diferentes soluções adaptativas que deixaram vestígios na cultura material que puderam ser traduzidas pela população local. Estes dados serão utilizados no desenvolvimento da tese, quando serão confrontados com o material arqueológico resgatado nos sítios e, se possível, inferidas as ocorrências de opções semelhantes para a interação ambiental.

¹¹ Da época de implantação da Reserva até a chegada do turismo era difícil obter-se peixe para comer. Os poucos que chegavam eram salgados para prolongar seu tempo de consumo,

No Aventureiro observa-se a residência virilocal e uma certa endogamia. Ocorrendo os casamentos, em grande parte dentro do Aventureiro, a rede de afins torna-se extremamente ampla e novos parentescos criam-se a cada casamento (Vilaça e Maia, 1985:16), consolidando a organização comunitária.

As concentrações de casas estão dispostas em função dos núcleos de famílias afins, que se espalham através das mulheres que vão morar na casa do sogro, reforçando as tramas da rede. Normalmente, o filho mais novo herda a casa dos pais, já que comumente é o último a se casar. A água vem de nascentes próximas, que servem a uma ou duas casas.

No mapa temos uma ilustração da descida da casa do morro para a praia, da localização da casa 29 para a 27. Pertenciam aos pais de Próximo à casa de Dona Angelina encontramos um antigo "lixão", formado por uma camada de valvas de moluscos consumidas por essa família (figura 41). Além desse acúmulo de conchas encontramos outros, um próximo à casa de Purungo (figura 42), e outro, mais moderno, na casa de Ercílio, pai de Lúcia, mulher de Vovô, filho de Angelina (figura 43).

Atualmente é fácil alimentar-se de peixe todos os dias na praia do Aventureiro.

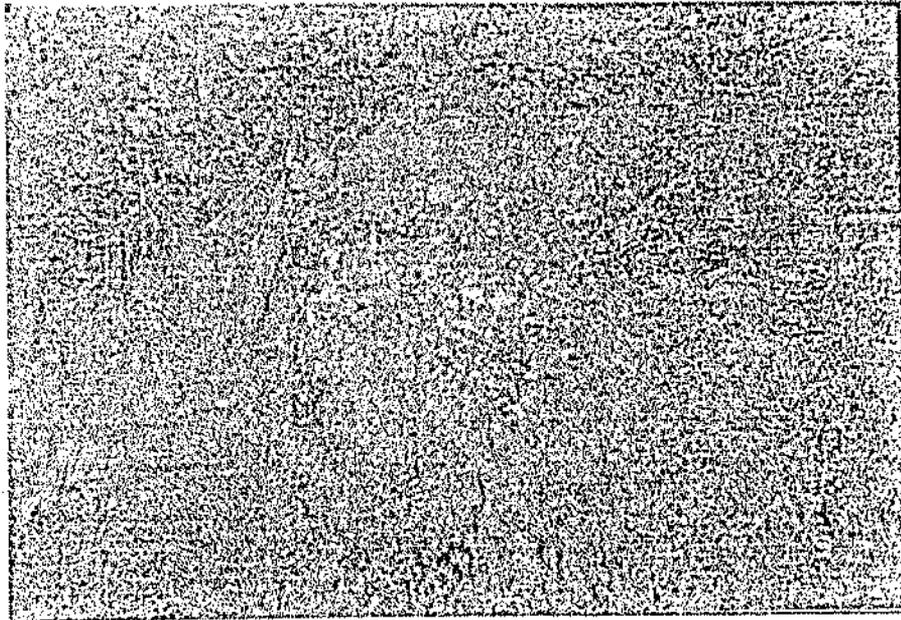


Figura 41. Refugio da família de D. Angelina.

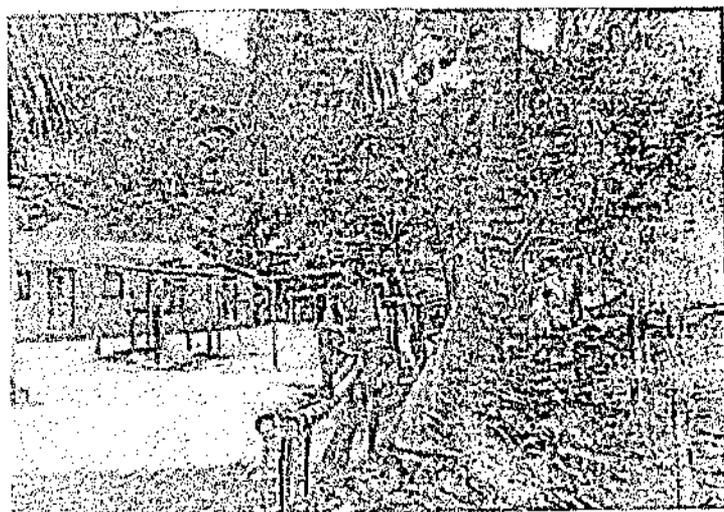
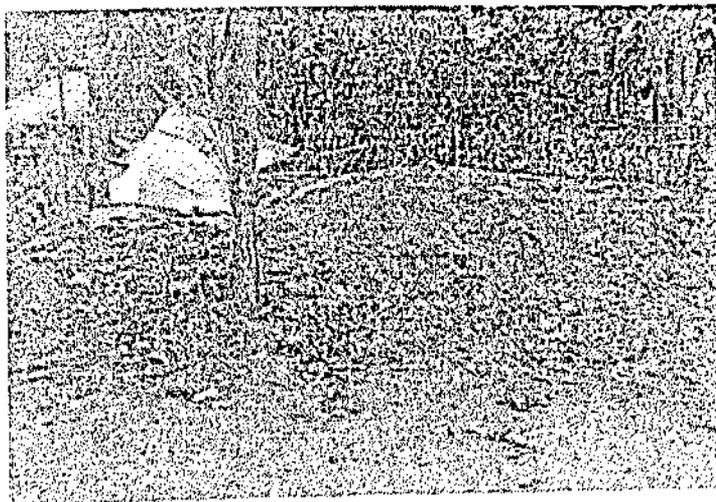


Figura 42 . Acúmulo de lixo próximo à casa do Purungo.

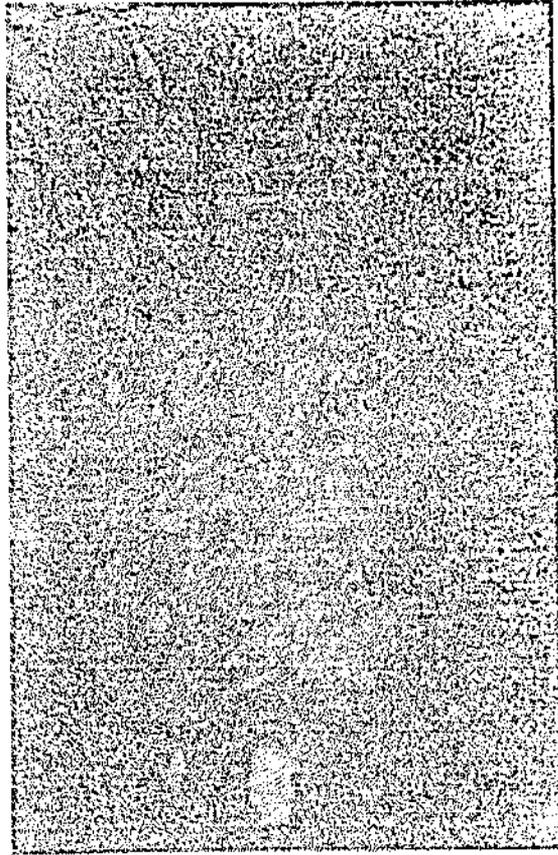


Figura 43. Valvas de moluscos dispensadas pelo Sr. Ercílio.

Descrição dos acúmulos de conchas:

Casa 29 – Família de D. Angelina

Tempo de formação: início há 70 anos e final há 17 anos, segundo dona Angelina.

Número de formadores do depósito: 5 nos primeiros 20 anos e apenas um nos 33 anos subseqüentes.

Profundidade da camada: 3 cm do solo atual.

Espessura: 10 cm.

Composição: *Astraea sp.* e exemplares da família *Mytilidae*.

Estado de preservação: inteiras, os mexilhões ainda apresentam parte de sua coloração rósea.

Concentração/densidade: Fofa.

Sedimento: escuro.

Material associado: vértebras pequenas de peixe.

Forma do descarte: o material foi jogado barranco abaixo.

Casa 27 – Família Purungo

Tempo de formação: início há mais de 100 anos, segundo Purungo.

Número de formadores do depósito: 5 nos primeiros anos e dois nos últimos vinte anos.

Profundidade da camada: vem desde a superfície.

Espessura: 80 cm.

Composição: a camada mais antiga é formada só por exemplares da família *Mytilidae*. Mais recente, temos o *Thaumasthus sp.* e o corondó, provavelmente procedentes do canal que fica próximo.

Estado de preservação: na camada mais antiga as valvas estão fragmentadas. Concentração/densidade: Fofa. Espaçamento médio de 2cm entre as valvas.

Sedimento: escuro

Material associado: louça, pano, plástico (camada superficial), carvão.

Forma do descarte: o material foi jogado barranco abaixo.

Segundo Purungo, o material foi acumulado numa depressão formada por quatro pedras grandes, para evitar cortar o pé de alguém. Ele informou, também, que é costume juntar a casca do marisco em buracos de pedra junto com lixo orgânico, “porque é material que corta e que não acaba nunca”. Isso foi

confirmado por outros moradores. Vovô, Zuleika e Neneca costumam jogar a casca do marisco num buraco na prainha, “mas não fica nada porque o mar leva”. Luís Tenório informa também sobre o costume de separar o lixo que corta, e conta que quando foi ampliar sua casa encontrou um morro de vidro quebrado atrás da antiga casa. Quando o buraco do lixo fica cheio costumam plantar uma árvore. Algumas, como o mamoeiro, às vezes nascem sozinhas, das sementes que são descartadas.

Casa do Ercílio

Embora Ercílio morasse na casa até 1999, ela pertence a Vovô e Lúcia. Nesse caso, as valvas não estão concentradas em um só lugar, mas estão espalhadas à volta da casa, jogadas ou varridas barranco abaixo. Formam finas camadas de *Astrea* sp e concentrações de exemplares de valvas da família *Mytilidae*.

Entre as casas há uma rede de caminhos utilizados principalmente pelas mulheres, que não costumam andar pelas praias. Os homens, sim, estão sempre andando ou agrupados na beira da praia. No inverno é comum ficarem em volta de fogueiras. Chegam a sair muito cedo da cama para ficarem juntos, se aquecendo a volta das fogueiras, das quais as mulheres não se aproximam. A concentração de casas é formada pela família mais antiga, cercada pelas famílias constituídas pelos filhos homens, principalmente.

A grande maioria dos parentes que não está na praia do Aventureiro, mora na praia de Provetá. São parentes próximos, pais mais velhos ou irmãos. O contato com eles é sempre mantido atravessando-se a trilha, cujo percorrimento, como já foi dito, dura cerca de uma hora e meia.

Recorrendo ao sistema de círculos concêntricos utilizados por Vita-Finzi (1970) para mostrar a ocupação do espaço, pode-se dizer o seguinte.

O espaço menor e o mais importante, que corresponderia ao círculo percorrido pelas mulheres, é o da casa para a roça e para a casa de parentes que ajudam nos cuidados das crianças, cuidados partilhados por todas as mulheres parentes. Atualmente este espaço é ampliado para algumas que têm venda para o comércio de “prato feito”, no verão e grande feriados.

Já o espaço dos homens é constituído por pontos de encontro que podem estar a volta das fogueiras que acendem nas duas extremidades da praia, nos ranchos das canoas¹² e das redes e nas vendas, quando estas estão em funcionamento.

O segundo espaço feminino é o costão, onde pescam esporadicamente, e próximo a ele, no mar, onde vão de canoa para a pesca da lula, principalmente no verão.

¹² Segundo Vilaça e Maia, no ano de 1985 cada morador ligado à pesca local tinha seu próprio rancho.

O segundo espaço masculino são os pesqueiros, que distam de cinco minutos a uma hora e meia de percorrimento, a pé ou de canoa; a praia da Longa, onde consertam os barcos; e a praia Grande, onde os ancoram quando o mar está ruim.

O terceiro espaço feminino é a aldeia de Provetá, onde visitam os parentes em festas ou quando estão doentes.

O terceiro espaço masculino atualmente é Angra dos Reis, mas antes da chegada do turismo era o mar, na pesca embarcada, como já foi dito.

Fora estes espaços, outros são visitados de maneira mais esporádica, porém constante. São as outras praias da Ilha, onde moram os parentes mais distantes e espaços visitados quase exclusivamente pelos homens, que circulam muito pelas trilhas existentes. Conversando com eles conclui-se que todos conhecem a Ilha inteira, todos os seus pesqueiros e trilhas. Conta-se que os mortos eram enterrados na Freguesia de Santana e para lá eram levados em redes, o que despendia quase um dia de caminhada. As trilhas são constantemente percorridas, mesmo sem motivo aparente ¹³, e representam as artérias da Ilha Grande. Comumente elas seguem o caminho d'água e, por causa disso, não mudam sua localização. É provável que sejam as mesmas desde épocas pré-históricas, hipótese corroborada pela presença de uma pedra

¹³ Ao questionarmos os motivos que incentivavam o percorrimento das trilhas, constatou-se que tanto podem estar relacionados à visitação de parentes, como também apenas ao prazer de rodar a Ilha.

contendo amoladores num riacho que beira a trilha que liga a praia de Lopes Mendes à praia do Pouso.

Embora o povo do Aventureiro informe que tem acesso e parentes em todas as praias da Ilha, esta afirmativa pode não servir a toda população da Ilha. Na época da prospecção do lado leste, o barqueiro não quis descer em uma determinada praia, tendo informado posteriormente que famílias residentes de praias do lado leste não se davam com as do lado norte.

Territorialidade

Embora seja aceita a existência de regras para evitar conflitos de territorialidade entre pescadores (Begossi inédito; Seixas e Begossi, inédito; Seixas, 1997) estas não são impostas na praia do Aventureiro. De acordo Begossi e Seixas op.cit.), a existência de duas reservas – a RBEPS e a Reserva Marinha do Aventureiro – provê um território “de fato” para o povo do Aventureiro e seus parentes no Provetá, que optam pela troca de informações e pela reciprocidade. Isto se deve a dois fatores: o fato de a disputa ser pequena, em função do número de habitantes estar limitado pela presença da Reserva; e o de que as traineiras que vêm pescar em suas águas serem as mesmas que empregam seus moradores (Seixas, 1997: 148).

CONCLUSÃO

O levantamento acima serviu para elucidar duas questões fundamentais: Que grupos seriam os responsáveis pelos amoladores polidores fixos encontrados na Ilha Grande e qual seria o grau de dependência da ocupação da Ilha com a do continente?

Não foram encontrados indícios de que grupos ceramistas pré-coloniais tivessem permanecido na Ilha Grande; ao mesmo tempo, os que foram identificados já na época do contato com o europeu, não chegaram a constituir aldeias, eram uns poucos indivíduos deixados pelos portugueses para cuidarem do abastecimento de seus navios ou, sobreviventes de guerra que lá se escondiam dos tupi ou dos europeus, o que sugere que os amoladores polidores fixos encontrados nesta Ilha tenham sido feitos só por grupos pré-ceramistas.

Uma das grandes diferenças entre a ocupação pré-ceramista e a do pós contato com o europeu, é que, enquanto a mais antiga estava voltada para a própria Ilha, a segunda foi predominantemente voltada para o continente.

Apenas quando os grandes empreendimentos foram sendo desativados e que os desempregados passaram a viver na Ilha, é que o foco no continente deixou de ser tão forte e esta população passou a ter hábitos caiçaras¹⁴, se isolando do continente e, ao mesmo tempo, reforçando alianças com moradores de outras praias. Essa sociabilidade foi fundamental, pois as trilhas funcionaram

¹⁴ Segundo Oliveira e Neto (1996:13) a definição da cultura caiçara é devida, entre outros aspectos, ao tipo de vida mais fechada que se desenvolveu no litoral, relativamente isolado do mundo de fora em termos de produtos e influências.

como artérias permitindo a existência de um sistema de trocas que viabilizava a permanência na Ilha.

Outro fato importante observado é que até a chegada do turismo, para o caiçara, embora este se definisse pescador, os produtos cultivados sempre foram mais importantes do que a pesca, fazendo com que as casas fossem construídas longe das praias, próximo às roças. O pescado obtido no costão ou com auxílio de canoas sempre foi uma complementação da dieta.

Pelo que foi mostrado se pode constatar que as mudanças econômicas ocorridas na Ilha Grande foram provocadas por questões econômicas de fora e não por questões ambientais.

5 Quadro arqueológico da região

Na área em questão, engloba duas concentrações de sítios arqueológicos, conforme quadro arqueológico estabelecido para o Rio de Janeiro, apresenta 107 registros de sítios, não tendo sido contabilizados os encontrados na Ilha Grande (Tenório 2001) que serão incluídos no capítulo IIII.

As informações sobre os sítios foram obtidas a partir dos trabalhos de Salles Cunha (1963), Alfredo Mendonça de Souza (1977,1981), Lina Maria Kneip (Kneip et al 1987), Osvaldo Heredia (Heredia et al 1983), e Tânia Andrade Lima (1991) (Tabela 8). Como são provenientes de vários níveis de abordagem, procurou-se sistematizá-las apenas no seu aspecto qualitativo, com o objetivo de entender a dinâmica ocupacional da área.

Foram elaborados dois bancos de dados, um com informações mais detalhadas, conseguidas a partir de resultados de pesquisas e outro contendo informes gerais, obtidos de prospecções. Os bancos foram gerados no programa Access e os dados foram contabilizados e analisados estatisticamente no *Excel*.

Tabela 8 - Sítios Registrados na Área de Estudo

Sítio	Identificação	Localização 1	Localização 2	Referência
Cunhambebe		Angra dos Reis	ilha	Mendonça de Souza 1981
Ilha dos Porcos	sambaqui	Angra dos Reis	ilha	Mendonça de Souza 1981
Samb. Mambucaba		Angra dos Reis	Continente	Mendonça de Souza 1981
Ilha Pequena		Angra dos Reis	ilha	Mendonça de Souza 1981
Ilha São Jorge		Angra dos Reis	ilha	Mendonça de Souza 1981
Ilha Fitinha		Angra dos Reis	ilha em rio/manguezal	Mendonça de Souza 1981
Ilha do Bigode I		Angra dos Reis	ilha em rio/manguezal	Mendonça de Souza 1981
Ilha da Calceira		Angra dos Reis	ilha	Mendonça de Souza 1981
Sítio do Alexandra		Angra dos Reis	ilha	Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Forte	sambaqui	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Ilha do Bigode II		Angra dos Reis	ilha	Mendonça de Souza 1981
Sítio do Ula		Angra dos Reis	Ponta	Mendonça de Souza 1981
Ilha Comprida II	abrigo	Parati	ilha	Mendonça de Souza 1981
Sambaqui Olho d'água do Praxedós	sambaqui	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Sambaqui de Marmangá	sambaqui	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Ilha Comprida I	sambaqui	Parati	ilha	Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Pequeré - açu	sambaqui	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Abrigo da Ponta do Leste	abrigo	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Abrigo da Ponta do Leste II	abrigo	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Toca do Cassununga	abrigo	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Ilha Pelada	abrigo	Parati	ilha	Mendonça de Souza 1981
Ilha da Cotta	abrigo	Parati	ilha	Mendonça de Souza 1981
Ilha Comprida II	abrigo	Parati	ilha	Mendonça de Souza 1981
Abrigo de Paratimirim	abrigo	Paratimirim	Ilhota do lado de ilha	Mendonça de Souza 1981
Toca dos Caboclos I	abrigo	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Praia de fora	abrigo	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Toca de Mambucaba	acamp. Tupiguarani	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Corumbe	abrigo	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Paratimirim II	abrigo Tupi/neobras.t	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Trindade IV	abrigo	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Toca do Batistaño	abrigo neo bras.	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Toca do Casusa	abrigo neo bras.	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Ilha Ilacá	abrigo neo bras.	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Trindade I	?sambaqui neobras?	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Trindade II	?sambaqui neobras?	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Trindade III	? Sambaqui neobras	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Corumbe II	sítio neobras.obras.t	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Jabaquara II	sítio neobras.obras.t	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Guarda - mor	abrigo neobras.obras.t	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Toca dos Caboclos	abrigo neobras.obras.t	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Ilha da Bexiga	sítio neobras.obras.t	Parati	ilha	Mendonça de Souza 1981
Pequeré-açu	abrigo neobras.obras.t	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Praia Brava	sítio neobras	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Cepilho	sítio neobras	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981

Tabela 8 - Sítios Registrados na Área de Estudo

Sítio	Identificação	Localização 1	Localização 2	Referência
Praia de Fora - s.do Antonio	sítio neobras	Paratimim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Ponta do caixa d'ágo	sítio neobras	Parati	Continente	Mendonça de Souza 1981
Praia do Baixo	sítio neobras	Parati	ilha	Mendonça de Souza 1981
ilha de Itacá II	sítio neobras	Parati	continente	Mendonça de Souza 1981
Cachoeira	abrigo neobras	Parati	continente	Mendonça de Souza 1981
Barra do Rio Grande	sítio neobras	Parati	continente	Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Teles	sambaqui	Guaratiba	continente	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Zé Espinho	sambaqui	Guaratiba	continente	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui da Praia do Melhador	sambaqui	Guaratiba	continente	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Porto das Cinzas	sambaqui	Guaratiba	continente	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Porto das Pitangueiras	sambaqui	Rest. da Marambaia	continente	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Porto do Teixeira	sambaqui	Rest. da Marambaia	continente	Mendonça de Souza 1981/ Knaip s/d
Sambaqui da Panela do Pai João	sambaqui	Guaratiba	continente	Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Plai	sambaqui	Guaratiba	continente	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Piração	sambaqui	Guaratiba	continente - paleolítica	Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Piraque	sambaqui	Guaratiba	continente	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui das Piteiras	sambaqui	Guaratiba	continente	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Meio	sambaqui	Guaratiba	continente	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Capão do Gentio	cer? Sup. Sambaqui	Guaratiba	continente	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Capão do Pau Ferro	cer? Sup. Sambaqui	Guaratiba	ilha no apicum	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Capão do Surucal	sambaqui	Guaratiba	ilha no apicum	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Capãozinho	sambaqui/Tupi?	Rest. da Marambaia	ilha no mangue	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui de Araçatiba	sambaqui	Rest. da Marambaia	ilha no apicum	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Capão da Benta	sambaqui	Rest. da Marambaia	margem de rio	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Capão da Bananeira	sambaqui	Rest. da Marambaia	margem de rio	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui da Cabeça do Índio II	sambaqui	Rest. da Marambaia	margem de rio	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do atolador	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Acamp. Tupiguarani do Telegráfo	Tupiguarani	Guaratiba	margem de rio	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do de Vila Mar	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Vaso	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do aterrado da pedra	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui da cabeça do Índio I	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Curral das Pedras	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui da Mairiz	sambaqui	Guaratiba	ilhado	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do posto 5	sambaqui	Guaratiba	ilhado	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Jazida arqueológica Poço das Antas	sambaqui/Tupi	Guaratiba	encosta de morro	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Dunas Conchíferas da OSA	sítio-sobre-duna	Guaratiba	praia	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio da Estação Radioreceptora I	acamp. Tupi?	Guaratiba	praia	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio da Estação Radioreceptora II	acamp. Tupi	Guaratiba	praia	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio da Estação Radioreceptora III	acamp. Tupi?	Guaratiba	300 do litoral	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Marco	sítio neobras.	Guaratiba	300 do litoral	Mendonça de Souza 1981
Sítio do Triunfo	sítio neobras.	Guaratiba	300 do litoral	Mendonça de Souza 1981
ilha da Marambaia	sítio neobras.	Rest. da Marambaia	300 do litoral	Mendonça de Souza 1981
Sítio do Rangel	sítio neobras.	Guaratiba	300 do litoral	Mendonça de Souza 1981

Tabela 8 - Sítios Registrados na Área de Estudo

Sítio	Identificação	Localização 1	Localização 2	Referência
Gruta da Fundação	Gruta	Guaratiba		Mendonça de Souza 1981
Sambaqui de milagres	sambaqui	Guaratiba	restinga	Mendonça de Souza 1981
Sítio do Ceramio	sítio Tupiguarani	Guaratiba		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do caminho do Cajazeiro	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Pouso	sambaqui	Paratimirim	ansaada	Mendonça de Souza 1981
Caixa d' aço I	abrigo	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Caixa d' aço II	abrigo	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Caixa d' aço III	abrigo	Paratimirim	Continente	Mendonça de Souza 1981
Toca da canoa	abrigo neobras?	Paratimirim	alto do morro	Mendonça de Souza 1981
Praia da Gaêta	sambaqui	Rest da Marambaia	ilha	Kneip e Oliveira s/d
Praia do Zumbi	sambaqui	Rest da Marambaia	ilha	Kneip e Oliveira s/d
Algodão	sambaqui	Angra dos Reis	ilha voltado para continente	Andrade Lima 1991
Sambaqui do Major	sambaqui	Angra dos Reis	ilha proxima do continente	Andrade Lima 1991
Sambaqui do Peri	sambaqui	Angra dos Reis	ilha proxima do continente	Andrade Lima 1991
Sambaqui da Cateira I	sambaqui	Angra dos Reis	ilha proxima do continente	Andrade Lima 1991
Sambaqui da Cateira II	sambaqui	Angra dos Reis	ilha proxima do continente	Andrade Lima 1991
Sambaqui do Bigode II	sambaqui	Angra dos Reis	ilha proxima do continente	Andrade Lima 1991
Guatiba	sambaqui	Mangaratiba	ilha prx cont. meio de manguezal	Heredia et alii 1984
Piraquara	sambaqui	Angra dos Reis	Continente	Oliveira e Ayrosa 1992

Na análise dos dados, foi possível levantar informações sobre os seguintes aspectos:

Localização dos sítios:

Os sítios ocorrem em cinco concentrações. São elas: Parati (Tabela 9), Paratimirim (Tabela 10), Angra dos Reis (Tabela 11), Guaratiba (Tabela 12) e Restinga da Marambaia (Tabela 13). Apenas um, o sítio Guaíba (Heredia et alii 1982), aparece sozinho, localizado à meia-distância, entre a Ilha Grande e o limite da área em questão, a Baixada de Guaratiba.

Paratimirim e Parati estão no extremo sul da área delimitada para pesquisa. São caracterizados pela presença de praias calmas, com estuário de rios e manguezais. O mesmo ocorre com Angra dos Reis; a diferença está na presença de planície costeira mais estreita e na existência de locais onde a Serra do Mar mergulha diretamente no mar, criando muitos pontos com litoral escarpado. Este tipo de litoral, com algumas interrupções marcadas pela presença de pequenas praias de enseada, irá ocorrer até a entrada da baía de Sepetiba, onde o mar se torna ainda mais calmo e com coloração turva, por causa do recebimento de grande fluxo de águas fluviais e da pouca renovação de água salgada, devido ao embarreamento provocado pela presença da Ilha Grande e da Restinga da Marambaia. Isto também resulta numa intensa deposição de sedimentos finos que ampliam a planície costeira da Baía de Sepetiba, formada por solo pantanoso, propenso à presença de extensos manguezais. No fundo

dessa baía está a Baixada de Guaratiba-Sepetiba, caracterizada, segundo Ferreira e Oliveira 1987:12), por uma dinâmica ambiental totalmente vinculada às flutuações do nível do mar, do qual ela está atualmente de 0 a 3m acima. (Id.Ibd).

É bem provável que as ilhas, onde são encontrados os sítios arqueológicos, apresentassem, na época de sua ocupação, a configuração de ilhas de manguezais e não de ilhas marítimas. Todas são muito próximas do continente e grande parte ainda apresenta vestígios de manguezais que as ligariam ao continente. O fato de que atualmente a Baixada de Guaratiba esteja mais alta do que o nível do mar permite que sirva como uma ilustração de como seria o ambiente na área em questão com o nível do mar um pouco mais baixo. Tudo indica que estaria constituída por um extenso manguezal, pontilhado de locais mais altos e secos, os quais – com uma subida das águas – passariam a apresentar uma configuração insular. Essa hipótese poderá ser corroborada, caso seja comprovada a exploração do mesmo ambiente, o manguezal.

Tabela 9 - Concentração 1

Sítio	Identificação	Localização	Localização 2	Localização 3	Altura (m)	Referência
Sambaqui de Mamangá	sambaqui	Paratimirim	Continente	praia		Mendonça de Souza 1981
Abrigo da Ponta do Leste	abrigo	Paratimirim	Continente	meia encosta	40	Mendonça de Souza 1981
Abrigo da Ponta do Leste II	abrigo	Paratimirim	Continente	meia encosta	30	Mendonça de Souza 1981
Abrigo de Paratimirim	abrigo	Paratimirim	Continente	meia encosta		Mendonça de Souza 1981
Trindade IV	abrigo neo bras.	Paratimirim	Continente			Mendonça de Souza 1981
Toca do Batistério	abrigo neo bras.	Paratimirim	Continente			Mendonça de Souza 1981
Toca do Casusa	abrigo neo bras.	Paratimirim	Continente			Mendonça de Souza 1981
Trindade I	?sambaqui neobras?	Paratimirim	Continente			Mendonça de Souza 1981
Trindade II	?sambaqui neobras?	Paratimirim	Continente	duna		Mendonça de Souza 1981
*Trindade III	? Sambaqui neobras	Paratimirim	Continente	duna		Mendonça de Souza 1981
Praia Brava	sítio neobras	Paratimirim	Continente	praia		Mendonça de Souza 1981
Cepilho	sítio neobras	Paratimirim	Continente	alto do morro	300	Mendonça de Souza 1981
Praia de Fora - s. do Antonio	sítio neobras	Paratimirim	Continente	praia		Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Pouso	sambaqui	Paratimirim	enseada			Mendonça de Souza 1981
Caixa d'áço I	abrigo	Paratimirim	Continente			Mendonça de Souza 1981
Caixa d'áço II	abrigo	Paratimirim	Continente			Mendonça de Souza 1981
Caixa d'áço III	abrigo	Paratimirim	Continente			Mendonça de Souza 1981
Toca da canoa	abrigo neobras?	Paratimirim	alto do morro	margem de riacho		Mendonça de Souza 1981

Tabela 10 - Concentração 2

Sítio	Identificação	Localização	Localização 2	Localização 3	Altura (m)	Referência
Sambaqui do Forte	sambaqui	Parati	Continente	sopé de morro		Mendonça de Souza 1981
Ilha Comprida II	abrigo	Parati	ilha	Ilhota ao lado de ilha		Mendonça de Souza 1981
Sambaqui Ocho d'água do Praxedes	sambaqui	Parati	Continente	Contraforte de morro assoc. a abrigos	35	Mendonça de Souza 1981
Ilha Comprida I	sambaqui	Parati	ilha			Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Pequerê-açu	sambaqui	Parati	Continente			Mendonça de Souza 1981
Toca do Cassununga	abrigo	Parati	Continente	meia encosta		Mendonça de Souza 1981
Ilha Pelada	abrigo	Parati	ilha			Mendonça de Souza 1981
Ilha da Cotia	abrigo	Parati	ilha			Mendonça de Souza 1981
Ilha Comprida II	abrigo	Parati	Ilhota do lado de ilha			Mendonça de Souza 1981
Toca dos Caboclos I	abrigo	Parati	Continente			Mendonça de Souza 1981
Praia de fora	acamp. Tupigurani	Parati	Continente			Mendonça de Souza 1981
Toca de Mambucaba	abrigo	Parati	Continente	topo de duna		Mendonça de Souza 1981
Corumbe	abrigo Tupi/neobras.t	Parati	Continente			Mendonça de Souza 1981
Paratimirim II	abrigo	Parati	Continente			Mendonça de Souza 1981
Ilha Itacá	abrigo neo bras.	Parati	Continente			Mendonça de Souza 1981
Corumbe II	sítio neobras.obras.t	Parati	Continente			Mendonça de Souza 1981
Jabaquara II	sítio neobras.obras.t	Parati	Continente	praia		Mendonça de Souza 1981
Guarda - mor	abrigo neobras.obras.t	Parati	Continente			Mendonça de Souza 1981
Toca dos Caboclos	abrigo neobras.obras.t	Parati	Continente			Mendonça de Souza 1981
Ilha da Bexiga	sítio neobras.obras.t	Parati	ilha			Mendonça de Souza 1981
Pequerê-açu	abrigo neobras.obras.t	Parati	Continente	margem de rio		Mendonça de Souza 1981
Ponta do caixa d'água	sítio neobras	Parati	Continente	meia encosta		Mendonça de Souza 1981
Praia do Baixo	sítio neobras	Parati	Continente	praia		Mendonça de Souza 1981
Ilha de Itacá II	sítio neobras	Parati	ilha			Mendonça de Souza 1981
Cachoeira	abrigo neobras	Parati	continente	cachoeira		Mendonça de Souza 1981
Barra do Rio Grande	sítio neobras	Parati	continente	margem de rio		Mendonça de Souza 1981

Dos sítios registrados, 26 formam a concentração de Parati; 18 a de Paratimirim; 18 a de Angra dos Reis; 35 a de Guaratiba e 9 a da Restinga da Marambaia. (Figura 44).

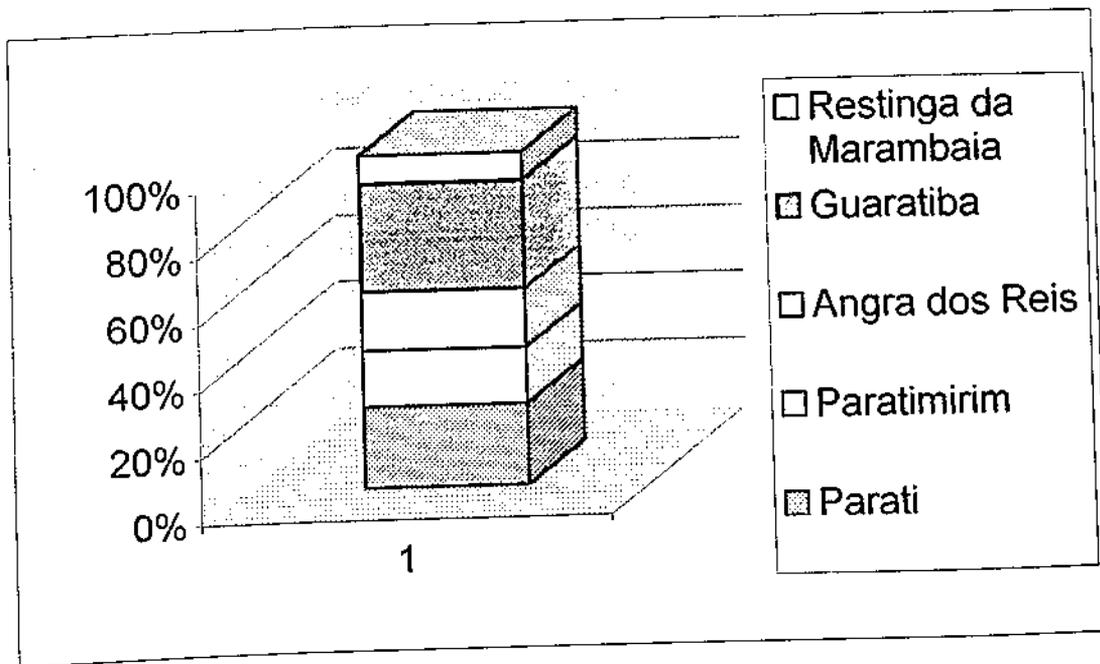


Figura. 44 Distribuição dos sítios na área de pesquisa

Os sítios da concentração de Angra dos Reis, destoando das outras áreas, estão todos localizados em ilhas próximas ao continente. Já os de Parati são encontrados predominantemente no continente; dos 26 registrados, apenas seis sítios estão em ilhas. No continente, estão em praias calmas, localizados nos abrigos sob rocha, nas elevações próximas aos estuários de rios. Os de Paratimirim concentram-se também no continente, nas encostas dos morros, nos abrigos sobre rocha. Os de Guaratiba incidem mais nas margens de canais de marés, denominados impropriamente de rios (Ferreira e Oliveira *ibid*: 32). A maior parte desses sítios fica ilhada durante as marés. Finalmente, os da Restinga da

Marambaia são encontrados predominante em ilhas, sobre dunas ou no meio da planície de maré. (Figura 45).

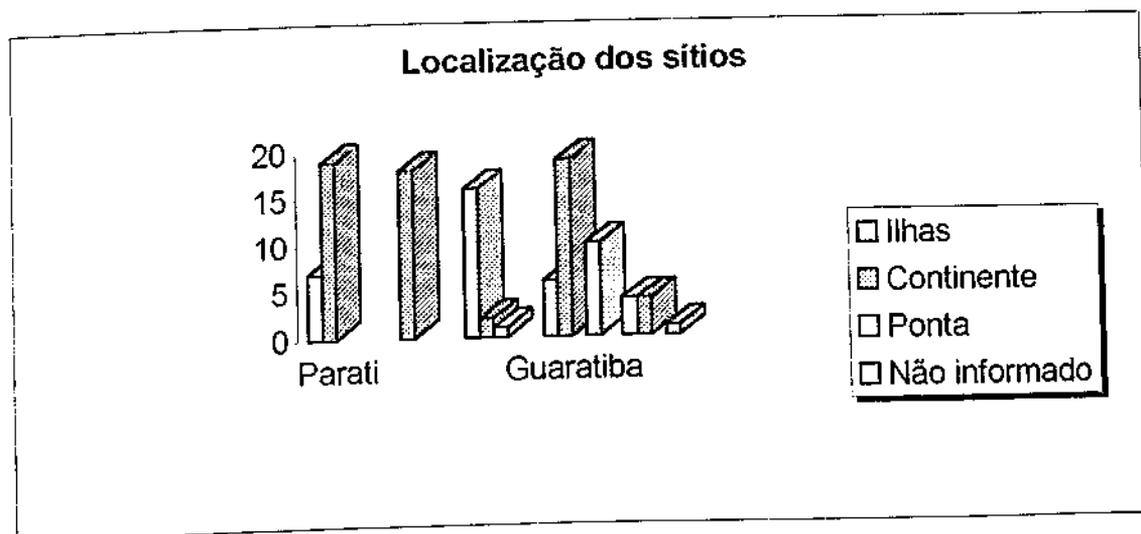


Figura 45. Localização dos sítios

Todos os sambaquis das concentrações Parati, Paratimirim (Mendonça de Souza 1977:74) e Angra dos Reis (Andrade Lima op.cit passim) encontram-se ao lado de grandes blocos.

Dos tipos de sítios registrados, os sambaquis são os mais recorrentes; 43 foram mencionados além destes, mais três foram citados por Mendonça de Souza (op.cit) como sambaquis neobrasileiros – Trindade I, II e III. No entanto, por apresentarem características de sambaquis (indústrias óssea e lítica) e por estarem completamente destruídos e provavelmente sem estratigrafia, foram contabilizados também como sambaquis. O mesmo ocorreu com o sítio-sobre-duna, registrado por Mendonça de Souza em Guaratiba; por suas características, também foi considerado sambaqui. Com essas adições, o total de sambaquis foi aumentado para 47 (Figura 46).

Tabela 11 - Concentração 3

Sítio	Identificação	Localização	Localização 2	Localização 3	Altura (m)	Referência
Cunhambebe		Angra dos Reis	Ilha	meia encosta	3	Mendonça de Souza 1981
Ilha dos Porcos		Angra dos Reis	Ilha			Mendonça de Souza 1981
Samb. Mambucaba	sambaqui	Angra dos Reis	Continente	praia		Mendonça de Souza 1981
Ilha Pequena		Angra dos Reis	Ilha	sobre a encosta	6	Mendonça de Souza 1981
Ilha São Jorge		Angra dos Reis	Ilha	topo encosta	15	Mendonça de Souza 1981
Ilha Fitinha		Angra dos Reis	Ilha em rio/ manguezal			Mendonça de Souza 1981
Ilha do Bigode I		Angra dos Reis	Ilha em rio/ manguezal		3	Mendonça de Souza 1981
Ilha da Cateira		Angra dos Reis	Ilha		5	Mendonça de Souza 1981
Sítio do Alexandre		Angra dos Reis	Ilha		7	Mendonça de Souza 1981
Ilha do Bigode II		Angra dos Reis	Ilha		1,5	Mendonça de Souza 1981
Sítio do Ulá		Angra dos Reis	Ponta	topo morro	8	Mendonça de Souza 1981
Sambaqui da Cateira II	sambaqui	Angra dos Reis	Ilha próxima do continente	meio a grandes rochas	5	Andrade Lima 1991
Sambaqui do Bigode II	sambaqui	Angra dos Reis	Ilhota prx cont. no meio de manguezal	entre blocos de rocha		Andrade Lima 1991
Piraquara	sambaqui	Angra dos Reis	Continente	encosta		Oliveira e Ayrosa 1992
Algodão	sambaqui	Angra dos Reis	Ilha voltado para continente	entre blocos de rocha	7	Andrade Lima 1991
Sambaqui do Major	sambaqui	Angra dos Reis	Ilha próxima do continente	entre blocos de rocha	3	Andrade Lima 1991
Sambaqui do Perí	sambaqui	Angra dos Reis	Ilha próxima do continente	entre blocos de rocha	6	Andrade Lima 1991
Sambaqui da Cateira I	sambaqui	Angra dos Reis	Ilha próxima do continente	entre blocos de rocha		Andrade Lima 1991

Em Guaratiba, foram encontrados mais dois sambaquis com cerâmica tupi-guarani na superfície. Como estão próximos a cinco sítios que, segundo Beltrão 1978, seriam acampamentos tupi-guarani para coleta de moluscos, considerou-se que seriam sítios de contato. Salles Cunha (1963), ao referir-se ao Sítio do Meio, em Guaratiba, fala que ele apresenta o mesmo material cultural dos outros sambaquis, acrescido de cerâmica na superfície. Provavelmente, se houve tal contato no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, ele deve ter se dado na Baixada de Guaratiba.

Tabela 12 - Concentração 4

Sítio	Identificação	Localização	Localização 2	Localização 3	Altura (m)	Referência
Sambaqui do Teles	sambaqui	Guaratiba	continente	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Zé Espinho	sambaqui	Guaratiba	continente	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui da Praia do Malhador	sambaqui	Guaratiba	continente	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Ponto das Cinzas	sambaqui	Guaratiba	continente	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui da Panela do Pai João	sambaqui	Guaratiba	continente	margem de rio	1	Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Piaf	sambaqui	Guaratiba	continente	terraceo marinho		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Piracão	sambaqui	Guaratiba	continente - paleolítica	margem de rio	3 a 4	Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Piraque	sambaqui	Guaratiba	continente	margem de rio	3	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui das Piteiras	sambaqui	Guaratiba	continente	margem de rio	1,8	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Meio	cer ?	Guaratiba	continente	meio do apicum	1	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Capão do Genito	cer? Sup. Sambaqui	Guaratiba	ilha no apicum	meio do apicum	1	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Capão do Pau Ferro	sambaqui	Guaratiba	ilha no apicum	meio do apicum		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Cabeço da Benia	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	margem de rio	2,50	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui da Cabeça do Indio II	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	margem de rio	1	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do atolador	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Acampamento Tupiguarani do Telegrafo	Tupiguarani	Guaratiba	margem de rio	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do de Vila Mar	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Vaso	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	margem de rio	1,5	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do aterrado da pedra	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui da cabeça do Indio I	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Curral das Pedras	sambaqui	Guaratiba	margem de rio	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui da Matriz	sambaqui	Guaratiba	Ilhado	margem de rio	2,30	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do posto 5	sambaqui	Guaratiba	Ilhado	margem de rio	3,50	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Jazida arqueológica Poço das Antas	sambaqui/Tupi	Guaratiba	encosta de morro	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Dunas Conchíferas da CSA	sítio sobre duna	Guaratiba	prata			Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio da Estação Radioreceptora	acamp. Tupi?	Guaratiba	Guaratiba	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio da Estação Radioreceptora II	acamp. Tupi	Guaratiba	Guaratiba	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio da Estação Radioreceptora III	acamp. Tupi?	Guaratiba	Guaratiba	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Marco	sítio neobras.	Guaratiba	300 do litoral			Mendonça de Souza 1981
Sítio do Trunfo	sítio neobras.	Guaratiba				Mendonça de Souza 1981
Sítio do Rangal	sítio neobras.	Guaratiba				Mendonça de Souza 1981
Grua da Fundação	Grua	Guaratiba				Mendonça de Souza 1981
Sambaqui de mitages	sambaqui	Guaratiba	resinga			Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Cerâmio	sítio tupiguarani	Guaratiba				Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do caminho do Cajazeiro	sambaqui	Guaratiba	margem de rio		1	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981

Tabela 13 - Concentração 5

Sítio	Identificação	Localização	Localização 2	Localização 3	Altura (m)	Referência
Sítio do Porto das Pitanguieras	sambaqui	Restinga da Marambala	continente	dunas prox mangue e mar	2	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Porto do Teixeira	sambaqui	Restinga da Marambala	continente	próximo ao mar		Mendonça de Souza 1981/ Kneip s/d
Sambaqui do Capão do Surucal	sambaqui	Restinga da Marambala	ilha no mangue	meio do apicum	1,5	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sítio do Capãozinho	sambaqui/Tupi?	Restinga da Marambala	ilha no apicum	meio do apicum	1	Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui de Araçatba	sambaqui	Restinga da Marambala	margem de rio	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
Sambaqui do Capão da Bananeira	sambaqui	Restinga da Marambala	margem de rio	margem de rio		Salles Cunha 1963 e 1965 e Mendonça de Souza 1981
ilha da Marambala	sítio neobras	Restinga da Marambala				Mendonça de Souza 1981
Praia do Coelha	sambaqui	Restinga da Marambala	ilha	praia		Mendonça de Souza 1981
Praia do Zumbi	sambaqui	Restinga da Marambala	ilha	praia		Kneip e Oliveira s/d
						Kneip e Oliveira s/d

O gráfico na figura 47, indica um declínio na incidência dos sambaquis no eixo norte-sul, ou seja, maior ocorrência em Guaratiba e menor em Parati. No entanto, há 12 registros em Angra sem menção a tipo. Como 11 destes estão localizados em ilhas, situação mais característica a sambaquis, é bem provável que na concentração de Angra dos Reis ocorra a maior incidência de sambaquis, cuja presença declinaria tanto em direção ao sul, como para o norte do estado, sendo substituídos pelos abrigos em Parati e Paratimirim e voltando a aparecer intensamente em Guaratiba.

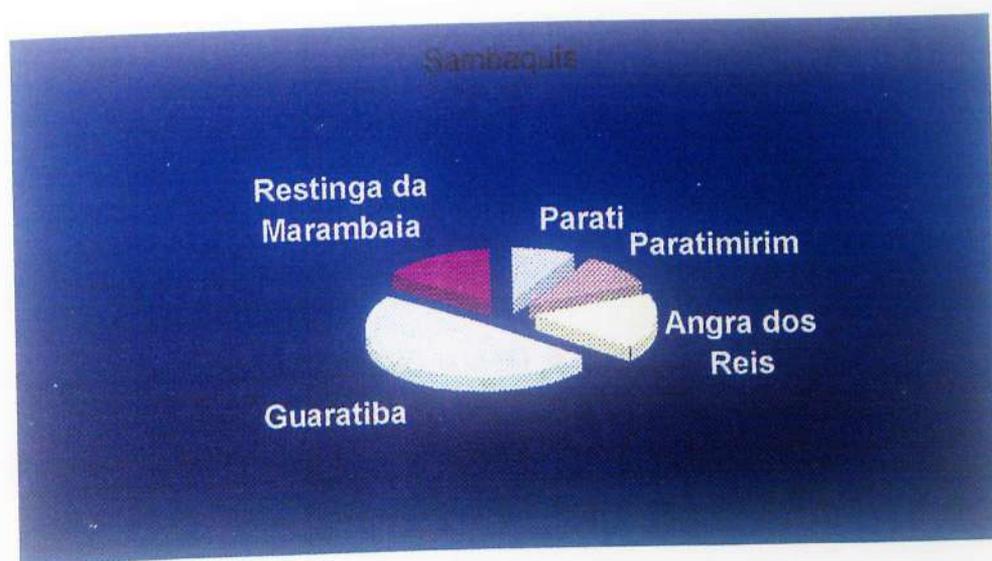


Figura 47. Distribuição dos sambaquis.

Embora tivessem sido feitas inúmeras tentativas de sistematização dos registros dos bancos de dados, a escassez e as diferenças nas informações não permitiram conclusões confiáveis sobre a distribuição de elementos da cultura material. Assim sendo, optou-se por uma análise com as informações

provenientes de quatro pesquisas desenvolvidas na área em questão. Dessas, apenas uma está relacionada claramente a uma unidade cultural, a de Angra dos Reis, pesquisada por Tânia Andrade Lima. A denominação unidade se deve à "unidade de pesquisa".

1. Unidade Parati – pesquisa de Alfredo Mendonça de Souza ;
2. Unidade Angra dos Reis – pesquisa de Tânia Andrade Lima ;
3. Unidade Guaratiba – Sítio Zé Espinho – pesquisa de Lina Maria Kneip (Kneip et ali 1987);
4. Unidade intermediária – Sítio Guaíba – pesquisa de Osvaldo Raimundo Heredia .

A unidade Toca do Cassununga não apresenta datações; a do Algodão apresenta dois momentos: um mais antigo, datado em 7860 ± 80 anos AP, que não será utilizado por fugir muito ao período enfocado pelo presente trabalho, e outro mais recente, de 3.350 ± 80 anos AP. A de Zé Espinho está cronologicamente situada entre 2260 ± 160 a 1180 ± 170 anos AP. A unidade Guaíba apresenta uma antiguidade de 1520 ± 60 anos AP.

A diferença na cronologia deveria oferecer expressivas diferenças na cultura material, porém não é o que ocorre, havendo uma grande uniformidade, só destoando a presença ou a ausência de alguns elementos, percebidos como traços diagnósticos. (Tabela 14).

Tabela 14 - Material Rasgado nos Sítios Pesquisados na área de estudo

Sítio	Unidade	Localização	Artefatos Líticos	Artefatos Ósseos	Artefatos Metalológicos	Rastros Ictológicos	Restos Malacológicos	Feição enterramento	Acompanhamento
Sambaqui do Forte	Parati	Contralote do moinho	Percursores, Quebra Cocos, Lascas de Quartzo			Quilombos, Microbolitas, Lascas, Pequenas Pedras	Conchas, Lascas pedregulhos em quantidade, conchas de moluscos, seixos, pedras, lascas, etc.		
Ilha Comprida I	Parati	Ilha	Percursores, Quebra Cocos, Raspadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas			Linha de pedras, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Sambaqui do Pouso	Parati	Ilha de ensada	Percursores, Quebra Cocos, Raspadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas			Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Sambaqui de Mangueira	Parati		Percursores, Quebra Cocos, Raspadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas			Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Sambaqui do Forte	Parati		Percursores, Quebra Cocos, Raspadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas			Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Sambaqui do Pequerê - açu	Parati		Percursores, Quebra Cocos, Raspadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas			Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Abriço da Ponta do Leste	Parati		Percursores, Quebra Cocos, Raspadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas, Espinhos trabalhados, Espólio de Raia			Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Abriço da Ponta do Leste II	Parati		Percursores, Quebra Cocos, Raspadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas, Espinhos trabalhados, Espólio de Raia	Placa perfurada		Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Toca do Cassununga	Parati		Percursores, Quebra Cocos, Raspadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas, Espinhos trabalhados, Espólio de Raia			Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Ilha Peixada	Parati		Percursores, Quebra Cocos, Raspadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas, Espinhos trabalhados, Espólio de Raia			Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Ilha Comprida II	Parati		Percursores, Quebra Cocos, Raspadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas			Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Sambaqui do Algodão nível superior	Angra dos Reis		Machados, Mãos de Mó, Bigornas/Alisadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Pontas, Espinhos trabalhados, Espólio de Raia	Raspador		Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Sambaqui do Major	Angra dos Reis		Machados, Mãos de Mó, Bigornas/Alisadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas, Espinhos trabalhados, Espólio de Raia	Raspador		Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Sambaqui do Peri	Angra dos Reis		Machados/Alisadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas, Espinhos trabalhados, Espólio de Raia	Raspador		Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Sambaqui da Casera I	Angra dos Reis		Bigornas/Alisadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas, Espinhos trabalhados, Espólio de Raia			Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Sambaqui da Casera II	Angra dos Reis		Machados, Bigornas/Alisadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas, Espinhos trabalhados, Espólio de Raia	Raspador		Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Sambaqui do Bigode II	Angra dos Reis		Machados, Mãos de Mó, Bigornas/Alisadores, Lascas de Quartzo	Vértebras perfuradas, Pontas, Espinhos trabalhados	Raspador		Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		
Guariba	Guariba		Machados, Mãos de Mó, Bigornas/Alisadores, Quebra Cocos, Raspadores e Lascas de Quartzo	Dentes, Pontas, Espinhos trabalhados, Espólio de Raia, Espátulas	Placa perfurada, Valva perfurada, Raspador		Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		seixos, artefatos malacológicos, colares, pingente lítico
Zé Espinho - samb A e D	Guarariba		Machados, Percutores, Bigornas/Alisadores e Raspadores, Lascas de Quartzo	Dentes, Vértebras perfuradas, Pontas, Espinhos trabalhados, Espólio de Raia	Placa perfurada, Valva perfurada		Conchas, lascas pedregulhos, conchas, etc.		maçacos, pontas, Luoma p

Características dos sítios:

Dieta alimentar:

Em todos os casos, a dieta está baseada na pesca e na coleta de moluscos. Na unidade Parati, a ênfase está, inicialmente, na coleta de molusco e depois na pesca (Mendonça de Souza op.cit. :73); na de Angra dos Reis, está na pesca e na coleta diversificada (Andrade Lima op.cit : 648), tendo sido precedida pela ênfase na coleta, como no caso anterior; nas unidades de Guaratiba (Kneip et ali op.cit:250) e de Guaíba, a ênfase está na coleta de moluscos (Heredia e al op.cit:22).

Moluscos:

Verifica-se nos registros a coincidência de muitas espécies, sugerindo que era amplamente difundido o conhecimento sobre os moluscos que seriam comestíveis. (Tabela 15).

A espécie que mais apresenta registros é a *Ostrea* sp. Tudo indica um nítido predomínio do consumo de *Ostreidae* sp e uma variação entre as espécies consumidas como segunda opção, tais como: a *Lucina pectinata*, a *Pincta imbricata*, a *Anadara notabilis* e a *Anomalorcardia brasiliiana*. Esta última prevalecendo na unidade Parati; a *Lucina pectinata*, na unidade Guaratiba e a *Pincta imbricata*, nas unidades Guaíba e Angra dos Reis.

A unidade Guaíba não apresenta vestígios da *Lucina pectinata* e a *Ostreia* sp só é encontrada nos últimos momentos da ocupação. Aí predominou o consumo de *Pinctada imbricata* e de *Tais* sp., também muito consumida nos sítios da unidade Angra dos Reis.

As variações entre as espécies eleitas como segunda opção podem estar relacionadas tanto à disponibilidade como a fatores culturais. No entanto, como essa variação ocorre também entre sítios pertencentes a uma mesma unidade cultural, como no caso de Angra dos Reis, é bem provável que a segunda escolha recaia sobre a espécie mais acessível e que forneça mais carne. Os dados disponíveis não permitem que se aprofunde a questão.

Tabela 15 - Espécies Malacológicas Presentes nos Sítios

Sítio	Unidade	Lucina Pectinata	Anomalocardia b	Costrea sp	Trechycardium m	Strombus c	Astraea o	Astraea l	Tegula v	Alca l	Olivencilia v	Pinctada imbricata	Strombus p	Thais h	Anedara notabilis
Ilha Comprida I	Parati	x	x	x	x	x	x			x					
Sambaqui do Pouso	Parati	x	x	x	x	x	x			x					
Sambaqui de Memengua	Parati		x	x	x	x	x		x	x					
Sambaqui do Forte	Parati	x		x	x	x	x			x					
Sambaqui do Feijó - açu	Parati		x	x	x	x	x		x	x					
Abriço da Ponta do Leste	Parati							x							
Abriço da Ponta do Leste II	Parati	x	x	x	x	x	x		x	x					
Toca do Cassununga	Parati		x	x	x	x									
Ilha Feleca	Parati		x	x	x	x				x					
Ilha Comprida II	Parati	x	x	x	x	x	x			x					
Sambaqui do Algodão nível sup	Angra dos Reis			x						x		x	x	x	x
Sambaqui do Major	Angra dos Reis		x	x						x		x	x	x	x
Sambaqui do Peri	Angra dos Reis	x		x						x		x	x	x	x
Sambaqui da Caleira I	Angra dos Reis	x		x								x	x	x	x
Sambaqui da Caleira II	Angra dos Reis	x	x	x								x	x	x	x
Sambaqui do Rigode II	Angra dos Reis	x	x	x								x	x	x	x
Guaba	Guaba							x				x	x	x	x
Zé Espinho - samb. A e D	Guaratuba	x		x											

Peixes:

Observa-se um consumo diferenciado de espécies de peixes, enquanto nas unidades Parati e Guaratiba constata-se um predomínio de registros de *Pogonias chromis*, *Micropogonias furnieri* e *Cynoscion* sp. (Tabela 13) Na unidade Angra dos Reis, embora estas espécies ocorram, predominam os tubarões, as raias e as cocorocas (*Haemulíeos*). Em Guaíba, não consta uma análise aprofundada da fauna ictiológica.

Chama a atenção o fato de que nas unidades Guaíba e Zé Espinho não foram achados restos de raias, inclusive porque neste último local são encontradas pontas feitas a partir do esporão desse animal. O mesmo ocorre na unidade de Parati onde, embora seja mencionado o consumo de elamosbrânquios (Mendonça de Souza *op.cit.*: 63, 74), estes não aparecem nas listagens dos peixes mais consumidos, apesar de os dentes de cação perfurados e as pontas feitas do esporão de raia fazerem parte da lista dos artefatos mais freqüentes nos sítios de Parati, ou seja, são observados mais artefatos do que a evidência do consumo desses peixes como alimento.

A diferença verificada entre as espécies pescadas nas unidades Parati, Guaratiba e Angra do Reis parece indicar que nesta última unidade, diferente das outras, já se possuía tecnologia e instrumental específicos para a obtenção de peixes de difícil captura.

A grande representatividade nos restos ictiológicos de cações e raias, nos sítios da unidade Angra dos Reis (Andrade Lima (op.cit : 194), permite que seja levantada a hipótese de que esta unidade tenha sido um centro distribuidor de pontas elaboradas a partir de esporão de raia e de dentes de cação perfurados.

Cabe lembrar a importância do dente de cação perfurado, evidenciada pela grande dispersão deste artefato, encontrado também em sítios do interior (Figuti, et al 2000) e utilizado como evidência de contato com o litoral.

Tabela 16 - Peixes - Espécies mais consumidas

Sítio	Unidade	Cynoscion sp	Caranx hippos	Haemulon sp	Bagre bagre	Rais	Tubarões	Micropogonias furnieri	Pogonias chromis
Ilha Comprida I	Parati								
Sambaqui do Pouso	Parati								
Sambaqui de Mamanguá	Parati								
Sambaqui do Forte	Parati							X	X
Sambaqui do Pequerê-açu	Parati	X							
Abrigo da Ponta do Leste	Parati							X	X
Abrigo da Ponta do Leste II	Parati	X						X	X
Toca do Cassununga	Parati	X						X	X
Ilha Pelada	Parati	X							
Ilha Comprida II	Parati					X	X		
Sambaqui do Algodão nível sup.	Angra dos Reis	X	X	X	X	X	X		
Sambaqui do Maior	Angra dos Reis			X	X	X	X		
Sambaqui do Peri	Angra dos Reis			X	X	X	X		
Sambaqui da Cadeira I	Angra dos Reis			X		X	X		
Sambaqui da Cadeira II	Angra dos Reis								
Sambaqui do Bigode II	Angra dos Reis			X	X				
Zé Espinho - samb. A e D	Guaratuba	X	X				X	X	

Artefatos líticos

As lâminas de machados só não são registradas na unidade Parati. O mesmo acontece com as bigornas e com os alisadores. (Tabela 17)

As lascas ocorrem em todas unidades, embora em Guaíba tenha sido encontrada apenas uma única, mesmo tendo sido escavada uma área de 24m². Parece estranho o fato de que os percutores só tenham sido registrados nas unidades Parati e Guaratiba.

As mãos-de-mó só aparecem em Angra e Guaratiba. E os quebra-cocos apenas na unidade Parati e em Guaíba; provavelmente, ocorram na unidade Angra dos Reis e estejam englobados na categoria bigorna.

Tabela 17 - Artefatos Líticos Encontrados nos Sítios

Sítio	Unidade	Machados	Percutores	Mács de mó	Bigornas/alisadores	Quebra cocos	raspadores	lascas de quartzo
Ilha Comprida I	Parati		x			x	x	x
Sambaqui do Pouso	Parati		x			x	x	x
Sambaqui de Mamanguá	Parati		x			x	x	x
Sambaqui do Forte	Parati		x			x	x	x
Sambaqui do Pequeré - açu	Parati		x			x	x	x
Abrigo da Ponta do Leste	Parati		x			x	x	x
Abrigo da Ponta do Leste II	Parati		x			x	x	x
Toca do Cassununga	Parati		x			x	x	x
Ilha Pelada	Parati		x			x	x	x
Ilha Comprida II	Parati		x			x	x	x
Sambaqui do Algodão nível sup.	Angra dos Reis	x 2 peq		x	x			x
Sambaqui do Major	Angra dos Reis	x		x	x			x
Sambaqui do Peri	Angra dos Reis	x		x	x			x
Sambaqui da Caieira I	Angra dos Reis				x			x
Sambaqui da Caieira II	Angra dos Reis	x			x			x
Sambaqui do Bigode II	Angra dos Reis							1 só e núcleos
Guaitiba	Guaitiba	x pequeno		x	x	x	x	x
Zé Espirinho - samb. A e D	Guaratiba	x	x		x			x

Artefatos ósseos

Este material, constituído por pontas, bipontas, espinhos trabalhados, esporão de raia trabalhado e dentes e vértebras perfurados, é muito semelhante nos sítios (Tabela 18) . As pontas ocorrem em todas as unidades, assim como os dentes perfurados. As vértebras com orifício só não são encontradas em Guaíba.

Os espinhos trabalhados obedecem à distribuição das pontas elaboradas a partir de espinho de raia e aparecem em todas as unidades, embora estejam ausentes em alguns sítios.

Em Guaíba, só foi achada uma ponta feita de esporão de raia. Chama a atenção o fato de que no sítio Zé Espinho, unidade Guaratiba, foi encontrado um enterramento (sepultamento 1 – sambaqui A) com uma ponta feita de esporão de raia entre a 1ª e a 2ª costela do indivíduo; fato semelhante ocorre no sítio Pontinha (Kneip e Machado 1993) – (ver figura 48) . Esse dado remete à informação fornecida por Sharp (1970:390) sobre o uso do esporão de raia nas lanças de combate e de sua importância no sistema de trocas.

Tabela 18 - Artefatos ósseos encontrados nos Sítios

Sítio	Unidade	Anzóis	Dentes	Vertebras Perf.	Pontas	Espinhos Trabalhados	Esporão de raia	Espátulas
Ilha Comprida I	Parati		x	x	x			
Sambaqui do Pouso	Parati		x	x	x			
Sambaqui de Mamangua	Parati		x	x	x			
Sambaqui do Forte	Parati		x	x	x			
Sambaqui do Pequerê -açu	Parati		x	x	x			
Abrigo da Ponta do Leste	Parati		x	x	x	x	x	
Abrigo da Ponta do Leste II	Parati		x	x	x	x	x	
Toca do Cassununga	Parati		x	x	x			
Ilha Pelada	Parati		x	x	x			
Ilha Comprida II	Parati		x	x	x			
Sambaqui do Algodão nível sup.	Angra dos Reis	x	x		x		x	
Sambaqui do Major	Angra dos Reis		x		x		x	
Sambaqui do Peri	Angra dos Reis		x		x		x	
Sambaqui da Cateira I	Angra dos Reis		x		x		x	
Sambaqui da Cateira II	Angra dos Reis		x		x		x	
Sambaqui do Bigode II	Angra dos Reis				x			
Guaíba	Guaíba		x		x		1 só	x
Zé Espinho - samb. A e D	Guaratiba		x		x		x	

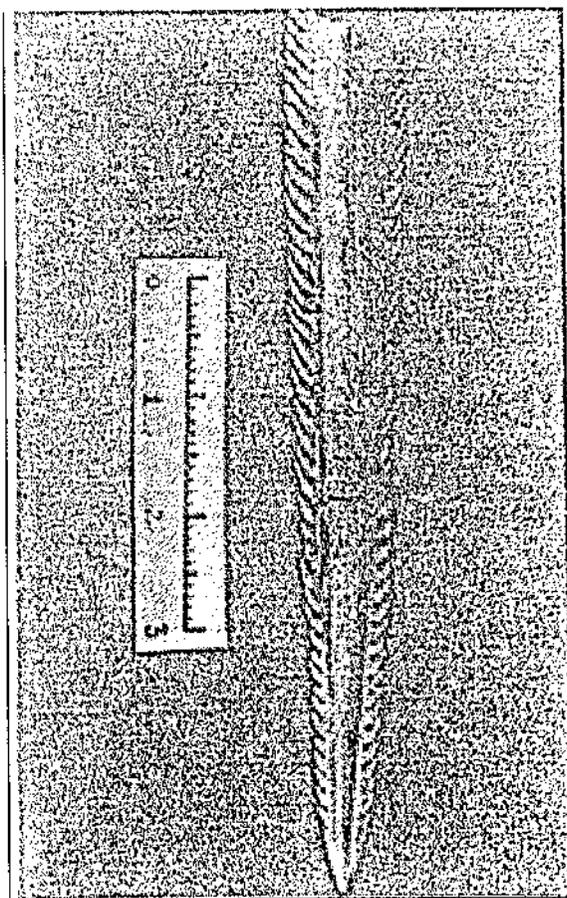


Figura 48. Ponta de esporão de raia. (Extraído de Kneip:1987)

Artefatos diagnósticos:

Foram considerados artefatos diagnósticos os assim classificados pelos pesquisadores dos sítios apresentados: os poucos numerosos e associados a enterramentos e os de grande visibilidade por requererem aprimorada tecnologia.

Artefatos diagnósticos – distribuição

288

Como exemplo de artefatos diagnósticos estabelecidos pelos autores se tem apenas as valvas de *Callista maculata* perfuradas, utilizadas como raspadores; ocorrem na unidade de Angra dos Reis e Guaíba.

Dos associados a enterramentos, há as lâminas de machado miniaturas, associadas a enterramento em Guaíba e também encontradas em Angra dos Reis.

São poucas as informações sobre a posição dos enterramentos; a única mencionada é a posição fletida, encontrada nas unidades de Angra dos Reis, Guaíba e Guaratiba.

Um objeto que chama a atenção devido ao esmero tecnológico empregado para a sua elaboração é o adorno feito a partir de valva de molusco perfurada, que pode ser encontrado nas unidades de Parati, Guaíba e Guaratiba, sendo que nas duas últimas faz parte de acompanhamento funerário (Figura 49).

Traços particulares

São traços particulares a apenas determinados sítios componentes das unidades. É provável que a sua ausência nos sítios possa se dever apenas ao tamanho das amostragens; mesmo assim, foram percebidos os seguintes dados:

Anzol – só registrado no Algodão; tudo indica que se trate de um caso isolado (Lima op.cit. 289).

Lâmina de machado como acompanhamento funerário – Sambaqui Zé Espinho, unidade Guaratiba.

Também como acompanhamento funerário, foi encontrado no sítio Guaíba um pingente lítico, artefato que requer grande esmero tecnológico (Figura 50).

Espátulas elaboradas em osso – sítio Guaíba, unidade Guaíba.

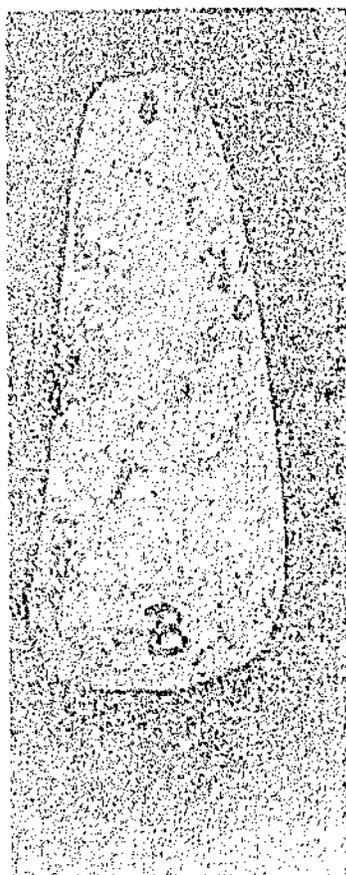


Figura 49. Pingente em concha do sítio Guaíba (Extraído de Heredia et al 1984)

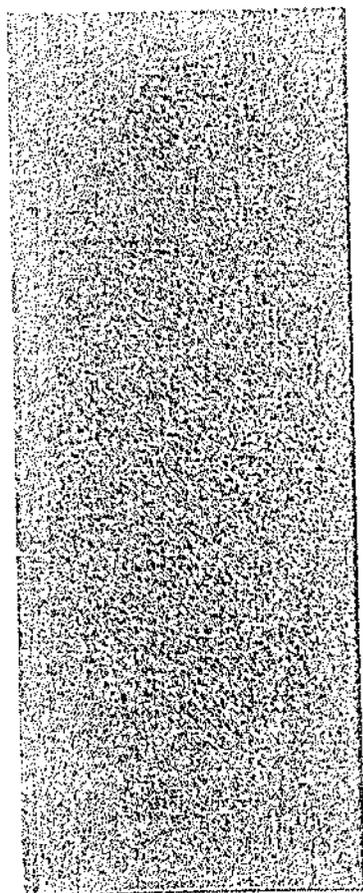


Figura 50. Pingente lítico. (Extraído de Heredia et al 1984).

Modelos interpretativos existentes para a região

Para a área em questão existem dois modelos interpretativos para explicar sua ocupação pré-cerâmica: o de Mendonça de Souza (1981) e o de Andrade Lima (1991).

Modelo proposto por Alfredo Mendonça de Souza.

Segundo Mendonça de Souza, a área teria sido ocupada por duas tradições culturais: a Itaipu e a Macaé.

A Itaipu teria vindo pelo norte e se instalado na baía de Sepetiba, (Id.Ibid:74), cuja representação seriam os sítios encontrados em Guaratiba. A Macaé teria vindo do sul e se feita presente na região de Parati e Angra dos Reis.

Segundo o autor, essas tradições teriam chegado ao estado do Rio de Janeiro mais ou menos na mesma época, por volta de 8000 antes do presente. A 4000 AP, todo o litoral fluminense estaria ocupado pelas duas tradições, com novas feições, constituindo a subtradição Guapi (Tradição Macaé) e a subfase Itaipu B (Tradição Itaipu). De acordo com tal modelo, nessa época, a subtradição Guapi já teria se expandido para a baía de Sepetiba, ocupando baías abrigadas e regiões estuarinas.

Modelos interpretativos existentes para a região

Para a área em questão existem dois modelos interpretativos para explicar sua ocupação pré-cerâmica: o de Mendonça de Souza (1981) e o de Andrade Lima (1991).

Modelo proposto por Alfredo Mendonça de Souza.

Segundo Mendonça de Souza, a área teria sido ocupada por duas tradições culturais: a Itaipu e a Macaé.

A Itaipu teria vindo pelo norte e se instalado na baía de Sepetiba, (Id.Ibid:74), cuja representação seriam os sítios encontrados em Guaratiba. A Macaé teria vindo do sul e se feita presente na região de Parati e Angra dos Reis.

Segundo o autor, essas tradições teriam chegado ao estado do Rio de Janeiro mais ou menos na mesma época, por volta de 8000 antes do presente. A 4000 AP, todo o litoral fluminense estaria ocupado pelas duas tradições, com novas feições, constituindo a subtradição Guapi (Tradição Macaé) e a subfase Itaipu B (Tradição Itaipu). De acordo com tal modelo, nessa época, a subtradição Guapi já teria se expandido para a baía de Sepetiba, ocupando baías abrigadas e regiões estuarinas.

Devido ao fato de a Serra do Mar mergulhar diretamente no oceano, no intervalo entre a baía da Ilha Grande e a Baía de Sepetiba, haveria nessa área uma interrupção na expansão já que todos os sítios encontrados são de contato (neobrasileiros) os sambaquis na sua quase totalidade ocorrem em ilhas (Mendonça de Souza *ibid*:75).

Enquanto isso, a subfase Itaipu B, que teria sua área nuclear na região de Arraial do Cabo, continuaria ocupando espaços até a baía de Sepetiba, “sítios de ambas as partes ocorrem muito próximos uns dos outros, originando um mosaico de difícil interpretação”. (Mendonça de Souza *ibid*.:76) .

Segundo Mendonça de Souza (*ibid*:76), a subtradição Guapi da Tradição Macaé é constituída por bandos recoletores de moluscos e pescadores e caracteriza-se por uma exuberante indústria sobre ossos e dentes, mantendo-se quanto às demais evidências, muito semelhante à subtradição Macaé.

Ainda, segundo este autor, por volta de 3000 anos, a subtradição Guapi começa a modificar-se gradualmente, até caracterizar uma nova subtradição, a Macaé, da mesma tradição, a qual ocupa locais idênticos e apresenta, ainda, a exuberante indústria sobre osso e dente da fase anterior, agora associada a não menos importante indústria sobre lascas de quartzo, com raspadores, facas, furadores e pontas de arremesso triangulares” (*Id.Ibid*: :76). Essa tradição perdura até o contato com o Tupi-guarani e a chegada dos europeus, quando dá origem a uma fase neobrasileira.

Em relação à Itaipu B, Mendonça a caracteriza apenas pela ocupação em restingas e em dunas, marcada pela indústria de quartzo lascado e de pontas triangulares, como as da tradição Macaé; nesse aspecto, ele admite que a transição da subtradição Guapi para a fase Macaé se deu por influência da subfase Itaipu B.

Mendonça de Souza ainda cita a presença de mais uma fase pré-cerâmica na área em questão, a fase Pequerê, mais recente e caracterizada pela ocupação de abrigos sob rocha. É encontrada na baía da Ilha Grande e em Arraial do Cabo. No entanto, não fica claro a que tradição poderia estar relacionada.

O modelo proposto por Mendonça de Souza poderia exemplificar bem a hipótese da existência de sítios “secos” e “úmidos”, como foi colocado anteriormente. Os úmidos, remanescentes da Tradição Itaipu, construídos por grupos que exploravam lagoas e locais inundáveis; os secos, voltados para o alto mar, relacionados a uma cultura sambaquiana. Entretanto, a proposta de Mendonça de Souza se depara, como sempre, com o mesmo problema analisado no estudo dos sambaquis: o alto grau de similaridades encontradas na cultura material e a dificuldade em se estabelecer as fronteiras culturais.

Mendonça de Souza (ibid:75) usa, como principal característica da subtradição Guapi da Tradição Macaé, a existência de uma expressiva indústria óssea em oposição a uma indústria lítica pobre, apresentando lascas de quartzo, características opostas ao que é encontrado no sul do Brasil, de onde o autor acredita terem vindo esses grupos. Quando Mendonça de Souza (ibid) menciona

que tais grupos “provavelmente seriam ‘oriundos do sul’”, dá a entender uma vinculação cultural com o conceito genérico de sambaqui, na medida em que evidencia a ênfase na coleta de moluscos e utiliza a mesma denominação, no caso Macaé, criada por Dias para se referir a sambaqui.

Quanto à caracterização da subfase Itaipu B, esta se baseia apenas no tipo de assentamento sobre dunas o que, conforme já foi colocado na página xx, é pouco consistente para delimitar uma fase.

Modelo Proposto por Tânia Andrade Lima

Apoiada na principal premissa da Ecologia Cultural, na qual o consumo de poucas espécies pode indicar estabilidade, em oposição ao de muitas espécies, que pode ser usado como sintoma de instabilidade e falta de alimento, Andrade Lima (1991) propõe que as populações que ocuparam a costa meridional do Rio de Janeiro eram, inicialmente, coletores de moluscos e que, depois de uma coleta altamente predatória, tiveram de complementar a dieta intensificando a pesca e passando a coletar outras espécies de moluscos menos produtivos, de menor porte e com menos carne. A partir de um minucioso estudo zooarqueológico, desenvolvido em seis sítios localizados na Baía da Ribeira, esta autora propõe que, por volta de 3000 anos antes do presente, teria ocorrido uma crise na oferta de alimentos, causada por uma coleta altamente predatória que fez com que a dieta alimentar fosse diversificada, tendo havido também uma substituição da ênfase na coleta de moluscos pela da pesca.

Para contornar o fato de que existem sítios mais recentes, como o de Sernambetiba (Beltrão et alii op.cit), datado em 1960±70 anos AP (Gaspar 1996), que apresenta espessas camadas formadas por moluscos de grande porte e também que ocorrem sítios mais antigos, como o Geribá II (Tenório et al 1992), datado em 5150±110 anos AP Gaspar (ibid), e o Amourins (Heredia op.cit), datado em 3530±80 anos AP (Gaspar ibid), construídos por grupos essencialmente pescadores, Andrade Lima responde que o declínio do molusco não ocorreu de maneira uniforme por todo o litoral e que os sítios que apresentam espessas camadas malacológicas, relacionadas a momentos mais recentes, teriam sido construídos por grupos bem-sucedidos que ocuparam locais mais ricos, atribuindo-lhes uma posição hierárquica superior.(Id.Ibid :503).

Segundo esse modelo, os sítios da baía da Ribeira poderiam ter se estruturado por unidades familiares integradas (Id.Ibid:500). “Agregadas por forças sociais centrípetas, essas pequenas unidades economicamente autônomas provavelmente sustentaram entre si laços de parentesco, cooperação, intercâmbio e visitação (Id.Ibid:501)”.

Segundo Lima (ibid :498), “a ausência de sítios semelhantes no continente permite afirmar que nessa região os grupos adaptados ao ambiente litorâneo buscaram preferencialmente ilhas próximas a terra, fartas em mariscos”.

Para sustentar a hipótese de que a área foi partilhada concomitantemente por grupos com uma mesma identidade cultural, apresenta um “complexo de traços regularmente associados” (Id.ibid:498), composto por padrão de

assentamento, sistema de subsistência, tecnologia de exploração do ambiente, tecnologia de produção de artefatos.

O artefato, considerado diagnóstico por excelência para o reconhecimento da identidade cultural entre esses grupos, é a concha com orifício circular na sua porção central (Id. ibid:504.)

As informações obtidas em relação aos produtos consumidos corroboram a hipótese de que a área delimitada na época de sua ocupação era constituída de um extenso manguezal, ambiente que teria centralizado os assentamentos.

Esse dado, associado às similaridades observadas na sistematização das informações provenientes dos sítios, indica uma grande proximidade cultural, que pode ser respondida pela existência de uma única filiação cultural ou pela existência de alta mobilidade, de intenso contato e fluxo de informação no litoral no período de 3300 a 1500 anos AP.

Uma mesma filiação cultural só poderia ser constatada a partir da presença de idênticos rituais ou da existência de um padrão análogo de assentamento.

Os dados sobre os rituais são muito escassos e fragmentados para permitir uma comparação intersítios. Quanto ao padrão de assentamento, existem muitos pontos comuns e particulares à área em questão, tais como: a presença de

abrigos próximos sob rocha e apresentando o mesmo material dos sambaquis.¹ Os assentamentos em meio a grandes blocos, como o verificado para todos os sambaquis encontrados nas unidades de Angra dos Reis e Parati.

Ao mesmo tempo em que as similaridades são evidentes, as mudanças são muito pouco perceptíveis, revelando uma grande continuidade cultural. A única mudança afirmada pelos coordenadores das pesquisas enfocadas foi a do aumento da ênfase na pesca depois de algum tempo de ocupação, o que, segundo Andrade Lima (op.cit passim), poderia ser resultado de diminuição de oferta de alimentos em função de uma coleta predadora ou, segundo Heredia et al (1983), ter sido provocada por um maior conhecimento do ambiente e pelo desenvolvimento tecnológico, incentivado por novas experimentações.

A ausência de informações, principalmente no que diz respeito à demografia, não permite que se avance muito nessa questão que se assemelha à discussão sobre as causas da introdução da agricultura (Tenório 1991), atuando o mesmo esquema – estabilidade, aumento populacional, introdução de novas técnicas de obtenção do alimento – e igual indagação: necessidade ou inovação tecnológica?

Em todos os sítios das unidades Parati e Angra dos Reis, seus pesquisadores observaram uma substituição gradativa da ênfase na coleta para a ênfase na pesca. Como se fosse um ciclo repetido em cada sítio: primeiro

¹ No Estado do Rio de Janeiro, essa associação só irá ocorrer em Arraial do Cabo local que também apresenta amoladores.

coletores, depois pescadores, quando o esperado é que houvesse uma mudança para locais com maior abundância de moluscos antes de uma mudança na economia. Este fato parece indicar que a ênfase da pesca pode estar mais relacionada a um desenvolvimento tecnológico do que à escassez alimentar ou que esta mudança tivesse ocorrido num momento de grande aumento populacional, havendo disputa pelos locais próximos aos bancos de moluscos.

Dois tipos de evidências, encontradas na arqueografia do estado do Rio de Janeiro, corroboram essa hipótese: o grande índice de mortandade de homens jovens no início da ocupação do sítio Corondó (Machado 1981) e a presença de enterramentos nos sítios Zé Espinho (Kneip op.cit) e Pontinha (Kneip e machado op.cit) com pontas encontradas entre as costelas.

A similaridade encontrada no material proveniente da área delimitada para a pesquisa parece indicar grande dispersão do conhecimento tecnológico e de elementos rituais, o que aponta para a existência de alto grau de contato e de troca de informações.

Os dados se voltam para a interpretação de que, até a adoção efetiva das técnicas agrícolas, a vida no litoral foi viabilizada por um grau crescente de mobilidade, contato e trocas. Os problemas relacionados à falta de previsibilidade e à sazonalidade da pesca, à escassez e ao esgotamento dos produtos previsíveis, provavelmente teriam sido sanados pelo intenso contato e pela exploração conjunta do ambiente, tipo de economia e organização social,

características de grupos pescadores, verificada, ainda hoje, entre grupos caiçaras que habitam a Ilha Grande.

